

Diário do Legislativo de 12/11/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 87ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

1.2 - 63ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Em Defesa da Vida"

1.3 - 64ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Sistema Único de Assistência Social - Suas: Estratégias e Metas de Implantação"

1.4 - 65ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Sistema Único de Assistência Social - Suas: Estratégias e Metas de Implantação"

1.5 - 66ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração dos 50 Anos de História da Televisão em Minas Gerais, com Homenagem Especial à TV Itacolomi e ao Jornalista Assis Chateaubriand

1.6 - 12ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

1.7 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 10/11/2005

Presidência do Deputado Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.801 e 2.802/2005 - Requerimentos nºs 5.610 a 5.620/2005 - Comunicações: Comunicações dos Deputados Gustavo Valadares (2) e Elmiro Nascimento e da Deputada Maria Olívia - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Célio Moreira; questão de ordem; discursos dos Deputados Célio Moreira e João Leite - Questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Alberto Pinto Coelho - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dilzon Melo - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Edson Rezende - Ermano Batista - Fahim Sawan - George Hilton - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Leonardo Moreira - Leonardo Quintão - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Padre João - Paulo Cesar - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Gustavo Corrêa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado George Hilton, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (6), informando da liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Marco Maciel Garcia de Carvalho, Presidente da Federação Mineira de Taekwondo, parabenizando esta Casa pelo lançamento da Frente Parlamentar do Esporte.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.801/2005

Dispõe sobre a proibição da gratuidade do transporte público para os profissionais dos Correios e Telégrafos, Oficiais de Justiça e Agentes de Inspeção do Ministério do Trabalho no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica proibida a gratuidade do transporte público coletivo para as seguintes categorias profissionais:

I - servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT -;

II - servidores Oficiais de Justiça;

III - Agentes de Inspeção do Ministério do Trabalho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2005.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: As categorias profissionais acima enumeradas oneram o valor da passagem de toda a população brasileira. Elas são isentas do pagamento do transporte público, o que ocasiona o aumento das passagens para o usuário comum, que fica prejudicado, pois as empresas aumentam o valor para compensar a gratuidade.

Para diminuir o valor da passagem, faz-se necessário que cada entidade reembolse seu servidor pelo valor gasto com passagens. Assim, a população deixará de ser onerada com o aumento.

A sociedade é quem paga pela gratuidade do transporte público para esses funcionários, o que caracteriza extrema injustiça, tendo em vista que cada entidade possui dotação orçamentária própria.

No caso dos Correios, a situação se agrava, pois é uma empresa que possui lucratividade alta.

Isso posto, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.802/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Marieta Batista de Sales, no Município de Pedro Leopoldo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Marieta Batista de Sales, com sede no Município de Pedro Leopoldo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2005.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: A Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Marieta Batista de Sales é uma entidade civil, sem fins lucrativos, criada por meio de um movimento dos moradores do bairro, em busca do desenvolvimento comunitário, de atividades assistenciais, culturais e esportivas e melhorias para a comunidade.

Lutando com muita dificuldade e contando com o abnegado trabalho de seus diretores, a referida associação tem buscado cumprir seus objetivos.

Dessa forma, conto com o apoio de meus pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 5.610/2005, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Jair Asbahr, Prefeito Municipal de Bueno Brandão, pelo trabalho que vem realizando à frente do Executivo Municipal dessa cidade.

Nº 5.611/2005, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Carlos Roberto Marques, Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas, pelo trabalho que vem realizando à frente do Executivo Municipal dessa cidade.

Nº 5.612/2005, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Honório de Oliveira, Prefeito Municipal de Bicas, pelo trabalho que vem realizando à frente do Executivo Municipal dessa cidade.

Nº 5.613/2005, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Cláudio Augusto de Carvalho Rollo, Prefeito Municipal de Baependi, pelo trabalho que vem realizando à frente do Executivo Municipal dessa cidade.

Nº 5.614/2005, do Deputado Leonardo Moreira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. José Antônio Janeiro, Prefeito Municipal de Belmiro Braga, pelo trabalho que vem realizando à frente do Executivo Municipal dessa cidade. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.615/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso com os dirigentes da Uemg pela realização dos jogos dessa Universidade. (- À Comissão de Educação.)

Nº 5.616/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Laura Mediolli pelo lançamento do livro "Levando a Vida Leve". (- À Comissão de Cultura.)

Nº 5.617/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelo lançamento da campanha em apoio à ação governamental de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.618/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Diretoria da Abrasel pela posse dos novos conselhos da entidade.

Nº 5.619/2005, da Deputada Vanessa Lucas, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Diretoria da Fiemg pela inauguração do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Madeira e do Mobiliário Petrônio Machado Zica. (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 5.620/2005, do Deputado André Quintão e outros, em que solicitam seja formulado apelo ao Ministro da Educação, aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados com vistas à inclusão do atendimento em creches a crianças de até 3 anos na Proposta de Emenda à Constituição nº 415/2005, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. (- À Comissão de Educação.)

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Gustavo Valadares (2) e Elmiro Nascimento e da Deputada Maria Olívia.

Oradores Inscritos

- O Deputado Célio Moreira profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exa. e ao orador, uma vez que foi citada aqui a questão da ética e do decoro desta Casa. V. Exa. é membro e orador da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Desejo saber da Mesa se foi extinta essa Comissão desta Casa, pois várias matérias estão a cargo dela. Tantas atitudes têm sido mostradas no Plenário, mas não há como ter uma ação, porque não sei se essa Comissão existe. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais está na vanguarda em relação a muitas questões, mas em atraso quanto à Comissão de Ética.

Então, esse é o meu apelo público. Destaco aqui que será um ponto de assunto que trarei para a próxima reunião do bloco. Essa será uma das condições de continuarmos trabalhando nesta Casa. Muito obrigado.

- Os Deputados Célio Moreira e João Leite proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Questões de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, regimentalmente, não podemos dar continuação aos trabalhos haja vista que há nove Deputados em Plenário. Portanto solicito a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, peço a V. Exa. que dê seqüência aos oradores inscritos, já que alguns se manifestaram e ainda há mais meia hora disponível para isso, ainda que o Deputado Célio Moreira tenha medo do debate público. Embora respeite a sua opinião, gostaria de contestá-lo em vários pontos que apresentou. Seria bom que pudesse ouvir também outras opiniões em um Parlamento democrático.

Deputado Célio Moreira, estamos com tempo disponível para que os oradores inscritos se manifestem, e ainda resta meia hora para encerrar esta parte.

O Sr. Presidente - Deputado Rogério Correia, V. Exa. está solicitando recomposição de quórum?

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de terminar o meu raciocínio. Não consigo expor a minha questão de ordem porque o Deputado Célio Moreira está tão nervoso e temeroso do debate. Solicito ao amedrontado Deputado Célio Moreira que nos permita dar continuação à fase dos oradores inscritos, pois é o que tem sempre ocorrido neste Parlamento. O Deputado se manifesta da tribuna e, mesmo havendo outros inscritos, solicita o encerramento da reunião, para impedir o debate político. Isso é novo nesta Casa. Sei que é regimental e compreendo o Regimento Interno, mas ele se manifestou como quis, pelo tempo que pretendeu, e V. Exa. lhe concedeu um tempo a mais. Embora sabendo que ainda estamos na mesma fase da ordem do dia, prefere optar por interromper o debate.

Gostaria de contrapor argumentos a alguns dados expostos, do ponto de vista democrático. Sobre segurança pública tenho muito que dizer. Talvez isso tenha amedrontado o Deputado Célio Moreira, que, indo para o PSDB, se sente sempre na obrigação de evitar que qualquer questão referente ao governo do Estado apareça aqui no Parlamento.

Aconteceu algo muito sério. Em Contagem, no dia 8/11/2005, um Juiz...

O Deputado Célio Moreira - Solicitei a V. Exa que encerrasse, de plano, a reunião, de acordo com o Regimento Interno. Ao Deputado Rogério Correia comuniquei que não tenho medo de debate. Debateremos o que for necessário, mas, regimentalmente, os trabalhos não podem continuar. Sr. Presidente, a minha questão de ordem não foi acatada.

O Deputado Rogério Correia - Solicito a V. Exa. que me garanta o meu tempo porque o Deputado Célio Moreira, tão angustiado, não deseja que eu diga absolutamente nada e me interrompa em uma fase que não admite aparte.

V. Exa. poderia ter um pouco mais de paciência para escutar as críticas que têm de ser ouvidas. Se o método for não permitir críticas ao governo do Estado e interromper as pessoas ao microfone, ficará difícil travar debate político. Solicito a V. Exa., homem experiente no Parlamento, que tenha um pouco de paciência para escutar.

Solicitei questão de ordem porque sou um dos inscritos. O assunto que tratarei se refere a um Juiz de Contagem que pediu a interdição de uma cadeia pública. Como esse assunto é relativo à segurança pública, aproveitei a presença de vários parlamentares da base do governo.

O Juiz mandou simplesmente fechar a cadeia e retirar todos os presos do 1º Distrito Policial de Contagem. E fez ainda uma série de críticas ao governo do Estado, dizendo que, apesar de toda a propaganda, nada tem sido feito do ponto de vista da segurança pública. Por isso o Juiz foi a favor do que solicitou o Ministério Público, o fechamento do 1º Distrito Policial de Contagem, porque os presos não poderiam continuar naquela situação. Ele chama a atenção para o fato de que o governo tem feito intensas propagandas sobre a área de segurança pública. O Juiz está abismado, pois nunca viu coisa semelhante. Isso porque o funcionamento do segmento nunca foi tão precário em Minas Gerais, apesar de tanta propaganda.

Gostaria de ler esse documento. Ainda temos meia hora de pinga-fogo, logo o Deputado Célio Moreira poderia permitir que o debate democrático aconteça, ao invés de tentar cortá-lo intempestivamente, depois de expor o que quis. Que ele possa escutar um pouco do contraditório, que é peça importante do nosso Parlamento.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, regimentalmente, pedi o encerramento de plano exatamente porque o Deputado Rogério Correia tem um assunto relevante para tratar. Assim, é necessária a presença dos nobres Deputados, que poderão contribuir com esse debate. Não sei sobre o que falará. Ele diz que estou com medo de críticas, mas nem sei sobre o que falará.

Por várias vezes, o nobre Deputado Rogério Correia usou esse recurso regimental - encerramento de plano - e não deixou que Deputados inscritos nesta tribuna falassem, por falta de quórum para dar seqüência aos nossos trabalhos.

Como cumpridor e conhecedor do Regimento Interno, peço que encerre, de plano, nossos trabalhos.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, peço recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

A Sra. Secretária (Deputada Jô Moraes) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 6 Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.264/2005, uma vez que permaneceu em ordem do dia para discussão por 6 reuniões. Informa, ainda, que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto a seguinte emenda da Deputada Ana Maria Resende, que recebeu o nº 9, e as seguintes subemendas do Deputado Gustavo Corrêa às Emendas nºs 4, 5 e 8, que receberam o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a emenda e as subemendas serão submetidas a votação independentemente de parecer no momento oportuno:

EMENDA Nº 9 AO PROJETO DE LEI Nº 2.264/2005

Dê-se ao § 1º do art. 5º do vencido a seguinte redação:

"Art. 5º - (...)

§ 1º - Os recursos do Fhidro serão aplicados na proporção de 45% (quarenta e cinco por cento) sob a forma reembolsável e até 55% (cinquenta e cinco por cento) não reembolsáveis, calculados conforme estabelecido em regulamento, sendo que 50% (cinquenta por cento) dos recursos não reembolsáveis serão preferencialmente direcionados para projetos na zona rural."

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2005.

Ana Maria Resende

Subemenda nº 1 à Emenda nº 4 ao Projeto de Lei nº 2.264/2005

Dê-se ao art. 9º a seguinte redação:

"Art. 9º - O BDMG atuará como mandatário do Estado para contratar operação de financiamento com recursos do Fundo e para efetuar a cobrança dos créditos concedidos, podendo, para tanto, recorrer às medidas judiciais cabíveis.

§ 1º - Observado o disposto em regulamento, fica o BDMG autorizado a:

I - aplicar suas normas internas de recuperação de crédito em atos de cobrança, incluindo a inserção dos devedores e seus coobrigados em órgãos de restrição ao crédito;

II - receber bens em dação em pagamento e promover sua alienação para transferência de valores ao Fundo.

§ 2º - Exceto nos casos de sonegação fiscal e observado o disposto em regulamento, fica o BDMG autorizado a:

I - transigir, com relação a penalidades decorrentes de inadimplemento do beneficiário, bem como repactuar prazos, forma de pagamento e cálculo da dívida, observadas suas normas internas de recuperação de crédito;

II - repactuar prazos, forma de pagamento e demais condições financeiras de valores vencidos e vincendos, podendo, nessa situação, ultrapassar os prazos máximos de financiamento previstos em lei.

§ 3º - O BDMG poderá debitar ao Fundo os seguintes valores:

I - os gastos com a manutenção e alienação de bens recebidos em dação em pagamento, desde que não ultrapassem o valor decorrente da alienação;

II - os saldos de contratos de financiamentos vencidos e não recebidos, depois de esgotadas as medidas de cobrança administrativas ou judiciais cabíveis;

III - os valores correspondentes a créditos irrecuperáveis e os caracterizados nos termos do disposto no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV - quantias despendidas em procedimento judicial."

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2005.

Gustavo Corrêa

Justificação: Esta emenda visa corrigir imperfeição da emenda que trata igualmente os beneficiários do Fundo suspeitos de sonegação fiscal e aqueles em situação regular. A subemenda corrige essa distorção.

Subemenda nº 1 à Emenda nº 5 ao Projeto de Lei nº 2.264/2005

Acrescente-se onde convier:

Art. ... - O art. 8º da Lei nº 15.019, de 15 de janeiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - O agente financeiro do Fundo Jaíba é o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG -, que atuará como mandatário do Estado de Minas Gerais para a contratação das operações com recursos do Fundo e ao qual compete:

I - analisar os pedidos de financiamento e decidir sobre sua aprovação;

II - contratar as operações aprovadas;

III - liberar os recursos do Fundo, obedecendo à regulamentação dos programas instituídos com tais recursos;

IV - efetuar a cobrança dos créditos concedidos em todas as instâncias;

V - emitir relatório de acompanhamento dos recursos do Fundo.

§ 1º - Observado o disposto em regulamento, fica o BDMG autorizado a:

I - aplicar suas normas internas de recuperação de crédito em atos de cobrança, incluindo a inserção dos devedores e seus coobrigados em órgãos de restrição ao crédito;

II - receber bens em dação em pagamento e promover sua alienação para transferência de valores ao Fundo.

§ 2º - Exceto nos casos de sonegação fiscal e observado o disposto em regulamento, fica o BDMG autorizado a:

I - transigir, com relação a penalidades decorrentes de inadimplemento do beneficiário, bem como repactuar prazos, forma de pagamento e cálculo da dívida, observadas suas normas internas de recuperação de crédito;

II - repactuar prazos, forma de pagamento e demais condições financeiras de valores vencidos e vincendos, podendo, nessa situação, ultrapassar os prazos máximos de financiamento previstos em lei.

§ 3º - O BDMG poderá debitar ao Fundo os seguintes valores:

I - os gastos com a manutenção e alienação de bens recebidos em dação em pagamento, desde que não ultrapassem o valor decorrente da alienação;

II - os saldos de contratos de financiamentos vencidos e não recebidos, depois de esgotadas as medidas de cobrança administrativas ou judiciais cabíveis;

III - os valores correspondentes a créditos irrecuperáveis e os caracterizados nos termos do disposto no inciso II do § 3º do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

IV - quantias despendidas em procedimento judicial.

§ 4º - O BDMG poderá celebrar convênio com entidade da administração indireta do Estado e com cooperativas e associações de produtores rurais devidamente legalizadas, nos termos definidos em regulamento, visando à operacionalização dos financiamentos a serem concedidos e ao acompanhamento dos projetos financiados.

§ 5º - O BDMG, a título de remuneração por serviços prestados como agente financeiro do Fundo Jaíba, fará jus a:

I - taxa de abertura de crédito, equivalente a 1% (um por cento) do valor do financiamento, a ser descontada no ato da primeira liberação, para ressarcimento de despesas de processamento e tarifas bancárias relativas ao contrato;

II - comissão de 3% a.a. (três por cento ao ano) incluída na taxa de juros de que trata a alínea "a" do inciso V do art. 6º desta Lei."

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2005.

Gustavo Corrêa

Subemenda nº 1 à Emenda nº 8 ao PROJETO DE LEI Nº 2.264/2005

Art. - O "caput" e o inciso VI do art. 1º da Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentados ao art. 4º os seguintes incisos V e § 5º:

"Art. 1º - Fica criado, nos termos da Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, o Fundo Estadual de Habitação - FEH -, de caráter rotativo e natureza e individualização contábeis, destinado a dar suporte financeiro a programas de investimento de interesse social, na área de habitação, para a população de baixa renda e para os servidores civis e militares do Estado.

§ 1º - (...)

VI - a realização de reformas em unidades habitacionais;

(...)

Art. 4º - (...)

V - servidores civis e militares do Estado, observadas as regras do programa de habitação de que participem.

(...)

§ 5º - As limitações previstas neste artigo, em especial as constantes dos §§ 1º e 2º, não se aplicam aos beneficiários de que trata o inciso V do "caput" deste artigo."

Sala das Reuniões, 10 de novembro de 2005.

Gustavo Corrêa

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 11, às 9, às 14 e às 19 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 63ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 4/11/2005

Presidência do Deputado Miguel Martini

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Apresentação artística - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Frei Antônio Moser - Palavras do Sr. Coordenador - Esclarecimento sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Célio Moreira - Durval Ângelo - João Leite - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Miguel Martini) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Durval Ângelo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Frei Antônio Moser, teólogo, escritor, Assessor da CNBB para Assuntos de Bioética e Diretor-Presidente da Editora Vozes; Padre José Januário Moreira, Coordenador do Vicariato de Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte; Eros Biondini, Presidente da Associação Mundo Novo; Maria Elena de Lima Perez Garcia, Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, representando a Reitora da UFMG, Ana Lúcia Gazzola; José Tarcísio Amorim, Assessor Especial da Reitoria, representando o Reitor da PUC Minas, Eustáquio Afonso Araújo; Arnaldo Valazza, Presidente da Techline Engenharia; e os Deputados Célio Moreira, coordenador dos debates, e João Leite.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Em Defesa da Vida", que visa a discutir com representantes da sociedade os principais aspectos relativos à biotecnologia e à bioética.

Apresentação Artística

O Sr. Presidente - A Presidência convida a todos para ouvir a apresentação do salmo "Sonda-me", que será executado pela Orquestra de Câmara da Polícia Militar de Minas Gerais.

- Procede-se à apresentação artística.

Palavras do Sr. Presidente

Agradecemos à Orquestra de Câmara da PMMG. Realizamos esse ciclo de debates, transmitindo-o ao vivo para todo o Estado de Minas Gerais, porque grande parte da sociedade brasileira ainda não tomou conhecimento da gravidade da aprovação de uma emenda "frankenstein" e inconstitucional, ao nosso modo de ver, a qual foi apresentada em um projeto que tratava dos transgênicos. A maioria dos parlamentares votou com base em um engodo, uma mentira, pois o debate não foi feito nacionalmente nem com a sociedade organizada.

Queremos discutir a respeito dessa questão, trazendo a versão dos que defendem a vida, não apenas sob o ponto de vista religioso, mas principalmente científico e ético. Por isso estamos aqui para discutir a respeito das células-tronco e do aborto. Vários projetos abortistas estão tramitando no Congresso Nacional. Mais de 80% da sociedade brasileira é contra o aborto. É preciso chamar a atenção para essa questão. A CNBB, na sua última conferência, definiu que é preciso levantar-se em defesa da vida e usar todos os meios para mobilizar a sociedade, que deseja defender a vida. Precisamos acabar com essa cultura de morte que impera em nosso país.

Agradecemos muito ao Frei Antônio Moser, que se dispôs a deixar suas atividades para estar conosco. Ele é um conhecedor profundo do assunto e se dispôs a vir aqui e falar para os mineiros a respeito desse tema. Agradecemos a todos os presentes, componentes da Mesa, convidados e participantes. Ao terminar o debate, celebraremos a vida com D. Walmor, às 16h30min. Posteriormente, haverá o "Show" da Vida.

Sem mais delongas, vamos ganhar tempo, cada minuto é precioso. Portanto, passamos a palavra ao Frei Antônio Moser, teólogo, escritor, Assessor da CNBB para Assuntos de Bioética e Diretor-Presidente da Editora Vozes, como já disse. Ele discorrerá sobre o tema "Biotecnologia e Bioética - O Início da Vida Humana e Decorrências Éticas".

Palavras do Frei Antônio Moser

Boa-tarde a todos. Antes de mais nada, manifesto a minha alegria de participar deste evento, que julgo de grande importância, tanto pelas pessoas que aqui estão, quanto pelo fato de todo o Estado estar sintonizado conosco na promoção da vida. Para ser franco, vir a Belo Horizonte não é nenhum sacrifício, sempre é muito bom, sobretudo sendo Diretor da Editora Vozes. Temos duas livrarias e uma distribuidora. Quero manifestar a minha gratidão pelo convite e dizer que me sinto em casa, porque Minas sempre acolhe muito bem.

Ao longo dos últimos 30 anos, venho me preocupando com a questão da bioética, que, oficialmente, começou em 1970. Tive o privilégio de ser aluno de um dos fundadores do primeiro centro de bioética, em Washington. Ele lecionava em Roma, trazendo-nos as últimas novidades. Em seguida, elaborei para o Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis um curso de bioética, dividido em duas partes. Na primeira, era dito tudo o que se fala hoje: manipulação genética, inseminação e fecundação artificial, partenogênese, clonagem. Não se falava em células-tronco, porque não havia esse conhecimento. Mas, de qualquer forma, ao longo dos anos, fui percebendo um deslocamento, em termos de ciência e de compreensão da vida.

Sobretudo nesses últimos anos, participei de maneira mais direta dos debates. Fui ao Senado Federal, há três anos, numa véspera da festa de Santo Antônio, para participar de um seminário, que deveria levantar questões relacionadas ao que então se chamava clonagem terapêutica. Hoje quase não se fala mais nesse termo, usando-se outra terminologia. Saí de lá convencido de que era o momento de se publicar um livro que conseguisse traduzir toda a problemática, levantando os problemas e iluminando as questões. Por mais que o noticiário seja objetivo e completo, sempre será muito pouco ligado, isto é, não há linha de continuidade nem possibilidade de se ter uma visão do conjunto. Publiquei esse livro, no ano passado, intitulado "Biotecnologia e Bioética: para onde vamos?".

Ao longo desses últimos três anos, comecei a perceber, sempre mais nitidamente, que a Igreja Católica é apresentada, em certos setores da sociedade, como a Igreja do "não", aquela que freia o progresso. Fala-se, em alto e bom som, em certos programas, que a Igreja representa o obscurantismo religioso. Até parece que regredimos no espaço e no tempo, quando a pré-Revolução Francesa falava em Século das Luzes, Iluminismo, e Racionalismo. Parece que estamos regredindo, em vez de progredir. Diante disso, percebi a importância de se pesquisar o assunto. A assessoria da CNBB possui pesquisadores de laboratório, com os quais estamos em contato. Cheguei à conclusão de que deveria "tematizar" toda essa problemática, mas focando a Igreja do "sim" - e gostaria que prestassem atenção a esse título -, diante dos mais recentes avanços biotecnológicos.

Estamos vivendo um momento excepcional da história da humanidade, e, de alguma forma, um momento excepcional da história da criação. Ao longo dos séculos, quando estudamos o relacionamento entre religião e medicina, entre fé e ciência, percebemos que há momentos em que o diálogo é relativamente fácil, e há momentos em que ele se torna muito difícil. Vivemos num momento em que o diálogo é difícil: não o diálogo entre fé e ciência em abstrato, mas entre certos setores em que trabalham empresas de biotecnologia e a Igreja, com a sua posição oficial.

Gostaria de ressaltar que me sinto fascinado pela genética e pelos progressos da biotecnologia. Percebo que a Igreja oficialmente sempre manifesta alegria quando há reais avanços em termos de medicina e de sociedade, em que o ser humano passa a se tornar mais ser humano, isto é, humano com "h" maiúsculo, podendo viver com mais intensidade a sua vida.

Para evitarmos equívocos, trabalharei em três passos sucessivos. Num primeiro passo, a pergunta é: onde se localizam as tensões entre biotecnologia e fé? O segundo passo é o que está em jogo em toda essa problemática. O terceiro passo é a Igreja do "sim".

Por que é importante situar essa questão e, mais exatamente, situar os pontos de tensão? Porque pode-se ter a impressão de que todas as ciências e todos os cientistas estão contra a Igreja, contra a religião, quando, na realidade, percebemos que os pontos de tensão e os setores onde eles se concentram são localizados. Diria que, em primeiro lugar, vamos sentir as tensões com os avanços da biotecnologia, na medida em que essa biotecnologia incide sobre a fase inicial e sobre a fase final, ou seja, os pontos de tensão estão no início e no final da vida. Claro que há repercussão dessas tensões sobre o todo da vida. Se observarmos os três ângulos da fase inicial, perceberemos que, em termos de biotecnologia, estamos assistindo à possibilidade real de moldarmos nosso corpo, e isso é algo inusitado.

Moldamos nosso corpo por meio dos nossos hábitos de vida, de exercícios físicos, de procedimentos estéticos, com ou sem cirurgias, com ou sem implantes e transplantes. Há uma série de maneiras de atuar sobre o corpo. Hoje, pela manhã, li um livro exatamente sobre isso.

Hoje, ninguém mais está satisfeito com o próprio corpo. Pelo contrário, todos imaginam ser necessário encostar em uma oficina para fazer alguns reparos no carro da vida. Quanto a esse primeiro aspecto, podem-se, de início, escolher os espermatozoides, os óvulos, de forma a optar pelas características de seus descendentes. À medida que a biotecnologia avança, consegue-se determinar características, que, até certo ponto, nos surpreendem, a exemplo da estatura, da cor dos olhos, etc. Evidentemente, isso provoca tensões, porque começamos a trabalhar partindo da pressuposição de que este mundo só pode ser habitado por seres humanos perfeitos. O grande problema reside em saber o que é ser perfeito. Onde ficam os que não se enquadram nos padrões de beleza, de estética nem de inteligência? Esse é o primeiro ponto de tensão.

Na fase inicial, o segundo ponto diz respeito às células-tronco, enfim, o Santo Graal, que todos sabem o que significa. Trata-se de uma referência ao cálice de Jesus Cristo na Última Ceia. Claro que isso é uma lenda; todavia, segundo essas histórias, quem tocasse no cálice seria curado de todos os males. Hoje, fala-se em células-tronco como se falassem de algo muito palpável, cotidiano, conhecido. Trata-se de uma descoberta sensacional. Isso significa dizer que há as células embrionárias, que são todo-poderosas, e as que denominamos de adultas, que normalmente estarão espalhadas por todo o nosso corpo para repor as que morrem.

Não somos contra experiências com células adultas, desde que sejam respeitadas as normas éticas devidas a qualquer experimento humano. O nosso problema é duplo. Em primeiro lugar, ver o embrião como se fosse simples material genético; em segundo lugar, cultivar uma ilusão de

vida saudável e fácil por meio das células-tronco, que se apresentam como uma panacéia.

Quando eu era criança, apelava-se para a aspirina, como se fosse algo capaz de curar todos os males; hoje, apela-se para a célula-tronco, sobre a qual paira um fetichismo. Não há dúvida de que é uma grande descoberta, mas temos de caminhar muito. Não podemos esperar que a salvação do mundo venha delas.

Há um terceiro aspecto, que se relaciona com a fase inicial. O que fazer com os anencéfalos? É muito curioso o fato de ninguém falar neles. Desde que os furacões começaram a investir contra a América do Norte e a América Central, só ouvimos falar deles, dos terremotos e dos maremotos. Há alguns meses, parecia que o mundo estava paralisado diante dos anencéfalos, como se eles fossem milhões. Meu Deus! São casos traumatizantes, sim, mas relativamente raros. O que fazer? Liberar o aborto? O problema não passa por aí. Deve-se perguntar por que, eventualmente, os casos estão aumentando e como preveni-los. Temos a resposta. Grande parte desses casos - que são poucos - poderiam ser solucionados simplesmente ministrando-se ácido fólico. Por que não se faz isso e se parte já para um argumento em favor da liberação do aborto? É um ponto de tensão, não há dúvida.

Em seguida, três ângulos da fase final, de uma maneira muito breve. Há setores da sociedade querendo apressar a morte daquelas pessoas que se tornam indesejáveis. Não duvidem disso, que ocorre não apenas no Brasil, mas também em países ditos de primeiro mundo, inclusive a Holanda, pasmem os senhores!, que sempre se caracterizou por uma grande acolhida da vida. Até lá está havendo a falência das instituições destinadas a dar cobertura no campo da saúde. Simplesmente, vão-se abrindo as possibilidades para as pessoas pedirem para que se apresse a morte. Evidentemente, nós, no Brasil, já estamos chegando lá. Daqui a pouco, aparecerá um projeto de lei nesse sentido, ou seja, será possível aliviar a carga da Previdência apressando-se certas mortes; no entanto, há pessoas importantes que não podem morrer. Então, retarda-se a morte, é o que chamariamos de distanásia, contrapondo à eutanásia. Eutanásia seria apressar a morte; distanásia, reter, não deixar morrer.

Em seguida, vem uma terceira possibilidade, em busca de um ponto de equilíbrio. Qual é esse ponto de equilíbrio? Respeitar a vida até o final, desde que com os meios chamados convencionais. Não se vai retirar, em nenhuma fase, em nenhuma etapa da vida, alimentação nem cuidados normais, como higiene. Isso não ocorrerá nunca. Entretanto, quando se chega a uma determinada fase, é colocada a seguinte pergunta sobre os aparelhos sofisticados: "Até que ponto isso realmente corresponde ao louvor de Deus?". O Papa João Paulo teve, na derradeira hora, o grande gesto de dizer: "Não quero mais ser levado ao hospital"; isto é, que seja dada toda a assistência, mas deixando que a sua hora soe, ao receber o chamado de Deus.

Não somos a favor nem da eutanásia nem da distanásia, mas do bom-senso de ajudar as pessoas em sua fase final, aliviando seus sofrimentos, nunca apressando a morte. Primeiro ponto, portanto, alguns aspectos da tensão existente entre a ciência e a fé.

Segundo ponto, o que está em jogo? Por que há essa tensão? Em primeiro lugar, o que está em jogo é uma concepção de ciência e uma concepção de fé. A ciência não pode vir no singular, pois são muitas as ciências. Sobre tudo hoje, todas estão conectadas, como a informática, numa rede de ciências.

Em seguida, a verdadeira ciência sabe que sempre haverá novo desdobramento. A minha conclusão vale enquanto não for provado o contrário. A possibilidade de desdobramentos faz parte das ciências. Ou seja, não se sacraliza uma conquista, apenas se vai prosseguindo nas pesquisas.

Outro ponto: a fé. Claro que temos o núcleo da fé; no entanto, essa fé é vista por nós e entendida de maneira dinâmica, ou seja: como crianças, temos uma certa compreensão dos mistérios da fé; como adultos, temos outra compreensão. Quem tem mais estudos teológicos tem compreensão evidentemente mais ampla dos dados da fé.

Em seguida, uma concepção antropológica: "o que é o ser humano?". O ser humano não é constituído por bilhões de elementos genéticos nem é constituído por um corpo, mas é um ser formado de alma e corpo, tem muitas dimensões. O que está em jogo é uma concepção de ser humano.

Terceiro, está em jogo uma concepção de sexualidade. Com certeza, alguns dirão: "Como a Igreja, justamente ela, que é uma estraga-prazeres, está aí vendo pecado em toda parte?". Pelo contrário, a compreensão teológica da sexualidade é ampla, profunda, e envolve o ser humano no seu todo. Traduzindo, há setores da sexualidade que reduzem a sexualidade ao sexo biológico. Isso é uma pobreza que não pode levar a lugar nenhum.

A sexualidade é uma energia, uma força que está dentro de nós e tem múltiplas dimensões: afetiva, cultural, política, econômica, biológica, mas também tem uma dimensão espiritual. Uma concepção de matrimônio, de família, isso está em jogo. Que matrimônio é esse? Estamos assistindo à rotatividade afetiva espantosa de certas celebridades. Vão ganhar medalhas de campeonato de rotatividade afetiva. Isso impressiona.

Evidentemente, não podemos aceitar essa concepção de matrimônio. Muito menos de família. O que é família? É simplesmente ter filhos ou é constituir um lar?

Quinto, uma concepção de doença. Houve uma época em que todas as doenças eram de fundo psicológico, época em que se descobriu o inconsciente, com Freud e companhia. Tudo era psicológico, neurose e psicose, uma série de males relacionados com a psicologia.

Há décadas, a origem de todos os males estava na sociedade. Hoje, parece que a origem de todos os males, de todas as doenças está no código genético. Então, se trabalharmos o código genético, acabaremos com os males no mundo e teremos uma humanidade eternamente feliz.

Temos também uma concepção muito biológica, muito setorial de doença. A doença não existe. Há pessoas humanas concretas e sociedades que vivem de uma maneira doentia. A mesma coisa acontece em relação à saúde. Ter saúde? Não, não temos. Somos ou não somos saudáveis. Há pessoas que fisicamente aparentam grande vitalidade, mas espiritualmente são doentes. Essa doença espiritual se projetará sob o ângulo físico no decorrer do tempo. Assim, também muitas pessoas são psiquicamente doentes. Então, nem todas as doenças remetem para genes eventualmente defeituosos.

Sétimo, temos uma concepção de dor e de sofrimento. Há pessoas que imaginam que virá um dia em que não sentiremos mais dor. Há um autor que está publicando agora um livro pressupondo como seria se, durante um ano, ninguém mais morresse. Imaginem os transtornos que isso causaria na sociedade.

Da mesma forma, imaginem o dia em que ninguém mais sentisse dor. Nós nos jogaríamos no fogo e seríamos consumidos sem perceber. Tropearíamos nas pedras e nem perceberíamos. Ou seja, a dor é um mecanismo de defesa. A mesma coisa acontece com o sofrimento, que tem um sentido. Claro que nenhum de nós quer sofrer, mas temos de aprender a enfrentar o sofrimento.

Em seguida, uma concepção de felicidade e realização humana. Acabei de publicar um artigo em uma revista, com este título: "Sexualidade: a Felicidade ao Alcance de Todos". Todos queremos ser felizes. Eu também. Deus não nos fez para a infelicidade, mas para a felicidade. Todavia, felicidade não significa realização. Felicidade está mais ligada a um momento em que você se sente feliz, ao passo que a realização humana é uma conquista, mesmo em meio às contradições.

Abordarei a concepção de tarefa humana. A partir de uma visão bíblica, sabemos que Deus nos confiou a administração de todas as coisas, sem restrição, inclusive a administração do nosso corpo e da nossa vida. Deus espera que façamos uma administração sábia, ou seja, que não atenda só o meu interesse ou o nosso, mas a compreensão que houve no passado, pensando nas repercussões em relação ao futuro. Para administrar sabiamente, temos de nos perguntar pelo sentido de todas as coisas.

Finalmente, o item 2.10 refere-se à concepção de vida e de morte. O que é viver? Para que viver? Acabamos de comemorar o dia dos mortos, finados, que mexe com o sentimento de todos nós. Quando vamos ao cemitério, perguntamo-nos quem está lá. Reconhecemos alguns túmulos, mas, no meio de bilhões de túmulos, quantos deixaram o nome na história? Alexandre Magno e Napoleão deixaram o nome na história. Figuras do Brasil também deixaram nome porque foram grandes matadores. Outros, ao contrário, não deixaram nomes aqui, mas seus nomes estão escritos no livro da vida, porque deram a sua vida para que pudéssemos viver. Portanto essas são algumas das questões que estão em jogo nas tensões entre ciências e fé.

O terceiro e o mais importante aspecto: A Igreja do "sim", estratégia para um diálogo frutuoso. Normalmente, quando se fala sobre biotecnologia, sobretudo no campo da genética, fala-se que a Igreja está contra. Gostaria que os telespectadores e os presentes abrissem o coração e raciocinassem. Existe todo um mecanismo para incompatibilizar os setores da Igreja com os setores dos laboratórios, sobretudo os de empresas de biotecnologia. A pergunta é: Por que se incompatibilizar com a Igreja e as religiões, de modo geral, e com a Igreja Católica e o cristianismo, de modo particular?

Somos a Igreja do "sim", e não a Igreja do "não". O nosso "não" está embutido no "sim". O que temos de levantar é a bandeira do evangelho da vida: "sim" ao direito de nascer e crescer num lar. Quantos milhões de brasileiros não têm direito a um lar para nascer nem para crescer? Como podemos simplesmente sacralizar a vida em laboratório, para aprimorar a espécie humana? Quanto aos animais, trabalhamos numa linha para aprimorar. O que os seres humanos precisam para ser mais humanos é um lar, um ambiente favorável para ser concebido, para nascer e para crescer. Infelizmente, milhões de brasileiros não têm isso.

Se olharmos toda a Terra, veremos que 1/3 da população mundial não tem condições mínimas nem para nascer nem para viver.

3.2 - "Sim" ao direito de ser original e irrepêtil. Sinto-me orgulhoso. Jamais na história da humanidade haverá outro homem igual a mim. Sou único, original. Jamais haverá outro homem ou outra mulher igual a você que está aqui assentado à minha frente ou me vendo pela televisão. Cada um de nós é original. Deus não conhece xerox. Somos contra a clonagem? Não. Somos a favor do direito de você ser você e de não se padronizar o ser humano e os outros seres. Aí entra, por exemplo, a questão dos transgênicos, da biodiversidade. Não podemos ser a favor dos transgênicos, sobretudo como o projeto foi votado e como tudo está sendo feito, pois não somos contra a biodiversidade, mas sim a favor dela. Não há pesquisas suficientemente sérias para tomarmos medidas tão importantes no âmbito da comercialização. Uma coisa é pesquisar; outra é comercializar. "Sim" ao direito de ser original e irrepêtil. A clonagem nega esse direito.

3.3 - "Sim" à verdadeira política familiar e demográfica. Algumas pessoas podem se espantar e perguntar: A Igreja não é contra o planejamento familiar? Não. Somos a favor de uma política familiar em que as pessoas possam ter os filhos que desejam e acreditam que possam ter e educá-los. Infelizmente, grande parte da nossa sociedade brasileira não tem esse direito, porque não há uma política familiar de educação para o amor, de construção e de favorecimento de condições para que um homem e uma mulher construam o seu lar e dêem um mínimo de atenção e de carinho aos seus filhos, mas sim uma política de distribuição de contraceptivos. Então, "sim" à política familiar. Por isso somos contra a contracepção, aquela mentalidade contraceptiva de que o filho é uma ameaça. A mesma coisa é o "sim" à política demográfica. O que é política demográfica? Antes de mais nada, é a distribuição das populações. Hoje diríamos que é fixar as populações onde estão e dar-lhes condições para que não sintam o apelo dos grandes centros. As megalópoles são ingovernáveis. Somos a favor de uma política demográfica que distribua os recursos e os benefícios.

3.4 - "Sim" à vida em todas as manifestações e em todas as fases. "Sim" ao carrapatinho que agora se tornou uma grande ameaça para a saúde no Brasil. "Sim" a qualquer vermezinho da terra. "Sim" a qualquer ser, por mais estranho que nos pareça. Portanto também "sim" ao homem, à mulher, ao ser humano, assim como se apresenta: bonito ou feio, independentemente da cor da pele. Isso não importa, pois é um ser humano. "Sim" à vida em todas as manifestações e em todas as fases, desde o primeiro instante até o último. Somos a favor da vida em todas as manifestações e em todas as fases.

3.5 - "Sim" às pesquisas levadas adiante com seriedade. Não sugiro que não haja pesquisadores sérios. Pelo amor de Deus! Não podemos mais imaginar a nossa agricultura sem as pesquisas de laboratório. Temos a Embrapa, que é uma instituição realmente venerável e respeitável. Não diria que a biotecnologia nem a tecnologia nos ameaçam. O que seria de nós sem tecnologias como a do celular, do avião, dos eletrodomésticos?

"Sim" às pesquisas levadas adiante com seriedade. O que está ocorrendo é que, no campo das pesquisas, dá-se mais valor a um instante de mídia que ao resultado verdadeiro da pesquisa, ou seja, ao fato de ter a coragem de dizer "não estamos conseguindo", "estamos com esperança", "estamos tentando, mas ainda não conseguimos". Há setores, no campo de empresas de biotecnologia, que mostram resultados que não correspondem a fatos, promessas que não podem ser cumpridas. Por exemplo, logo depois da votação da lei da biossegurança, imediatamente, milhares de pessoas telefonaram para os centros de biotecnologia para ver se já era hora de levar os seus pacientes com várias distrofias, com várias doenças de cunho genético, para tratamento, porque agora se cura tudo.

A verdadeira ciência é séria, é discreta e humilde.

Collins comandou o projeto Genoma Humano, que teve o seu encerramento solene diante da Casa Branca, em Washington, no ano 2000. Aquele grande cientista disse naquela ocasião: "Estou, simplesmente, admirado diante de tanta complexidade e diante de tanta beleza". Bill Clinton, num momento de lucidez, disse: "Estamos começando a ler o livro da vida que o próprio Deus escreveu". Isto é atitude séria, ou seja, compreender que a sua pequena inteligência, que os seus neurônios não são capazes de competir com a complexidade da vida nas suas múltiplas formas.

3.6 - "Sim" às pesquisas com células adultas. Normalmente, encontraríamos essas células adultas no cordão umbilical, na medula óssea e em várias partes do corpo. Há pesquisadores competentes que me disseram para ir devagar, não ser muito entusiasta das células adultas nem das outras, muito menos das embrionárias, porque uma célula sediada, por exemplo, na medula óssea, desempenhará o seu papel no fígado, nos rins, nos pulmões ou no coração? Pesquisadores sérios, em cardiologia, dizem que estão começando a entrever alguma coisa, só não sabem se são os efeitos das células adultas, no caso, ou se é o próprio organismo tentando se regenerar. Em outras palavras, temos que ser prudentes no sentido de não esperarmos resultados imediatos. Que as pesquisas prossigam dentro das normas éticas já conhecidas.

3.7 - "Sim" à transparência nos resultados das pesquisas, admitindo que há falhas, que há fracassos, que não deu certo e que não dará certo.

Tivemos casos muito sintomáticos. Um exemplo foi o Vioxx, que está sendo discutido neste momento. Tinham aquela segurança e, de repente, viram que não era por aquele caminho. A talidomida foi um outro exemplo. Todos diziam uma coisa. De repente, perceberam que não era o que pensavam. Temos que ter transparência para admitir fracassos nas nossas experiências e, também, nos resultados.

3.8 - "Sim" à qualidade de vida. Temos que cultivar a qualidade de vida. Agora, isso não depende só do nosso código genético. Numa primeira fase da vida, sim, o código comanda todos os mecanismos. Desde o momento da fecundação, há uma programação que vai sendo executada, se não for interrompida por fatores externos. Por isso dizemos que, desde o momento da fecundação, devemos respeitar a vida.

Numa primeira fase, no que diz respeito à qualidade de vida, a genética tem um peso muito grande. Na medida em que crescemos e nos tornamos adultos, os hábitos de vida é que têm peso. Não há código genético que resista à fome, à subnutrição, às condições infra-humanas de vida.

Há pessoas que dão entrevistas na televisão que parecem enxergar código genético como se fosse um cofre, daqueles antigos, que os ladrões tinham medo de arrombar, de onde nada sai e onde nada entra. No jornal "O Globo" de hoje há uma reportagem sobre isso dizendo que os nossos genes são saltitantes, inclusive os do nosso cérebro. Vocês podem consultar. Os genes são manifestações de vida, e não soldadinhos de chumbo. É um dinamismo incrível.

Vamos descer um pouco para que os telespectadores possam seguir melhor o raciocínio. Olhando nossas mãos, que perfeição! Com um comando da minha mente, movimento meus dedos, aprecio minha pele, minhas unhas no lugar certo e começo a perceber a circulação sanguínea, começo a perceber que aqui existem ossos, carne, cartilagem. Tudo se articula. O que sustenta esse meu ser corpóreo são materiais genéticos, ou seja, células. Cada célula contém um genoma completo. Cada genoma contém 23 pares de cromossomos. Ali encontramos os genes, que serão cerca de 20 mil. Todo esse material genético de uma célula é sustentado por 6 bilhões de bases. Os genes são como ilhotas num mar imenso, ilhas móveis, que vão de um lado para o outro, articulando-se - isso no interior de uma célula. Quantas são as células que constituem o corpo humano? Calcula-se que sejam 100 trilhões. Em outras palavras, dentro do meu corpo, tudo se articula. Mas o meu corpo está dentro de outro corpo, comunica-se com outras pessoas, está dentro de um corpo que chamamos de meio ambiente, universo. Tudo isso tem a ver com o nosso código genético, tanto é que problemas ecológicos não são apenas ecológicos, são problemas humanos, problemas de saúde, de qualidade de vida.

Sobretudo nesse particular, não posso deixar de chamar a atenção para o fato de que qualidade de vida não se mede pelo código genético. O DNA não me diz muita coisa sobre qualidade de vida. Quero saber das relações humanas de amizade, eventualmente de inimizade; de amor, eventualmente de ódio. O que é que caracteriza a vida dessa pessoa? Ela sente-se prestigiada como profissional, como pessoa na sua atividade? Essa pessoa sente-se reconhecida como pessoa, conquistou um lugar ao sol? Qualidade de vida é muito mais: em primeiro lugar, espiritual; em segundo lugar, psíquica; em terceiro lugar, afetiva; em quarto lugar, político-social; é muito mais do que biológica. A biologia me dá um certo retrato que pode ser importante, mas que não é o único, não é completo, não é o mais decisivo.

Há pessoas que fisicamente estão fora dos padrões da normalidade. Quantos paraplégicos também foram explorados no Senado Federal? Fizeram passeatas e foram explorados. Deu-se a entender que existem milhões e milhões de paraplégicos no mundo. Perguntamos: quantos foram feitos pelas máquinas de guerra, só pensando no Iraque? Quantos foram feitos paraplégicos em acidentes nas nossas rodovias? Quantos foram feitos paraplégicos por falta de segurança no trabalho?

Então não é a genética que deve ser trabalhada, e sim o ser humano, dentro de uma totalidade, ou seja, do meio ambiente, das relações em seus múltiplos aspectos.

Finalmente, o item 3.9 diz "sim" aos meios convencionais. É claro que estamos interessados em melhorar o nosso padrão de vida. Certamente nós, que estamos aqui, se não houver algo inesperado, viveremos 80, 90, 100 ou 120 anos. Por que não? Mas isso só acontecerá na medida em que as condições econômicas, políticas, sociais e espirituais forem modificadas.

Imaginem a qualidade de vida de um soldado do Iraque. Como esses homens vão retornar ao seu país, depois de meses e até anos de tensão contínua? E isso acontece no mundo inteiro. Quantas guerras, quanta violência. Devemos cultivar os chamados meios convencionais: alimentação, higiene e cuidados com a saúde.

Há cidades que possuem centros de pesquisas com células-tronco, mas os seus postos de saúde são uma vergonha. As pessoas não são atendidas. Isso não é aceitável. É claro que queremos ter centros de pesquisas e temos condições para isso no Brasil, mas, primeiro, devemos atender às necessidades mais fundamentais: a alimentação e a habitação, e não a compra de Melhoral ou de Aspirina.

É preciso partir para o lado da educação, da promoção. Que qualidade de vida tem um desempregado que não sabe onde se refugiar aos 30 ou 40 anos? Ele está condenado. Dessa forma, é preciso que tudo seja redimensionado.

Não temos nada contra o progresso da ciência nem contra a biotecnologia, que é uma coisa maravilhosa. No entanto, é preciso saber quem está puxando os cordéis da biotecnologia, e com que ideologia e finalidade. Ela está a serviço de todos ou simplesmente daqueles privilegiados, que somos nós? Eu também sou um privilegiado, assim como todos vocês que estão aqui.

O item 3.10 diz "sim" a uma vida construída com realismo. Nunca vi tanto cultivo de ilusões na mídia como nesses últimos anos. Dão a entender que todos os problemas humanos serão resolvidos. Parece um pouco com a história de um certo personagem, que, há 10 anos, foi deposto e que dizia que resolveria os problemas do País. Agora, novamente vêm os messias para resolver os problemas da humanidade, vestidos em vestes brancas, de pesquisadores.

Queremos uma nova humanidade, em que a genética tenha um papel importante, assim como a biotecnologia e o centro de pesquisas, mas que, sozinhos, não nos levam a lugar nenhum. Pelo contrário, as armas mais poderosas já não são os canhões nem os aviões sofisticados, e sim as armas químicas e biotecnológicas, que o Sadam Hussein não detinha.

Conclusão: ser Igreja do "sim". Escrevi este texto que apresentei em uma palestra na Cidade do México há um mês, por isso a terminologia é bem eclesial.

Ser Igreja do "sim" não significa concordar com tudo que hoje se sustenta em nome do cientificismo. A ciência nos faz cair de joelhos, mas não tudo aquilo que se diz em nome da ciência. A ciência também veste roupas e carrega consigo uma cultura, uma ideologia e uma concepção de vida.

Não existe ciência neutra. Isso é cientificismo. Ser a Igreja do "sim" não significa concordar com tudo que hoje se sustenta em nome do cientificismo. Pelo contrário, assim como "Gaudium et Spes" - documento extraordinário do Concílio Vaticano II, 40 anos atrás, grande reunião dos Bispos da Igreja Católica do mundo inteiro, que deu uma grande força à Igreja do diálogo, pois "Gaudium et Spes" significa alegria e

esperança - não deixa de denunciar, ela se caracteriza pela força do anúncio. A melhor denúncia é aquela que brota de um bom anúncio. A Maria do "sim" aos planos de Deus diz "não" a tudo que representa o anti-reino; apenas a tônica é outra: não se caracteriza pela caça aos erros, mas pela busca contínua de descobrir os sinais de Deus no tempo. Obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procedeu-se à apresentação de eslaides.

Palavras do Sr. Coordenador

Obrigado, Deputado Miguel Martini. Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo por este evento. Conforme disse o nosso Frei Antônio Moser, faltava-nos um debate em nível nacional sobre as questões relativas às células-tronco.

O senhor muito bem expôs as questões referentes à biotecnologia e à bioética. Em termos simples, sabemos que a biotecnologia é um conjunto de técnicas científicas aplicadas em agentes biológicos, para promover bens e assegurar serviços nas áreas de agricultura, com a fabricação de pesticidas, adubos compostos e plantas; meio ambiente, com a recuperação do petróleo, o tratamento do lixo, a purificação da água; e saúde, com a produção de anticorpos, hormônios, vacinas e, em relação à célula-tronco, com o tratamento de doenças.

A bioética é a disciplina que estuda os problemas éticos advindos de pesquisas biológicas e a sua aplicação na saúde, na agricultura, na medicina e na alimentação. Essa disciplina preocupa-se com reflexões críticas de valores, como a discussão de dilemas éticos relacionados ao avanço biotecnológico. Entre os assuntos mais polêmicos estão a utilização de embriões em pesquisas científicas e o aborto.

Como pudemos perceber na fala do Frei Antônio, estão em jogo interesses políticos, religiosos, econômicos e científicos. A utilização de embriões em pesquisas científicas gera muita polêmica e coloca-nos frente a um questionamento em torno do qual a ciência ainda não chegou a um consenso. O direito à vida e à dignidade humana é um princípio consagrado internacionalmente ao longo dos séculos. Permitir a utilização de embriões humanos em pesquisas científicas seria retroceder no tempo e lutar contra a evolução ética e moral.

Portanto, o lema de nossa campanha é "Em Defesa da Vida e da Família". O aborto e a utilização de embriões humanos em pesquisas são um atentado à vida e à dignidade humana.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador - Neste instante, daremos início à fase de debates. Informamos ao Plenário que os participantes deverão formular perguntas ao expositor por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Solicitamos aos participantes que se identifiquem com nome completo e entidade que representam, dispensando a formalidade das saudações para que possamos agilizar os trabalhos. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para a resposta.

A ata deste evento, contendo a transcrição completa da exposição e dos debates, será publicada no "Minas Gerais" no dia 12 de novembro. A quem estiver interessado no vídeo deste ciclo de debates, esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações, razão pela qual haverá reprise do evento integral pela TV Assembléia no dia 12 de novembro, sábado, às 8 horas.

Debates

O Sr. Eros Biondini - Boa tarde. Frei Antônio, é um prazer conhecê-lo. Parabéns pela sua explanação. Há 10 anos, formei-me em Medicina Veterinária, especializando-me em reprodução equina. Por coincidência, atuo principalmente na transferência de embriões. Durante o ano, realizo 100 transferências de embriões viáveis de uma égua para outra, com a finalidade, conforme citou o Frei, de avanço genético no rebanho dos haras, atendendo, conseqüentemente, a uma necessidade humana.

Há oito anos realizo essas transferências e luto pela vida, ao lado de Miguel Martini, Célio Moreira e outros amigos. No início do meu trabalho, fizemos um treinamento e viemos para Belo Horizonte a fim de colocar a atividade em prática. Iniciamos os transplantes, mas a maioria dava errado. Ou seja, tirava-se o embrião com sete, oito dias de um animal, transplantava-se em outro, mas ele morria. Chamei o colega que me treinou para avaliar nosso trabalho. Ao fazê-lo, percebeu que os embriões migravam do centro para a periferia da placa de pêtrea, o local onde eram manipulados. Eles rolavam. Segundo ele, em seu trabalho os embriões ficavam parados. Então, ao colocar a mão sobre a lupa, percebeu que ela estava quente, ou seja, queimava e matava os embriões. Detectou, ainda, que os embriões estavam fugindo para tentar sobreviver.

Com sete dias, os embriões de equinos tinham esse instinto de vida, de sobrevivência; imaginem nós, seres humanos, desde a concepção com instinto de sobrevivência. Seres completos, como o Frei salientou: espírito e corpo. Obrigado.

O Padre José Januário Moreira - Boa-tarde a todos. É uma alegria acolher a fala extraordinária do Frei Antônio Moser, que nos coloca diante desse tema tão presente na mídia e na nossa realidade de cidadãos e de cristãos. Ouvindo essa reflexão, percebemos a necessidade de ampliar o empenho na luta pela vida. Não é simples nem fácil. Precisamos estar bem informados, aprofundar a temática e fazer chegar essa reflexão às comunidades e às pessoas de todas as condições sociais. Assim, a reflexão será maior, não apenas internamente às comunidades religiosas, mas em todo o País.

É fundamental primar pelo caminho da ética e por uma política de preservação da vida, e não por uma política de interesses de grupos e pessoas, muitas vezes, voltados para contravalores. Ouvindo a fala do Frei Antônio Moser, nós nos damos conta dessa Igreja do "sim", que valoriza a vida e a pesquisa, mas privilegiando os caminhos da ética, do direito e da vida. Nós, clérigos, sacerdotes, leigos e cidadãos, precisamos fazer um grande caminho diante dessa realidade, para contribuir eficazmente para uma postura mais correta diante dessa temática em defesa da vida. Obrigado.

O Deputado João Leite - Saudó o Deputado Miguel Martini, que preside este ciclo de debates, parabenizando-o pela iniciativa. Faltava, nesta Assembléia, justamente "este" outro lado. Temos ouvido muito do outro lado, em diversos encontros nesta Casa, uma defesa de banalização da vida, que é tão importante para todos nós. Parabênizo, também, o Frei Moser pela exposição tão bela a respeito da importância da vida.

Tenho visto, repetidas vezes, algo que a história mostrou durante muito tempo: o ataque às crianças, a vontade permanente da legalização do aborto, patrocinada agora pelo Ministério da Saúde. Por isso estou aqui, apoiando essa iniciativa dos Deputados Miguel Martini e Célio Moreira de lutar contra algo que historicamente acompanhamos, uma vontade de destruir as crianças. Preocupa-me, especialmente hoje, esse interesse por quase olhar por um buraco para saber quem irá nascer e como será. Se não estiver da maneira que interessa à sociedade, ela quer ter o direito de não deixar que esse ser venha ao mundo. Essa banalização é preocupante. A história mostra que as crianças sempre sofreram esses ataques. Que estejamos sempre juntos para lutar contra isso, como neste encontro. É fundamental a defesa da vida.

Antes de encerrar, queria lembrar uma conferência ocorrida recentemente, que contou com a participação desta Assembléia. Uma das propostas ali apresentadas foi a legalização do aborto, contra a qual o Deputado Célio Moreira se manifestou de forma muito apaixonada. No final da conferência, um jovem negro se levantou e disse: "Sou o 11º filho de uma família. Pela conta de vocês, eu não deveria existir. Não aceito isso. Quero existir, e outros têm o mesmo direito".

Quero celebrar este encontro. Precisávamos ter a oportunidade de dizer, nesta Assembléia, que queremos a vida e devemos lutar por ela. Quero também parabenizar o Deputado Miguel Martini pela iniciativa. Estou muito feliz de estar aqui com todos vocês. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputado João Leite. Gostaria de registrar o ciclo de debates, realizado no Sesc, em Brasília. Por várias vezes, tentaram aprovar a liberação do aborto. Precisamos dar toda a assistência médica e psicológica às mulheres, equipar os hospitais para defender e atender a vida. Em Belo Horizonte, também foi apresentado um projeto, de um Vereador, querendo equipar um hospital para matar, sendo que os hospitais e postos de saúde da nossa cidade não estão conseguindo nem atender a uma dor de barriga.

Quero parabenizá-lo pela defesa de V. Exa. naquele debate em que defendemos a vida, quando fomos até criticados por pessoas da Igreja. Havia alguns movimentos, que se diziam da Igreja, querendo a aprovação do aborto.

Há uma pergunta para o Frei Antônio Moser, formulada por Marta: "Por que o clero brasileiro não criticou o Presidente, quando foi liberada a verba - e não vetada como deveria ser - para a manipulação dos embriões? O Presidente Bush foi criticado pelos católicos americanos e até pelo Vaticano por ter liberado verba simbólica".

O Frei Antônio Moser - Farei referência, primeiramente, à história do 11º filho, que também se julgava no direito de nascer. E eu, que sou o 13º filho? E minha mãe já tinha mais de 40 anos! Pelo jeito, não sou tão diferente!

No que diz respeito à pergunta sobre o porquê de o clero ou a Igreja não ter criticado o Presidente da República, não apenas em relação a esse particular, mas também a outros projetos, nunca tivemos tantos projetos tão distantes do nosso ideal de vida como agora, nesses últimos anos, mais exatamente há cerca de pouco mais de um ano. Há uma multiplicidade de projetos que agridem a Igreja e o bom-senso. As críticas foram feitas, mas, talvez, o peso da Igreja não tenha sido suficiente para demover certos esquemas movidos por interesses muito poderosos, em que as convicções mais profundas são sacrificadas. Isso é apenas mais uma das manifestações do quão longe estamos de uma sonhada sociedade participativa para resolver os reais problemas da nossa população.

Em relação a uma ponderação feita neste Plenário, sobre como fazer essas considerações chegarem às comunidades, à base - o Padre José também falou sobre as bases -, trata-se de um trabalho que tem de ser iniciado urgentemente.

A criança com 3, 4, 5 anos, ao começar a balbuciar, já sabe toda essa nomenclatura. Fala sobre transferência de embrião, clonagem e todas essas palavras que parecem difíceis à primeira vista.

Alguém um dia me criticou por usar a palavra nanotecnologia. Na semana seguinte, o Presidente da República inaugurou um centro de nanotecnologia em Campinas. Esse é nosso cotidiano. E temos que ir ao encontro do povo, para que não se deixe manipular por ilusões. Há um verdadeiro mercado de ilusões, há vendedores de ilusões que deveriam ser responsabilizados civilmente, porque fazem promessas que não podem cumprir.

No tocante à questão dos embriões, até agora nada se provou, com todos os progressos, mesmo no reino animal. Mesmo que seja exitosa no campo da agroindústria, da pecuária, isso não significa que podemos simplesmente transpor a tecnologia para o humano, porque o que queremos não são bons reprodutores, mas seres humanos respeitados na sua dignidade, independentemente da sua aparência e da etapa de vida na qual se encontram.

Basicamente é isso, mas eu teria outras considerações a fazer a propósito de uma série de observações feitas.

O Sr. Coordenador - Há mais uma pergunta, cujo autor não se identificou: "Atualmente, no Brasil, milhares de embriões congelados, frutos de processos de reprodução assistida, são descartados. Essa prática já ocorre há alguns anos. No entanto, nada se fala a respeito. Por que defender a não-utilização de embriões de até 14 dias em pesquisa, quando na realidade eles são descartados todos os dias pelas clínicas?"

O Frei Antônio Moser - A pergunta foi muito bem-feita, e acho que cabem todas as perguntas num debate como este.

A Igreja tem intuições profundas que às vezes custam a ser entendidas. Uma delas é esta: na medida em que autorizamos a reprodução em laboratório, não temos mais limites. Sempre digo para não me perguntarem o que fazer com os embriões congelados, porque não sei. O então Cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, não soube responder. Só há uma resposta: não produzam mais. Logo após a aprovação dos transgênicos, junto com a liberação para a pesquisa de embriões, que foi uma infelicidade e uma maldade muito grande, estive com um Senador, que me disse para não me preocupar tanto, porque haviam sido aprovados só os embriões que já existiam. Disse a ele que histórias de Papai Noel não colam mais, porque isso é uma indústria onde se vendem espermatozoides, óvulos e embriões. Então, o mal não está no que fazer com os 30 mil embriões congelados, mas em ser isso uma máquina de produção de embriões.

Neste ponto, voltaria à colocação da intuição da Igreja: o respeito à vida. Que o laboratório não serve somente à agroindústria, mas também para diagnósticos, para combater certos males, isso não vem ao caso. Apenas a reprodução nunca será uma reprodução humana, se não for resultado do calor concreto da união de um homem e de uma mulher. O laboratório pode subsidiar e dar aporte, mas jamais substituí-los. Não queremos mais pessoas, uma população maior no sentido de reproduzir, mas que seres enviados por Deus, por meio de um homem e uma mulher, sejam devidamente acolhidos e respeitados.

A Sra. Kátia Ferraz - Boa tarde. Cumprimento a Mesa pela pertinência do assunto. É lógico que todos nós defendemos a vida. No entanto, entendo que as pesquisas acerca das células-tronco andam na contramão, se consideradas as reflexões sobre o aborto. A célula-tronco não significa a extinção da vida nem a violação de qualquer lei. Acredito que, se chegamos a esse nível de pesquisa científica, é porque a providência divina permitiu. Não acredito que Deus deixaria essa questão à mercê apenas do homem, sem vigiar e olhar pelas questões referentes à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em defesa da vida, também é importante falar das pessoas que querem e têm o direito à qualidade de vida a partir das pesquisas sobre as células-tronco, que são feitas a partir dos encartes do Ministério de Ciência e Tecnologia, onde vocês poderão pegar esse material. Esses encartes são fornecidos em parceria com o Ministério da Saúde. Uma reportagem da "Folha do Inovação" trata da reflexão acerca do que realmente é a célula-tronco. Senti muita falta da parte científica, da explicação dos geneticistas à comunidade sobre o que significa a pesquisa de célula-tronco, ou seja, da demonstração de que não se trata de comparar a pesquisa ao rompimento da vida ou ao aborto.

Faça essa consideração, a fim de que vocês busquem informações mais precisas. É muito importante que as comunidades religiosas se integrem, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade, enfim, do povo, sem se apegar a conceitos equivocados. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Há, aqui, duas perguntas dirigidas ao Frei Antônio, mas as pessoas esqueceram-se de colocar seus nomes: "Frei Antônio, mesmo que sejam utilizadas células-tronco adultas, qual sua expectativa com relação à utilização por carentes por intermédio do SUS?"; "Durante sua explicação sobre os seres anencéfalos, o senhor disse que o ácido fólico poderia ser usado. Para qual finalidade?".

O Frei Antônio Moser - Quanto à primeira pergunta, no tocante ao uso de células-tronco pelo SUS, depende. Se forem células adultas, estamos de pleno acordo. O problema é com o embrião. Não falemos em células embrionárias, mas em embriões. A questão está no uso do embrião. Não dominamos o uso de células-tronco adultas e, muito menos, de células de embrião. Aliás, Dra. Lígia Pereira, em entrevista no "Roda Viva", foi muito feliz. Defendeu o direito à pesquisa, mas foi categórica em relação ao fato de se injetar célula-tronco em um ser humano, o que considerou um atentado à vida.

Do ponto de vista científico, eu diria que nós, da Igreja, não estamos pouco subsidiados; pelo contrário, há bons assessores, que pesquisam mesmo! Não são padres, mas pesquisam. Penso que temos de, evidentemente, fazer com que o SUS seja o SUS, ou seja, atenda às necessidades primeiras, mais urgentes da população. Depois, pode-se partir para o passo seguinte. Claro que ninguém vai contestar a necessidade desses avanços.

No que se refere ao ácido fólico, a questão é simples, justamente porque o que caracteriza o problema da anencefalia é - a palavra é um pouco complicada, seria meroencefalia -, em grande parte, a falta desse ácido. Na medida em que ministramos o ácido, podemos prevenir cerca de 70% dos casos, ou seja, não todos, mas um grande número.

A Sra. Maria Elena de Lima Perez Garcia - Boa tarde. Também estou gostando muito do debate. Cumprimento o Frei Moser, assim como os Deputados.

Como foi falado muito das ciências, dos pesquisadores e das razões da pesquisa, gostaria de dizer que, na universidade que represento, por exemplo, todas as pesquisas, antes de serem autorizadas, passam por uma análise criteriosa de um comitê de ética. A nossa principal função, nesse comitê da UFMG que presido, é defender a dignidade e o direito do ser humano. Se percebermos qualquer coisa que fira essa dignidade ou que ultrapasse esse direito, somos obrigados a não autorizar a realização da pesquisa.

Quero fazer um complemento com relação à pergunta feita sobre os recursos do SUS. Como pesquisadores, vimos atualmente um edital do MEC para pesquisa, mediante utilização de células-tronco, principalmente para tratamento de doenças cardíacas. Parece que já há alguns resultados positivos comprovados nesse sentido. O governo lançou esse edital para pesquisa, inicialmente, num valor, parece, de R\$18.000.000,00.

No Brasil, já estão sendo incentivadas as pesquisas com essas células, o que representa uma grande potencialidade. No entanto, como o Frei colocou, não podemos pensar que isso resolverá todos os problemas. A pesquisa tem de ser feita com o olhar a distância, de forma muito analisada e muito bem refletida. Um grande Prêmio Nobel em medicina, Marshall Nirenberg, já dizia que não devemos aplicar as novas tecnologias antes de refletirmos muito bem sobre elas. Sempre há uma angústia quando se vai aplicar novas tecnologias.

Por exemplo, a fertilização "in vitro", dos anos 70, está tendo como resultado, como o Frei colocou, uma grande quantidade de embriões estocados, que estão sendo jogados pelo ralo. Essa a grande questão a ser definida. A ética determina que toda decisão tem de ser muito debatida e muito refletida. Trata-se de uma decisão da sociedade, que deve ser fruto de muita reflexão.

Deixo uma pergunta, a qual não sei responder: É mais ético jogarmos os embriões pela pia ou tentarmos utilizá-los para fins terapêuticos? Também não sei responder a essa indagação. Acho que o problema surgiu quando se autorizou a fertilização "in vitro". Temos de olhar esse problema de frente.

O Sr. José Tarcísio Amorim - Bom dia. Gostaria, em nome de nossa universidade, de agradecer à Assembléia Legislativa pelo fato de estar trazendo para seu Plenário um tema que, até então, teria ficado apenas na comunidade científica, fazendo com que todos nós pudéssemos participar dos debates do nosso tempo.

A minha consideração talvez seja um pouco simples, mas todo ser humano é um conflito entre o "eu sou" e o "eu posso". Essa é a nossa grande marca, pois não somos seres instintivos, que já temos, no código genético, como nos animais, toda a previsão de nossa vida, previamente programada. Vivemos entre o mundo construído e o mundo em construção. Então, neste momento, o que me parece muito importante é que, quando olhamos aquilo que foi construído até hoje, percebemos que tudo tem ajudado a humanidade, mas que também nunca estivemos tão próximos de novas tecnologias e de novos problemas. Talvez não tenhamos ainda as respostas para a complexidade dos problemas que estão surgindo. Mas temos de fazer a pergunta ética. Essa pergunta deve prevalecer a cada momento. Aquilo que é possível é desejável? O nosso conceito de dignidade humana pode ser questionado pela nova tecnologia? Ou o nosso conceito questiona a tecnologia e mostra o que deveria ser possível?

Há muitas coisas para as quais a tecnologia aponta grandes possibilidades; mas talvez nunca tenhamos vivido uma época histórica em que ficasse mais pungente, necessário e impositivo que saíssemos das preocupações do mercado e resgatássemos a dignidade do ser humano. Nesse sentido, a nossa universidade se sente feliz em presenciar e participar desse debate.

O Sr. Arnaldo Valazza - Primeiro, muito obrigado, Deputado Miguel Martini, pelo convite para estar nesta palestra. Meus parabéns, também, ao Frei Antônio, de cuja apresentação gostei muito. Sou convidado de fora, da Argentina, de Buenos Aires. Minha intervenção é muito simples. Refletirei e raciocinarei com vocês sobre um aspecto que surgiu em minha cabeça com a apresentação do Frei Antônio.

Esse problema que você abordou está também na ordem do dia na Argentina e em todas as partes do mundo. Do ponto de vista espiritual, considero que isso faz parte do combate espiritual, que está surgindo no mundo da ciência e da tecnologia. Nós, profissionais de fé, temos de ver que, na Bíblia, na Epístola aos Efésios, no capítulo VI, se diz que a nossa guerra, o nosso combate não é contra a carne nem contra o sangue, mas contra as potestades e os poderes espirituais deste mundo.

Como cheguei a essa reflexão, com a citação da Bíblia em relação ao mundo da ciência, do qual estamos falando hoje aqui? Todos aqueles cientistas que estão trabalhando nessa área têm diversas motivações. Alguns estão sendo motivados por Deus para procurar o avanço da ciência e a melhoria da qualidade de vida. Outros não, estão sendo inspirados por um inimigo, do qual falamos, para procurar benefícios pessoais, setoriais, de tal maneira, que os fins justificam os meios.

Nessa luta espiritual, temos de ver o que há nessa área. A luta espiritual não é uma luta mística entre os anjos e o Demônio. Essa luta se dá em todas as áreas da vida e também na área da ciência. Refletimos também sobre uma carta a Timóteo, a primeira, capítulo II, quando nos

inspira a orar pelos líderes e pelos cientistas bem-intencionados e também pelos mal-intencionados. Todos são líderes em seus cantos. A Bíblia nos aconselha a orar por eles, para que realmente sejam inspirados a trabalhar seriamente e busquem a melhoria das condições, que possam ajudar a saúde e o desenvolvimento do gênero humano, mas sem nenhum tipo de manipulação, porque, em última instância, todos aqui concordamos que somente Deus tem total e absoluto direito sobre as nossas vidas.

Nosso trabalho é brindar a maior formação e capacitação nesses temas. E o meio mais correto para isso são as nossas famílias. Creio que devemos trabalhar com dois grandes fóruns: os fóruns públicos, como este, e os pequenos, como a família, para que nossos filhos e netos e todos os que estão envolvidos nesses temas - e que, seguramente, podem passar por qualquer dessas situações na vida - possam fazer a escolha certa.

O Frei Antônio Moser - Parabenizo o Deputado Miguel Martini, Eros Biondini - Eros, deus da força, do vigor, do amor -, os demais integrantes da Mesa e todos os que colaboraram para que este evento fosse possível.

Estou fascinado pela biotecnologia. Creio que as maravilhas que descobrimos ocorrem porque Deus nos empresta o seu olhar. Conforme dizia Clinton, estamos começando, e não terminando, a ler o livro da vida, escrito pelo próprio Deus; entretanto, hoje, mais do que nunca, com a força da mídia, no bom sentido e no sentido negativo, precisamos trabalhar certos conceitos, para colocar as coisas no lugar. Precisamos andar com os pés no chão, entusiasmados, sim, mas devagar com o andar, porque o santo é de barro. A procissão tem de continuar, mas devagar com o andar.

Eis algumas palavras: na década de 80, trabalhou-se muito a temática do mito das ciências. As ciências viraram um mito. A Igreja já não possui dogmas, não apela para os dogmas, ao passo que a ciência possui dogmas, como o dogma central do DNA. As ciências não são um mito. Progridem com muito custo. Gostei da observação da Dra. Maria Elena. O verdadeiro pesquisador é monge, asceta. Não se quer expor à mídia, e sim conseguir resultados antes de apresentar-se. Há pessoas narcisistas e prepotentes, como se os seres humanos fossem os donos de tudo isso, fazendo e acontecendo.

A palavra "banalização" foi utilizada com muita propriedade. O que nos incomoda não é tecnologia, mas a banalização da vida, o fato de não estar a serviço da vida. A democratização de tudo isso também nos preocupa. Outra palavra utilizada indiretamente foi "eugenia". Daqui a pouco, só nós, os perfeitos, os bonitos, teremos lugar nessa seleção das espécies, previamente estabelecida. Onde vamos parar? A beleza da vida é o fato de existir todos os tipos de pessoas e todos os tipos de manifestações de vida.

Outra palavra utilizada foi "manipulação". Nunca se manipulou tanto quanto hoje, para desviar a atenção dos verdadeiros problemas, que são econômicos, de base, do dia-a-dia. Esses, sim, devem ser enfrentados. Não podemos começar a fazer elocubrações, como ocorreu a propósito de um megaprojeto. O Brasil sempre trabalha com megaprojetos. Preferimos projetos menores, mas eficazes, atendendo às necessidades da população.

Não devemos ter medo da tecnologia nem da biotecnologia. Devemos temer as ideologias que conduzem tudo isso, que são ideologias de "biopoder", pois não são ideologias de serviço, de encantamento, que ajudam a humanidade em sua trajetória.

Então, a nossa responsabilidade é não ir contra, mas sim apresentar propostas concretas, para que esse "biopoder" seja a favor de todos, como dizia na exposição, a fim de construirmos na Terra uma casa um pouquinho melhor para todos.

O Sr. Presidente - Depois que encerrarmos este ciclo de debates, subiremos ao Hall das Bandeiras. Dom Walmor de Oliveira Azevedo, Arcebispo Metropolitano, já está chegando para celebrar a Santa Missa. Logo em seguida, haverá um espetáculo em defesa da vida.

De todo o coração, agradeço a todos os que vieram a este evento e participaram desta Mesa e, de modo especial, ao Frei Moser pelo grande serviço que prestou à sociedade mineira e ao Brasil com este debate, trazendo as suas informações e o seu conhecimento. Como eu, creio que muitos o têm acompanhado por meio de outras emissoras, como a Canção Nova, e outros meios de comunicação. Ele está sempre trazendo a verdade. Jesus disse que a verdade liberta. "Sereis a verdade, e a verdade vos libertará." O povo brasileiro está sendo enganado. É preciso dizer a verdade.

Frei Moser, em nome do Deputado Mauri Torres, Presidente desta Casa, dos debatedores e dos componentes desta Mesa, agradecemos de todo o coração ao senhor o carinho para conosco, o povo mineiro e a Assembléia Legislativa.

Para finalizar, um médico disse a uma senhora muito debilitada fisicamente que perdeu a criança alguns dias depois de dar à luz, de ter dado a vida: "A senhora está proibida de engravidar. Se engravidar, fatalmente a senhora e a criança morrerão". Seis anos depois, ainda mais debilitada, essa senhora engravidou. O médico lhe disse: "Já tinha avisado à senhora que não podia engravidar. Agora, há somente uma saída: salvá-la. Não há como salvar a criança. Se abortar a gravidez, salvarei a senhora. A criança, não há como salvar. Se deixarmos essa gravidez ir em frente, a senhora e a criança morrerão". A mãe de fé lhe respondeu: "Vou ter essa criança". Graças a essa decisão nasceu o Papa João Paulo II, Karol Wojtyła. Se tivesse agido racionalmente, teria abortado o homem que fez a diferença dos nossos tempos. Por isso ninguém tem o direito de decidir sobre a vida, porque somente Deus pode dá-la e tirá-la.

Não sei se foi a minha assessoria ou a de outros Deputados que escreveu aquela faixa, mas levem essa idéia para frente. Defendam a vida! Muito obrigado a todos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 7, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 64ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/11/2005

Presidência dos Deputados Fábio Avelar e André Quintão e da Deputada Elisa Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Marcos Montes - Palavras do Embaixador Tilden Santiago - Palavras da Sra. Maria Ângela Rocha Pereira - Palavras da Secretária Rosilene Cristina Rocha - Palavras da Deputada Elisa Costa - Palavras do Ministro Patrus Ananias - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Subsecretário Wander José Goddard Borges - Palavras do Ministro Patrus Ananias - Palavras da Secretária Rosilene Cristina Rocha - Palavras do Sr. Domingos Sávio Araújo - Palavras da Sra. Maria Ângela Rocha Pereira - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Vereador José Sóter Figueroa - Palavras da Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha - Esclarecimentos sobre os debates -

Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Fábio Avelar - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Júlio - Célio Moreira - Doutor Viana - Edson Rezende - Elisa Costa - Gustavo Valadares - João Leite - José Henrique - Márcio Kangussu - Maria Tereza Lara - Sebastião Costa - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Às 9 horas, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Sistema Único de Assistência Social - Suas: Estratégias e Metas de Implantação", com a discussão dos temas "Competências e Atribuições do Estado e dos Municípios na Implantação da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial" e "O Controle Social e o Papel do Legislativo no Processo de Implantação do Suas".

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado Federal Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Tilden Santiago, Embaixador do Brasil em Cuba; Marcos Montes, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; Maria Ângela Rocha Pereira, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social; Rosilene Cristina Rocha, Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social, representando o Prefeito, Fernando Pimentel, e Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais - Cogemas -; e Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem a este ciclo de debates.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Lázaro Luiz Gonzaga, Vice-Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - Fecomércio -, representando o Presidente, Renato Rossi; do novo cidadão mineiro, nosso querido Pe. André Callegari; Antônio Chaves, Prefeito Municipal de Igarapé; Vereadoras Sílvia Helena e Leila Batista; Maria José Cabral Filho, representando a Reitora da UFMG, Profa. Ana Lúcia Almeida Gazzola; Rosalva Alves Portela, Presidente da Associação Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - Amas -; Valéria, Vice-Prefeita Municipal de Ouro Branco; Vereador Edésio, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco; Vereador Anderson, da Câmara Municipal de Divinópolis; Paulo José, do Fórum Mineiro de Saúde Mental; Vereador Genésio Magalhães, da Câmara Municipal de Lagoa da Prata; Rita Lima, Vice-Prefeita Municipal de Joanésia; Vereador Fabiano Diniz e Vereadoras Tânia e Lourdinha, da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves; Vereadora Nanci Maria Teixeira Ferreira, da Câmara Municipal de Pará de Minas; Aloísio Barbos, Vice-Prefeito Municipal de Espera Feliz; Juliana de Melo Brandão, Assistente Social de Espera Feliz; e Vereadora Cida Pereira, da Câmara Municipal de Governador Valadares.

Palavras do Sr. Presidente

A Constituição Federal de 1988 trouxe para o conjunto da população brasileira uma série de avanços no campo da garantia de direitos, do reconhecimento das desigualdades e da promoção da qualidade de vida, buscando corrigir situações de exclusão e de injustiça construídas ao longo de nossa história.

Dentre esses avanços, situa-se o que ocorreu na área da assistência social, até então caracterizada por instrumentos legais ou tentativas que não davam conta de suprir as carências e necessidades que se apresentavam - e continuam se apresentando - em todas as regiões do País.

Fortaleceu-se, a partir de então, o entendimento de que a assistência social é um direito de todo cidadão a ser cumprido permanentemente, e não apenas uma ajuda ocasional ou emergencial em determinadas circunstâncias; de que é um dever do Estado a ser assumido de forma integrada e abrangente, e não apenas uma política isolada complementar à previdência social; de que deve ser gerida de maneira democrática e descentralizada, envolvendo todas as esferas do poder público e as representações da sociedade civil.

Tal compreensão é determinante para que a assistência social contribua, de fato, para reduzir as desigualdades de um país em que ainda persistem elevados índices de pobreza, de mortalidade infantil, de precariedade nos serviços de saúde, de desemprego e outras manifestações de exclusão.

Portanto, vemos com expectativa positiva, no âmbito de instituições públicas e da sociedade, as mobilizações para implementação do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, instituído para dar unidade e consistência aos esforços que vêm sendo empreendidos nesse campo.

É por meio de iniciativas como a realização deste evento que se reforçam os princípios em que se deve sustentar a assistência social, levantam-se demandas concretas dos diversos setores da população, sugerem-se caminhos para a concretização de programas e projetos e em que se unem esforços para o alcance dos objetivos propostos.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais acredita que a democratização das informações, a troca de experiências, a exposição de opiniões divergentes e o diálogo são fundamentais para a construção e a consolidação de políticas públicas, como a que está em discussão neste encontro.

Com esse espírito, gostaríamos de agradecer a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste ciclo de debates; às autoridades que se fazem presentes; aos expositores e debatedores, que se dispuseram a dividir conosco sua experiência e seu conhecimento; e a todos os demais participantes, por estarem imbuídos do mesmo propósito de ampliar e aperfeiçoar nosso sistema de assistência social.

Temos a certeza de que as informações, as opiniões e os debates deste evento serão valiosos para a consolidação da política de assistência social de que o País precisa e, conseqüentemente, para a construção de uma sociedade mais justa e mais equânime. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Marcos Montes

Estamos ansiosos para escutar a palestra do nosso querido Ministro. Cumprimento-o, carinhosamente, pela sua atual posição e muito mais pela sua história, que você, como Prefeito e Deputado, tem na área social. É um grande prazer recebê-lo aqui na sua Casa. Com certeza teremos a oportunidade de escutá-lo, e o seu entusiasmo muito nos motivará.

Cumprimento o Presidente da Casa em exercício, meu querido amigo Deputado Fábio Avelar; a Deputada Elisa Costa, que tem dado oportunidade à área social em todos os momentos e está sempre presente; cumprimento o meu amigo Deputado João Leite, que me antecedeu, fez um excelente trabalho à frente da Secretaria; também cumprimento o Deputado André Quintão; o Deputado Adelmo Carneiro Leão, da minha querida Uberaba: é um prazer vê-lo; também cumprimento a Mariângela, nossa querida Presidente do conselho; o Embaixador Tilden Santiago, já estamos fazendo proposições para uma visita a Cuba, para conhecermos de perto a ação do governo daquele país; cumprimento a Rosilene, que aqui representa o querido Prefeito Fernando Pimentel; cumprimento o Pe. André, o Wander Borges, Subsecretário, com larga experiência como ex-Prefeito de Sabará e hoje prestando seus serviços à nossa Secretaria; à Marta, que é superintendente da área social.

Quero transmitir a todos que aqui estão nosso entusiasmo com o novo projeto do Suas, que veio para trazer mudanças substanciais em nosso país. Sabemos, Ministro, que o Suas, a exemplo do SUS, pode ter sua efetiva implementação um pouco demorada, mas entendemos e temos convicção de que o Suas veio para fazer a mudança tão esperada por todos nós na área social, definindo as competências, valorizando os Municípios, valorizando cada vez mais o local onde as coisas realmente acontecem. Tenho dito com muita firmeza que as coisas acontecem nos Municípios. Sempre digo que os governos federal e estadual são situações virtuais, a realidade ocorre nos Municípios. Por isso é que o Suas, dando competência maior aos Municípios, representará um avanço fundamental para a área social, valorizando principalmente os profissionais da assistência social, os assistentes sociais que hoje, sem dúvida alguma, terão o merecimento a que sempre fizeram jus no passado. Felizmente, esse reconhecimento virá agora, porque, sem a presença dos profissionais da área da assistência social, dos assistentes sociais, sem dúvida alguma esse processo do Suas não ocorrerá, não obterá sucesso. Dependemos exclusivamente dos assistentes sociais para que, fazendo nossas políticas, tenhamos um elo com todas as cidades do Estado.

Parabenizo todos os assistentes sociais, ressaltando a responsabilidade que vocês adquirem cada vez mais e o reconhecimento do governo federal e do Governador Aécio Neves a todos os assistentes sociais do nosso Estado. Já estamos, por meio da nossa Secretaria, implementando o sistema no interior como um todo. Quero cumprimentar a todas as cidades do interior, na pessoa da Carmem, de Araguari, e dizer que a capacitação de gestores, que estamos fazendo, é fundamental.

Estamos aqui para dar as mãos, para mostrar ao senhor, nessa missão tão importante, sempre apelando por sua sensibilidade social, as ações que serão efetivamente realizadas hoje. Com certeza, as conseqüências disso serão positivas daqui a alguns anos. Por isso acreditamos muito no senhor, e tenho a certeza de que esse ciclo de debates que a Assembléia Legislativa faz, por proposição da Deputada Elisa Costa, é, sem dúvida alguma, fundamental para os destinos da área social neste país, porque as diretrizes de Minas são tão diferentes socialmente em suas várias regiões. Que seja muito bem-vindo à sua Casa, Ministro, e tenho certeza de que o senhor nos trará aqui hoje um novo alento para a área social deste país. Muito obrigado.

Palavras do Embaixador Tilden Santiago

Sr. Presidente, Deputado Fábio Avelar; meu caro Ministro Patrus; Sr. Secretário e demais componentes da Mesa, manifesto minha alegria de estar no Brasil, em Minas, em Belo Horizonte e nesta Casa, onde trabalhei - não como Deputado, mas como repórter político, durante aproximadamente 20 anos. Esta Casa nos é muito querida.

É grande a minha alegria pelo tema aqui abordado. Quando minha assessora, Maria Eugênia, comunicou-me, em Havana, que, durante os dias em que aqui estivesse, haveria este ciclo de debates, imediatamente pedi-lhe que o colocasse em minha agenda. E quando vi o nome do Patrus, disse: vou lá para escutá-lo, assim como aos demais participantes deste ciclo de debates, inclusive o Deputado João Leite, que está convidado, juntamente com sua esposa, a conhecer o esporte de Cuba.

Com Patrus, tive a felicidade de, há alguns anos, lecionar na Escola de Assistência Social, na Católica. Portanto, conhecemos muitos rostos dos bancos universitários, o Patrus trabalhando matérias mais diretamente ligadas ao tema, e eu com a Introdução à Filosofia e à Política no curso básico de Assistência Social.

É uma alegria aqui estar para participar deste debate. Obrigado a todos.

Palavras da Sra. Maria Ângela Rocha Pereira

Bom-dia. Cumprimento os componentes da Mesa na pessoa do Deputado Fábio Avelar e, especialmente, a Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem a este encontro. Cumprimento com alegria o Ministro Patrus Ananias pela excelência com que vem conduzindo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e, em especial, a política da assistência social; o Embaixador Tilden Santiago; a Rosilene, Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social - Cogemas - e Secretária Municipal de Assistência Social; o Secretário Marcos Montes, que tem sido nosso aliado, caminhando conosco na política da assistência social; os Conselheiros Estaduais de Gestão Social, as demais autoridades e os participantes deste evento. É com orgulho que o Conselho Estadual de Assistência Social participa deste evento, entendendo a relevância de seus debates para a consolidação do Suas no Brasil, especialmente em Minas Gerais. Obrigada.

Palavras da Secretária Rosilene Cristina Rocha

Bom-dia. Cumprimento o Deputado Fábio Avelar, o Embaixador Tilden Santiago, o Ministro Patrus Ananias, o Dr. Marcos Montes, a Deputada Elisa Costa e a Mariângela, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Em nome do Prefeito de Belo Horizonte, dou as boas-vindas a todos e, em nome do conjunto dos gestores municipais de assistência social de Minas Gerais, cumprimento a Assembléia Legislativa pela iniciativa deste ciclo de debates, que esperamos seja o primeiro de uma série de outros tantos que teremos de realizar para a implantação e a consolidação do Suas em Minas Gerais.

Quero dizer ao Deputado Fábio Avelar, ao Ministro Patrus Ananias e ao Dr. Marcos Montes que nunca foi tão fácil mobilizar os gestores

municipais de assistência social em Minas Gerais, tamanha a ansiedade dos trabalhadores e dos conselheiros gestores municipais, em torno da construção e da implantação do Suas. As pessoas vêm às reuniões do Cogemas, solicitam esclarecimento sobre temas e organização de debates referentes à implantação do Suas no Município e no Estado de Minas Gerais. Tenho a certeza de que contaremos com o apoio desta Casa Legislativa ao de que precisarmos para a implantação do Suas, assim como com o que já nos tem sido dado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para a implantação do SUS, vamos precisar de legislação, do apoio que já temos recebido do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Com o Dr. Marcos à frente da Sedese, certamente conseguiremos avançar muito na construção do Suas em Minas Gerais e em cada um dos Municípios. Não falta desejo, vontade política nem trabalho da parte de todos os que estão na área de assistência social. Há um grande consenso em Minas Gerais; há uma grande batalha. Sentimos que, a cada dia, os gestores sociais se estão mobilizando em torno desse tema.

Cumprimento todos os que trabalharam para que este ciclo de debates fosse possível. Temos grande expectativa de nos encontrarmos outras vezes para que, de fato, o Suas seja uma realidade em Minas Gerais, em cada um dos Municípios mineiros. Muito obrigada.

Palavras da Deputada Elisa Costa

Recebemos, com alegria, todos os participantes deste ciclo de debates sobre o Suas de Minas Gerais. Sejam bem-vindos em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Cumprimento o Deputado Fábio Avelar, que representa o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o nosso amigo e companheiro Ministro Patrus Ananias; o Secretário Marcos Montes, representante do Governador; a Mariângela, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, que faz um belíssimo trabalho à frente desse Conselho; a Rosilene, representante do Cogemas, agradecendo-lhe, porque a reunião do Cogemas foi adiada em função desta reunião, dando importância e significado a este encontro; nosso querido amigo Embaixador do Brasil em Cuba, Tilden Santiago; e os demais participantes. Quero fazer uma menção especial aos Deputados André Quintão, João Leite e Adelmo Carneiro Leão. Muito obrigada pela participação.

Em primeiro lugar, quero registrar a metodologia que adotamos ao preparar este ciclo de debates. Considero que é a mesma da construção do SUS, que ocorreu de forma participativa, reunindo a Assembléia Legislativa, a Sedese, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Fórum Mineiro de Assistência Social, a Prefeitura Municipal e o Cogemas, bem como diversos parlamentares, em especial o Deputado André Quintão. Agradecemos aos expositores que ajudaram, juntamente com a equipe da Assembléia Legislativa e da imprensa, a construir esse trabalho. Considero este ciclo de debates um sucesso para a consolidação do Suas no Estado de Minas Gerais.

Quero registrar que essa idéia partiu da Tânia, assistente social que trabalha conosco. Ela pensou que isso deveria ser discutido num grande ciclo, reunindo todo o Estado, incluindo as grandes conferências municipais e a grande conferência estadual. A Assembléia está dando uma grande contribuição para a consolidação do Suas.

Antes de entrar na referência inicial, gostaria de parabenizar o Ministro Patrus Ananias pelo trabalho que está sendo feito à frente do Ministério, principalmente pelos dois anos do Bolsa-Família, que se consolida no País como um grande programa de transferência de renda. O seu eixo condutor já atingiu 8 milhões de famílias e 34 milhões de pessoas.

O Bolsa-Família tem um impacto extremamente positivo na renda dos Municípios, e quero citar que, nesse final de semana, de quinta a domingo, estive no Norte de Minas, em São João das Missões, em Maria da Cruz e em diversas Prefeituras. Confirmei como, nos pequenos Municípios, a transferência de renda do Bolsa-Família muda a vida das pessoas e da população mais empobrecida de Minas e do nosso país. Na verdade, ele é um programa que vence a fome pela sua política emancipatória para sustentar a rede de proteção e promoção social. Ele garante o direito à alimentação e ao ambiente familiar. Hoje, principalmente, há uma rede de fiscalização pública nos diversos segmentos, garantindo, juntamente com os gestores municipais e o controle social, o sucesso do programa. Faço este registro pelos dois anos e parabenizo-o pelo trabalho.

Considero que o Suas está em marcha no País e em Minas Gerais, que tem dado, de fato, uma grande contribuição. Com essa grande presença que se faz aqui hoje, posso dizer que, pela participação de mais de 1.100 inscritos no ciclo de debates, Ministro Patrus, hoje o Suas é uma revolução na assistência social, em Minas e no País. Serão de 50 milhões a 60 milhões de brasileiros atendidos, por meio desse novo modelo de proteção social, como política pública no campo dos direitos, na universalização do acesso contrário ao assistencialismo, no protagonismo dos usuários e na participação da população. Quando essa construção envolve sociedade, gestores públicos e a participação dos entes federados, com certeza teremos o sucesso de uma política de assistência social.

Teremos proteção social a quem dela precisa, reforço da auto-estima, da autonomia, da inserção social e do estímulo à participação, acesso a oportunidades e condições de convívio e socialização. Quero também dizer que considero um grande acerto que a porta de entrada da assistência social seja as casas das famílias, o centro de referência da assistência social. Quero dizer ao Ministro Patrus e a toda a sua equipe que, de fato, precisamos ampliar os recursos dos Municípios, do governo de Minas Gerais e do nosso próprio Ministério, para implantar em cada Município brasileiro uma casa da família, que hoje é, com certeza, o acerto da política de assistência social no Estado de Minas Gerais.

Essa política pública consegue colocar as pessoas, os seres humanos e os cidadãos não mais como necessitados, mas, principalmente, como protagonistas da sua própria história e como cidadãos de direitos. Isso, de fato, faz uma grande mudança e alteração na vida das pessoas, principalmente das crianças e dos adolescentes em situação de risco ou vítimas de violências e abuso sexual. São também incluídas as pessoas portadoras de deficiência; a mulher vítima de violência; as pessoas idosas; as pessoas em abandono ou desabrigo; os moradores de rua; os migrantes; as pessoas em situação de emergência social, inclusive por calamidades públicas; enfim, as minorias étnicas e os grupos discriminados.

Então, parabenizo a todos os gestores e, principalmente, a equipe dos departamentos de assistência social das secretarias. Parabenizo também as assistentes e os assistentes sociais por esse belíssimo trabalho e pelo conjunto da força viva da sociedade, representando esse grande avanço da política de assistência social. Desejo que o nosso dia de hoje seja, realmente, de acerto e de consolidação do Suas, fazendo com que, por meio de vocês, chegue a toda a Minas Gerais a semente da nova política pública de assistência social do Brasil e de Minas Gerais. Um grande abraço.

Palavras do Ministro Patrus Ananias

Bom-dia a todos! Um abraço afetuoso. Gostaria de saudar todas as pessoas presentes; o Presidente desta sessão, Deputado Fábio Avelar, representante do Presidente da Assembléia de Minas, Deputado Mauri Torres; o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, Dr. Marcos Montes; a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Maria Ângela Rocha Pereira; nosso Embaixador em Cuba, ex-Deputado Federal Tilden Santiago; a Deputada Estadual Elisa Costa, que propôs a realização deste importante evento; a Secretária Municipal de Assistência Social e Presidente do Cogemas, Rosilene Cristina Rocha; os Deputados Estaduais André Quintão e João Leite, que participarão como expositores deste evento, Adelmo Carneiro Leão e Márcio Kangussu; Prefeitos e Vice-Prefeitos; Vereadores e Vereadoras; Secretários,

Secretárias e todos os gestores municipais e estaduais da área de assistência social. Saúdo também os meus colegas da Assembléia.

O Secretário Marcos Montes fez referência ao fato de eu estar na minha casa - e é verdade. Com muito orgulho, sou funcionário efetivo e afetivo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e, quando não estou exercendo mandato, é aqui e na Universidade Católica que ganho o pão de cada dia. Saúdo meus colegas da Assembléia, os funcionários, os trabalhadores da imprensa, os jornalistas. É muita gente. Está bonito aí em cima. Saúdo a todos.

Cheguei a preparar um roteiro mais técnico. Fiz algumas anotações sobre o aspecto da gestão. Depois, analisando a programação, constatei que falaria para pessoas da área, para pessoas que ajudaram a construir o Suas e que estão ajudando a consolidá-lo. Então, achei melhor fazer uma exposição mais geral sobre o Suas a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das políticas públicas que estamos implementando no Brasil, assim como das diretrizes dessas políticas, com a convicção de que, posteriormente, o debate abordará aspectos mais técnicos sobre os quais, com certeza, as pessoas aqui já têm conhecimento, portanto, não estaria trazendo nenhuma novidade. Optei por essa linha de apresentação mais geral, sem prejuízo, é claro, dos debates e de aprofundarmos a discussão de outros temas.

Assim, penso que é importante contextualizarmos o Suas dentro do que estamos consolidando no Brasil, que é uma grande rede de proteção e promoção social. Estamos consolidando no País, em parceria com os Estados, Municípios, sociedade civil, organizações não governamentais voltadas para os trabalhos de promoção e desenvolvimento social, um conjunto de políticas públicas que estão integrando-se e interagindo, buscando ações transversais e intersetoriais, somando esforços, maximizando recursos e criando sinergias para que possamos, juntos, num grande mutirão nacional, vencer o que considero o grande desafio, o grande enigma, a grande ferida nacional, que são os níveis de pobreza, as desigualdades sociais no Brasil. Por isso, considero que foi um passo importante a decisão do Presidente da República, quando, em janeiro de 2004, criou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, integrando três áreas sociais: a assistência social, a segurança alimentar e as políticas de transferência de renda ou de renda familiar básica, que tem no Bolsa-Família o seu principal programa, o programa nuclear das nossas políticas sociais. Foi importante essa decisão, porque foi um passo possibilitador do Suas e fundamental nessa perspectiva de integrar políticas sociais, respeitando especificidades e identidades nessa linha de integração de políticas sociais, visando ao desenvolvimento social, à justiça social, à inclusão e à emancipação das pessoas, famílias e comunidades pobres. Na área da assistência social, temos programas que estão se integrando no Suas, mas que também se estão integrando com outras políticas dentro do nosso Ministério e fora dele, como falaremos daqui a pouco nas ações do programa estratégico Fome Zero. Para buscarmos uma compreensão comum, apresentarei aqui os principais programas que temos no Ministério, como eles estão se integrando e os programas do Fome Zero. Estamos tentando, cada vez mais, estabelecer pontos ou políticas unificadoras de integração, mas, por uma questão didática, apresentaremos por área, mas sempre nessa perspectiva das ações intersetoriais, das ações integradas. Na assistência social, temos um programa que considero da maior relevância. Trata-se de um programa com investimentos financeiros superiores ao do Bolsa-Família.

São os Benefícios da Prestação Continuada - BPCs -, que, com base na Lei Orgânica de Assistência Social e recentemente ampliados pelo Estatuto do Idoso, são pagos a pessoas portadoras de deficiência e a idosos pobres com renda correspondente a 1/4 do salário mínimo. Esse benefício corresponde ao salário mínimo e, no caso dos idosos, pode ser pago para até duas pessoas da mesma família.

Com o BPC, estamos atendendo a aproximadamente 2.500.000 pessoas, e seus investimentos chegarão, em 2005, a R\$8.500.000.000,00.

Como os portadores de deficiência e os idosos com mais de 65 anos estão inseridos em famílias e comunidades pobres, os benefícios atingem também as famílias e as comunidades. Assim como acontece no Bolsa-Família, os Benefícios estão também exercendo um papel importante no estímulo das economias locais: as pessoas pobres, além de estarem resgatando sua dignidade e cidadania, estão também se tornando consumidores; estão comprando bens e serviços básicos; estão comprando comidas, roupas, medicamentos, calçados, eletrodomésticos, móveis, melhorando sua condição de vida e estimulando o comércio e as indústrias locais e regionais.

Com novos paradigmas e novas possibilidades, estamos também mantendo, consolidando, ampliando e integrando três programas sociais iniciados pelo governo anterior.

É bom deixar bem claro que, de forma nenhuma, estamos fazendo política de terra arrasada ou desconhecendo o que foi plantado antes de nós. Queremos avançar e aperfeiçoar, mas não negamos que vieram do governo anterior o Peti, o Sentinela e o Agente Jovem, que estamos ampliando com novos recursos e integrando a outros programas.

Estamos trabalhando pela integração do Peti ao Bolsa-Família. Como sabemos, o Peti também trabalha com a transferência de renda: transfere R\$40,00 por criança às famílias urbanas que possuem crianças em trabalho precoce nas cidades e R\$25,00 por criança na área rural.

Há ainda a transferência invertida: R\$20,00 para a área rural e R\$10,00 para a área urbana, para que as Prefeituras desenvolvam as chamadas ações socioeducativas, como extensão de jornada, atividades pedagógicas de estudo, leituras, atividades culturais e esportivas, para que as crianças e os adolescentes, devidamente ocupados com atividades saudáveis e adequadas à sua idade e à sua formação, não tenham de ir para o trabalho precoce na rua, muitas vezes, infelizmente, associado ao contato com pessoas comprometidas com a marginalidade e com a criminalidade.

Estamos também buscando a integração do Bolsa-Família com o Casa das Famílias.

Nesse escopo, temos dois programas importantes da assistência social, esses, sim, mais deste governo: a implantação da Casa das Famílias, ou Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, dentro do Programa de Atenção Integral às Famílias - Paif. Tenho andado pelo nosso país e pelo Estado de Minas, também no interior, e percebo que o Cras, o programa da Casa das Famílias, é muito exitoso - tanto é que a demanda é enorme -, porque está-se tornando não só um espaço de encontro das famílias, sobretudo de mães, para discutirem problemas comuns às famílias, a violência doméstica, as situações de pobreza, problemas de gêneros, alcoolismo, drogas, etc., como um espaço de geração de trabalho e renda, integrado a outro programa que temos na assistência social e que considero muito anunciador: o programa da inclusão produtiva. Esse programa é também elaborado nessa linha de qualificar profissionalmente as pessoas e as famílias pobres, trabalhando as dimensões do cooperativismo e do associativismo e a integração com as políticas de desenvolvimento local e regional, com os arranjos produtivos locais, em uma perspectiva estruturante e emancipatória, e com outras políticas governamentais, como a economia solidária, o microcrédito e a formação de empreendedores pessoais, familiares e comunitários, objetivando o desenvolvimento das famílias para que também se tornem auto-suficientes.

Em linhas gerais, esse é o quadro das principais políticas da assistência social.

Na área da segurança alimentar e nutricional, temos a Secretaria Nacional de Assistência Social e a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, em que temos vários programas, como o Programa da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA -, que tem uma interface com o Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf -, que vem tendo um apoio muito vigoroso no atual governo - no nosso governo, do governo do Presidente Lula -, com os investimentos tendo passado de R\$2.200.000.000,00, em 2002, para R\$9.000.000.000,00, na próxima safra. Dentro do Pronaf, que financia o pequeno agricultor, estamos ampliando e consolidando, em nosso Ministério, um programa de compra direta, pelo qual compramos dos pequenos agricultores e no qual se insere também o programa do leite, presente nos 10 Estados do Nordeste e que vai do Maranhão ao Norte de Minas, incluindo a região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Com isso, garantimos renda

aos pequenos produtores. O programa do leite tem um teto de R\$2.500.000,00 por semestre, podendo chegar, portanto, a R\$5.000.000,00 por ano. Nos outros programas, também temos R\$2.500.000,00. Com essa compra direta, criamos condições para que os pequenos produtores permaneçam na roça, tendo sua renda, gerando empregos e preservando seus vínculos familiares, culturais e comunitários, o que estanca esse processo tão penoso que o Brasil viveu nos anos 60 e 70 dos grandes fluxos migratórios do interior, da roça, para as cidades, com as conseqüências que vemos hoje, com as favelas, a ocupação desordenada dos centros urbanos, o desemprego e a violência.

Ainda nessa Secretaria de Segurança Alimentar, estamos buscando programas de desenvolvimento local, por meio dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consads -, em uma ação integrada com as Prefeituras. Hoje, temos 40 Consads - alguns implantados, outros em vias de consolidação; alguns, para sermos francos e sinceros, enfrentando dificuldades, porque também dependem da adesão de Prefeituras.

A idéia é trabalhar com as Prefeituras no apoio a projetos de desenvolvimento local, integrando especialmente projetos de agricultura, mas com programas industriais abrangendo pequenas e médias indústrias, além da transformação de produtos da agricultura familiar, com a estimulação do cooperativismo.

Estamos trabalhando também com a perspectiva de equipamentos, restaurantes populares, a exemplo da experiência vitoriosa que tivemos em Belo Horizonte, que está tendo continuação com as políticas de segurança alimentar e nutricional, facilitando a relação direta entre pequenos produtores e consumidores. Dentro da linha de implantação de restaurantes populares, estabelecemos editais públicos, abertos a todos os governos estaduais e a todas as cidades com mais de 100 mil habitantes. Integrados com os restaurantes populares, atendemos também a cidades menores, com as cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, apoio à agricultura urbana, implantação de hortas e lavouras comunitárias e programas de educação alimentar. A alimentação escolar, embora não esteja ligada diretamente ao nosso Ministério, faz parte do conjunto dos programas do Fome Zero.

Registro a presença do Deputado Weliton Prado, com a descontração própria da juventude, parlamentar que aqui representa muito bem os jovens. Prazer em vê-lo, Deputado Weliton Prado.

Em linhas gerais, são esses os principais programas que temos dentro da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional - Sesan. Na Secretaria Nacional de Renda de Cidadania temos o Bolsa-Família. Como foi dito pela Deputada Elisa Costa, é um programa presente em todos os Municípios brasileiros, que atende 8 milhões de famílias pobres. A meta estabelecida para 2005 é atender 8.700.000 famílias que estiverem vivendo na linha ou abaixo da linha de pobreza, até 2006.

Como sabemos, o Bolsa-Família está progressivamente integrando programas como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás, de governos anteriores, e o Cartão-Alimentação, do nosso governo. Trata-se de um programa destinado a famílias pobres, em dois níveis: famílias muito pobres, ou seja, aquelas que possuem uma renda familiar, por pessoa, de até R\$50,00 por mês. Uma família com cinco pessoas que tenha uma renda mensal de R\$249,00, em tese, é muito pobre. Recebe o benefício fixo de R\$50,00 e mais um benefício variável de R\$15,00 até o limite máximo de R\$3,45 por criança entre 6 e 15 anos, que esteja efetivamente matriculada e freqüentando o ensino fundamental. As famílias consideradas pobres são aquelas que possuem uma renda mensal de até R\$100,00. A essas famílias pagamos o benefício variável, ou seja, R\$15,00, até o limite de R\$45,00.

Estamos fazendo parcerias, porque um número cada vez maior de governos estaduais e de Prefeituras estão implantando políticas de transferência de renda ou de renda familiar básica. Somamos, e o benefício se torna maior. O mais importante é considerar que o Bolsa-Família está sendo integrado com outros benefícios dentro e fora do nosso Ministério. Por exemplo, estamos fazendo uma parceria com o Ministério de Minas e Energia para que o Programa Luz para Todos se integre com o Bolsa-Família. O mesmo acontece com os programas de segurança alimentar e os restaurantes populares, criando sinergias que possibilitem melhores condições para essas famílias pobres.

Exposto o nosso Ministério, quero, sucintamente, apresentar o Fome Zero e fazer mais três ou quatro comentários sobre a construção do Suas do ponto de vista filosófico, digamos.

Não vou alongar-me muito, já acertamos claramente o que é o Fome Zero do ponto de vista conceitual e das políticas. Há uma dúvida sobre o que seja o Fome Zero. Uns têm uma visão muito ampla, o Fome Zero seria quase tudo; outros, mais restrita. Definimos que o Fome Zero é igual ao Brasil sem fome. Todas as iniciativas, todas as ações governamentais e não governamentais da sociedade, das igrejas, dos movimentos sociais, das universidades, das pessoas de boa vontade, todas as políticas que visam erradicar a fome e a desnutrição no Brasil e garantir o direito humano à alimentação estão dentro do Fome Zero. Aquelas políticas voltadas mais diretamente para assegurar a alimentação, a produção de alimentos, a reforma agrária, o Programa Nacional da Agricultura Familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, o programa de compra direta de alimentos dos pequenos produtores, os restaurantes populares, as hortas comunitárias, as cozinhas comunitárias, os bancos de alimentos, a alimentação escolar, todos esses programas constituem o Fome Zero. Mas, mais que isso, programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, que possibilitam às famílias pobres melhores condições de vida, permitem também melhores condições de alimentação e, portanto, estão no Fome Zero. Da mesma forma, as parcerias, as ações voltadas para a geração de trabalho, emprego e renda, integradas ao desenvolvimento local, ao cooperativismo. Esse conjunto de ações voltadas para assegurar o direito à alimentação constitui o Fome Zero. Em síntese, o Fome Zero não é uma política específica, mas um conjunto de políticas e de ações que têm como carro-chefe o Bolsa-Família.

Gostaria de fazer agora alguns comentários históricos. A construção do Suas é uma conquista histórica do povo brasileiro. Não começa com o nosso governo, na gestão do Presidente Lula. Tem raízes históricas mais antigas e profundas. Para não voltarmos a 1930, que é uma data divisória e fundamental para a compreensão das políticas sociais na história do Brasil, vamos ficar mais próximos no tempo e fixar um momento importante: o processo constituinte de 1986, 1987, 1988, que levou à Constituição de 5/10/88, em vigor no Brasil, a mesma que o saudoso Deputado Ulysses Guimarães chamou de Constituição cidadã.

Na Constituição de 1988, a assistência social ganhou o estatuto de política pública, integrando-se até à previdência e à saúde, na perspectiva ainda não realizada, mas que é meta constitucional, da seguridade social. A Constituição determina atenção especial às pessoas mais fragilizadas, crianças e adolescentes, mulheres, comunidades indígenas, comunidades afro-brasileiras, quilombolas, populações de rua.

O texto constitucional desdobrou-se e foi regulamentado por leis posteriores, que remontam ao início dos anos 90, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, os conselhos tutelares, os conselhos dos direitos da criança e do adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social, os conselhos municipais, estaduais e nacional de assistência social.

Mais recentemente no governo do Presidente Lula, o Estatuto do Idoso e a lei que instituiu o programa Bolsa-Família e outros programas normatizados desdobraram a Constituição até chegarem ao Suas, e, dentro dele, consolidou-se a Norma Operacional Básica - NOB -, numa ação integrada com Estados e Municípios.

Além desse aspecto histórico, de uma conquista histórica do povo brasileiro, dos militantes no campo da assistência social, dos trabalhadores comprometidos com essas causas emancipatórias do nosso povo, outro ponto importante é a consolidação do Suas no contexto das políticas que mencionei, numa linha republicana, suprapartidária, absolutamente comprometida com o pacto federativo brasileiro, buscando ações com

os governos estaduais, com as Prefeituras, sem nenhum critério objetivo ou avaliação político-partidária. Tanto que o Suas e a NOB foram construídos e aprovados por unanimidade nos Conselhos de Secretários Municipais e Estaduais e no Conselho Nacional, com participação ampla dos governos estaduais, municipais, sem nenhum critério que não o do bem comum do interesse público, das políticas sociais voltadas para a promoção da vida e para os direitos dos pobres.

Esse dado tem de ser registrado não apenas como uma questão de governo, mas também como uma conquista da sociedade brasileira, colocando acima das nossas diferenças partidárias o bem comum, o interesse maior do nosso povo, especialmente das pessoas, das famílias e das comunidades pobres.

Além do Fome Zero, eixo, ponto de coesão, de integração, de irradiação e de expansão das nossas políticas públicas, chamo a atenção para o Bolsa-Família. Temos os programas Atenção Integral às Famílias, Casa das Famílias, Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Todos os outros, como o BPC para os idosos e portadores de deficiência, o Peti, o Sentinela e o Agente Jovem, convergem para o núcleo fundamental: o familiar.

A família é agregadora e irradiadora das nossas políticas. Por isso, muitas vezes brigo com os meus colegas da assistência social dizendo que o Centro Regional de Assistência Social - Cras - é também o Casa das Famílias. O Cras é fundamental para a conquista da assistência social, mas a idéia do Casa das Famílias, espaço de encontro familiar, é muito importante. No Brasil, os nossos programas têm trabalhado para impedir o processo de desconstituição das famílias pobres. Sabemos que, quando uma família se desconstitui por razões socioeconômicas, as crianças não vão para a escola, vão para as ruas, e as conseqüências são previsíveis.

Daí a importância desse grande esforço, para resgatar o espaço familiar como espaço pedagógico, formador de valores éticos e morais, de convivência social, solidariedade, respeito e disciplina. A família funciona como espaço agregador a partir da base da sociedade e do Estado.

Por último, quero fazer uma reflexão. Com frequência cada vez menor, porque os programas mostram resultados por serem construídos numa linha ética, republicana, transparente e federativa, aparece alguém dizendo que essas políticas são assistencialistas.

Muitas vezes tentam desqualificar a assistência social - o que é impossível -, como se fossem políticas assistencialistas e clientelistas. Estamos consolidando no Brasil as políticas de assistência e desenvolvimento social como políticas públicas, normatizadas, disciplinadas juridicamente, com critérios, procedimentos, transparência e prestação de contas, construídas aqui em fóruns democráticos, suprapartidários, numa perspectiva ampla de promoção da inclusão e da justiça social. Da mesma forma, não podemos aceitar como sendo assistencialismo o fato de se garantir às pessoas o direito humano à alimentação, com regularidade, qualidade e quantidade.

Mais que campanhas solidárias, generosas e necessárias contra a fome, como as campanhas memoráveis do Natal sem Fome - que precisam continuar -, o que criamos no Brasil é algo mais: o direito à alimentação com base numa política nacional de segurança alimentar e nutricional. Outros programas como o Bolsa-Família e o Peti asseguram outro direito fundamental: o direito à família para as crianças e os jovens, ou seja, a preservação dos vínculos familiares.

É importante lembrar que programas como o Bolsa-Família e outros, os quais trabalham com condicionalidades, garantem também o direito, o dever da família, do Estado e da sociedade à educação e à saúde. Trabalhamos, de forma integrada, na busca de parcerias governamentais e não governamentais, para construirmos as ações complementares ou as chamadas portas de saída, que são políticas emancipatórias, que possibilitam às famílias caminharem gradativamente com suas próprias pernas.

Há um dado objetivo. Hoje há no Brasil e no mundo, incluindo os países desenvolvidos, como a Alemanha, um grande nível de desemprego. Vemos os acontecimentos dramáticos da França. Vivemos um quadro de desemprego estrutural, sem entrar em questões políticas maiores, do neoliberalismo, da globalização.

Hoje as unidades produtivas, as empresas, produzem mais com menos pessoas por causa dos recursos tecnológicos - informática e outros. Essas pessoas que estão desempregadas ficarão à margem? Não terão o direito à alimentação, à família e à assistência social? Sabemos que as pessoas, ao ficarem desempregadas por muito tempo, perdem a auto-estima. Muitas vezes, no passado, elas não tiveram direito às oportunidades básicas: escolaridade, conhecimento de informática e de inclusão digital. Então, temos de trabalhar a recuperação da auto-estima, da iniciativa e da capacidade dessas pessoas, de famílias e até de comunidades inteiras que ficaram excluídas.

Não podemos aceitar essa marca de clientelismo, de assistencialismo, que querem colocar no Suas, na assistência social, no Bolsa-Família, cujo programa faz parte do Suas. Claro que isso não é tudo o que queremos, mas é uma etapa fundamental para que possamos avançar e construir um país mais justo, como queremos, e com o qual sonhamos.

Gostaria de falar um pouco mais sobre esse aspecto do assistencialismo, mas acho que já me fiz bem compreendido.

Estou convencido de que o grande problema do Brasil é o problema social. Nosso país vive um enigma histórico, somos um dos quatro ou cinco países mais ricos do mundo em termos de possibilidades de desenvolvimento; um país continental, com condições climáticas favoráveis, terras produtivas, recursos minerais, recursos hídricos, as qualidades notáveis do nosso povo, da nossa gente, a capacidade de trabalho, de acolhimento e de solidariedade. Não obstante todas essas condições favoráveis para fazer florescer o que o saudoso Darcy Ribeiro chamava de "a amorosa civilização dos trópicos", continuamos desacertados no campo social.

Embora estejamos avançando, como vimos aqui por essa retrospectiva histórica, continuamos com problemas graves: indicadores sociais baixos, desigualdades e injustiças. Essa é a questão fundamental que temos de enfrentar. Aí está a raiz dos nossos problemas éticos. O cidadão pobre, excluído, não se compromete com os direitos e deveres da nacionalidade e da cidadania. Se ele não recebe da sociedade aquilo de que basicamente precisa, o direito à alimentação, à família, à assistência social e, a partir daí, à educação, à saúde, ao trabalho, é claro que esse cidadão - e olha que nem sempre fazem isso, pois nosso povo pobre é grandioso - é muito mais vulnerável à compra de votos, por exemplo. Transforma o voto em uma mercadoria, pois não recebe os direitos básicos da sociedade.

Penso que, com todos os desafios, com a consciência de que temos ainda muita estrada pela frente, porque a dívida social do País é muito grande, estou convencido de que estamos avançando. Os encontros estaduais atestam isso. Teremos o grande encontro nacional da assistência social em Brasília, em dezembro. Estamos construindo juntos, superando diferenças partidárias, ideológicas, religiosas, superando mágoas, ressentimentos e incompreensões. Estamos avançando para fazer do Brasil um país socialmente mais justo.

Estamos avançando, sim, como reconhecem os organismos internacionais, os organismos da ONU, como reconhecem cada vez mais o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, a Organização Internacional do Trabalho - OIT -, com o Peti, por exemplo; a Unicef, a FAO, a Unesco, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que aliás têm sido parceiros nossos. Há um fato importante em construção no Brasil: estamos consolidando uma grande e vigorosa rede de proteção e promoção social.

Se continuarmos nesse rumo - e, se Deus quiser, continuaremos! -, nos próximos anos mudaremos a face social do País, possibilitando ao nosso povo pobres dias melhores e mais esperançosos.

Este encontro testemunha isso. Que seja mais um momento de reflexão e de avanço! Muito obrigado a todos vocês pela atenção e parabéns pelo trabalho bom e generoso que cada um está fazendo.

2º Painel

Composição da Mesa

A Sra. Presidente (Deputada Elisa Costa) - A Presidência convida a tomar assento à Mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Deputado Federal Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Wander José Goddard Borges, Subsecretário de Estado de Trabalho e de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes; Rosilene Cristina Rocha, Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social, representando o Prefeito, Fernando Pimentel, e Presidente do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais - Cogemas -; Domingos Sávio Araújo, representante da União dos Conselhos Municipais de Assistência Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Maria Ângela Rocha Pereira, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social; Deputado André Quintão, Membro da Comissão de Participação Popular desta Casa; Vereador José Sóter Figueroa, da Câmara Municipal de Juiz de Fora; e a Profa. Eleonora Schettini Martins Cunha, representante da Coordenadoria de Direitos Humanos, Trabalho e Tecnologia da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG.

Palavras do Subsecretário Wander José Goddard Borges

Bom-dia. Em nome do Ministro Patrus, cumprimento os componentes da Mesa. Deixo um abraço carinhoso à Deputada Elisa Costa, pelo requerimento que deu origem a esta reunião. Quero fazer referência a uma fala do Ministro Patrus. Quando ele diz que vários programas existentes no Brasil vêm de outras gestões, com certeza está assegurando a lembrança da história da construção da política nacional de assistência social neste país. Essa referência é extremamente importante. Não nos podemos esquecer da história de toda essa caminhada. Foi muito importante sua lembrança da Constituição de 1988, especialmente o art. 203, que assegura a política de assistência social, a saúde e a previdência social.

Estamos aqui para ajudar na construção do Suas. O Estado de Minas tem dado sua contribuição, por meio dessa nova metodologia, que com certeza tem de ser assumida por toda a sociedade, por todos aqueles que trabalham na assistência social.

O Suas é um sistema constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, prestados diretamente ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos, com órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais das administrações direta e indireta e com fundações mantidas pelo poder público.

Seu modelo de gestão é descentralizado e participativo, constituindo-se, mediante regulação e organização, em todo o território nacional, das ações socioassistenciais. E é isso que foi feito no Estado de Minas Gerais durante todo este ano, com a participação de vários atores presentes nessa caminhada. "Ele vem para reorganizar os serviços, programas, projetos e benefícios, de acordo com as funções que desempenham, com as pessoas que deles necessitam e com sua complexidade. É importante essa reorganização dos serviços. Ele estabelece padrões de serviços, considerando os seguintes aspectos: normatização dos padrões nos serviços; qualidade no atendimento; indicadores de avaliação e resultado; nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e eixos estruturantes e de subsistemas. Muitos políticos fazem política de todas as formas, seja no âmbito estadual, no federal e no municipal, mas a aferição dos resultados dessas políticas tem de ser uma constante. É preciso a avaliação daquilo que está sendo feito, investido em favor da sociedade. É preciso ver se há resultados positivos palpáveis. Entre aquilo que se fala e aquilo que se pratica há um interregno que precisa estar constantemente sendo avaliado. Assim, poderemos avaliar se o recurso colocado à disposição dos programas, projetos e benefícios, atende na plenitude a sociedade brasileira ou se atende somente os gabinetes de estudiosos. Temos de estar na ponta, aferindo resultados dessa caminhada. E ainda há a nomenclatura dos serviços, sobretudo dos eixos das redes estruturantes e dos subsistemas.

Sobre proteção social básica no Município, penso que a Rosilene deve falar alguma coisa. E quanto à proteção social especial, o objetivo é o atendimento a famílias e indivíduos que sofreram violação dos seus direitos ou passaram por um processo de exclusão permanente causado por situações socioeconômicas. Destina-se a qual população? A famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e, sobretudo, social decorrente de abandono, de maus tratos físicos ou psíquicos, de dependência química, do uso de substâncias psicoativas e de abuso e exploração sexual, o que está sendo muito debatido no País e no Estado de Minas Gerais, com diversas campanhas realizadas este ano.

Essa não é responsabilidade do governo, mas da sociedade como um todo, e deve ser trabalhada, avaliada, verificada, com o compromisso de todos, para acabarmos com esses índices que causam vergonha ao povo mineiro e brasileiro, aos Estados e Municípios. Penso que a sociedade deve lutar para, realmente, acabar com abuso e exploração sexual que ocorrem em nosso país. As intervenções são previstas pelos Centros de Referência Especial da Assistência Social.

Então, o Suas pressupõe gestão compartilhada. Quando se fala sobre responsabilidade do programa e do Estado, verificamos que ela está nas três esferas de governo, porque é um plano que se constrói pelas mãos da União, dos Estados e, sobretudo, dos Municípios e da sociedade constituída. Então, existe uma responsabilidade de todos nós e dessas três esferas, buscando-se, principalmente, a participação e a mobilização da sociedade civil.

Devemos fazer a seguinte referência: nos orçamentos colocados à disposição da sociedade brasileira por este país afora, o percentual menor é, infelizmente, o que se destina à assistência social. Por que isso? Porque esse momento histórico de construção precisa ser perseguido permanentemente, para que possamos, a cada dia, ter o nosso espaço reservado de discussão, planejamento, organização, normatização e, sobretudo, recursos. Principalmente quando vamos às Prefeituras, vemos que o percentual é mínimo e que precisamos avançar nessa compreensão com os atores públicos de todo o País.

Cabe à competência do Estado a organização e, sobretudo, a execução em nível de política do sistema estadual de assistência social. Esse é um processo permanente que o Estado faz desde 1996, mas, obviamente, a partir do ano passado, começou a sofrer as suas alterações para adaptação ao Suas, de acordo com a NOB elaborada e votada no mês de julho próximo passado.

É também competência do Estado a destinação de recursos financeiros aos Municípios, a título de benefícios eventuais, ação já realizada pelo Estado há cerca de dois anos, mas, sobretudo, a implementação das ações de monitoramento, acompanhamento e avaliação das informações da política e dessa rede de serviços no âmbito estadual e regional. Essa ação foi iniciada este ano, aliás com a contratação da UFMG, para implantar um sistema de informação cujos modelos do sistema de monitoramento e avaliação serão concluídos em 2007.

O que queremos dizer com isso? Que precisamos estar lá na ponta para verificar se o que é feito tem resultados a favor daqueles que tanto

precisam.

O processo de prestação de apoio técnico aos Municípios para implantação dos seus sistemas iniciou-se em 1996. Agora, mais uma vez, com todo esse processo do Suas, foi melhorado para uma condição de mais vigor, atingindo o ano de 2005 nesse planejamento de adesão do Estado a esse novo modelo.

A coordenação do processo de revisão do BPC acontece permanentemente no Estado, tendo iniciado em 2000; o co-financiamento e o apoio técnico aos Municípios para a implantação dos Cras, que iniciamos este ano. O Estado fez disponíveis recursos para algo em torno de 172 Municípios.

Vocês verificarão que muitas das ações de envolvimento estão acontecendo em 2005, por ser o ano da NOB e do Suas.

Cabe ainda ao Estado coordenar, regular e co-financiar as ações de estruturação da proteção social especial de média e alta complexidades - Atendimento Integral Institucional, Casa-Lar, República, Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade; trabalho protegido -, considerando a prestação de serviços de referência regional, bem como o assessoramento técnico e financeiro para consórcios intermunicipais. Essa ação foi iniciada em 2005, no caso dos consórcios propostos, em especial para a exploração sexual.

Vemos o consórcio como uma forma de atingirmos um nível de produtividade melhor, na busca de otimizar sobretudo os recursos humanos e os recursos financeiros, haja vista a dimensão do Estado de Minas Gerais, com seus 853 Municípios.

Ainda são competências do Estado analisar e definir, em conjunto com os Municípios, o território para a implantação de Creas, considerando a oferta de serviços, o fluxo de atendimento nas regiões do Estado e as prioridades para serviços regionais e consórcios municipais, ação prevista para ter início em 2006, porque este foi um ano extremamente sobrecarregado para a assistência social do País, do Estado e principalmente dos Municípios, que tiveram de absorver uma gama de informações em tempo-recorde, haja vista que a NOB aconteceu no mês de julho, tendo ocorrido as conferências, e em dezembro haverá uma conferência nacional. Então, muitas coisas ainda estão acontecendo.

Compete também ao Estado coordenar, gerenciar e executar programa de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, ação iniciada em 2004 por meio do programa estadual. Esse foi um ano extremamente profícuo para entendimento das questões que dizem respeito à capacitação, o que continuamos a fazer. Muitos devem ter recebido nosso ofício com a convocação para as próximas capacitações, que acontecerão ainda no mês de novembro, tamanha a necessidade de todos absorvermos, cada dia mais, o entendimento do que se quer do Suas, que nada mais é do que uma construção permanente. Estabelecemos um paralelo entre o Suas e o SUS, que existe há mais de 20 anos. Há um forte encaminhamento para ser feito, mas precisamos nos debruçar sobre essa questão, para, gradativamente, construir a história do sistema no País.

Desde o início das habilitações, Minas Gerais postou-se de forma a buscar a habilitação dos Municípios brasileiros, o que, obviamente, depende dos Municípios. Trabalhamos a partir de agosto e, até o dia 30 de outubro, atingimos em torno de 70% dos Municípios mineiros, que já estão habilitados em seus diversos níveis de gestão.

Resta-nos ainda em torno de 253 Municípios para habilitar. Acreditamos que, nesses dois meses que faltam para findar o ano, ainda conseguiremos a adesão de outros Municípios, porque, na estruturação da habilitação, há alguns muito avançados e outros muito longe da Capital que apresentam diversas dificuldades.

Com isso entendemos que Minas busca a construção do Suas. Conseqüentemente, estamos contribuindo para a nova história da assistência no País, mas, sobretudo, no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Ministro Patrus Ananias

Parafraseando aquele verso famoso, mais pudera, mais ficara, pela importância do encontro. Mas tenho agora uma conversa com a imprensa e outras três palestras de que participar. Peço licença para me retirar e, ao mesmo tempo, peço desculpas. Continuaremos presentes em intenção e espírito.

Gostaria de ouvir as palavras dos demais oradores, em especial do fraterno e querido amigo Deputado André Quintão. Fica o meu abraço e a certeza de que este encontro será mais um passo importante na consolidação do Suas no nosso Estado e no nosso país, na compreensão comum de que ele pressupõe a adesão dos três entes federados numa linha pactuada, inclusive de prioridades e recursos: governos nacional, estaduais e municipais.

Agradeço e parableno a Deputada Elisa Costa, a Assembléia Legislativa de Minas, todas as pessoas que contribuíram para este evento, os expositores, os debatedores e, sobretudo, os participantes aqui presentes e os que nos estão acompanhando pela TV Assembléia. A todos os nossos parabéns e a certeza de que estamos caminhando e avançando.

Palavras da Secretária Rosilene Cristina Rocha

Pediram-me para fazer uma distinção das competências e atribuições dos Municípios na nova discussão e implantação do Suas.

Primeiramente, tentarei fazer uma distinção conceitual, que remete menos à NOB e mais à política nacional, entre o desenho e a dinâmica do Suas.

A política nacional, assim como a Loas, estabelece a distinção entre as competências de cada um dos três entes federados, quais sejam, os Municípios, os Estados e o governo federal.

Na verdade, ao longo dos anos, vimos tentando traduzir as competências dos entes federados no que diz respeito à assistência social. Com a nova política nacional, isso ficou mais bem-definido e mais bem-desenhado. Cada um dos três entes federados tem suas definições e competências próprias.

Na política nacional, destacam-se três conceitos importantes, que - parece-me - traduzem para o cotidiano da assistência social o que diz respeito diretamente aos Municípios. A política nacional adota o conceito de territorialidade, de trabalho intersetorial e aquilo que é formado pela distinção e pela proximidade com os usuários.

O conceito da territorialidade traz para os Municípios uma tradução "per se", ou seja, a assistência social brasileira deve trabalhar a partir dos territórios. Salvo definições intra-urbanas de grandes Municípios que ainda têm divisões internas, porque são grandes - isso também é tratado na política nacional -, trabalhamos com a unidade municipal.

De antemão, o conceito de territorialidade traz para o Município distinção e importância muito grandes devido à sua proximidade com os usuários da assistência social. Esse é o ente federado mais próximo dos usuários da política de assistência social.

Por trás da organização do Suas, há a ideia de aproximar os serviços cada vez mais de seus usuários. Daí, a importância do conceito de territorialidade.

A política nacional aponta a desigualdade socioterritorial, tanto do ponto de vista sociológico quanto do ponto de vista geográfico, e a heterogeneidade presente nos 5.561 Municípios brasileiros, cujo conhecimento é importante para que o sistema único dê certo.

Outro conceito muito bem-trabalhado, que também confere importância aos Municípios brasileiros é o trabalho intersetorial. Tanto a assistência social sofre o impacto das políticas setoriais quanto as outras políticas sociais sofrem o impacto do trabalho da assistência social. Isso exige a construção de ações territorialmente muito bem-definidas e o diálogo que aproxime as políticas sociais. É a interface da assistência social com a saúde, com a educação, com o esporte e com a cultura, e o trabalho de todos esses setores com a assistência social, e da assistência social com esses setores.

Essa congregação confere poder aos Municípios, porque também as outras políticas setoriais são desenvolvidas e a entrega de serviços públicos é feita nos Municípios.

São esses os dois pilares fundamentais que a política nacional traz com muita clareza.

Ademais, a política nacional valoriza a relação entre o cotidiano familiar dos usuários da assistência social e a cultura local. O Município é o ente federal privilegiado, quando se trata de traduzir o cotidiano dos usuários e da cultura local, ou seja, é o Município que diz como a cultura local informa o desenho e a entrega dos serviços públicos na área da assistência social.

A política nacional trata também a diversidade dos Municípios brasileiros, considerando as diferenças existentes entre eles. Assim, faz uma distinção importante entre Municípios de pequeno porte 1 e 2, médio porte, grande porte e metrópoles. Ou seja, a política nacional não trata os Municípios como se fossem iguais, considerando essa distinção fundamental. Na discussão do Suas, considerar a diversidade e o tamanho dos Municípios tem sido de relevância para implantarmos um sistema que, de fato, represente essa diversidade.

No caso dos Municípios maiores, ainda há o trato da questão intra-urbana. Cada um lida com ela da maneira que achar melhor, embora a política nacional também dê conta disso, quando, por exemplo, georreferencia 5 mil famílias por cada unidade do Cras, o que atende a Municípios de pequeno porte, mas também permite que grandes Municípios ou metrópoles trabalhem com unidades menores, intra-urbanas, referenciando 5 mil e fazendo uma diferenciação interna, de acordo com sua realidade e tamanho.

Os Municípios têm três níveis de gestão na política nacional, o que também é feito para dar conta da realidade e das distinções entre eles. Em todo o Brasil, há uma grande diferenciação entre capacidade de gestão e níveis de implantação de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, e em Minas Gerais isso não é diferente. Os três níveis de gestão ali colocados tentam responder a essa distinção do tamanho dos Municípios. Assim, temos as gestões inicial, básica e plena, e o Município pleiteia a sua gestão de acordo com sua própria avaliação. Evidentemente, em comum acordo com o Conselho Municipal e a Comissão Intergestora Bipartite, o Município faz a requisição da gestão em que avalia ter condição de se habilitar. Isso também é feito para darmos conta da diversidade, da diferença, e para que o procedimento de construção e implantação do Suas seja gradativo, de acordo com o desenvolvimento de cada Município.

Também gostaria de levantar alguns desafios que dizem mais respeito ao que está na NOB do que à política nacional, os quais traduzem as atribuições de cada ente federado e nos trazem para o dia-a-dia da operacionalização da assistência social nos Municípios. Eles não são exclusivos dos Municípios - há aqui grandes desafios para os governos de Estado e, em grande medida, para a União -, mas, pelo que vemos na realidade brasileira, com a diversidade que há entre os níveis federados, a maior dificuldade certamente está nos Municípios, pela própria história, pela descentralização que foi promovida - embora não a necessária descentralização de recursos humanos e de fundamentos - e pelo fato de as pessoas morarem nos Municípios.

Enfim, com toda essa realidade que já conhecemos bem e que discutimos há mais tempo, esses desafios são poderosos, e os Municípios têm de enfrentá-los com apoio dos governos do Estado e da União, para que consigamos operar de fato o Suas, lembrando que alguns deles são exclusivos, mas outros nem tanto.

Esses são também os desafios que encontramos em Minas Gerais, no trabalho que fazemos no Cogemas, cuja dinâmica é a discussão de temas afetos à assistência social, evidentemente - nos últimos tempos mais afetos à construção e à implantação do Suas -, e levantados pelos gestores municipais, na caminhada cotidiana do trabalho dos Municípios mineiros.

O primeiro grande desafio é relativo à estrutura. A realidade dos Municípios é bastante complexa. Como desafio de estrutura, consideramos todas as dificuldades que os Municípios enfrentam com relação a espaço físico, carros, enfim, a tudo o que os gestores municipais e suas equipes precisam para operar a assistência social. Correlata a esse desafio municipal, há uma competência estadual das mais importantes: o acompanhamento e o assessoramento técnico e financeiro que o governo do Estado deve dar aos Municípios. Essa é uma dificuldade grande dos Municípios e uma das maiores competências que precisamos enfrentar no âmbito do Estado de Minas Gerais.

No acompanhamento, como disse o Secretário, isso já vem sendo feito, com o objetivo de aperfeiçoarmos e atingirmos o maior número possível de Municípios, o que é um grande desafio para o governo de Minas Gerais em vista do tamanho do Estado. Precisamos melhorar o processo de descentralização, efetivar as equipes regionais descentralizadas, para que o assessoramento técnico realmente chegue a todos os Municípios mineiros.

Outra grande dificuldade diz respeito aos recursos humanos. Esta não é exclusiva dos Municípios, mas é neles que ela se expressa de maneira mais grave, vamos dizer assim, porque é lá que entregamos os serviços sociais à população. A situação torna-se complicada nos Municípios mais do interior: dificuldades de recursos humanos, de servidores públicos concursados e de financiamento de recursos humanos, ou seja, dificuldades estruturais na área de assistência social. Realizamos uma reunião da Comissão Intergestora Tripartite - CIT - na sexta-feira, no Ministério. Como esse assunto está estabelecido pela Constituição e pela lei orgânica da assistência, discutimos como enfrentaremos a legislação brasileira para superar essas dificuldades na área de assistência social.

Os Municípios do interior também enfrentam a dificuldade da interiorização dos profissionais habilitados para fazerem o trabalho de assistência social, ou seja, dos perfis técnicos apropriados. Conhecemos as grandes dificuldades para encontrarmos no interior esse tipo de profissional. As

escolas e os profissionais são muito concentrados. Precisamos discutir formas de enfrentar tais problemas.

Outra questão grave é a dificuldade de financiamento. O maior financiador de assistência social no Brasil é a União. Os Municípios brasileiros estão se esforçando para aplicarem recursos nessa área, mas sabemos que isso é de uma timidez muito grande - é um desafio para o governo do Estado. O Secretário apresentou várias inovações e investimentos que o governo do Estado de Minas está fazendo. Precisamos traduzir esses investimentos na idéia de sistema, ou seja, o financiamento deve ser continuado: não podemos implementar programas em um ano e desmanchá-los no ano seguinte em função da descontinuidade de financiamento. Esse é um desafio importante para todos os entes federados. É uma discussão poderosa que precisamos enfrentar em Minas.

Existe outro desafio: os Municípios precisam estar muito empenhados, compreendendo a idéia de sistema. Essa não é uma tradição na área de assistência social, que trabalha com programas e projetos muito distintos, separados e fragmentados. Traduzir a idéia de sistema que está por trás da política nacional não é simples. Precisamos apreender essa idéia para superarmos a fragmentação, termos portas de entrada muito bem definidas e critérios técnicos muito claros, a fim de fazermos, de fato, um sistema republicano.

A Norma Operacional Básica - NOB - traduz muito claramente as atribuições da União, dos Estados e dos Municípios. A atribuição da proteção social básica é de responsabilidade dos três entes federados, mas principalmente dos Municípios. Isso tem a ver com um desafio grande que devemos enfrentar - estamos melhorando muito no acúmulo técnico e nas discussões sobre isso -, qual seja o da prevenção na área de assistência social. A assistência social não trabalha apenas com urgências. A proteção social básica, além de trabalhar com urgências, quer traduzir a prevenção para a prática cotidiana do atendimento. A proteção social básica, que está sob a responsabilidade, em grande parte, dos Municípios, quer implementar e consolidar a discussão da prevenção na área de assistência social mais próxima do usuário, com quem desejamos dialogar mais e melhor. Obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Com a palavra, o Sr. Domingos Sávio Araújo, representante da União dos Conselhos Municipais de Assistência Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Palavras do Sr. Domingos Sávio Araújo

Bom dia a todos. Estou representando a União dos Conselhos Municipais de Assistência Social da Grande Belo Horizonte. É um movimento que começou há três, quatro anos. Fico honrado por representar aqui essa organização de controle social que trabalha em prol da política pública na área da assistência social. Agradeço o convite da Assembléia Legislativa à União para discutir a questão neste ciclo de debates e parabenezo-a pela idéia, já que a assistência muito precisa dessas discussões neste momento. A implantação de um novo modelo requer que ele seja bastante debatido.

A União da Grande Belo Horizonte, formada por 32 conselhos municipais de assistência social, discute as questões pertinentes à assistência social sob os diversos aspectos da política. Lembramos que em Minas Gerais há um total de 200 conselhos, representados em três uniões, que acharam por bem mobilizar-se. Destaco até a representação dessas Uniões no Conselho Estadual, que é o órgão deliberador da política. Em seis representações de conselhos municipais de assistência social, a União mantém cinco delas, tal a importância que o grupo dá às questões relativas à política pública no Estado.

Falou-se das diversas atribuições do Estado e dos Municípios em relação à política pública, e queria lembrar que não é de hoje que estamos implantando a política de assistência social no Brasil. Já são 11 anos. Aliás, esse novo modelo é fruto da avaliação do modelo anterior, o descentralizado participativo. É lógico que temos uma história. E a idéia de efetivar o novo modelo, na tentativa de corrigir os erros e desvios passados e alcançar desafios ainda não alcançados, foi brilhante. Parabenzamos o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conselho Nacional, que muito corajosamente trabalhou a principal deliberação da Conferência Nacional de 1993, que foi justamente a implantação do Suas. Isso é exemplo para todo o Brasil. Não é costume a efetivação das principais deliberações de conferências nas previsões orçamentárias. Quem trabalha no Município sabe disso. Não temos a prática de analisar as deliberações da conferência para construirmos nossas previsões orçamentárias. Esse é um problema que enfrentamos, entre outros.

Quero falar de algumas coisas que ainda incomodam. É bom estarmos ligados nelas agora, neste novo impulsionar da política pública, para ficar mais fácil depois. Por exemplo, uma questão que ainda incomoda é a falta de discussão mais ampla sobre o que seja serviço na área da assistência social. A Rosilene até deu um indicativo interessante: a questão da ação continuada. Se a política de assistência social tem importância do ponto de vista da inclusão social, a maneira de fazer isso é com serviços de ação continuada, para superar aquela idéia de que o serviço permanecerá enquanto durarem os quatro anos do governo. Por isso o Plano 10. Essas ponderações foram estratégicas.

O serviço de ação continuada é básico. Os Municípios têm de tomar cuidado com isso, pois nem todos são de ação continuada. Nossa trajetória é baseada em projetos e programas que têm começo, meio e fim previamente determinados. E projetos e programas não são desprezíveis: eles complementam a estruturação dos serviços.

Outra coisa que caracteriza serviço e que temos de pensar é a qualificação da mão-de-obra. Como já foi falado aqui, Belo Horizonte tem discutido a NOB e a política de assistência social, e a União dos Conselhos Municipais também o fez separadamente em duas reuniões ampliadas do Conselho Nacional. Temos discutido a profissionalização na área da assistência social, a qualificação da mão-de-obra. Apesar de todas as suas atribuições, muitos Municípios não têm uma assistente social. Daí a importância do assessoramento técnico para essa área nos Municípios.

Muitos serviços não fazem inclusão social. Só para exemplificar, na área do idoso, os asilos que se encaixaram na concepção da nova política como serviço de alta complexidade, apesar de terem continuação, não incluem, não possuem a característica de política pública de inclusão social no mercado de trabalho e inclusão familiar. Hoje, apesar de muitos Municípios aderirem à concepção da nova política, 90% dos recursos para idosos ainda são gastos com os asilos. Isso é para vocês verem quão necessária é a transformação, que fica nas entrelinhas. Há os serviços historicamente prestigiados, como aqueles para portadores de deficiência, realizados pelas clínicas.

Já foram feitas várias discussões se esses serviços são da área médica, tendo em vista a questão principal, habilitação e reabilitação, ou da área da educação. A assistência social não pode fazer esse tipo de serviço, tanto que não faz supervisão dele. É preciso atentarmos para esse detalhe para que, daqui a cinco ou seis anos, não dizermos que nos esquecemos disso. Inseriria isso no bojo das transformações que estamos fazendo.

Outro ponto interessante é o entendimento de que a política pública é concebida por três instâncias: o órgão gestor, os Conselhos Municipais de Assistência Social e as entidades prestadoras de serviço. As entidades são importantíssimas nesse meio. A assistência social sempre precisou dos serviços delas.

Esse modelo de descentralização administrativa, no qual conferimos às entidades prestadoras de serviços atribuições na área de assistência social, merece um tratamento cuidadoso. Isso não está descartado; pelo contrário, está cada vez mais incentivado. Temos de aproveitar e tratar essa relação das entidades com o órgão gestor.

Hoje percebemos que, nessa relação de convênio, os pagamentos atrasam, não são reajustados, e, muitas vezes, o valor estipulado pelo poder público não se assemelha ao estudo de custo dos serviços. Fica uma descentralização capenga muitas vezes: as entidades fingem que fazem e o órgão gestor finge que paga. Essa relação precisa ser realmente cuidada, pela importância que esse modelo de descentralização administrativa tem na área de assistência social.

Os recursos para que os serviços sejam executados de forma descentralizada por meio das entidades filantrópicas prestadoras de serviço na área da assistência social são bastante significativos nos orçamentos municipais.

A União dos Conselhos considera importante realizarmos outra discussão sobre democracia participativa e democracia representativa. Qual a relação conveniente? Acredito que o Suas privilegia a relação de complementaridade, de absoluta compatibilidade entre uma coisa e outra.

Muitas vezes não percebemos a coisa dessa forma, vemos uma relação de subordinação e até de incompatibilidade. O Conselho se apresenta de forma submissa, dado o grau de conflitos que se apresenta nas discussões dos Conselhos Municipais de Assistência Social. O conflito precisa ser mais bem trabalhado tendo em vista a negociação, a persistência e o amadurecimento.

O Conselho tem uma função interessante na construção da política pública: protestar contra a desigualdade social e a distribuição de renda. Ele também tem a função de reivindicar. É um órgão, uma instância própria de reivindicação na área dos direitos. Reivindica patamares mais significativos e interessantes de cidadania para a população excluída e, principalmente, tem a função de deliberar. Essa autonomia foi dada aos Conselhos pela Loas, uma lei federal que estabelece a autonomia dos Conselhos no que se refere às deliberações de políticas públicas na área de assistência social. Portanto, o Conselho tem o poder. Esse poder que foi conferido ao Conselho, sob a forma de lei, faz parte da democratização.

Na verdade, nas reuniões dos Conselhos, há sempre a discussão de conteúdo. Lá discutem-se a política nacional, as principais dificuldades dos Municípios e se apresentam informações do trabalho dos Conselhos. Agora a União dos Conselhos tem a importante função de fiscalizar a atuação do Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas. Como já disse, trata-se de uma instância de controle social muito importante.

Há vários Municípios participando da União. Tenho a informação de que Municípios próximos a Cláudio e a Montes Claros estão formando uma união de conselhos. Acreditamos que, por meio do controle social das políticas públicas, faremos uma política mais adequada.

Não há dúvida quanto ao modelo. Dificilmente recebemos crítica ao Suas, à política que está sendo construída. Isso ocorre não porque essa política foi feita por pessoas competentes, por técnicos e pelo partido que está no governo, mas porque brilhantemente tiveram a ideia de trabalhar com uma proposta participativa.

O Conselho Nacional realizou várias reuniões descentralizadas em Belo Horizonte e em Curitiba. De três em três meses, esse Conselho realiza reuniões descentralizadas para colher informações, e as críticas foram apresentadas no momento da concepção. Essa é a forma ideal de se fazer política.

Dessa forma, os Conselhos terão de ser sempre consultados. A importância do Conselho na política é fundamental. Muitos criticam dizendo que os conselheiros precisam informar-se e capacitar-se. Lógico que eles precisam de informações, mas só por serem pessoas eleitas, representantes de algumas regiões, tornam-se importantes. A capacitação e as informações lhes serão repassadas durante as reuniões do Conselho.

O importante é ter a sociedade organizada participando da elaboração da política pública para a proposta ser consensual.

Vou ficando por aqui, qualquer dúvida, participarei do debate.

Palavras da Sra. Maria Ângela Rocha Pereira

Reafirmo os cumprimentos do Ceas a esta Casa pela organização do evento e a todas as pessoas que estão aqui participando, pela determinação e disposição de estarmos juntos consolidando o Suas. Acho que agora temos de falar em consolidação. A implantação está em curso. Estamos implantando e consolidando ao mesmo tempo.

Em função de uma reorganização que fizemos em relação à programação, tentarei devido ao tempo, ser sucinta e objetiva em minha fala, deixando de dizer coisas que já foram ditas, mas tentando reafirmar alguns pontos que considero importantes. Ao final de minha fala, apresentarei um produto que o Ceas fez para a conferência, que fecha a questão dos desafios ao Conselho para a implantação da política de assistência e do Suas. Ainda que seja um trabalho específico do Conselho, ele não se detém exclusivamente ao Ceas, pode ser pensado e entendido para além do Ceas, em conselhos municipais.

A cada dia, percebemos que aumenta o número de eventos, atividades e espaços para se discutir a assistência social na sociedade. Isso é visível, e temos acompanhado. O Conselho fez um consolidado dos Municípios na conferência, diante de uma pergunta sobre a frequência com que se discute a assistência social. Nem um de cerca de 600 Municípios assinalou o campo Nunca, o que é extremamente relevante; 18% dos Municípios disseram que às vezes se discute assistência social; 54% dos Municípios disseram que regularmente se discute a assistência social, e 28% responderam que sempre se discute assistência social.

Perguntamos onde se discute assistência social no âmbito do Estado, os conselheiros disseram que em reuniões descentralizadas, em reuniões de conselhos municipais e estadual, em conferências, em reuniões com usuários, em reuniões com o fórum mineiro, em entidades, em palestras, no Conselho Regional do Serviço Social, em eventos, na CIB, no Cogemas, em escolas de serviço social, nas universidades, na Assembléia Legislativa, na Sedese, em Câmaras Municipais, em cursos e capacitações, nas plenárias, nas comissões temáticas e em oficinas do Conselho em audiências públicas. Acho importante registrar isso, porque é preciso que se tenha uma visão de que as coisas estão realmente ampliando-se e acontecendo. Essa, a nossa percepção de levantamento de estratégias para contemplarmos as demandas que têm chegado dos Municípios, as quais considero da maior importância para nós, que estamos no Estado, tanto na gestão quanto no Conselho Estadual.

Só quero reafirmar o modelo democrático, descentralizado e participativo de organização, das ações e de serviços de proteção social no sistema, que unifica conceitos e procedimentos em todo o território nacional, estabelecendo padrões de serviços e qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, padronização da nomenclatura de serviços e da rede socioassistencial. A Rosilene já falou, mas é sempre bom reafirmar, porque isso é novo para nós, é uma organização baseada em territórios, identificando problemas sociais e focando as necessidades de cada Município, ampliando recursos financeiros e cobertura social, tendo como um dos eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar, possibilitando superar a focalização em segmentos ou em situações de risco.

Quanto ao controle social do Conselho, destaco que, num processo que consideramos revolucionário em relação às mudanças operadas no

campo da assistência social, é imprescindível um novo conselho. Quanto mais se firma e se afirma a assistência social como política pública, mais concretude vai-se dando à política da assistência social, mais necessário se faz o controle social e maior aprimoramento dos seus instrumentos é exigido. Por isso não é possível discutir controle social sem discutir gestão e financiamento. São três eixos que se completam. Tem de se pensar conselho na nova ótica da política da assistência social, na perspectiva do sistema, um novo conselho, que atente para as funções básicas de proteção social, que é segurança de convívio, sobrevivência, acolhida, autonomia, rendimento, vigilância - questão importante e nova para nós -, produzindo indicadores e índices de territorialidade e de vulnerabilidade. Temos de nos deter na concepção de territorialidade, apontando índices de vulnerabilidade social e de risco social no território.

A questão da defesa social institucional é um novo campo para a garantia do direito dos usuários cujas funções, por si sós, dão a direção política dos conselhos no cumprimento de suas atribuições de deliberação e de controle social.

As possibilidades de controle social, no âmbito das políticas sociais, especificamente no âmbito da assistência social, são inúmeras. E os conselhos precisam debruçar-se sobre essa nova realidade, capacitando-se para o desempenho das novas atribuições. Necessitam conhecer as estratégias de capacitação mais efetivas no atendimento às demandas dos Municípios.

Além das atribuições estabelecidas nas normas, na Loas e em legislações específicas, a nova política da assistência social, na perspectiva do Suas, exige, por exemplo, que o conselho estadual atue como instância de recursos dos Ceas e como instância de recurso da CIB. O Ceas tem de estar muito próximo da CIB, cada qual na sua atribuição específica: o Conselho, de deliberação; a CIB, de pactuação. Nesse sentido, o Conselho avança porque ocupa um espaço nas reuniões da CIB - não na sua composição, pois essa não é sua atribuição. Mas temos representantes do Conselho Estadual nos debates, nas discussões, nas pactuações.

Quanto à política estadual de assistência social, é preciso que seja formulada na perspectiva do Suas, para que o Conselho a aprove na perspectiva do sistema.

Faz-se necessário regular a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social, aprimorar o processo de aprovação de critérios de partilha e de transferências de recursos pactuados na CIB. É um processo que vem acontecendo com propriedade, seriedade e compromisso. É preciso que estejamos atentos, que o Conselho se aprimore na sua função de deliberação do processo de pactuação de critérios de partilha e de transferência de recursos.

É preciso aprovar critérios indicadores de monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais. A NOB do Suas deixa claras as competências e atribuições, marcando uma nova relação entre as instâncias de articulação, pactuação, negociação e gestão. Temos de nos apropriar desse conteúdo construído coletivamente.

Quanto ao controle social, entendido como ação desenvolvida pela sociedade civil organizada, compartilhada no conselho com o âmbito governamental, tem por objetivo fiscalizar, monitorar, avaliar e deliberar sobre as questões da política, mas é preciso que se compreenda cada uma dessas atribuições, o que é avaliar. O Fábio falou sobre o que é avaliar, fiscalizar, monitorar, como deliberar, do que precisamos no aprimoramento do processo de deliberação. Além dessas atribuições, o controle social precisa possibilitar o envolvimento da sociedade nos assuntos do governo. O "status" de exercício do controle social pertence ao Conselho Estadual e às Conferências. Mas existem outros espaços de controle social, como o fórum mineiro e os municipais. É preciso possibilitar o envolvimento da sociedade nos assuntos do governo. Muitas vezes, muitos não se incomodam em prestar contas à sociedade de suas ações. É preciso que o governo se torne mais público, e a sociedade civil, mais atenta, cooperativa e propositiva. É um trabalho de mão dupla. Ele vai às questões da publicidade das ações do governo, bem como à questão da proposição da sociedade civil. Ela precisa ser ativa e propositiva no processo de consolidação da política. Além de zelar pela utilização dos recursos públicos, considerando-se que são recursos da sociedade, pagos direta ou indiretamente por meio das várias modalidades de impostos, ela precisa ser propositiva. Portanto, os impostos devem retornar à sociedade em forma de serviços de interesse público.

No momento em que a política de assistência social se organiza para prestar os serviços de assistência social, proteção básica e especial, já temos os serviços hierarquizados e territorializados e a unidade pública estatal, que é o Cras, que prestará serviços de proteção básica e especial, no âmbito regionalizado ou de consórcio, onde se discute cada realidade. A atenção especial tem como objetivo maior trabalhar no âmbito da proteção social em nível mais complexo de vulnerabilidade social.

Quanto à questão dos serviços financiados e co-financiados, uma outra lógica de financiamento, lógica do piso e não "per capita", tem de ser apropriada por todos nós. Precisamos entender essa lógica de financiamento, que é um grande salto na assistência social. O controle social exercido pelo conselho precisa entender essa nova lógica de financiamento para compreender o processo, a concepção. Assim, ele poderá atuar no nível do controle social dos recursos, da execução e das ações de repasse.

Um grande desafio consiste em contribuir com a construção das novas dinâmicas de gestão. Falei anteriormente e reafirmo: o controle social não pode trabalhar sem estar articulado com a gestão e com o financiamento.

Penso que devemos preocupar-nos muito com as estratégias de assessoria de capacitação de Municípios de pequeno porte, e Minas tem seiscentos e tantos Municípios de pequeno porte.

Sobre os desafios do Conselho Estadual - e, repito, não me refiro só aos do Conselho Estadual, pois esse foi um trabalho feito para o painel de fotografias da conferência, que pensei ser oportuno trazer para cá, pois é um desafio de controle social -, quero dizer que eles não existem só para o Conselho Estadual. Algumas coisas são específicas, e outras, não.

Qualificar-se para o pleno exercício do controle social da política, no âmbito da sua competência e na perspectiva do Suas. Não vou deter-me nesses "slides", porque muitos deles são auto-explicativos, e não há a necessidade de detalhamento. Só quero chamar a atenção para a questão da qualificação. O que falamos sobre qualificação? Já falamos sobre a contribuição coletiva e o aprimoramento de mecanismos e instrumentos de gestão e de controle social e sobre a questão da gestão que deve coordenar o sistema, co-financiar serviços de proteção social básica e cuidar dos serviços de proteção social especial de média e alta complexidades, um desafio enorme para o Estado.

Já falei sobre o plano estadual e sobre o plano de capacitação de recursos humanos, para o qual devemos manter o financiamento. Ainda como desafios, temos: aprovar e acompanhar a execução da política, em consonância com o Suas; atuar como instância de recurso, sobre o qual também já falei, ou seja, a importância da comissão intergestora e dos conselhos; aprovar a proposta orçamentária dos recursos alocados no Feas, com os critérios de partilha e de transferência e aplicação de recursos, o que penso ser importantíssimo, e o conselho teve uma expressiva participação na revisão do PPAG, contribuindo para a ampliação do orçamento da assistência; aprovar o relatório estadual do pacto de gestão, sobre o qual o Ministro falou, e deve haver um pacto entre os três entes federados, porque, do contrário, o Suas não vingará; assessorar juntamente com o Conselho Estadual os conselhos municipais de assistência social, sobre os quais também já falei; contribuir, para o exercício efetivo do controle social das políticas públicas, viabilizando a intersetorialidade, e é fundamental que encontremos formas para trabalhar a intersetorialidade dos conselhos de direito, dos conselhos de políticas, porque não conseguimos fazer isso; apreender, criticamente, a realidade, referenciando-se no momento histórico da sociedade brasileira, considerando as particularidades em âmbitos nacional, estadual, regional e municipal e identificando as possibilidades para uma efetiva atuação, pois é impossível trabalhar política de assistência social e Suas

sem apreender criticamente a realidade e trabalhar com isso; ter um comportamento propositivo, privilegiando a inclusão social e a proteção social, em uma co-responsabilidade. Sobre este último, quer dizer que lutamos por isso constantemente, pois não dá para fazer discussões e apontar falhas como se as coisas ocorressem lá e nós não fizéssemos parte do processo. É necessário que aprendamos a fazer proposições que realmente nos permitam avançar e sair dos impasses que encontramos pela frente.

Continuando: denunciar a luta contra o esvaziamento dos direitos sociais nas políticas, o que não é efetivado nas políticas públicas, pois não adianta fazer críticas às políticas públicas sem saber em que espaço faremos isso, onde denunciaremos, como o Município fará para trabalhar e recorrer às suas instâncias, a fim de fazer valer os seus direitos, e essa é uma das funções da política da assistência social; se os conselhos de assistência social, os espaços de controle social e os fóruns não permitirem o fortalecimento e o surgimento de outros sujeitos políticos, priorizando o usuário na dinâmica do controle social, pecamos gravemente e não avançamos na questão da incorporação do usuário no controle social; e fortalecer a articulação do Conselho Estadual com o fórum mineiro, o que é feito por nós. O grande avanço que ocorre aqui é a articulação da sociedade e do Conselho Estadual com o fórum mineiro, um exemplo a ser seguido em outros Municípios, pois devemos articular fórum com o Conselho.

Por fim, tornar o Conselho um espaço cada vez mais democrático de participação dos Conselheiros e de todos os atores da política de assistência social e das políticas setoriais. É preciso rever os regimentos internos dos conselhos para ver como estão favorecendo ou não a participação. Acabamos de ver nosso regimento interno e mudamos de regimento, que não dava voz às pessoas que estavam nas plenárias. A partir de agora, qualquer pessoa que esteja na plenária do conselho tem voz; só não tem voto, mas tem voz, o que o regimento não permitia.

Firmar-se politicamente no cumprimento de suas atribuições específicas e no reconhecimento da legitimidade do conselho como força motriz de articulação, deliberação e representatividade do governo, da sociedade e dos usuários. Temos ouvido depoimentos de pessoas importantes, que nos levam a crer que a sociedade está compreendendo cada vez mais o que significa um conselho de direito, um conselho de políticas públicas.

Zelar pela implantação do sistema e estar em permanente vigilância para que seja realmente efetivado.

A Sra. Presidente (Deputada Elisa Costa) - Dando continuação à discussão do tema "O Controle Social e o Papel do Legislativo no Processo de Implantação do Suas", convidamos o Deputado André Quintão. Em nome da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa, agradecemos e homenageamos os Deputados e as Deputadas aqui presentes dando significado a nosso ciclo de debates. Com a palavra, nosso companheiro histórico de obras de assistência social, Deputado André Quintão.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom-dia a todas as companheiras e a todos os companheiros de militância na área da assistência social. Parabênizo a Deputada Elisa Costa, companheira de partido e de comissão, uma vez que sou suplente da Comissão do Trabalho, e a equipe, assim como os parceiros na organização deste evento, que já é um grande sucesso para a política de assistência.

Tratarei do papel do Legislativo. Talvez quem tenha sido delegado ou delegada na conferência estadual possa acompanhar minha linha de raciocínio, exposta naquela oportunidade. Faço uma observação básica. De que nível de parlamento estamos falando: federal, estadual ou municipal? Do parlamento parceiro na construção da política pública ou do parlamento adversário da política pública de assistência social? Temos de ter clareza para responder a esse questionamento, porque, histórica e infelizmente, os parlamentos, muitas vezes, serão concorrentes e até adversários da política pública, reforçando o assistencialismo e o clientelismo, colocando os pobres na posição de dependência, de favor, de não-compreensão da assistência como direito e, muitas vezes, o que é pior, furando, através de cartinhas e de interferência política indevida, critérios republicanos construídos coletivamente. Muitas vezes, os parlamentos, as câmaras, as próprias Assembléias, transformam-se em centrais de doações; e os políticos, em despachantes de questões que deveriam ser contempladas, como direito de cidadania, por política pública. Muitas vezes têm para si recursos que deveriam estar nos fundos municipais e estaduais. Há alguns anos, esta própria Assembléia contribuía com esse mecanismo de distribuição de verbas por Deputados, verbas que não estavam no Fundo Estadual de Assistência Social. Felizmente, isso já não existe.

Temos que ter clareza e cobrar o papel básico de qualquer parlamento, que é fiscalizar, legislar e apoiar a cidadania. Quero reforçar essa dimensão, até porque estamos aqui hoje nessa perspectiva. O papel do parlamento na construção do Suas é e tem sido fundamental, porque a própria institucionalização do sistema depende da legislação.

O Ministro Patrus fez essa recuperação histórica claramente. O grande avanço da assistência legal foi na Constituição Federal, arts. 203, 204 e, no caso da criança, 227. Ou seja, são artigos oriundos de emendas populares com aprovação do Parlamento federal. O Parlamento federal votou e aprovou a Loas em 1993. As Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais foram fundamentais no chamado sistema descentralizado e participativo, votando leis, criando conselhos, fundos municipais ou estaduais.

Agora, sob a égide do Suas, os parlamentos farão suas adequações. Aqui na Assembléia Legislativa já temos projetos de vários Deputados, inclusive nosso e da Deputada Elisa, de institucionalização do Suas, porque as nossas leis são da década passada. A lei estadual é de 1996, e a lei municipal é de 1995. Belo Horizonte foi um dos primeiros Municípios a implantar a Loas. Precisamos dessa adequação nas próprias legislações municipais, a qual é feita pelas Câmaras. Temos ainda no Legislativo a oportunidade de legislações temáticas.

O Congresso votou o Estatuto da Criança, que completou 15 anos, e o Estatuto do Idoso; as Assembléias, por sua vez, discutem estatutos de pessoas com deficiência, políticas específicas; e as Câmaras discutem políticas específicas. O Bolsa-Família é resultado de lei.

Temos um Legislativo que, com ousadia e participação popular, pode ajudar a consolidar o Suas. Na questão dos recursos humanos é fundamental a participação dos Legislativos. A subvalorização da política de assistência tem correspondência na subvalorização do profissional encarregado de participar da política de assistência. Geralmente é o que ganha menos, é o que não tem plano de carreira, é o que não tem tabela salarial. E as Câmaras Municipais e as Assembléias podem e devem tratar dessa valorização do servidor público em qualquer nível, ou especialidade, vinculada à política de assistência.

Acho também que há outro caminho fundamental, ainda no âmbito legislativo, relativo às chamadas leis orçamentárias. Não há política pública sem orçamento votado e executado. A vontade política de qualquer governo se revela no seu orçamento, que é votado pelas Câmaras, pelas Assembléias e pelo Congresso. Há uma centralidade na política. As leis orçamentárias não se restringem ao orçamento anual. Existem a LDO e o chamado PPAG, que definem as prioridades para os próximos quatro anos de governo, e as Câmaras Municipais votarão, até dezembro, os respectivos planos plurianuais. É ali que veremos se estará prevista a implantação do Suas nos Municípios com as responsabilidades compartilhadas, incluindo o próprio Município, que deve estar inscrito no plano plurianual.

Aqui na Assembléia Legislativa estamos tendo uma experiência das mais luminosas. Desde 2003, a Assembléia firmou parcerias com o governo e entidades da sociedade civil.

Fizemos uma discussão participativa do PPA. Não constava das prioridades originais do governo do Estado um projeto prioritário de assistência social.

Uma emenda popular, subscrita pelo Fórum Mineiro de Assistência, pelo Cogemas, pela União dos Conselhos e pelo Creas, aprovada pela Assembléia Legislativa e pelo Estado, conquistou o Projeto nº 31, de Inclusão Social de Famílias Vulnerabilizadas, que trata também das políticas de assistência à criança e ao adolescente. Todo ano, o PPA é revisado de maneira participativa. É muito comum no Brasil lei ficar no papel, e plano bem encadernado, na estante do Poder Executivo.

É preciso que todo ano avaliemos a execução orçamentária, a meta física, para - quem sabe -, um dia, chegarmos à avaliação do impacto das políticas públicas. Estamos fazendo isso na Assembléia Legislativa com a participação dos movimentos organizados, acompanhando, mês a mês, quanto o Estado gasta com os programas, projetos e atividades da área da assistência.

Na semana retrasada, fizemos a revisão do PPA com vistas ao orçamento de 2006. Com o apoio da Deputada Elisa, de outras Deputadas e Deputados, na audiência realizada nesta Casa, que tratou dos 31 projetos de todas as áreas de políticas públicas do Estado, o maior número de emendas apresentadas se referiam à área social. Isso reforça a descentralização e está sendo acompanhado pelos Municípios.

Vocês, ao sair daqui, têm a tarefa política e cidadã de buscar o Legislativo Municipal para ver o que, no PPA do próximo ano, está previsto para a política de assistência social. Temos de fazer, na cultura política, uma mudança para a valorização da gestão da sociedade e dos governantes, seja de que partido forem.

As Prefeituras, o Estado e a União têm problemas de recursos. Isso é comum, mas é preciso priorizar o que é mais importante.

Ontem, durante um evento no Jequitinhonha sobre o Suas, eu disse que o pouco recurso disponível vai para pontes, recuperação de estradas, obras, asfalto. Muitas vezes, nós, os Deputados, somos procurados para apresentar emendas para esses fins, e não para o Casa de Famílias, e não para o combate ao trabalho infantil, e não para uma política pública de assistência. Temos obrigação de fazer a disputa de recursos em cada Município. É preciso fazer valer nas legislações orçamentárias municipais e estadual a assistência a crianças e adolescentes, que, aliás, tem prioridade constitucional. Em Minas, o movimento apresentou várias emendas populares que pretendemos aprovar até o final do ano.

Concordo com a Secretária Rosilene em que os recursos do Estado para o Suas sejam permanentes, contínuos, inscritos na lei orçamentária. Há uma emenda popular que transforma os R\$3.000.000,00 deste ano em recursos permanentes para o próximo ano. O Suas é um sistema continuado, e a meta de implantação do Casas de Família, dos centros de referência é responsabilidade de todos nós.

Temos, aliás, uma sinalização positiva do acolhimento dessa emenda, que é deliberação da última e recente conferência de assistência social. Quem estava lá votou moções a esse favor. Há emendas populares que destinam recursos para o fortalecimento das 17 diretorias regionais da Sedese, cujos servidores - todos sabemos - são empenhados e dedicados. Mas precisamos desse reforço para acontecer a cooperação técnica adequada com os Municípios.

Mariângela revelou aqui a preocupação dos Municípios de 5 mil ou 6 mil habitantes. É isso mesmo. Muitos Municípios não se habilitam ao Suas porque não têm informação técnica suficiente para tanto. Um mapa do IDH de Municípios mais pobres, não habilitados, que não têm conselho tutelar, que não têm conselhos de direitos, mostra-nos uma crueldade. São exatamente os mais pobres que têm mais dificuldade de acessar de forma republicana os recursos públicos disponíveis para o Suas.

Ou seja, temos de fazer um mutirão para que todos os Municípios, principalmente os mais pobres, sejam habilitados, até porque dá dor no coração olhar o "ranking" dos Municípios em Minas Gerais que podem receber recursos do Suas, do plano federal - e, como disse o Ministro Patrus, de maneira elogiável, com prioridade social, não prioridades partidárias ou por meio do jeitinho brasileiro. Mas vemos que muitas vezes aqueles primeiros Municípios não tiveram um Casa de Famílias ou um Centro de Referência porque, apesar de todo o esforço feito até aqui, não estavam devidamente instruídos para habilitar-se.

Então, precisamos de capacitação e assessoramento. E há emendas populares com esse escopo. Há emendas populares para a implantação dos centros regionais especializados, para a inclusão produtiva e para a capacitação de recursos humanos. Citei esses exemplos para mostrar que o que fizemos na Assembléia - e quando digo "fizemos", refiro-me a todos nós, pois são emendas que partiram da conferência de assistência, do Conselho Estadual, do Fórum Mineiro, etc. - também deve ser feito nos Municípios, para conseguirmos, ainda que de maneira compatível com os recursos disponíveis nos Municípios, a parcela respectiva. E, para isso, o Poder Legislativo é fundamental.

Aliás, no minuto que me resta quero dizer que, além de legislar e de fiscalizar as leis orçamentárias, o Poder legislativo pode e deve apoiar o controle social, agindo não em disputa, mas em sintonia com os Conselhos, fortalecendo a sua união e promovendo, como fazemos hoje, ciclos de debates, audiências públicas, discussões do plano plurianual participativo do Orçamento, ou seja, sendo mais um porta-voz da consolidação do Suas. Esse é o parlamento que queremos.

Há alguns anos, estávamos do lado de fora lutando para que as verbas de subvenção dos Deputados fossem para o fundo estadual; hoje, estamos aqui dentro, Deputados e sociedade civil, reivindicando que todos os níveis do governo coloquem recursos no Fundo Estadual de Assistência Social. Isso é controle social, é cidadania, e me deixa muito feliz.

Para ficar rigorosamente em meu tempo, fiz um texto sobre essa explanação e uma cartilha sobre o PPAG, que, ao final do evento, terei o maior prazer de distribuir, para que façamos em cada Município o que estamos fazendo na Assembléia. Muito obrigado.

Palavras do Vereador José Sóter Figueroa

Bom-dia a todas e a todos. Saúdo a Mesa na pessoa da Deputada Elisa Costa, a quem manifesto meus agradecimentos pelo convite para estar aqui. Cumprimento os Deputados, os trabalhadores da área de assistência social, os assistentes sociais, os gestores públicos, as Vereadoras, os Vereadores e os Conselheiros.

Parabenizo a Assembléia por essa iniciativa, que possui alguns pontos extremamente positivos: gerar informações, grande desafio enfrentado por quem atua na área de assistência social; promover capacitação, porque cerca de 70% dos Municípios passaram por uma renovação muito grande de gestores, Vereadores e Conselheiros; e construir uma agenda voltada para a cidadania. Parabéns, Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Tentarei fazer uma exposição "de carreirinha". Vocês sabem o que significa "carreirinha", não é? Em primeiro lugar, porque um pouco da minha fala será redundante, com o que foi abordado pelo Deputado André Quintão; em segundo lugar, todos estão cansados. Afinal, estamos com quatro horas de palestra; em terceiro lugar, o tempo é bastante exíguo. Tentarei falar rápido, mas de forma que todos compreendam a minha

exposição.

Dividi a minha palestra em três momentos. Num primeiro momento, farei algumas considerações iniciais, que julgo importantes. São alguns pressupostos para o processo de implantação do Suas. Farei algumas observações sobre a minha visão municipalista.

Num segundo momento, abordarei o papel do Vereador na construção desse sistema, seguindo também a linha de raciocínio do Deputado André Quintão, ou seja, a mudança da prática conservadora que freqüente, de forma muito acintosa, os gabinetes de Vereadores, de uma cultura que está internalizada no seio do Poder Legislativo municipal. São algumas considerações sobre o que os Vereadores podem efetivamente fazer em prol da implementação do Suas.

Finalmente, uma consideração sobre o maior desafio enfrentado pela assistência social.

Início minha exposição apresentando alguns pressupostos de autoria da Profa. Aldaiza Sposati, muito interessantes nesse momento vivido pela assistência social. Tentei adjetivar tudo o que estou dizendo para reforçar o nosso posicionamento efetivo e afetivo em torno da assistência social.

O primeiro pressuposto é o respeito à diversidade regional e local. Esse é um recado que enviamos às outras instâncias, principalmente à federal e à estadual. Nesse processo de implantação do Suas, não podemos perder de vista o respeito à diversidade regional e local, principalmente num Estado como Minas Gerais, que possui uma cultura muito diversificada.

Outro ponto é a compreensão fraterna do estágio da assistência social em todos os níveis, principalmente nos Municípios. Como o Poder Executivo, o Poder Legislativo e os gestores estão chegando agora, é preciso que haja compreensão, paciência para com o estágio da assistência social.

Outro pressuposto é a busca permanente da gestão democrática, ou seja, do respeito às instâncias de participação popular, dos conselhos, fóruns e conferências.

Outro pressuposto é a luta articulada pelo co-financiamento, que não é somente do Município, mas do Estado, da União e de todos os atores que atuam direta ou indiretamente na política pública de assistência social.

Outro ponto é a necessidade veemente da capacitação continuada de recursos humanos. É papel, atribuição, competência e obrigação principalmente dos governos federal e estadual assessorar os Municípios para haver, de fato, uma política permanente de capacitação de recursos humanos em nível municipal, nas entidades que prestam serviço na área de assistência social, pelos Conselheiros municipais.

Sou municipalista convicto. Convivemos, nos Municípios, com duas realidades: a da cidade oficial e a da cidade não oficial. Uma é a cidade que tem esgoto, água, asfalto, que paga IPTU; a outra é onde não chega o caminhão do lixo, que não possui água nem saneamento básico. Tenho uma visão municipalista, sou municipalista convicto, como disse. É no Município que as coisas acontecem. Não é uma visão romântica; não é apenas uma preferência; não é uma visão apaixonada, mas que pretende buscar a concretude da ação, principalmente na assistência social, quer dizer, transformar essa visão numa realidade efetiva.

Queria reforçar alguns pontos. É preciso trabalhar na perspectiva da descentralização político-administrativa. Descentralizar é um verbo transitivo direto. Descentralizar o quê e para quê? Infelizmente, em níveis federal e estadual, ainda não há uma compreensão clara do que seja descentralização, que é, em primeiro lugar, eminentemente política, para depois ser administrativa. O que tem ocorrido na maioria dos casos que conheço é que a descentralização se dá administrativamente, levando ao Município o ônus; o bônus não fica com ele.

Sou defensor do municipalismo, do princípio que está na Constituição Federal e na Loas, que é a descentralização: tirar do centro e levar para a base a tomada de decisão. Fui Presidente, 1º-Secretário e Vice-Presidente do Cogemas e Secretário de Assistência Social do meu Município por oito anos e conheço perfeitamente o grau de dificuldade dessa questão. Quando a pobreza bate, chega em primeiro lugar à nossa porta.

Nessa visão, predomina a busca da autogestão local e a territorialização do Suas, que é algo extremamente rico, importante e que tem de ser levado à frente. Quero dizer aos muitos representantes de Municípios que estão aqui que é preciso trabalhar com uma unidade de medida, que é a família. Quando vamos a um posto de gasolina, nossa unidade de medida é o litro do produto; quando construímos uma casa, nossa unidade de medida é o saco de cimento; quando trabalhamos com a assistência social, temos de ter uma unidade de medida, que é a família. Não dá mais para trabalhar com o segmento do idoso ou da criança; temos de considerar seu núcleo, a família.

Temos de buscar permanentemente a convergência para o desenvolvimento local, ou seja, é preciso trabalhar de forma integrada, buscando a intersectorialidade das políticas públicas; é preciso que a assistência social dialogue com a saúde, com a educação, com a habitação, com as outras políticas públicas.

A partir de agora, apresentarei algumas proposições sob a ótica de parlamentar municipal. Acredito que será uma contribuição para todos, que podem levá-las para os seus Municípios e provocar as câmaras municipais para que grande parte dessas propostas, que já foram consignadas nas conferências municipais e na conferência estadual, sejam, de fato, viabilizadas.

A inclusão das metas das conferências no Plano Plurianual. Desde o dia 30 de setembro, o Poder Executivo encaminhou o PPAG. Nele estão definidas as metas, o que o Poder Executivo realizará nos próximos quatro anos. É uma coisa muito séria, porque há um rebatimento na LDO e na lei orçamentária do Município. Agora, é pegar o resultado das conferências municipais, da conferência estadual, realizar audiências públicas e motivar os Vereadores para que sejam consignadas no PPAG as metas das nossas conferências.

No que diz respeito ao plano decenal, ao plano de capacitação de recursos e ao sistema de informação, deve ser criado, no âmbito do Município, um plano diretor de assistência social. Existe plano diretor de transporte, de saúde, mas não existe plano diretor de assistência social.

Autorização para os consórcios municipais. Esse é um ponto fundamental. O Vereador tem a atribuição de autorizar esses consórcios. Na implantação desse sistema, terá de haver, inevitavelmente, uma ação entre Municípios, principalmente no que diz respeito aos serviços de média e de alta complexidades. Do ponto de vista regional, é importante que as câmaras municipais estejam interligadas com essa perspectiva de buscar essas autorizações.

Intersetorialidade. Como a assistência social está participando de outros conselhos, é importante que participe do Conselho de Saúde, do Conselho de Educação, do Conselho de Habitação e assim por diante. Do ponto de vista do eixo da participação popular, defendo a revisão da

composição dos Conselhos, que hoje têm o mesmo formato do Conselho Municipal de Saúde. Que sejam tripartites, quadripartites, mas que não fiquem somente com a paridade entre governo e não-governo. Que haja participação mais efetiva dos profissionais e das entidades que prestam serviço nessa área. É importante a criação dos Cras principalmente nos Municípios de médio porte, que têm mais de 50 mil habitantes, e nos Municípios de grande porte, aqueles que estão implantando os Centros de Família, as Casas de Família, os centros de referência na área de assistência social. Está havendo um processo de descentralização, e é importante a criação dos conselhos regionais, dos conselhos locais, para acompanharem e fiscalizarem a implantação dos Cras.

Criação de uma ouvidoria municipal na área de assistência social para zelar, fiscalizar e dar transparência à política de assistência social do Município. Por que só a saúde pode ter ouvidoria municipal?

Montagem de um sistema de informação, a realização de audiências públicas, o fortalecimento de instâncias participativas como conselhos, fóruns, ouvidorias.

Na linha do financiamento, o Vereador tem de lutar e criar leis que assegurem o repasse regular de recursos para os fundos, principalmente para o Fundo de Assistência Social. A regulamentação dos benefícios eventuais, a criação de uma lei de incentivo à responsabilidade social, a destinação de um percentual da receita de entidades filantrópicas da área de saúde e educação para o Fundo Municipal de Assistência Social. Garantia de 5%, no mínimo, do orçamento municipal para assistência social.

O terceiro momento da minha reflexão é um grande desafio. Ele se refere justamente à busca da gestão integrada.

Há de buscar, de fato, um pacto federativo que interligue as três instâncias do governo. Deve-se buscar a gestão integrada, do ponto de vista horizontal, das redes pública e privada. As ações têm de ser integradas: benefícios, serviços, programas, projetos e sistemas - direitos humanos, SUS, previdência social, justiça e educação. Para mim, o maior desafio da política pública de assistência social é a busca dessa gestão integrada.

Para concluir, a assistência social é uma construção coletiva de uma política pública, para garantir direitos e condições dignas de vida. A assistência social tem de ser um mutirão, um esforço coletivo, na perspectiva de garantia de direitos.

Agradeço e parabeno a todos. Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

Palavras da Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha

Boa tarde. Cara Deputada Elisa Costa, na pessoa de quem cumprimento todos os membros desta Mesa. Quero cumprimentar também vocês, que têm construído a assistência social ao longo desses anos, como bem lembrou o Ministro Patrus, e aqueles que estão começando nesse processo. Vejo aqui muitos alunos que estão entrando nessa seara. É um prazer tê-los aqui para discutir esse assunto, como forma de se prepararem para a luta.

Gostaria de dar outro rumo à minha fala. Vimos uma série de questões ligadas à efetivação do sistema, sua gestão e implantação. Trata-se de questões importantíssimas que devem ser aprofundadas por todos, principalmente no momento em que sairmos do campo da idéia para a efetivação de um sistema com o qual sonhamos durante tanto tempo.

As idéias são muito importantes. São elas que sustentam, dão a base do nosso sonho e nos direcionam, mostrando-nos o norte, aonde ir. O desafio é traduzir essas idéias, tudo o que efetivamente sonhamos, num sistema que atenda à nossa população.

Quero contribuir de forma diferenciada. Ouvimos falar muito da dimensão republicana da nossa sociedade. O Ministro Patrus falou disso, e os nossos representantes legislativos também falaram, tanto o Deputado André Quintão quanto o Vereador Figueroa. Parece-me que isso é importantíssimo para a nossa sociedade. Em função de quê?

Como falamos de controle social, que é o tema desta mesa, e o relacionamos com o papel do Legislativo, vêm-me à mente duas questões importantes. Uma se refere ao fato de vivermos numa democracia e de termos construído esse processo democrático de forma participativa, envolvendo segmentos sociais importantíssimos na recuperação da nossa condição de cidadania democrática.

Por outro lado, estamos falando da política de assistência social que não precisa ser reforçada aqui, pois estará direcionada para uma população que não é completamente portadora de seus direitos de cidadania.

Tenho uma preocupação gerada por alguns estudos feitos na América Latina, obviamente incluindo o Brasil, segundo os quais alguns de nossos concidadãos, 45% deles, se tivessem de optar entre o regime democrático ou por condições melhores de vida, abririam mão da democracia para viver em condições socioeconômicas melhores. É o resultado de uma pesquisa do PNUD, realizada em toda a América Latina, a qual tem alguns problemas; não é uma pesquisa perfeita, mas nos indica a relevância da questão socioeconômica na garantia da democracia, da participação política. Parece-me que, quando lidamos com assistência social, lidamos com um público que não tem tido as condições mínimas de sobrevivência e, em função disso, muitas vezes se sente comprometido em sua participação política.

É relevante falarmos de controle social, de pessoas que deveriam exercer esse controle social por meio de instrumentos legítimos como os conselhos. Já foram amplamente citados os papéis, as funções e a importância desses conselhos. Chamo a atenção para sabermos como trabalharemos, por meio dessa função estabelecida de controle social, entendida aqui como uma capacidade da nossa sociedade civil organizada, não só para interferir na gestão pública, mas também para orientar as prioridades e as ações do Estado, além de avaliar se os objetivos a que essas ações se propunham foram cumpridos ou não, e se os resultados alcançados alterarão efetivamente a vida das pessoas com as quais lidamos.

Chama-me a atenção, pelos anos que tenho militado nessa área, a ausência dos nossos usuários. Estamos discutindo, tecnicamente, num nível altíssimo, e parece-me que conseguimos hoje, com a efetivação do Suas e, agora, com sua consolidação, um nível de competência técnica na política de assistência como nunca tínhamos tido. Todos nós que militamos nessa área merecemos os parabéns por isso, mas ainda sinto muita falta da discussão da política de assistência com seus usuários. Sou assistente social, mas temos outros colegas sociólogos, pedagogos, filósofos e que hoje discutem e atuam nessa área, além de inúmeras pessoas de nível técnico, médio, as quais têm amplo compromisso com essa área. Discutem muito bem, mas muitas vezes não incluem, como essa área demanda, o usuário da assistência. Esse me parece ser um imenso desafio, quando falamos de controle social. Quem controlará efetivamente essa política? Como essas pessoas se preparam, como cidadãos, para ocupar os espaços que já existem nos conselhos? O Figueroa lembrou-nos isso hoje, e também já foi uma questão abordada na Conferência, de ampliação da presença desses usuários da assistência nos espaços de deliberação, como os conselhos. Como garantir que essas pessoas tenham condições de participação efetiva no nível político, e de forma geral, em que o conselho trabalha, mas também no nível técnico, que muitas decisões dos conselhos demandam? São desafios enormes para nós e que vão muito além da capacidade de um gestor, por isso a importância de discutirmos esse tema também relacionado com o Legislativo.

O Deputado André Quintão nos disse que, entre os papéis republicanos da Assembléia Legislativa, a legislação e a fiscalização, há o apoio à cidadania. Parece-me que isso pode ser importantíssimo na garantia da efetivação da participação popular na construção da política de assistência social e, muito mais que isso, na construção das pessoas como cidadãs, que participam de uma comunidade política.

Perdemos um pouco disso nos últimos anos. Se resgatarmos toda a fortíssima participação social existente durante a nossa Constituição, a nossa legislação, verificaremos que perdemos um pouco da noção republicana de construção do bem comum. Há um individualismo exacerbado na nossa sociedade, o qual se reflete nas nossas ações. Essa reflexão é importante quando pensamos nos desafios existentes na relação entre Legislativo e conselhos.

Concordo com a fala dos representantes dos Legislativos que disseram que não se trata de espaços de disputa. O Conselho é uma instância legítima e legal de representação tanto quanto a Assembléia e as Câmaras; é uma representação diferente, que exige uma comunhão de vida com os representados; é uma representação que dá uma dimensão de responsabilidade ao representante, talvez nunca antes demandada, que é a sua afinidade com o segmento que representa. Isso é algo novo para nós.

Poderemos incorrer em alguns equívocos cometidos ao longo do processo de representação política. Daí a importância de estarmos sempre capacitando Conselheiros para que estejam cada vez mais preparados para assumir o seu papel, principalmente na perspectiva republicana de que estão ali para construir uma política pública destinada a todos os segmentos da sociedade, e não somente àqueles que representam.

Os conselhos têm um papel fundamental na sua relação com o Legislativo na medida em que podem ser atores propositivos, ou seja, podem provocar o Poder Legislativo na sua principal função, que é legislar. Isso nos leva a pensar como anda a produção legislativa na área da assistência social.

Fiz uma pesquisa muito rápida que, por isso mesmo, pode ser injusta nesse aspecto. Quanto à produção legislativa na área da assistência social na Assembléia, entre os anos de 2000 e 2005, verificamos a existência de 99 projetos de lei que tratam do assunto. Há várias outras formas de se discutir assistência, mas refiro-me aos projetos de lei, pensando na normatização da área, que é o primeiro passo para assegurá-la em toda a sua plenitude, como dever do Estado. E encontramos o seguinte: 44% desses projetos de lei tratam de utilidade pública; 31% de questões específicas, temáticas, direcionadas a idosos, a deficientes ou a algum programa específico; apenas 25% dessa legislação tratam de questões fundamentais de assistência social. Isso parece-nos pouco, mas houve um avanço significativo se considerarmos os dois últimos anos da gestão legislativa, férteis na produção desses 25%.

Vale registrar e resgatar a importância da Comissão de Participação Popular. Existem formas de o Legislativo articular-se com a população, que não seja de maneira clientelista, que tem marcado a nossa tradição no Brasil. Essa é uma experiência relevante desta Casa, que devemos compreender e levar aos nossos Municípios, a fim de que reproduzam espaços efetivos de participação e de apresentação de demandas populares que possam constituir-se em emendas ou projetos de lei nas Casas Legislativas.

Quero encerrar a minha intervenção recuperando a importância que é para a política da assistência social assegurar a cidadania dos seus usuários, ou seja, assegurar que essas pessoas que passam pela assistência ou que ficam nela durante muito tempo - temos casos assim - constituam-se em cidadãs. É uma mudança muito difícil, porque é cultural, e irá exigir dos profissionais trabalhadores mudanças de concepção. Isso exigirá dos nossos legisladores uma mudança de percepção da assistência como um direito de cidadania, embora isso seja escrito na Constituição. Na prática, o que vemos efetivar é o uso das suas atribuições legislativas direcionadas para causas nem sempre voltadas ao bem comum. Parece-me que resgatar a idéia de que a política de assistência social é uma política que deve assegurar à população, como um todo, esse direito que foi inicialmente assegurado na legislação é muito importante.

Coloca-se, então, um desafio, ou seja, resgatar a idéia republicana do bem comum, em que se incluem na sociedade aquelas pessoas excluídas em função do alto grau de desigualdade, conforme bem falado pelo Ministro Patrus Ananias.

Termino dizendo que inclusão não se dá por lei. Se estamos hoje nesse nível de desigualdade, somos todos responsáveis. Somos sociedade e responsáveis pelo estágio a que chegamos. Parece-me que o maior desafio não seria os gestores implementarem a política de assistência social, mas nossa sociedade entender que, se não partilhar as riquezas que gerou, estará produzindo e reproduzindo as injustiças que tentamos, com tanta vontade, reduzir. Fica-nos esse desafio.

Esclarecimentos sobre os debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Este ciclo de debates está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembléia, que chega a 222 Municípios do Estado de Minas Gerais, o que contribui de maneira muito importante com a consolidação do Suas, e agradeço a participação de todos os que nos assistem. Agradeço ainda ao Ministério de Desenvolvimento Social, que, a nosso pedido, trouxe um conjunto de material, que se encontra nas pastas. Se alguém precisar de mais alguma informação, poderá deixar o endereço registrado, para que enviemos esse material e vocês o aproveitem melhor em seus Municípios, conselhos e entidades.

Na parte da tarde, serão abordados temas também muito importantes: o financiamento - contribuição inicial do Deputado André Quintão -, os recursos humanos para a consolidação do sistema e experiências de administrações já exitosas na implantação da proteção social básica. Mas, ainda para falar sobre o controle social e o papel do Legislativo, passamos a palavra ao Vereador José Sóter Figueroa, de Juiz de Fora, em cuja pessoa cumprimento a todos os Vereadores e Vereadoras presentes. Muitas pessoas estão solicitando os materiais apresentados no "data show", e informo-lhes que a Assembléia os disponibilizará no "site" www.almg.gov.br, na parte da tarde.

Debates

O Sr. Laerte Brasil - Sou Presidente da Organização Brasileira da Responsabilidade Social da Criança e da Juventude, órgão da Unicosm, Universidade e Nações das Américas, criada no dia 12. Quero parabenizar a Assembléia Legislativa por este grande debate. Escutei a grande explanação do Ministro Patrus Ananias. O Brasil é a 6ª economia do mundo, mas, em contrapartida, é o 78º país mais pobre e o 58º na relação dos que têm os mais baixos salários do planeta. Essa é uma política herdada dos governos anteriores, e a injustiça social vem desde o descobrimento do Brasil.

Citarei a cidade de Betim, próxima à Região Metropolitana de Belo Horizonte. O orçamento social da Prefeitura, que é a oitava mais rica do País, chega a aproximadamente R\$1.000.000,00, sendo que o orçamento da Câmara Municipal, para 16 Vereadores, 16 cidadãos em uma

população de quase 400 mil, está em torno de R\$30.000.000,00. O que acontece ali? O TSE reduziu o número de Vereadores, mas não reduziu o valor do repasse às Câmaras.

O que ocorre hoje? O Presidente da Câmara, o Sr. Rômulo Veneroso, desvia cerca de R\$8.000.000,00 a R\$10.000.000,00 por ano dos recursos da Câmara, os quais, depois, são rateados entre outros Vereadores. Além disso, o Prefeito distribui "mensalões" para outros Vereadores, sendo que o recurso para a população fica em torno de R\$1.000.000,00. Como a população faz hoje uma fiscalização e uma vigilância sobre o Suas em todas as cidades brasileiras? Hoje, no Sistema Único de Saúde, as verbas são desviadas por maus políticos, que o sucateiam.

Aliás, em Betim, entrei com uma ação no Ministério Público Federal, pois, só na área da saúde, o Prefeito já roubou cerca de R\$300.000.000,00, sendo que 50% desse dinheiro foram distribuídos para a Sada, do Deputado Federal Mediolli, a empresa Viasolo e a Fiat do Brasil. Depois, também é distribuído em "mensalinhos" e "mensalões", e parte do dinheiro é para eles fazerem política. Sabemos que 5% desse dinheiro roubado da saúde é usado para comprar carros a fim de transportar usuários. Aliás, o Pinduca, Deputado Estadual, pega uma parte desse dinheiro roubado da saúde.

A pergunta é a seguinte: como a população e os conselhos farão para fiscalizar essa verba do Suas, se, no orçamento do SUS, há desvios e nenhuma autoridade toma uma providência? Obrigado pela palavra.

O Vereador Anderson - Boa tarde, Deputada Elisa Costa. Cumprimento a senhora e, extensivamente, todos os presentes. Eu e o Milton Henriques, representante da Associação de Deficientes do Oeste de Minas, viemos de Divinópolis.

De uma forma bem objetiva, mencionaremos dois pontos. Em princípio, pensei que eles seriam para o Deputado André Quintão, que já nos visitou por duas vezes, mas podem ser, talvez, para o Wander, da Sedese: a política social para as pessoas com deficiência necessita de dados estatísticos para melhor direcionar suas ações. As perguntas quem são, onde estão e como vivem precisam ser respondidas. Conhecer a origem e a causa das deficiências facilita a efetiva prática preventiva. A quem compete coletar esses dados e o que existe de concreto nessa política de consolidação do Suas? Considerando o BPC, quais as justificativas para a diferenciação de tratamento entre as pessoas idosas e as com deficiência, principalmente no tocante à permissão de dois benefícios por grupo familiar?

O Sr. Paulo José - Sou fã de uma política de assistência social, assim como de uma intervenção cultural para mudar o modelo. Gostaria de fazer uma pergunta para que o Suas não seja apenas uma questão de amenizar a dor de quem necessita, tanto financeiramente quanto com relação a outros recursos. Como criar, no Brasil, um mecanismo de correlação de forças para que haja, além da assistência social, uma política de educação de qualidade para quem não tem acesso? Em determinados países os professores não precisam fazer tripla jornada para sobreviver, porque há grande qualidade na educação. Gostaria de uma resposta para que essa não fosse apenas uma política de amenizar a dor.

A Sra. Presidente - Passaremos para o bloco de perguntas. Posteriormente, a Mesa responderá as questões orais. Passo a ler o bloco de perguntas para o Subsecretário Wander, depois para a Secretária Rosilene e para o Deputado André Quintão. Adalete de Azevedo, da Associação Comunitária de Santana do Riacho, gostaria de saber onde procurar meios, recursos e orientação para recorrer e adquirir seus direitos.

Leontina, do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Betim, pergunta se existem cursos, em nível de ensino médio, na área de gestão de assistência social, com bom desempenho. Pergunta ainda se há alguma sugestão de solução de recursos humanos para o interior. Refere-se aos municípios mais distantes. Não é o caso de Betim, mas de muitos outros Municípios brasileiros.

Hebert de Souza, da Sociedade São Vicente de Paulo, indaga como andam as parcerias do governo com as entidades filantrópicas de assistência.

O Grupo Beneficente Ebenezer, de Governador Valadares, representado por Dorgival Gouveia Oliveira, pergunta quando acontecerá a participação do governo nas verbas para as instituições no serviço de proteção especial de alta complexidade.

Iveli Menezes, do gabinete do Deputado João Bittar, indaga que convênios poderão ser firmados com ONGs para repasse de recursos para a execução de programas sociais que atendam desde gestantes até pessoas da terceira idade.

A Associação Comunidade Terapêutica de Cruz de Carvalho, representada por Ataíde Lemos da Silva, indaga quais são os programas de assistência social para a população carente de dependentes químicos, quanto ao financiamento para tratamento.

Wellington Campista, da Câmara Municipal de Poços de Caldas, pergunta se no Suas há algum mecanismo que dê ao menos favorecido a oportunidade de auto-sustentação, para que ele não sobreviva na dependência da assistência social.

O Subsecretário Wander José Goddard Borges - Tentarei resumir. A questão da dependência gera grande discussão no País. Fala-se sobre o avanço do número de bolsas-família, que atualmente são 8.700.000. Daqui a pouco, teremos de trabalhar em outra linha. Quantas dessas pessoas já saíram desse benefício? Quantas encontraram sua sobrevivência, sua cidadania, sua dignidade na busca da empregabilidade? É uma discussão que o Brasil terá de fazer a qualquer momento, senão chegaremos a um número muito grande sem avaliar. Só que estamos em um momento muito crítico. Estamos construindo uma caminhada e, logo em seguida, temos de passar a um outro momento de discussão acerca dessas famílias, porque não poderemos permanecer com essas famílias eternamente, na dependência dos programas.

Esse é um desafio que vem do mundo como um todo. Existe desemprego no mundo, uma população expressiva. Principalmente no Brasil, de 1970 para cá a população dobrou, o que tirou as oportunidades das pessoas. Mas precisamos, neste momento, identificar aquelas que mais necessitam das políticas públicas.

A outra questão é sobre orientação. Nos Municípios mais distantes, temos as regionais. Estamos capacitando o pessoal como um todo. Se houver uma necessidade da cidade, que às vezes não passa pelo relacionamento com a Prefeitura ou com a Câmara dos Vereadores, podem pedir-nos, pois determinaremos alguém para ir à cidade a fim de organizar uma reunião para um entendimento "macro". Temos feito isso em parceria com a Deputada Elisa, que tem organizado algumas reuniões, e vários setores do governo têm comparecido para dar os esclarecimentos necessários. Já disse que existem Municípios muito avançados, com uma condição de excepcionalidade acima da média, em que até a discussão fica prejudicada no ambiente no qual a pessoa está. Às vezes existe um Município numa situação muito boa, e outro onde a assistente social passa uma vez por mês. Temos de caminhar para capacitar esses atores. Outra pergunta refere-se a recurso e orientação. Podem procurar-nos, que nós tentaremos disponibilizar um técnico para ir à cidade. Poder ser para sociedade pequena. Para nós não interessa se são 200, 300 ou 5 pessoas. O Estado quer chegar onde é preciso.

Existem algumas soluções de recursos humanos para o interior, mas a solução passa por essa construção. A sociedade tem de se apossar, por intermédio do conselho, do conselho tutelar, pela participação nas reuniões nas câmaras de Vereadores.

O Deputado André Quintão falou, com muita propriedade, que essa construção é permanente, porque até então o foco é do cimento, da areia, do cascalho, da brita e do asfalto. Temos de mudar o foco numa velocidade muito grande, caso contrário o tempo irá acabar com essa situação de dar uma resposta imediata à sociedade.

Como andam as parcerias do governo com as entidades filantrópicas? É importante ressaltar que agora, com as mudanças feitas, principalmente quando o Município se habilita na questão do fundo a fundo, tudo isso passa pelo Município. A pessoa tem de nos procurar para ver qual o tipo de demanda. Muitas das demandas estão sendo colocadas no mesmo patamar da NOB.

Finalizando, na semana passada houve uma reunião em Brasília sobre a proteção social especial, em que entram as questões apresentadas aqui pelo Vereador sobre a dependência química. Temos de avançar no entendimento dessa política pública a ser construída na País. É um desafio muito grande, mas temos de ir à frente e estudar tudo isso para construir esse momento.

A Sra. Presidente - Passaremos às perguntas feitas para a Secretária Rosilene: "Com a implantação do Suas e a maior autonomia dos Municípios e conselhos, como ficam as tais verbas carimbadas que já foram destinadas a determinada entidade?". "Na implantação e consolidação do Suas, os gestores municipais têm papel fundamental. Diante da realidade estadual, com a ausência de informações e capacitações, o que o Cogemas considera como prioridade para modificar essa conjuntura?". "Como os Municípios implantarão os Cras? Qual o primeiro passo? Existe um tempo determinado para isso?".

Para a Rosilene, de Vera Lúcia Camargo, do Campus de Contagem e Ibirité: "Foram enfatizados vários desafios e dificuldades no que diz respeito à inserção da assistência social nos Municípios, bem como a falta de estrutura deles. Será que o maior problema e desafio desses Municípios não está em, por politicagem e pelo coronelismo existente, contratarem-se pessoas não qualificadas para atuar na Sedese? Como resolver essa situação? Talvez seja essa a causa da dificuldade de se implementarem políticas públicas, que, por sua vez, ficam monopolizadas nas mãos de Vereadores e Prefeitos e não se concretizam como competência do assistente social e respectivos conselhos. Talvez seja essa também a causa do difícil acesso do usuário a essas políticas públicas".

De Maria da Conceição, do Conselho Municipal: "Como fica o Município que já foi habilitado na gestão básica, que já tem o espaço para a criação do Cras, mas não recebeu a verba de R\$20.000,00 do Estado para a sua implantação?".

De Fábio Luiz, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Betim: "A NOB-Suas, ao apresentar o georreferenciamento da proteção social básica afirma que se considera família referenciada aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos pelo órgão federal, pactuados e deliberados. Que indicadores são esses? Como acessá-los? Se forem os que resultam na taxa de vulnerabilidade social, segundo técnicos do IBGE, citado como fonte, não é possível agregar e combinar as características que compõem tal taxa que a NOB aponta?".

Pergunta de Reginele da Matta, estudante de Serviço Social: "O Suas reverá o repasse de recursos? Haverá outras fontes de recursos, assim como o CPMF, para o Suas? Para os Municípios que estão um passo à frente em relação à política municipal dos programas de assistência, como se dará a prestação de serviços com o Suas? Exemplo: a Prefeitura de Belo Horizonte. O recurso será igual para todos os Municípios que têm o mínimo de serviço de assistência e os já prestadores? O orçamento para políticas estará de acordo com a realidade dos Municípios ou todos deverão seguir o foco da política de assistência, risco social e o social? Exemplo: Vale do Jequitinhonha versus Triângulo e Sul de Minas. Efetivamente, o Suas será implantado em 2006 em todo o Brasil?".

Muitas pessoas estão solicitando mais material, mas não sobraram pastas. Que deixem conosco o registro, e, posteriormente, enviaremos mais volumes da NOB. Foram inscritos mais de 400 Municípios neste ciclo de debates.

A Secretária Adjunta Rosilene Cristina Rocha - Não responderei às perguntas necessariamente na seqüência em que foram lidas.

Várias questões apresentadas serão respondidas com uma boa leitura da NOB e da política nacional e com o constante acesso aos sites do MDS, da Sedese e do Colegiado Nacional de Gestores. As informações são bastante ágeis e sempre atualizadas. Por ali podemos tirar muitas dúvidas.

Sobre o debate intersetorial e o clientelismo, eu diria o seguinte: estão sendo feitos pactos entre conselhos e entes federados e entes federados entre si. Nos vários espaços existentes - CIT, Cibe, conselho nacional e conselhos estaduais e municipais -, várias discussões como esta estão sendo levadas a efeito, mas as leis e os pactos sozinhos não resolverão o problema. São instrumentos poderosos, é verdade, mas o cotidiano do trabalho nos Municípios é que fará a grande alteração.

Para que tudo isso não vire apenas mais um documento, mais uma publicação, dependerá de todos fazer o debate onde trabalhamos, onde militamos e onde somos conselheiros. Não se fará um decreto dizendo que, a partir de amanhã, tudo será intersetorial, até porque ninguém sabe muito bem o que isso significa. Significa diálogo, integração; significa o que o Patrus disse no início.

Uma leitura atenta mostrará, por exemplo, que a política nacional prioriza famílias do Bolsa-Família e do BPC na perspectiva emancipatória. Ou seja, atendemos com renda, mas também na rede socioassistencial e com outras políticas, para que a família possa emancipar-se.

Há um esforço - isso está escrito, portanto será cobrado na prestação de contas, no relatório de gestão - de integração nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Mas tudo isso não se resolve por meio de leis ou decretos, mas por meio da discussão, da pactuação e de um trabalho integrado, com conversas e diálogo na hora da efetivação.

Com relação às emendas parlamentares, perguntaram-me como controlá-las. Ora, se negarmos que avançamos muito nos últimos 10 anos também nesse item, teremos de negar que avançamos muito em toda a área da assistência. Como o André disse em sua explanação, a realidade do Estado de Minas Gerais era muito distinta da atual, e o movimento contra a emenda parlamentar, sobretudo em Minas Gerais, nasceu muito em virtude do que havia naquele tempo. Mas mudamos: os conselhos mudaram, a sociedade mudou, e agora tudo está muito mais controlado.

O que ocorre é que o conselho nacional fez um apanhado dos conselhos municipais em todo o Brasil e verificou que pouquíssimos Municípios ainda não vêm aprovando. Mas continua sendo uma definição do conselho municipal, porque, sem a sua declaração de impacto, a emenda não é liberada pelo MDS. Portanto, cabe aos conselhos municipais fazer as discussões e os debates sobre a adequação. Não podemos negar que, hoje, para que receba, uma entidade tem de fazer parte do sistema municipal, estar registrada no conselho, ser supervisionada e fiscalizada por ele, etc. Nada disso havia antes. Então, também nesse campo, tivemos um avanço enorme. De qualquer forma, continua sendo definição dos conselhos municipais, pois a emenda só será liberada com a declaração de impacto que o conselho municipal, com autonomia e de acordo com seu entendimento, dá. Mas essa é uma discussão importante, que precisa ser feita, porque, com relação ao financiamento da área de assistência, está na legislação brasileira que os Deputados podem apresentar emendas. O importante é que se casse essa possibilidade da legislação, que dá prerrogativa aos Deputados, com o sistema local de assistência social e com a instituição do sistema municipal ou estadual

de assistência social.

Quanto à falta de capacitação de gestores e de informação, avalio que também nessa área avançamos muito. Nessa linha, temos visto o esforço do MDS, da Sedese e do Cogemas, que promoveu vários encontros e debates para a capacitação, mas esse esforço tem de ser de todos. As pessoas também precisam se organizar localmente, para que as informações cheguem a elas, e possamos ter progressos na circulação de informação.

Com relação à questão levantada pela Vera, eu diria, sem medo de errar, que convivemos com duas realidades. De fato, as escolhas ainda podem não ser feitas apenas pelo perfil técnico, mas também é indiscutível que hoje há outra realidade nos Municípios. Em primeiro lugar, a cada vez que fazemos um instrumento como esse, fechamos algumas questões. Então, uma leitura atenta da NOB pode nos mostrar que já há exigências para perfis profissionais na área da assistência social. Por exemplo, não se poderá acessar recurso federal, se não houver um trabalhador de nível superior no Conselho Municipal de Assistência. Assim, com o desenvolvimento da política nacional e da NOB, vimos fechando esse tipo de exigência em tais instrumentos. Mas também é verdade que em alguns Municípios, embora haja a decisão de fazer dessa maneira, não se encontra um profissional. Às vezes, o Município é distante, e não há por ali um assistente social. O fato é que temos uma realidade difícil de ser enfrentada.

A saúde, por sua vez, está fazendo um projeto nacional de interiorização: criaram uma carreira nacional, de modo que um funcionário federal - médico ou especialista em outra área, etc. - trabalha em determinados Municípios brasileiros que não têm condições de contratá-lo.

Quanto ao índice de vulnerabilidade, quando há partilha de recursos, os Municípios são separados por porte. A percentagem de recursos por porte também está na política nacional, e trata-se todo o mundo da maneira mais democrática e republicana possível. Mas para conseguir que, no Município, o usuário os acesse, trabalhamos com o vínculo. Não consideramos apenas o IDH ou índices maiores, pois eles não dão conta da realidade local.

Para essa partilha de recursos, usamos aqueles indicadores da NOB. O índice de vulnerabilidade social está sendo criado por um grupo de altíssimo nível de universidades brasileiras e por vários consultores. A próxima partilha a ser feita pelo governo federal será baseada no índice de vulnerabilidade social, composto por vários indicadores sociais, que não abordaremos por falta de tempo. A composição desses indicadores dará o índice de vulnerabilidade social.

Implantação em 2006: não vamos implantar tudo em 2006. A conferência nacional irá retirar metas, prioridades e estratégias para 10 anos. Há um indicativo na política nacional de universalização. Esse é o grande ganho na área de assistência. A idéia é que a universalizemos para quem dela necessita, como está escrito na Constituição Federal e na Loas. Será um processo gradativo. Essa inclusão será feita de acordo com a capacidade de gestão e de financiamento da União, dos Estados e dos Municípios.

Os Municípios que estão trabalhando a questão da assistência há mais tempo se habilitam em outra gestão, que lhes dá outras prerrogativas e incentivos. Por exemplo, a cidade de Belo Horizonte habilitou-se na gestão plena, porque possui um sistema organizado. Acessa, então, mais recursos e benefícios. À medida que os Municípios se forem habilitando em gestões superiores à sua capacidade de financiamento e de organização - isso também vale para os Estados -, acessarão mais financiamento federal. Por isso não existe, como na saúde, uma definição em termos de porcentagem. A luta histórica da assistência é por 5%. Muitos Municípios brasileiros e a própria União aplicam mais que esse percentual, mas muitos não aplicam nem sequer 0,1%. Na política nacional, existe um gráfico que demonstra a aplicação na área de assistência social pelas unidades federadas. É importante que as pessoas o consultem. Cinco por cento é pouco para determinados níveis, determinados Estados e Municípios, mas é muito para outros tantos. Essa é a nossa meta. Uma proposta de emenda à Constituição em tramitação no Congresso Nacional propõe a vinculação desses 5%. Obrigada.

A Sra. Presidente - Temos várias perguntas dirigidas ao Deputado André Quintão.

A primeira é a seguinte: "Não pode estabelecer-se uma maneira de exigir da administração municipal que a LDO seja feita de acordo com a nova sistemática do Suas? Veja bem, poucos Prefeitos estão aqui. Muitos deles não se interessam pelo assunto, porque no orçamento municipal só existem recursos para material de distribuição gratuita e auxílio financeiro à pessoa física. Não poderia ser punido o Município que não destinasse recursos orçamentários para a manutenção do PSB, do PSE e do Cras?"

A segunda pergunta foi formulada pelo Sr. Geraldo: "Uma das funções do Estado é ordenar e dar suporte aos Municípios para que implantem o Suas e seu conselho. Se o governo não o faz, cabe aos Deputados cobrar do Governador. Vocês não acham?"

Antônio Eliseu Fernandes de Andrade, da Associação dos Servidores da Superintendência da Limpeza Urbana de Belo Horizonte, formulou a seguinte pergunta: "Não serão, de fato, o voto de cabresto, o clientelismo, o assistencialismo barato, os grandes entraves para a não-implantação de políticas públicas de assistência social em muitos Municípios, médios, pequenos e grandes, ao invés da falta de capacitação, internalização do arcabouço legal, ou seja, governantes e legisladores sem comprometimento com a fraternidade e com a Constituição?". É inadmissível que o cidadão tenha de ir à Câmara Municipal e à Assembléia Legislativa para que a sua rua seja varrida e capinada. Um grande abraço.

A próxima pergunta foi formulada pela Sra. Lidiane Júlia Bueno, da Prefeitura Municipal de Nova União: "Haverá alguma sanção legal para que sejam garantidos os Cras, como foi feito para garantir a implantação dos conselhos tutelares, no que diz respeito aos Municípios que ainda mantêm um sistema retrógrado, sem conselhos e secretarias?"

A Marcione, de Ipatinga, pergunta: "De que forma foi pensado o Serviço de Trabalho Protegido, que é um serviço de proteção especial de alta complexidade, uma vez que é no trabalho que o homem se edifica?"

A Kátia Christofdeth, da Prefeitura de Prudente de Moraes, formulou a seguinte pergunta: "É preciso melhorar a comunicação, essencialmente com os Municípios menores, onde os problemas normalmente são maiores. As informações, as instruções, quando chegam, são confusas, e o monitoramento raramente ocorre."

Se não ficarmos 'correndo atrás' de informações e instruções, normalmente perdemos prazos e, conseqüentemente, recursos. Como melhorar essa comunicação? O que você acha de um calendário e discussões sobre cada projeto?"; João Batista, Presidente da Associação Mutirão do Bairro Alvorada - Amba -, de Sabará, pergunta: "Como o Legislativo e os demais órgãos de controle social, por meio do Suas, contribuirão para erradicar a gravidez precoce, de 13 a 18 anos, e como inserir essas crianças no estudo e na vida familiar?"; Guido, do Conselho de Assistência Social de Juiz de Fora, indaga: "Por que não criar uma lei que favoreça a habilitação de todos os Municípios, sem discriminação?"; Lidiane Bueno, da Prefeitura de Nova União, pergunta: "Que medidas tomar quando o gestor não tem interesse em implantar o Suas no Município?"; José Cícero, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Ouro Preto, indaga: "Existem muitos Prefeitos no Estado que ainda não se convenceram da importância das novas políticas do Suas. Há estratégias para mudar essa situação?". Com a palavra, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Serei telegráfico, em razão do tempo, e desculpem-me se as questões não forem tratadas devidamente por causa disso. Vou tentar agrupá-las, pois algumas são coincidentes. A primeira questão é se não haveria como vincular a LDO ao sistema único. É o que falei na minha exposição. Quem aprecia a LDO dos Municípios são as Câmaras Municipais. Se o Prefeito, ao encaminhar a LDO, não definiu a implantação do Suas como uma das diretrizes, é necessária a articulação com algum Vereador ou Vereadora, a apresentação e a aprovação de uma emenda. Aqui, na Assembléia, apresentei emenda prevendo a implantação do Suas na LDO. Discutimos recentemente a revisão do Plano Plurianual, com a LDO já votada e prevendo a implantação do Suas. E há uma emenda da Comissão de Participação Popular que prevê aproximadamente R\$3.000.000,00 para o co-financiamento do Suas. Quando o relator da emenda emitir seu parecer, verá que já consta na LDO, que estará no PPAG e terá de dar o parecer favorável no Orçamento.

Chamo a atenção para isso, estou virando quase um pregador do Plano Plurianual, mas a intenção é facilitar. Se não constar no Plano Plurianual, etc., tem desculpa para tudo para quem não quer investir na área social. São passos efetivos a serem tomados, então, daí a importância deste encontro. Então, no caso da LDO, do PPAG e da lei orçamentária, é preciso uma articulação com a câmara, no caso dos Municípios, há que apresentar emendas e pressionar pela sua aprovação.

Quanto à questão da obrigação, a Rosilene respondeu bem. Para o Município ter acesso a recursos do sistema único, tem de ter o conselho, tem de ter o Fundo Municipal como unidade orçamentária e, em algumas iniciativas, tem de oferecer contrapartida. No caso da Casa de Família, o aluguel, a cessão ou a compra do imóvel cabe ao Município, e o custeio fica por conta do governo federal. Já há um nível de exigência. Aí surge uma questão. A forma de penalizar é o Município não ter acesso ao recurso. Só que é uma perversidade, porque não se está penalizando o Prefeito, mas o povo pobre daquele Município.

A questão é política. Não podemos aceitar, por exemplo, que a Prefeitura seja penalizada porque não se habilitou para o Suas. Não. Temos de cobrar que ela se habilite ao Sistema Único de Assistência.

Aí, é procurar os conselheiros, os Vereadores, as forças vivas da sociedade. É uma questão de mobilização política, não partidária, que envolve um espectro muito mais amplo. Como bem disse a Profa. Eleonora, é uma questão de cidadania.

A questão do Cícero, sobre o convencimento dos Prefeitos, está na mesma linha. São vários níveis de atuação. Alguns têm de ser convencidos até com argumento, pois há muito desconhecimento. Nós, que viajamos muito por Minas Gerais, sabemos que na cultura política tradicional, muitas pessoas, inclusive os usuários, querem para elas mesmas, pois estão precisando. Elas querem cesta básica, remédio, transporte etc. A estrutura política montada não é a de política pública, é de relacionamento até pessoal de troca de favor. Agora, esse rompimento não se dá por decreto ou pelo ciclo de debates, é um processo em que cada um de nós tem um papel.

O Guido perguntou se há como universalizar a habilitação, se é obrigatório todo o mundo já ser habilitado. Não; acho que nem deve. Não podemos habilitar o Município que não fez o seu para-casa, que fez o seu Conselho, que não tem um fundo municipal, que não faz nada pela assistência, para que depois pegue o recurso sem nenhum controle social, ou o desvie. Temos de universalizar a habilitação através do assessoramento, dos encontros regionais, da participação da Sedese e da Assembléia. Temos de universalizar a implantação dos programas com recursos federais, estaduais e municipais. Nesse plano de médio prazo, todo Município tem o sistema único, Casa de Família e programa de proteção social básica.

A Lidiane pergunta se não dá para obrigar como se obriga para o conselho tutelar. São legislações diferentes, lembrando que ainda há muito Município sem conselho tutelar. Boa parcela dos Municípios não têm conselho tutelar, ou têm conselho tutelar sem estrutura para trabalhar.

Suas e gravidez precoce, como outras questões que atingem o nosso público de risco. A casa de família, o trabalho com a família, a orientação, que o Patrus mencionou no início.

Kátia. Comunicação com os Municípios, assessoramento. Além de todo o trabalho que o Wander disse que a Sedese está fazendo, é importante fortalecer as diretorias regionais da Sedese e fazer concurso público. Formei-me em serviço social em 1987 e não me lembro de concurso público no Estado de Minas Gerais para assistente social para a Sedese. Posso até estar cometendo um equívoco. Segundo a Mariângela, não estou cometendo equívoco. O último concurso foi em 1979. Isso é um absurdo. Não me refiro a este governo. É um absurdo um Estado com 853 Municípios, depois de Loas e de Suas, não constituir um aparato institucional descentralizado para apoiar tecnicamente os Municípios.

Questão do Antônio Edson sobre o assistencialismo, do cabresto. É isso mesmo, concordo. Temos de romper com essa cultura política.

Márcia Ione: inclusão produtiva, pessoa com deficiência e qualificação profissional compõem a proteção básica, está previsto no Suas? O Município pode e deve fazer a sua parte.

Pergunta do Geraldo sobre cobrança por parte da Assembléia e do governo em relação a mais recursos. Nos últimos meses, não fazemos outra coisa senão isso em relação ao Plano Plurianual, ao Orçamento. Temos várias emendas populares apresentadas, não é emenda de um ou de outro Deputado. Estamos fortalecendo a emenda popular até para ser emenda da cidadania, e não do Deputado A, B ou C. Vamos aprovar essas emendas, ainda que não seja naquilo que esperamos que o Estado tenha, mas vamos ampliá-las, como fizemos com o Projeto nº 31. Muito obrigado. Qualquer dúvida, principalmente para a Reginele, a pergunta foi respondida pela Rosilene. São perguntas muito bem-feitas e exigem maior detalhamento, pois se referem à concepção da política. Depois do evento, estaremos à disposição para conversar com ela. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - A Sra. Rosângela Pacheco, de Contagem, sugere que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais regionalize esse debate, dividindo a discussão por regiões. Ela nos parabeniza pela iniciativa.

Esclareço que essa é a intenção da Comissão do Trabalho, do Deputado André Quintão e do meu gabinete, para, a partir do início do ano que vem, logo após o retorno aos trabalhos e aprovado pela Assembléia, realizarmos esse debate em âmbito regional.

A Débora Nunes de Abreu, Presidente da União dos Conselhos Municipais de Congonhas, dirige-se ao Sr. Domingos Sávio, informando-lhe que, em agosto de 2005, foi formada a 4ª União dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Regional de São João del-Rei, que abarca cerca de 70 Municípios, contando com um novo espaço de discussão e controle social que tange a política nacional de assistência social. Parabéns, Congonhas, por essa belíssima iniciativa.

O Sr. Vero Franklin Pinto, de Montes Claros, pergunta à Profa. Eleonora: "Na perspectiva de ampliar o controle social, como articular a representação de base setorial com representações e instâncias de base territorial, na composição de conselhos temáticos e locais?"

A Sra. Eleonora Schettini Martins Cunha - O Suas traz algumas coisas muito interessantes, entre elas o foco na territorialidade. Traz também a todos nós que mexemos, atuamos, estudamos e pensamos sobre participação política e controle social, a forma de como traduzir a territorialidade na representação dos conselhos.

Parece-me que algumas experiências interessantes têm sido levadas à frente, principalmente na área da saúde. O Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, por exemplo, incorporou representantes das diversas regionais da cidade. Como bem disse a Rosilene, a cidade se organiza em regionais, que é uma das possibilidades de se organizar a assistência. Em Belo Horizonte, a assistência também está organizada assim. Temos de pensar em como constituir representações nesses Conselhos Municipais que levem em conta a questão territorial e as bases regionais do Cras. Isso fatalmente nos levará à revisão da legislação, mas essa é uma questão tão óbvia para nós, que atuamos nessa área há tanto tempo. Sabemos que a legislação precisará ser revista, e o papel do Legislativo, neste momento, é importantíssimo.

Lidávamos com uma legislação que correspondia a uma construção e a um contexto de 1993. Portanto, 12 anos depois, estamos mudando todo o processo legislativo que sustenta e normatiza a assistência, o que refletirá diretamente nas legislações que instituem os Conselhos e nos regimentos internos que os orientam. Essa representação é compatível com a legislação, com as idéias do Suas, e abre enorme espaço aos usuários.

Podemos pensar numa representação de usuários que se origine nas Casas de Famílias, nos Cras e nas articulações regionais das políticas de assistência nos Municípios.

Aproveito para abordar - não é uma demanda do público, mas surgiu, e a considero importante - a carência de recursos da área. A maioria dos recursos é direcionada ao atendimento da população. Estamos sempre pensando e definindo prioridades, muitas vezes fazendo o que chamamos de escolhas trágicas, deixamos de atender alguns para atender outros, em virtude da escassez de recursos e da enorme demanda. Portanto, quando falamos em produzir conhecimento nessa área, pode parecer injusto com a população que precisa desse atendimento.

Queria dizer para todos nós que ou começamos a produzir conhecimento efetivo nessa área ou nunca teremos condição de avaliar o tamanho dos passos que estamos dando. As universidades são importantes para isso, assim como as ONGs. O Suas prevê isso como uma ação estratégica para a área da assistência. Nós, gestores, que atuamos nessa área temos de começar a pensar na importância de destinar parte dos recursos da assistência para a produção do conhecimento que nos dê chance para, daqui a 10 anos, avaliar se mudamos alguma coisa na vida das pessoas que atendemos ou se não conseguimos fazer isso. Era isso. Obrigada.

A Sra. Presidente - Estamos finalizando. Há apenas mais três questões. Duas para a Maria Ângela. Uma de Daniela de Castro, Assistente Social da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais: "Quantos dos 853 Municípios mineiros estão hoje aqui representados?" A Secretária está fazendo o levantamento, mas são quase 500 Municípios.

"Como formar, informar e capacitar os Municípios que estão quase excluídos desse processo de conquistas amplas da assistência social?"

A segunda questão para a Maria Ângela: "Se possível, fale um pouco sobre a questão das certidões negativas de débitos, que têm prejudicado muito as instituições. Outro dia, ouvi, na Voz do Brasil, a Márcia Biondi falando sobre isso. Será que você poderia nos dizer mais?"

A Sra. Maria Ângela Rocha Pereira - Começarei pela última. Na verdade, a Márcia falou mesmo. Ela tem muito orgulho porque, pela primeira vez na vida, a assistência social e o conselho nacional ocuparam o espaço da Voz do Brasil. Realmente é histórico. Ela estava toda emocionada, porque falou na Voz do Brasil. Ela deve ter dado uma informação sobre a CND que não passa pelo Conselho. A CND é uma Certidão Negativa de Débito, perversa, que penalizava os Municípios. Lembro-me, quando fui Superintendente em 1996, 1997, 1998 e 1999, de que era uma luta para a extinção da CND. Se não me engano, o Deputado André Quintão e outros podem confirmar isso ou não. Acho que foi na gestão do Ministro que foi realizado um trabalho junto ao INSS para cair essa CND. Não é isso? Em função disso, a população dos Municípios ficava penalizada porque as Prefeituras, por conta de algum problema de gestão, não conseguiam essa tal CND. Era um impedimento para o repasse dos recursos. Isso caiu, não é mesmo? Estamos livres disso, o que não tem muito a ver com a questão das entidades. Talvez você tenha feito alguma articulação com entidade, por ter sido a Márcia que falou, e ela é do Conselho. Na verdade, essa certidão é da Prefeitura. Era dela que era cobrada a CND junto ao INSS, por questão até de...

O Subsecretário Wander José Goddard Borges - O que acontece é que as Prefeituras ficavam inadimplentes. Conseqüentemente, não conseguiam a certidão. Não tendo a certidão, não tinham acesso aos recursos. Tudo o que a Prefeitura precisava não vinha. No caso da assistência social, foi liberada a certidão, porque não podemos prejudicar quem está na ponta, necessitando desses recursos. Mas o resto continua o mesmo. As Prefeituras têm de prestar contas ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, à Câmara de Vereadores e por aí afora.

A Sra. Maria Ângela Rocha Pereira - Não consegui me lembrar dos encargos sociais. A outra questão é sobre...

Não sei mexer com isso não. Isso é com vocês. Estamos muito preocupados. Amanhã haverá a plenária do conselho. Levaremos algumas questões para a plenária do Conselho Estadual, pois existem várias. Creio que o Deputado André Quintão falou sobre o mutirão. Teremos de estabelecer estratégias. Da forma como estamos trabalhando, não dá para cobrir os Municípios. As informações não estão chegando lá da forma necessária. Temos de descobrir estratégias mais eficazes para que os Municípios possam ter acesso ao básico, que é a informação e a discussão.

A Rosilene lembrou-nos de que as legislações são muito claras. A política nacional e a NOB trazem, com muita transparência, várias questões que estão sendo levantadas. Sugiro que comecemos a ler o material disponível nos pequenos grupos, nos Municípios.

Outra coisa a descobrir é quem pode sensibilizar os Prefeitos. Pedi ao Secretário de Desenvolvimento Social que, juntamente com o Governador, faça alguma coisa para que os Prefeitos se sensibilizem, porque apenas nós não conseguiremos resolver o problema.

Aproveito para responder a uma questão levantada por um cidadão de Lagoa da Prata, dizendo ainda não haver recebido o certificado de participação da conferência. Amanhã, no Conselho, veremos como está o processo de encaminhamento, para os Municípios, dos certificados da conferência.

A Sra. Presidente - Há uma participação da Vereadora Gláucia, da Câmara Municipal de Poços de Caldas, que diz: "O deficiente tem direitos específicos garantidos em leis, que ainda demandam políticas afirmativas. Daí a preocupação com a descontinuidade de um atendimento, sem que lhe seja garantido o seu espaço de direito em todas as políticas públicas: assistência social, educação, saúde, trabalho, esporte e lazer. É necessário que a união dos conselhos, estadual e municipais, assim como toda a sociedade, lute por uma política de assistência social para todos."

Agradecemos a participação de todos. A Presidência gostaria de agradecer especialmente a presença das autoridades que compuseram esta Mesa. Parabéns por suas brilhantes exposições e pela participação.

Encerro minha participação agradecendo, com muito carinho e afeto especial, a toda a equipe da Assembléia Legislativa que participou do preparo desta reunião, especialmente sob a coordenação do Juscelino e da Miriam; à equipe da TV Assembléia e à imprensa. Estou muito feliz com este primeiro grande debate. Agradeço a colaboração dada a este ciclo de debates pelas escolas, faculdades, escolas de serviço social, que

partilharam conosco suas idéias.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as reuniões especiais de hoje, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 65ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/11/2005

Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras da Sra. Simone Elizabeth Rocha Ribeiro - Palavras da Sra. Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso - Palavras do Subsecretário Wander José Goddard Borges - Palavras da Secretária Denise de Cássia Cunha - Palavras do Vice-Prefeito José Benedito Nunes Neto - Palavras da Secretária Anette Ceci Peixoto - Palavras da Sra. Darci Maria de Souza Vilaça - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rogério Correia - Adelmo Carneiro Leão - Elisa Costa - Gustavo Valadares - Jésus Lima - João Leite - José Henrique - Sebastião Helvécio.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Jésus Lima, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Wander José Goddard Borges, Subsecretário de Estado de Trabalho e de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, representando o Secretário, Marcos Montes; Simone Elizabeth Rocha Ribeiro, Coordenadora de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte; Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem a este ciclo de debates; Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso, representante do Fórum Mineiro de Assistência Social; Denise de Cássia Cunha, Secretária Municipal de Assistência Social de Itabirito; José Benedito Nunes Neto, Vice-Prefeito Municipal de Janaúba; Anette Ceci Peixoto, Secretária Municipal do Trabalho e Promoção Social Básica de Ribeirão das Neves; e Darci Maria de Souza Vilaça, Gerente de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registro a presença do Sr. Clóvis Benevides, Subsecretário Antidrogas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, do Padre Aníbal, Prefeito de Bom Jesus do Galho, do Sr. Romário Vicente Alves Ferreira, Prefeito de Caetanópolis, da Sra. Regina Marques, Prefeita de Materlândia, do Sr. Antônio Nicolau, Prefeito de Itaverava e do Sr. Adilson Vieira, Vereador de Itaverava.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates "Sistema Único de Assistência Social - Suas: Estratégias e Metas de Implantação", com a apresentação dos temas: "Financiamento e Recursos Humanos: Desafios para Consolidar o Sistema" e "Experiências Bem-Sucedidas na Implantação da Proteção Social Básica".

Palavras da Sra. Simone Elizabeth Rocha Ribeiro

Boa-tarde a todas e a todos e aos companheiros da Mesa, a quem cumprimento na pessoa do Deputado João Leite. Este momento é muito importante e nos emociona muito. Agradeço aos gabinetes da Deputada Elisa Costa e do Deputado André Quintão o convite para participar deste ciclo de debates, pensando nas estratégias de implantação e de implementação do Suas, especialmente com temas de política de recursos humanos.

Quero ressaltar que o texto que trago hoje para expor as questões a serem debatidas foi elaborado com base nas reflexões de um grupo da Secretaria Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte, da Gerência de Coordenação da Política de Assistência Social, e hoje é referência para a discussão da implantação e implementação do Suas municipal. Essa reflexão resulta da experiência de dois seminários de recursos humanos e do Fórum dos Trabalhadores de Assistência Social. Acho importante dizer que todo o acúmulo das questões que hoje trago para este debate foi construído coletivamente, motivo pelo qual agradeço também aos meus colegas da Secretaria.

Alegro-me e emociono-me por estar aqui porque, depois de 11 anos de formulações de debates, deparamos com uma forma nova, avançada e revolucionária de gerir a política de assistência social, que é a proposta de implantação do Suas.

Hoje falamos de Sistema Único de Assistência Social. Quando falamos de sistema, temos que pensar que um sistema exige interligar as diversas ações dos elementos que compõem essa política.

Inicialmente, quero ressaltar alguns pontos que aqui já estiveram em debate. Acho isso importante, porque nos ajuda a balizar os pontos estratégicos de uma política de recursos humanos.

É fundamental interligar as diversas ações dessa política, procurando fomentar a colaboração da ação coletiva, de forma coordenada, entre as diversas organizações desse sistema, potencializando os recursos que são diversos, a fim de que possamos evitar a sua dispersão em ações específicas e desarticuladas.

Na implantação e implementação do Suas, é importante que se gerem conhecimentos e refinamentos quanto aos seus insumos básicos. Precisamos pensar nos recursos, que são de naturezas diversas, principalmente nas informações. Precisamos refinar e ter conhecimento do público-alvo e da porta de entrada. Hoje, pela manhã, foram discutidas as vulnerabilidades e os riscos sociais. Temos que ter um refinamento do conhecimento dos níveis de complexidade, porque hoje os serviços se estabelecem na proteção social básica especial, e trazer a alta e a média complexidade desses serviços, principalmente os serviços a que os nossos usuários terão acesso. Precisamos refinar a questão dos processos, da trajetória desse usuário e das metodologias de trabalho. Hoje, esse modelo de sistema único coloca-nos uma forma diferente de tratar e recepcionar o nosso usuário. Esse processo de trabalho é importante na construção da política de recursos humanos, e temos que ter formas de supervisão, monitoramento e avaliação.

É muito importante trazer esse tema para debate, porque o Suas traz um grande avanço quando estabelece como um dos requisitos para gestão plena do Município a necessidade de pensar numa política de recursos humanos baseada nas carreiras específicas. Para se ter um bom resultado na implementação de uma política pública, é preciso saber que as organizações se formam, enquanto sistemas sociais, com um elemento essencial, que são as pessoas.

As ações da assistência social têm, fundamentalmente, como meio a interação humana do trabalho com a linguagem e com as representações pessoais e sociais.

É preciso que haja a profissionalização dos trabalhadores, ou seja, a sua formação continuada, além da ética da valorização do "status" profissional. Tudo isso é elemento crucial para a eficácia, interferindo diretamente nos resultados dessa política.

Sempre faço essa discussão com meus companheiros da Prefeitura de Belo Horizonte. A política de recursos humanos tem de passar, necessariamente, pela participação dos trabalhadores, porque os trabalhadores são os agentes ativos do processo do trabalho. São eles que, efetivamente, vão favorecer as mudanças de paradigmas e de cultura, influenciando diretamente na qualidade da prestação de serviços aos nossos usuários e na construção do próprio sistema. Além do mais, eles são formadores de opiniões; podem formar consensos em torno de pontos e interesses coletivos e públicos.

Pensar em uma política de recursos humanos é pensar em uma estrutura organizacional que tenha, por princípio básico, gerar conhecimentos. O Suas propõe uma estrutura que tenha por ênfase o ser humano vulnerável e excluído. Está na hora de superar esses modelos mecânicos hierarquizados. Precisamos de uma comunicação mais intensa e menos verticalizada, que envolva discussão e cooperação. Mais que nunca, esse sistema único, ou seja, esse novo paradigma, pela sua eficácia e eficiência, vai contribuir para os núcleos decisórios por meio da participação dos trabalhadores que estão lá na ponta, ou seja, próximos dos nossos usuários. É preciso haver uma forma de participação dos trabalhadores, a fim de que eles também sejam co-responsáveis pela implementação dessa política pública.

O grande desafio nos conceitos de gestão gerencial, de gestão por resultados, é buscar o equilíbrio, por meio de uma gestão participativa, embora sob o controle hierárquico da direção, que dê autonomia e interação aos profissionais que estão na ponta.

Gostaria de citar Wallemon, um estudioso da política de gestão de pessoas, de recursos humanos. Na verdade, essa questão, hoje, é limitada à administração de pessoal. Os departamentos, os setores ou as gerências responsáveis pelos trabalhadores lidam apenas com as questões de distribuição de vale-transporte, vale-refeição e pedido de férias. Uma política de gestão tem de ir muito além dessa perspectiva: gestão profissional, com avaliação de resultados, de potencial, cuidando da orientação, da formação e da valorização do trabalhador, do diálogo social e da organização do trabalho.

Ao pensar uma política de recursos humanos, precisamos estabelecer alguns pontos estratégicos, dos quais o principal é saber o porquê dessa política. Sabemos que, via de regra, devemos definir o perfil desejado para a força de trabalho e sua atuação mais motivada e eficiente, visando a um atendimento satisfatório ao cidadão e ao alcance de resultados.

Diante desse desafio, um dos requisitos da gestão plena dos Municípios, trago aqui alguns pontos importantes para a elaboração dessa política. Precisamos discutir no setor público, considerando que a porta de entrada de seus trabalhadores é o concurso público, a questão do recrutamento. Muitas vezes, as pessoas que passam pelo concurso são encaminhadas sem qualquer conhecimento ou estudo de suas possibilidades. Assim, ela faz o seu aprendizado no cotidiano.

O setor público deve, portanto, avançar na recepção desses trabalhadores, oferecendo-lhes uma pré-formação para que tenham conhecimento da política em que se estão inserindo e do serviço em que realizarão suas atividades, a fim de que tenham mais eficiência. Temos que pensar no setor de recrutamento.

Um dos itens que devem ser considerados na política de recursos humanos é uma estrutura de desenvolvimento profissional que estimule o trabalhador a buscar aprimoramento de sua capacitação e desempenho. É importante haver carreiras. Os trabalhadores da área devem fomentar essa discussão neste momento. A política de recursos humanos e assistência social ainda é muito esvaziada de propostas do próprio trabalhador. Precisamos nos organizar por meio de nossas organizações representativas para estabelecer carreiras com regras e formas de progressão, relacionadas ao desempenho, às competências adquiridas, à capacitação e à possibilidade de assumir novas responsabilidades.

Na elaboração de uma política de recursos humanos, precisamos inserir a estratégia de capacitação, para possibilitarmos o aprimoramento de nosso conhecimento, a fim de construirmos uma rede de profissionais para a gerência das políticas e programas sociais, em especial no campo da assistência social.

Também temos que pensar em uma estrutura de avaliação que nos possibilite verificar o desempenho e identificar necessidades específicas de capacitação.

Nesse momento em que fazemos um novo desenho - principalmente os Municípios, que estão elaborando o PPAG - e tentamos definir a estrutura organizacional da política de assistência, com gerências e diretorias de proteção básica e proteção especial, considerando as novas características do serviço e o Suas, precisamos pensar uma estratégia de realocação e redistribuição dos trabalhadores, de forma a possibilitar o perfil e o quantitativo. Hoje precisamos saber qual o número necessário de trabalhadores para os serviços de proteção básica e de proteção especial, além de definir um perfil desejado para cada área no que diz respeito aos serviços de assistência social.

É importante refletirmos. Para que os gestores municipais e estaduais elaborem uma política de recursos humanos de fato eficiente, é fundamental que tenham um sistema ágil de informações. Às vezes, deparamos com a realidade dos Municípios que não têm acesso à internet. Há muitos anos, trabalhei em um programa muito interessante, que hoje é a intranet. Todas as informações que dizem respeito às políticas da

Prefeitura foram disponibilizadas em um "site". Tem de ser criado um "site" específico para os trabalhadores. Essa seria uma forma mais ágil de informação. A assistência social tem de se apoderar das tecnologias avançadas.

É importante contarmos com um banco de talentos ou banco de informações, para acompanharmos o desenvolvimento e promovermos a alocação adequada dos trabalhadores.

Em muitos Municípios, o perfil do trabalhador da assistência social é o seguinte: a maioria é jovem, com idade entre 25 e 40 anos, com pós-graduação, mestrado e doutorado. É importante que os Municípios conheçam os seus trabalhadores, reconhecendo o seu potencial intelectual, para que possam ser reaproveitados.

Precisamos de uma legislação clara e consolidada. Para isso, temos de elaborar a NOB dos recursos humanos, de acordo com o novo modelo. É importante contribuirmos com a União nessa questão. Nós, Municípios, temos um "know-how" em relação às condições de trabalho e de serviços. Sabemos onde devemos investir. Muitos serviços atraem poucos profissionais. É importante esse direcionamento e esse novo olhar para a política de recursos humanos. Sabemos que a NOB dos recursos humanos muito contribuiria com esse novo desenho.

Necessitamos de um sistema de comunicação e de atendimento que possibilite a disseminação da política e o cumprimento das suas regras. O Suas ganha vários espaços. Esse é um deles, mas é importante que isso seja institucionalizado nos Municípios. O profissional tem de conhecer a política em que está envolvido. Sabemos que isso tudo é muito novo. A política nacional e o Sistema Único não têm nem um ano. Pela manhã, a própria Secretária dizia que muitas perguntas foram esclarecidas pela NOB e pela política nacional. Necessitamos de uma sistematização do conhecimento dessa nova proposta.

Necessitamos também de um sistema de avaliação de política que possibilite analisar os resultados alcançados na área de recursos humanos, para revisarmos a nossa meta.

Pensar em uma política de recursos humanos é reconhecer que os seus usuários devem acessar serviços de natureza técnica e criteriosos. A implantação e a implementação do Suas requerem um embate ético e uma revolução cultural, envolvendo trabalhadores, instituições e usuários.

Assim, para os trabalhadores da área são inseridas exigências claras, para se tornarem capazes de pensar estrategicamente, planejar, coordenar e executar, com o olhar no cidadão de direitos radicalmente públicos. Muito obrigada. Estarei à disposição para o debate.

Palavras da Sra. Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso

Boa-tarde. Cumprimento os Deputados Estaduais, autoridades e demais presentes na pessoa do Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres. Saúdo o Deputado João Leite e demais integrantes da Mesa, que têm uma grande responsabilidade no debate "Financiamento e Recursos Humanos: Desafios para Consolidar o Sistema", tema tão relevante.

Em nome do Fórum Mineiro de Assistência Social, agradeço o convite para participar deste círculo de debates, cujo objetivo é contribuir para a consolidação do Suas e sensibilizar Executivo e Legislativo, no Estado e nos Municípios, sobre o importante papel de ambos para a consolidação desse modelo.

O Fórum, instância de articulação da sociedade civil e de controle social, estará sempre presente nos espaços de debate e de construção da assistência social como uma política pública alicerçada dos direitos sociais.

Centrarei minha fala na importância de a política nacional de assistência social incorporar o debate sobre os recursos humanos, nos desafios para a implementação de uma política de recursos humanos e no que ela deve conter. Por fim, falaremos sobre uma agenda que efetive uma política de recursos humanos no Estado.

É importante considerar que, quando a política nacional de assistência social incorpora os recursos humanos como elemento que a integra, trata-se de um avanço para a área. À medida que esse debate é introduzido - até então não era prioritário -, dá dimensão profissional para os trabalhadores que operam os serviços socioassistenciais.

Fiz uma síntese de quatro grandes desafios. O primeiro é reconhecer os servidores públicos como atores ativos na implementação das políticas públicas. Isso requer a construção de um modelo de Estado democrático e provedor de direitos sociais. Essa idéia é radicalmente oposta à concepção neoliberal que desqualificou e inculpou os trabalhadores ao longo da história pela inoperância do Estado na prestação de serviços à população.

Entender a concepção do Estado responsável pela política pública - como na Loas, na política nacional, e no Suas - é compreender uma nova concepção de Estado provedor de direitos e reconhecer o servidor como ator ativo na implementação das políticas públicas.

Outro desafio é considerar que o campo de intervenção da assistência social se constitui de uma diversidade e complexidade social. Para atuar nesse contexto, exigem-se serviços diversificados, ação intersetorial e profissionais qualificados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado ao usuário. Dessa forma, impõe-se aos trabalhadores superar a lógica de atuação profissional de executores de programas para a de viabilizadores de direitos. Tornam-se imprescindíveis a compreensão, a internalização e a cumplicidade dos trabalhadores com esse projeto e com essa concepção de assistência social. Sem cumplicidade e compromisso dos trabalhadores com a efetivação do sistema, a implementação do Suas não avançará. Essa mudança de executores para viabilizadores de direitos transforma a organização e a operacionalização do sistema.

Outro desafio é construir uma identidade de trabalhador social, que consiste na preparação de processos pessoais e institucionais para além da ação executora de políticas sociais, mas também formuladora de uma gestão de política. Assim, confere-se um caráter público às ações nessa área e contribui-se para a construção de um perfil com capacidade de planejar, definir prioridades e estratégias, produzir dados e informações sobre a população atendida, avaliar programas e definir padrões de qualidade para os serviços. Dessa forma, aglutinam-se esforços para avançar na vinculação entre as práticas desenvolvidas e a reflexão teórica, que seja capaz de antecipar desafios e avançar nas definições dos conteúdos da política de assistência social.

É fundamental que as categorias profissionais façam rupturas com os limites das suas corporações, compreendendo a importância de criar uma identidade de trabalhador social, referenciado em princípios éticos e políticos, criando alianças e fortalecendo o caráter cada vez mais interdisciplinar das práticas profissionais. Isso quer dizer que a política de assistência social não é restrita a uma profissão, mas que precisamos avançar na interdisciplinaridade.

Outro desafio é considerar que estamos consolidando um sistema que pressupõe ações estatais e da rede socioassistencial. Isso inclui os trabalhadores das entidades prestadoras de serviço, que, historicamente, desenvolvem ações de assistência social e agora incorporam o sistema, em caráter complementar às ações do Estado. Mas, nessa incorporação, precisam ser considerados os recursos humanos dessas entidades, os quais devem ser qualificados, valorizados, capacitados, para que, de fato, consolidemos o sistema de assistência social. Desse modo, exige-se discutir uma política de recursos humanos que incorpore o universo dos trabalhadores sociais, públicos e privados.

Isto posto, entendemos que a política de recursos humanos deve conter como pressupostos: superar o enfoque tradicional de tratar pessoas como coisas e integrá-las aos objetivos institucionais, constituindo-se em uma política de gestão de pessoas que articule gestão do conhecimento, processos de trabalho e capacitação continuada, e não se restringindo apenas à política de recursos humanos, que, como disse a Simone, faz-se de números, salários ou locação de vagas; formação e capacitação de gestores e atores da política de assistência social, transformando sua prática em dois aspectos - gerencial, no que se refere à administração - e cidadã, no que se refere ao conteúdo da política. Princípios: mobilização organizacional e agilização da ação pública; valorização do servidor; promoção da cidadania organizacional por meio da participação, da democratização das relações de trabalho e do acesso às informações. Objetivos: redesenhar e redefinir a estrutura das unidades; planejar e assegurar a provisão de recursos humanos; garantir o ingresso ao serviço público por concurso; organizar plano de carreira e cargo; garantir a formação e o desenvolvimento de pessoal para contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade da política. Agenda das ações políticas: monitorar e fazer gestões junto ao Legislativo e ao Executivo estaduais para a incorporação das propostas apresentadas pela sociedade civil, por ocasião da audiência pública para a revisão do PPAG, incluindo-se, aliás, as propostas que aqui fizemos de política de gestão de pessoas, de valorização do servidor, etc.; fazer vigilância permanente em defesa do cumprimento das deliberações da VI Conferência Estadual de Assistência Social, que ocorreu há pouco. Nessa conferência, foi muito discutida e ressaltada a importância da revitalização do órgão gestor da assistência social no âmbito do Estado, não no que diz respeito apenas a equipamentos, materiais, sistemas de informação, mas, principalmente, ao resgate e à recuperação das equipes técnicas, dos recursos humanos, com concurso público, número suficiente e capacitação de equipes. Assegurar investimentos continuados para a capacitação sistemática e permanente dos trabalhadores públicos e privados, integrantes da rede socioassistencial da assistência social; realizar um seminário estadual para aprofundar o debate sobre a política de gestão de pessoas; contribuir no processo de elaboração da norma operacional dos recursos humanos. É tarefa federal apresentar essa norma à sociedade. Como disse a Simone, temos experiência, pois vivenciamos, no dia-a-dia dos Municípios, a política de assistência social; portanto temos muito que contribuir para a elaboração dessa norma operacional. Contribuí, junto com o Conselho Nacional da Assistência Social, para a conceituação dos trabalhadores da área e dos usuários, visando a fortalecer o controle social e a participação nos conselhos de assistência social. Aliás, a conceituação dos trabalhadores hoje é pauta no Conselho Nacional, que possui um grupo de trabalho que deve apresentar, na próxima plenária do Conselho, uma proposta de conceituação dos trabalhadores da área. Posteriormente, deve também desencadear um debate nacional com relação à regulamentação da representação dos trabalhadores no CNAS, como fez com relação à regulamentação do art. 3º, para que possamos também contribuir.

Concluindo, resalto que as contribuições apresentadas neste evento vêm sendo construídas no debate coordenado pelo Fórum Mineiro de Assistência Social. Essa é uma tarefa coletiva. Atualmente, o fórum conta com uma coordenação colegiada que integra a UBE, a FAP, a União dos Conselhos e o Conselho Regional do Serviço Social - Cress.

Na qualidade de Presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, reafirmo que o Cress tem envidado todos os esforços na participação do Fórum Mineiro desde a sua criação, por entender e reafirmar os compromissos na defesa dos direitos e o fortalecimento dos movimentos sociais, como atribuições técnicas, éticas e políticas dos assistentes sociais.

Convidamos todos a participar das reuniões mensais e a estabelecer contatos conosco e informamos que o fórum se reúne sempre às segundas segundas-feiras, na sede do Conselho Regional do Serviço Social, na Rua Tupis, 485, 5º andar.

Para finalizar, disponho-me a participar do debate.

Palavras do Subsecretário Wander José Goddard Borges

Boa-tarde. Quero cumprimentar o Deputado João Leite, que, como Secretário da Pasta onde trabalhamos, desempenhou excepcional trabalho a favor da assistência social; a Deputada Elisa Costa, autora do requerimento, a quem parabenizo; as Sras. Simone Elizabete Rocha Ribeiro, Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso e Denise de Cássia Cunha, de Itabirito. Aproveito para mandar uma abraço ao Sr. Joaquim, Secretário de Fazenda; ao Sr. José Benedito Nunes Neto; à Secretária Anette Ceci Peixoto e a Sra. Darci Maria de Souza Vilaça.

Falaremos um pouco sobre o financiamento da política de assistência social e dos recursos humanos, questão já detalhada nesta reunião. Queremos somente pontuar que vem sendo discutida e que será uma conquista gradual porque não existe formato, mas entendemos que há necessidade premente de organização do sistema.

Quanto ao financiamento da política de assistência social, é importante ressaltar que Minas Gerais assume a sua responsabilidade como gestor no âmbito do Estado. Por que é importante dizermos isso? Porque, num primeiro momento, houve adesão ao Suas por parte de Minas Gerais, demonstrando claramente o posicionamento do Governador Aécio Neves na construção do sistema, que tem inúmeros desafios pela frente.

Os recursos da política de assistência social são alocados diretamente no Fundo de Assistência Social - Feas -, e, o que é mais importante, constitui-se uma unidade orçamentária. Muitas cidades ainda não conseguiram habilitação, porque estão trabalhando o fundo como subunidade da Secretaria Municipal de Trabalho ou de Assistência Social, de acordo com a nomenclatura de cada uma delas. Isso é de suma importância para haver controle social, porque, se estiver dentro da Secretaria, o Secretário fará esse controle e, conseqüentemente, o Prefeito também o fará.

O repasse dos recursos aos Municípios é feito após a pactuação pela Comissão Intergestora Bipartite - CIB -, outra exigência que Minas vem cumprindo. Depois, é levado ao Conselho Estadual de Assistência Social - Ceas - para deliberação. Essa questão também faz parte desse escopo. Então, essa referência é de suma importância: adesão; criação do Fundo Comunidade Orçamentária, dentro do orçamento que veio para a Assembléia Legislativa e que vai para as Câmaras Municipais; participação da CIB - aliás, a nossa está reunida, neste momento, no prédio da Sedese, tratando de deliberações e outras pautas; e, conseqüentemente, a participação do Ceas.

Quanto aos recursos financeiros, sabemos que há uma briga hercúlea por dinheiro. Há muito para se fazer, muitos projetos para se organizar; todavia, na hora de atender, em plenitude, à sociedade, falta o recurso. No caso de Minas Gerais, o Orçamento para 2006 é da ordem de R\$27.014.600,00, dividido pelas despesas vinculadas, por determinação legal e constitucional, que somam 46,24% - entra aqui a questão da saúde e da educação; as despesas com os Poderes Legislativo e Judiciário somam 7,95%; as despesas com pessoal e encargos, 32%; as despesas com juros e encargos da dívida e inversões financeiras e amortização, 6,42%. Faça essa demonstração para verificarmos que, ao se repassar aquilo que constitui responsabilidade constitucional, a sobra de recursos é pequena.

Para o custeio operacional dos órgãos e das entidades da administração pública, excluindo as despesas vinculadas, ou seja, o que constitui obrigação, o que não pode deixar de ser feito em 2006, há uma previsão de despesas da ordem de R\$2.038.969.263,00. Na função oito, no que se refere à Assistência Social, há uma previsão de despesas da ordem de R\$53.229.671,00. Desse total, R\$10.114.266,00 estão sendo alocados diretamente no Fundo Estadual de Assistência Social - Feas.

Vejamos como está construído o financiamento da política de assistência social no Estado de Minas Gerais, bem como a evolução desses recursos. Procuramos dividir o que diz respeito ao Estado e o que se refere à União. Em 2004, os recursos estaduais somam R\$4.515.898,00, e os recursos federais, R\$5.025.344,06. Em 2005, os recursos estaduais somam R\$9.568.831,80, e os recursos federais, R\$6.992.490,00. Em 2006, os recursos estaduais somam R\$5.364.266,00, e os recursos federais, R\$4.750.000,00. Esses valores totalizam respectivamente: R\$9.541.242,06, R\$16.561.321,80 e R\$10.114.266,00.

Se observarmos, chegaremos à conclusão de que existe uma redução de recursos. Passamos para 2005 com a alocação dos R\$3.400.000,00 que o governo fez, antes da Conferência Estadual de Assistência Social, para viabilização dos Cras no Estado de Minas Gerais, em algumas cidades, de acordo com os critérios estabelecidos pela CIB e, depois, aprovados pelo Conselho. Dessa forma, voltamos para a referência de R\$5.300.000,00. A Assembléia Legislativa já está negociando com o governo do Estado, com a finalidade de destinar cerca de R\$3.000.000,00 ou R\$4.000.000,00 para o ano de 2006, com o objetivo de continuarmos dando apoio à formatação dos Cras nos diversos Municípios de Minas Gerais.

Ali, nota-se a redução de recursos. Isso ocorre porque Minas, hoje, possui 600 Municípios habilitados nos diversos níveis de gestão, seja inicial, seja plena, seja básica, e 253 Municípios por habilitar. O que isso quer dizer? Esses Municípios, até 30 de outubro, ainda não tinham conselho, estatuto, lei, Fundo Comunidade Orçamentária, direitos das crianças e adolescentes, enfim, faltava ao processo administrativo uma série de itens. Todavia, na medida em que a habilitação vai acontecendo, o repasse de dinheiro da União para o Estado vai-se reduzindo e, conseqüentemente, reduz-se o cofre do Estado por causa da contrapartida. Por que isso acontece? Porque a transferência passa a ser automática, de fundo a fundo.

O ideal seria que o Município arrecadasse e aplicasse o seu dinheiro, sem intervenção da União e do Estado. O cidadão, que está no Município, tem de tomar as suas decisões.

Colocamos, neste gráfico, a evolução dos recursos do fundo. Estamos falando muito a respeito do fundo porque é onde encontramos a participação democrática, já que, formado pelas diversas entidades, pelo poder público, pela iniciativa privada, é constituído pelos diversos entes que trabalham com a assistência social.

Esses números, de certa forma, estão resumidos. Atendimento à criança e ao adolescente com deficiência - R\$2.400.000,00, R\$3.000.000,00, R\$3.200.000,00; atendimento ao idoso - R\$460.000,00, R\$395.000,00, R\$435.000,00; atendimento ao migrante e à população de rua - R\$1.000.000,00, R\$800.000,00, R\$883.000,00; e atendimento com fornecimento de passes. As pessoas saem do interior com a família, ficam na rodoviária sem saber aonde ir. Depois, querem voltar para casa. O Estado viabiliza a passagem de volta. É engraçado, mas, às vezes, aparecem pessoas que nem sabemos de onde vêm. Alguém deve colocá-las no ônibus e mandá-las para as cidades. Isso acontece muito nas Capitais. Temos de trabalhar com esses indivíduos e com suas famílias.

Temos os centros de atenção básica, na questão do Cras. A quantia era de R\$400.000,00, mas passou para R\$3.800.000,00 em razão de aporte de recursos suplementados no meio deste ano. Colocamos R\$916.000,00 porque a proposta orçamentária veio com esse valor. Agora há a negociação de mais R\$3.000.000,00 a R\$4.000.000,00. Então, para a continuação desse trabalho, teremos R\$4.900.000,00 ou R\$5.000.000,00.

Há a concessão de benefícios diversos. Temos também a descentralização da política de assistência social - R\$290.000,00, R\$330.000,00 e R\$100.000,00. À medida que avançamos com essa descentralização, reduzimos o recurso e o colocamos em outra nomenclatura qualquer. Vamos aportando esse recurso para outro ponto.

Temos também a implantação de sistemas de informação - R\$100.000,00, R\$300.000,00, R\$244.000,00. Em 2005, fizemos um trabalho junto à PUC, que levantou para nós a gama de famílias pobres existentes em diversos Municípios selecionados dentro do Estado de Minas Gerais. Agora estamos trabalhando com universidades federais.

Há a qualificação de recursos humanos para gestão e controle da política, em que começamos com zero, em 2004, e chegamos a R\$200.000,00, em 2005. Começaremos a capacitação amanhã, que irá até o dia 5 de dezembro, em cada 30 Municípios. Estamos trazendo o pessoal. Não é a primeira vez que fazemos esse trabalho. Atingiremos ainda neste ano, se Deus quiser, algo em torno de 2.500 gestores e trabalhadores da assistência social capacitados. Temos aqui um total de R\$2.600.000,00, R\$6.300.000,00 e R\$3.000.000,00.

De acordo com isso, fizemos um gráfico. Para terem uma idéia, em 31 de agosto, tínhamos 343 Municípios com gestão inicial. Passamos para 259. Houve diminuição, porque o indivíduo passou para a básica. Passamos, da básica, de 213, em 31 de agosto, para 301 Municípios, em 30 de outubro. Na gestão plena, que, no início, eram 31 Municípios, chegamos a 39 e já estamos em estudos para alcançar o número de 50.

A idéia é chegarmos, até o final do ano, com algo em torno de 90% dos Municípios habilitados. Hoje, estamos com 70%. Para o Estado de Minas Gerais, até 30 de outubro, o número será expressivo. Quem é da área - todos os senhores conhecem bem - sabe que há uma série de documentos, e certos Municípios encontram muita dificuldade. Houve mudança de mandato, os Prefeitos não tinham ata, não havia reunião de conselho, nem havia conselho. Aliás, havia pouca coisa. Conseqüentemente, teremos de construir esse modelo.

Nesse gráfico, a parte azul é o que estamos atingindo em termos de habilitação, e a verde é aquilo que estamos buscando. Mas há de se ressaltar que isso só acontecerá com a boa-vontade dos Municípios. Se o Prefeito, se a cidade não quiser, e não houver todo esse encaminhamento, continuaremos gerindo política de assistência social no Estado para Municípios que estão a 500km ou 600km daqui. Isso não é interessante para o Município nem para o Estado. Queremos que eles assumam todas essas condicionantes. Em linhas gerais, do ponto de vista do financiamento, é isso.

Falamos muito que precisa haver uma reavaliação da distribuição de recursos no País. Está difícil, porque hoje, a cada dia, os Municípios podem menos. Por quê? Do total arrecadado no País, apenas 14% chegam realmente aos Municípios. No Suas, estaremos construindo um encaminhamento com os mesmos sofrimentos, obstáculos e dificuldades.

Temos um cobertor muito pequeno para cobrir muita gente. Esse é mais um desafio da sociedade. Tenho certeza de que todos nós, juntos, nesse encaminhamento - e principalmente vocês, que estão na ponta, lidando diariamente com os problemas -, estaremos diminuindo aquilo que se fala e partindo para a prática a favor do povo, daqueles que mais precisam. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se a exibição de "slides".

Palavras da Secretária Denise de Cássia Cunha

Boa-tarde a todos. Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa do Deputado João Leite, e também as demais autoridades. É um privilégio estar aqui dividindo um pouco da nossa experiência. Para falar em experiência bem-sucedida ainda é cedo, mas a consideramos

bem-sucedida porque já a iniciamos. Estamos longe de qualquer processo de conclusão. A equipe técnica construiu uma oficina chamada "Tecendo a Casa da Família." Em Itabirito, estamos também na fase de tecer, neste momento.

É uma alegria dividir a Mesa com a Simone, com a Rosângela e com a Darci, que, além de serem companheiras de trabalho, estão também em um lugar afetivo muito especial para mim. Sou assistente social e venho de uma experiência de Conselho Regional de Serviço Social - Cress. O Cress foi minha segunda escola de trabalho na área da assistência social, depois da escola do serviço social.

Muitos colegas devem me conhecer dos meus muitos anos de Cress. Parabênizo a Deputada Elisa Costa pela iniciativa de criar espaço para dividirmos experiências. Devemos continuar produzindo esses espaços. Não poderia haver assessoria melhor que a da Tânia, também uma outra colega de Cress. Temos de dar continuidade a esse processo de dividir as nossas experiências, não no sentido de marcar o lugar de quem sabe mais ou menos ou de quem imporá regras, normas e condutas, mas muito mais no sentido de a gente se apoiar e referenciar.

Início ressaltando a presença da nossa equipe da Secretaria de Assistência Social, que está toda na Casa. Felizmente, conseguimos reunir em Itabirito um grupo técnico de profissionais de primeiríssima qualidade. Mais do que isso, temos o compromisso com a assistência social e com aquele Município que gerenciamos.

Sou Secretária Municipal de Assistência Social, a Salete Moreira Gomes é Gerente de Programas Sociais, a Gilmara e a Jussara são assistentes sociais, e a Rosália é a psicóloga.

Itabirito é um Município muito próximo da Capital, embora não esteja na região metropolitana. Estamos a 55km de Belo Horizonte. A população de Itabirito é estimada em 40 mil habitantes, e a nossa economia está pautada na extração de minério, tecelagem, comércio e prestação de serviços.

Abordarei o organograma da Secretaria. Em janeiro deste ano, assumimos um Município destruído em matéria administrativa. Na área de política de assistência social, não se fazia mais do que distribuição de cesta básica - se é que se pode considerar isso como política de assistência social.

O Prefeito, no primeiro mês de governo, deliberou que teríamos de fazer uma reforma administrativa na Prefeitura. Vimos que essa era a nossa grande chance de analisar o organograma da Secretaria de Assistência Social, com base nos novos princípios da política de assistência social. Constituimos um Departamento de Gestão e Planejamento, com as divisões de Gestão e Controle Social e de Benefício e Ações Emergenciais, cuja assistente social é a Marilene. Há ainda o Plantão Social; a Divisão de Proteção Social, com as seções de Proteção Básica e de Proteção Especial; e a Divisão de Habitação. Entende-se por habitação o direito ao teto e à moradia. Às vezes, as pessoas vêem isso de modo enviesado, questionando-se como funciona a Divisão de Habitação da Secretaria de Assistência Social. É no sentido da política de moradia e do direito ao teto.

O Centro de Referência de Assistência Social - Cras - funciona em uma casa alugada. Quando iniciamos, em janeiro, ficamos desesperados, pois não havia nada. No Município, não havia nem sequer um programa do governo federal em andamento, exceto o Bolsa-Família, com 90% dos seus cadastrados, beneficiados sem terem migrado do Bolsa-Escola para o Bolsa-Família. Ficamos desesperados, pois não sabíamos o que fazer. Seria preciso começar do zero. Não havia Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil - Peti -, não havia sentinela, não havia jovens, não havia nenhum recurso do governo federal, muito menos do governo municipal. Não havia política em exercício. Não havia a que dar continuidade.

Num primeiro momento, recorreremos ao Prefeito, pois não havia outra saída. Parecia uma loucura, mas tínhamos de começar pelo Cras. Não havia sentido montar um novo processo de assistência no Município, desfocando o que vínhamos discutindo, com uma nova política, aprovada em setembro de 2004. Era o momento de adequar o Município à nova base de gestão da política pública de assistência social. O Prefeito nos atendeu.

Em fevereiro, montamos um processo de realização do diagnóstico da rede socioassistencial. A equipe foi às ruas para identificar essa rede, o que fazia, a quem atendia, como atendia e qual era a capacidade.

Itabirito tem uma peculiaridade que pode ser comum a muitos Municípios. Como o poder público se ausentou da política pública durante muito tempo, a sociedade civil mobilizou-se. Muitas das ações no campo da assistência social eram e ainda vêm sendo executadas por iniciativa da sociedade civil. Portanto, num primeiro momento, identificamos a rede socioassistencial. Num segundo momento, ocorreu um processo de identificação do território onde montaríamos a casa da família e da referência do nosso Cras. Num terceiro momento, fomos ao cadastro do Bolsa-Família. Era lá que visualizaríamos a localização, o território de base do maior volume de famílias beneficiadas.

Aqui há um parêntese. Na verdade, o cadastro do Bolsa-Família só confirmou uma área considerada de grande vulnerabilidade de risco social. Era o loteamento público chamado Padre Adelmo, criado pela administração em 1992, onde foram doados lotes para a população com renda familiar máxima de três salários mínimos. Em todos os anos, não houve equipamento social nesse bairro. Então, de cara, por sermos moradores do Município, sabíamos que lá estavam os focos de todos os problemas sociais de violência, de consumo de droga, de crianças em conflito com a lei etc.

Em março, identificamos esse território, confirmando o que já sabíamos. Cadastramos as famílias, e a nossa equipe foi a campo. Montamos uma barraca de manhã, de tarde e de noite e fizemos atendimento individual, além de visitas domiciliares a 450 famílias. Incluímos as áreas adjacentes. Para montar o serviço, era preciso identificar a demanda. Por mais que soubéssemos, no campo teórico, que aquela era a população identificada com as características abordadas anteriormente, precisávamos saber das suas condições de vida. Assim, levantamos as prioridades dessa comunidade em março de 2005.

Fizemos a estruturação do espaço físico. Vocês podem rir, mas essa é a nossa história. Quem construiu nesse loteamento público pretendia morar no local. A maior casa encontrada lá tinha três cômodos. Dissemos: "Não, numa casa de três cômodos podemos entrar, mas, se quisermos fazê-lo, não poderemos, porque quem a construiu está lá para morar". Precisávamos ficar ali; não podíamos inventar novo lugar, porque aquela era a demanda máxima nesse primeiro momento. Seria contraditório ir para outro lugar.

A Prefeitura possuía um equipamento, que era um circo. Há um campo de futebol lá, aberto pelos próprios moradores, tendo em vista que o poder público nunca apareceu ali, onde acampamos o nosso Cras, que chamamos de unidade de referência. Até o dia da inauguração, ficamos debaixo de uma lona de circo. Imaginem um lugar onde o poder público nunca chegou! Ser aluno do circo passou a ser referência para a comunidade. O povo não saía de lá! Se havia entrevista pela manhã, eles ficavam até à noite; se fosse pela noite, chegavam à tarde e ficavam esperando.

Em abril de 2005, inauguramos, portanto, o nosso Cras. Estamos localizados na região dos Inconfidentes, no Circuito do Ouro, próximo a Ouro Preto. Foi o primeiro Cras da região. Essa foi a festa de inauguração. Essas são algumas figuras ilustrativas.

Aqui consta o processo de operacionalização. Inauguramos no domingo, com grande festa, mas precisávamos estar lá na segunda-feira para trabalhar. Não podíamos inventar uma história e não dar conta dela. Logo após a inauguração, passamos a realizar reuniões com a comunidade, especificamente com as famílias do Bolsa-Família, embora não tenhamos fechado as portas às demais. Não podíamos dizer que não atenderíamos. Criamos, assim, alternativas de reuniões pela manhã, tarde e noite, para falar do funcionamento desse serviço e mostrar o que pretendíamos fazer.

Criamos um espaço chamado "Oficina - Tecendo a Casa da Família". A partir daí, com os dados coletados nas reuniões, elaboramos o plano de ação das atividades do Cras, baseados também nos resultados das oficinas, dos diagnósticos e da articulação com as políticas públicas locais. Quando chegamos a esse território, havia basicamente um trabalho da Pastoral do Menor e de algumas igrejas evangélicas, com repasse de cestas básicas. Alimentamos a nossa expectativa de criar um serviço eficiente a partir dessa oficina.

A equipe do Cras é composta por uma recepcionista, uma auxiliar de serviços gerais, duas professoras de oficinas de estudo, seis monitores, dois assistentes sociais e um psicólogo.

Essas figuras são do pessoal na porta da casa; a recepção; a sala de atendimento individual. Aquela é a psicóloga Rosália.

Não conseguimos ficar livres do circo, porque a nossa identidade com ele era muito grande. Além do espaço físico da casa, levamos o circo para o fundo do quintal para ser o nosso espaço oficial de realização das nossas atividades, das nossas festas e das reuniões com os pais. No fundo do quintal da casa há uma horta que se encontra em fase de reconstrução com as famílias. O circo, que está lá atrás, é o nosso xodó.

Atualmente estão sendo referenciadas 650 famílias com atividades diárias. A meta de atendimento é de 1.200 famílias até julho de 2006. Como bem disse a Rosilene, temos uma totalidade para atender. Porém, precisamos andar conforme a potencialidade de atendimento que vamos criando.

Hoje temos os serviços e as atividades desenvolvidas no Cras. Na área de enfrentamento à pobreza, há o Plantão Social, em que a assistente social Cristiane promove o atendimento, embora não seja da equipe do Cras. Quer dizer, ela vai para lá uma vez por semana e permanece em horário integral para o atendimento daquelas famílias por meio do Plantão Social, com as orientações de BPC, benefícios eventuais e transferência de renda. No campo da habitação, como disse, as construções estão em péssimas condições. Temos um projeto de habitação com a Caixa Econômica Federal. Na área de inclusão produtiva, há o projeto Mães de Obra e os cursos de artesanato para as mulheres da região. Esse projeto Mães de Obra caracteriza uma fábrica de tintas feitas a partir do minério da região.

Para crianças até 5 anos, há uma oficina de brinquedos e brincadeiras e até uma brinquedoteca. Há atendimento e acompanhamento individual das famílias e o Centro de Convivência de Idosos. Estamos iniciando o trabalho com um grupo de idosos lá dentro. Há reunião mensal de famílias para a avaliação e o acompanhamento das atividades; reunião mensal com o corpo docente das escolas para percebermos o impacto do nosso trabalho na vida escolar desses meninos; oficina de acompanhamento psicossocial, de estudo, de dança, de capoeira, de brinquedos e brincadeiras, de música e de artes - bonecos, maquete expressiva, modelagem em cerâmica e restauração de mobiliário. Aí há algumas figuras e atividades externas.

A partir desse diagnóstico inicial, dentro da vigilância social, construímos alguns diagnósticos para nos fazer acompanhar, tais como: quem é o provedor familiar, quem é essa população e quantos são. Além disso, elaboramos um mapa de horário para executarmos as atividades de acordo com as disponibilidades. Ali há um calendário das oficinas, para os senhores terem uma idéia.

Este material estará disponível, como disse o Deputado João Leite. Estou à disposição para os esclarecimentos necessários. Obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de slides.

Palavras do Vice-Prefeito José Benedito Nunes Neto

Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado João Leite e, de maneira especial, a Deputada Elisa Costa, que elaborou o requerimento que resultou neste ciclo de debates.

Para que todos entendam o que direi, inicio o meu pronunciamento falando sobre a minha cidade: Janaúba, que se localiza no Norte de Minas, microrregião da Serra Geral. Digo isso porque algumas pessoas com quem conversei aqui me perguntaram: "Você é de Janaúba? Onde fica essa cidade?". A área desse Município é de 2.159km²; o perímetro urbano, de 39km²; a área urbanizada, de 20km²; e a altitude, de 516m. A população - 2002 - é de 61.647 habitantes, sendo 53.894 na zona urbana e 7.753 na zona rural. Clima tropical semi-árido, temperatura média de 23°C - variação entre 16 e 30 -, temperatura máxima entre 33°C e 40°C, entre dezembro e fevereiro. Índice médio pluviométrico: 1.074mm; IDH 0,58. Principais rios: Rio Gorutuba, Rio Verde Grande, Rio Quem-Quem. Divisão administrativa: 4 distritos, 8 povoados e 25 bairros. Janaúba tem hoje 56 anos de emancipação política. Estamos perto de atingir 70 mil habitantes. Com essa população, estamos entre os Municípios de porte médio.

Como o Deputado Patrus Ananias disse - com sua linguagem até poética, se não fosse tão dramática -, referindo-se à ferida social do Brasil, Janaúba é o exemplo clássico dessa ferida.

Nos idos de 1975, foi construída uma barragem, e as pessoas que viviam às margens do rio foram expulsas daquele território, receberam uma mixaria de dinheiro, o que as forçou a ficar na periferia, em condições subumanas. Veio também o problema do latifúndio. As fazendas produziam muito gado de corte, e, com o advento da CLT, os funcionários dessas fazendas foram sendo expulsos, criando um cinturão de pobreza em volta da cidade. De 1990 a 2000, a criminalidade em Janaúba atingiu níveis assustadores. Janaúba, 48ª economia do Estado, aparecia no Índice de Crimes Violentos - ICV -, produzido pela Polícia Militar de Minas Gerais, em 8º lugar.

Fui Delegado de Polícia em Janaúba, e houve semanas em que tínhamos dois roubos seguidos de morte, praticados por adolescentes. Isso gerou um clamor público por soluções, que acabou batendo na porta da Prefeitura. A população vai ao Delegado e ele diz: "O Estatuto da Criança e do Adolescente inviabiliza, não posso fazer nada". O Estado não faz sua parte. Então a população vai ao Prefeito. O Prefeito, com o advento da Loas, criou o Conselho Municipal de Assistência Social e, em seguida, o Fundo Municipal de Assistência Social, em 1995. Uma assistente social que ali estava, com a persistência de um profeta, mesmo tendo aquele clientelismo de primeira-dama, insistiu na construção de uma via que pudesse fazer face à grande demanda por assistência social. Aquela senhora que estava ali conseguiu implementar esse Conselho Municipal de Assistência Social. Quero fazer uma homenagem aqui à Dra. Márcia Magalhães. Naquela época, eu nem sonhava em entrar para a política. Depois, vendo a história, lendo, percebi que o sucesso que obtivemos - ou que todos acham que obtivemos, porque estando lá não achamos que foi tão grande assim - se deve ao trabalho daquela assistente social. Ela mobilizou entidades, conseguiu fazer com que o Prefeito colocasse 5% no Fundo Municipal de Assistência Social, fez aquele Conselho funcionar com o auxílio de mais algumas pessoas vocacionadas, cheias de ideais. O Prefeito, de quem sou Vice, foi reeleito, o que ajudou nesse processo, porque alguns Prefeitos começam uma política, e o Prefeito seguinte interrompe aquele trabalho. E aquele, sendo viúvo, não colocou a primeira-dama à frente, mas a Vice-Prefeita, e

agora, no segundo mandato, colocou o Vice-Prefeito.

Tivemos a sorte de o governo federal priorizar a assistência social, acelerando e pondo em prática tudo o que os assistentes sociais vinham criando e sonhando para este país, depois do marco constitucional e da Loas.

A boa assistência dispensada às crianças e aos adolescentes serve de referência para o sucesso da implantação da gestão básica. Saímos do 8º lugar no "ranking" da violência da Polícia Militar para o 39º. Ainda não é um bom índice, mas já o melhoramos muito. A nossa meta, ao entregar o governo, é estar acima de 100 ou abaixo de 100. Não sei como poderíamos dizer isso aqui. O certo é que pretendemos diminuir cada vez mais essa prática de atos infracionais dos nossos adolescentes, com a efetivação dos projetos sociais e com a implementação dos dois Cras com que fomos contemplados. Com certeza, a criminalidade diminuirá no nosso Município.

Há 561 crianças e adolescentes no Peti. Tudo o que aparece de assistência social em nosso Município é obra do governo federal. Existiam 50 agentes jovens de desenvolvimento humano, e, agora, ganhamos mais 100, com a nova pactuação, ou seja, ganhamos mais 4 novos núcleos. Não os implantamos ainda, mas esse direito já nos foi assegurado em Janaúba.

Conforme disse a companheira que me antecedeu e que falou sobre a iniciativa da sociedade, temos parceria com a Proasb, que é um programa que recebe e cuida de crianças de famílias em estado de pobreza. A Proasb tem, hoje, 280 crianças para serem educadas e alimentadas. Essas crianças também praticam esportes. Trata-se de uma parceria com o poder público municipal.

Existe também a guarda mirim, que é um espetáculo. Fazem parte dela os adolescentes e os pré-adolescentes, de 14 a 17 anos. A disciplina militar ensina-lhes valores e, normalmente, deixa-os empregados em algum estabelecimento comercial da cidade, ao término do ciclo.

Existe ainda o ABB comunidade, que abriga 120 crianças e adolescentes, numa excelente parceria com a Fundação Banco do Brasil. Crianças com histórico de rua são retiradas dessa situação de vulnerabilidade e trazidas para o clube dos funcionários do Banco. Ali, eles têm aquele espaço lindo, onde praticam esportes, lhes é ensinada música e lhes são transmitidos valores. Eles adoram.

Os outros programas seriam os de proteção mais especial, como a Apae, com a qual temos convênio, o Asilo São Vicente de Paulo e a Fazendinha Irmã Erlinda, que lida com dependentes químicos do sexo masculino. Essa fazenda abriga, hoje, 23 pessoas. Pessoas do sexo feminino e menores de idade não podem ir para lá, mas, ainda assim, ela tem muita utilidade na nossa comunidade.

A implantação dos Cras está em fase inicial: um deles funcionará no Caique, região bastante vulnerabilizada, ao norte da cidade, e o outro funcionará no espaço dos funcionários da Cemig - Crescer -, tendo como objetivo a escolarização e o reforço escolar de 70 crianças e adolescentes. Eles são nossos parceiros, e o espaço é enorme. Poderemos fazer uma horta comunitária e oficinas. Para mantermos o programa deles, ocuparemos uma metade e montaremos um outro Cras. Já estamos na fase de reuniões com as comunidades, mapeando os problemas. Já contratamos os técnicos, e a esperança do Município é que o programa seja maravilhoso, uma redenção para a nossa assistência social.

Nosso disquete não abriu aqui, mas, em linhas gerais, era isso o que tinha que dizer. Temos realizado conferências. Possuímos uma Secretaria de Assistência Social com um técnico de nível superior. Tudo isso foi levado em conta. Como disse o Subsecretário Wander Borges, é necessário que os Municípios cumpram essa parte protocolar. Temos cumprido o nosso dever de casa, com muita eficácia, graças à profissional que mencionei, auxiliada por outros. Se Deus quiser, avançaremos muito na área de assistência social. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Anette Ceci Peixoto

Boa-tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado João Leite e da Deputada Elisa Costa, que teve a brilhante idéia do ciclo de debates. Em nome do Prefeito de Ribeirão das Neves, Wallace Ventura, agradeço a oportunidade dada ao nosso Município de mostrar uma experiência que tem tido êxito, apesar de haver muito o que se fazer.

Hoje, já estou feliz, pois, nos corredores, no almoço e no Plenário, percebi que Neves causou espanto por estar denominada como Município de grande porte. Essa é a realidade. Temos 311 mil habitantes residindo em diversos bairros, com grandes indicadores. As pessoas não estão chocadas com nossos indicadores sociais, mas com o fato de o Município ter crescido e apresentar novos rumos.

Não gastarei meu tempo falando de Ribeirão das Neves, que, em 10 meses, já apresenta muitos avanços que nos tornaram referência em alguns projetos sociais. Não fui chamada para falar da paixão que tenho por minha cidade e por tudo o que está ocorrendo, portanto irei ater-me à nossa história na implantação dos Cras. Não seria justa se não fizesse uma retrospectiva.

Quero realçar o seguinte: tomamos conhecimento da existência do programa Paif em dezembro de 2003. Pasmem os senhores!, conhecemos o programa por meio de uma apostila. Ficamos enlouquecidos porque era muito novo. Sou assistente social no Município há 20 anos. Como estava na Prefeitura, eu e a equipe técnica debruçamo-nos sobre essa apostila e criamos um projeto para a implantação de uma casa da família, cujo tripé seria o acolhimento e a escuta, o fortalecimento da rede de serviços e a geração de renda.

Iniciou-se todo o processo para a sua efetivação. Tivemos de convencer um conselho muito desgastado e desacreditado, pois dependíamos da sua aprovação. As entidades governamentais estavam em baixa e já não acreditavam no governo. Tivemos de desenvolver um trabalho muito grande para conseguirmos a aprovação. Depois o enviamos ao Ministério de Assistência Social, à época.

Já tinham dado um sinal de que teríamos um Paif e um Cras. Em maio, fomos chamados para uma capacitação na Escola do Legislativo, onde descobri que podíamos ter outros Cras porque o Município tinha porte, tinha o número necessário de habitantes, não tinha NAF porque o governo anterior havia devolvido esse recurso, e se localizava na região metropolitana. Voltamos para casa ansiosos por reformular o programa. Mantivemos contato permanente com o MDS, que nos deu toda a atenção.

Em seguida, estudamos a implantação do Cras. O Prefeito à época decidiu que, em 2004, implantaria apenas um. Os outros seriam implantados em 2005. Isso foi muito bom porque agora, como Secretária, pude dar formato aos dois Cras. Dispomos de três, por ser o Município de grande porte.

Isso foi muito bom também, pois já fomos contemplados na Rede de Ação Continuada, e não na modalidade de convênio, e nos faz acreditar que o projeto terá continuação.

Começamos a construir o plano de trabalho. Para isso, decidimos potencializar as redes. Cada Cras passaria a contar com uma ONG parceira. Não é necessário contar-lhes como foi a escolha dos locais porque, como Ribeirão das Neves é uma cidade muito pobre, em qualquer lugar que instalássemos um Cras, as famílias ao seu entorno seriam beneficiadas e fortalecidas. Cada Cras conta com uma ONG que o potencializa,

facilitando-se as nossas ações.

As ONGs desmotivadas, sem registro, sem personalidade jurídica e sem título de utilidade pública começaram a trabalhar para serem parceiras dos Cras. Em outubro e novembro, conseguimos locar a primeira casa. Como era ano eleitoral, enfrentamos muitas dificuldades. Realizamos o primeiro termo de compromisso com uma das ONGs, e o primeiro recurso foi repassado ainda em 2004. Nesse ano, conseguimos repassar quase R\$30.000,00 a uma ONG que já desenvolve um trabalho maravilhoso com famílias. Ela ficou 20 dias sem gastar um centavo porque dispunha de recursos para trabalhar, e ainda teria de entender o programa, para saber o que poderia fazer.

Finalmente, em 2005, contratamos três equipes com recursos do programa, que permitia a contratação, com recursos próprios, de assistentes sociais, psicólogos e auxiliares administrativos. As demais contratações ocorrem com a verba da contrapartida. Foi difícil manter vigias, serviços, locação da casa e equipamento. O Fundo da Infância nos ajudou disponibilizando recursos para a turma ir aos topa-tudo fazer compras. A Prefeitura estava aberta, mas o sistema de licitação era muito defasado.

Hoje, estamos mais alegres porque temos o pregão eletrônico. Graças a Deus, fomos contemplados com o recurso do co-financiamento do Estado e vamos equipar os novos quatro Cras! Estou feliz porque o Estado disponibilizou acervo bibliográfico e material audiovisual. Trata-se de um avanço e significa que a assistência abriu sua cabeça por permitir instrumentos de realização, publicização e capacitação permanente das pessoas com as boas bibliografias. Nesta semana, recebemos a notícia da inclusão do Município, a qual foi muito importante.

Essa é a casa do Cras 1, muito boa e tem até piscina. Na fotografia, não é possível ver tudo. As três casas do Cras são as melhores das regiões. Não deixamos por menos. Todas as casas tinham que ser boas para viabilizarmos o projeto.

O Cras 1 atende a 18 bairros e tem uma entidade potencializada, a Cedef, que já fazia um grande trabalho. Entre as ações, está a geração de renda. Os oficinairos da geração de renda são egressos do sistema penitenciário e mães de adolescentes que se inscreveram no Paif e que atualmente são oficinairos. Há grupos operativos com atendimento psicossocial, palestras de relações humanas e música na convivência.

Em todos os Cras, iniciamos um grupo de convivência com idosos, cuja periodicidade é semanal, em parceria com a saúde. Temos grupos de adolescentes também. O grande mérito do Paif é não concentrar as ações na casa. Estamos potencializando tudo o que já ocorria, até mesmo nas ONGs que se encontravam em dificuldades.

Um grupo no Bairro Jardim Colonial, em parceria com a associação de bairros, oferece cursos. No sábado, há música afro. Somos parceiros da Pastoral da Criança. No Bairro Neviana, estamos ajudando a estruturar uma entidade, e no Rosaneves, muito conhecido pela violência, há pessoas muito valorosas e prósperas. Há cursos de peças íntimas, os homens fazem chinelos e, ao lado das mulheres, também fazem tricô.

Ali, vocês podem ver um grupo de idosos fazendo terapia ocupacional no Cras 1. O Cras 2, no Veneza, funciona em uma casa colonial e atende a 15 bairros. As ações desenvolvidas são praticamente as mesmas. Trouxe algumas fotos. Atendemos a 15 bairros e temos uma entidade parceira, a Aseve. Proporcionamos geração de renda, cursos, grupo de convivência de idosos e grupos operativos.

Nenhuma câmara de vídeo nem máquina fotográfica podem registrar o acolhimento que há no Cras. Não tenho como trazer a emoção de uma família que está no fundo do poço, ao entrar em um Cras. O acolhimento, a escuta e o encaminhamento para toda a rede para a família inteira é indescritível. Não tenho como relatar os depoimentos das pessoas atendidas. Isso não paga a importância do Cras quando se interage com toda a rede de serviços, e mostramos tudo o que ocorre ao levar e receber uma família.

No treinamento de agentes comunitários, damos palestras sobre o Paif. Nos grupos de saúde mental, falamos a respeito desse programa. Isso é interação e integração com as outras políticas.

Essas são as fotos dos trabalhos de geração de renda do Cras 2; as mulheres fazendo crochê e bijuterias.

A foto do Cras 3, de Justinópolis, não saiu. Lá, atendemos a 25 bairros. A casa é do mesmo estilo, onde temos todos esses projetos, e a entidade potencializada é uma associação. Escolhemos aquelas que já faziam trabalhos com famílias. Há o grupo de crianças fazendo curso de pintura em tela. Essas são as fotos: a Casa Humberto Ralph, uma oficina na varanda da casa e a oficina de costura.

Outras atividades inerentes ao Paif referem-se ao mapeamento de toda a importância de conhecer o entorno do Paif, o acolhimento, a participação no desfile. Essas são as fotos: a festa das crianças, o desfile do 7 de Setembro, outra festa do Cras 2, festa no Cras 1.

Em gestão plena, implantaremos quatro novos Cras. Optamos por esses bairros em uma conversa com os Conselhos de Direitos, Conselho Municipal de Assistência e a Câmara Municipal. A realização só é possível quando o Conselho de Assistência e o Executivo estão comungando com a mesma vontade. Fomos habilitados em gestão plena e implantaremos quatro novos Cras. Fomos beneficiados com 10 Núcleos de Agente Jovem.

Ficaria aqui a tarde toda falando da minha cidade, de como é importante, e dos novos rumos que temos para nela se viver melhor. Obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras da Sra. Darci Maria de Souza Vilaça

Boa-tarde. Cumprimento os membros desta Mesa: o Deputado João Leite; a Deputada Elisa Costa, autora do requerimento que deu origem a este debate; o Subsecretário Wander, representante do Secretário Marcos Montes; a Anette; a Denise, com quem é um prazer compartilhar esta Mesa, assim como a Rosângela, a Simone e o meu companheiro José Benedito, de Janaúba. Cumprimento também todos os gestores, trabalhadores da área, representantes de entidades, os Legislativos Municipais e este Legislativo. Quero dizer mais uma vez da importância desta Casa em promover debates como este. Estivemos aqui no fim do mês de outubro, participando do debate sobre a revisão do PPAG, um momento muito importante para a assistência social. Na ocasião, tive a oportunidade de coordenar um grupo que discutiu a questão da assistência social do Estado. Cumprimento ainda vários colegas de trabalho, companheiros de Betim, cidade onde prestei concurso. Fui cedida para a Prefeitura de Belo Horizonte, onde hoje ocupo o cargo de gerente da área de proteção básica da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Em relação a Belo Horizonte, temos a alegria de falar um pouco diferente da Denise, que expôs sobre a situação de Itabirito. Desde 1993, por meio do Prefeito Patrús, hoje Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, foi implantada, em Belo Horizonte, a Loas como política pública. Portanto, desde 1993, temos experiências bastante inovadoras e consolidadas no Município e, a partir de 2002, experiências relacionadas com a proteção básica e a reforma administrativa de 2001.

A Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social tem como finalidade a formulação, o planejamento, a coordenação e o monitoramento da Política Municipal de Assistência Social, que se traduz em programas, projetos, serviços e benefícios, de forma regionalizada, visando ao enfrentamento da pobreza e à garantia dos direitos sociais.

Os fundamentos legais são: a Constituição Federal; a Loas; a Política Nacional de Assistência Social, de 2004; a NOB, de 2005; o Estatuto da Criança e do Adolescente; o Estatuto do Idoso; a política das pessoas com deficiência.

Os serviços de proteção social básica têm como objetivo prevenir situações de risco e promover a cidadania. Em Belo Horizonte, a partir de 2002, com a reforma administrativa da Prefeitura, em 2001, iniciou-se a implantação dos Núcleos de Apoio à Família - NAF. Hoje, no âmbito federal, há o Centro de Referência da Assistência Social - Cras -, que, em Minas Gerais, se denominou NAF, tendo o mesmo objetivo do Cras. Não sei se todos sabem, mas Belo Horizonte foi um dos Municípios considerados modelo para a elaboração da Política Nacional de Assistência Social. Aí, desde 2002, vêm sendo implantados os NAFs. Para se fazer a alteração de NAF para Cras, temos de alterar a legislação municipal, porque, em Belo Horizonte, Cras são os Conselhos Regionais de Assistência Social.

Encerrando, quero dizer que estamos à disposição em Belo Horizonte. Para conhecer algum de nossos equipamentos, basta agendar um horário na gerência, pelo telefone 3277-4579.

Estaremos também à disposição, durante o debate, para algum esclarecimento a mais. Obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. Aproveito para dar alguns avisos. Os certificados de participação no ciclo de debates "Sistema Único de Assistência Social - Suas: Estratégias e Metas de Implantação" já estão disponíveis no Salão de Chá, neste andar, à minha esquerda. A ata deste ciclo de debates, contendo a transcrição completa das exposições e debates, será publicada no jornal "Minas Gerais", no "Diário do Legislativo", na edição do dia 12/11/2005. Aos interessados em ter gravadas em vídeo as reuniões do ciclo de debates, esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise do ciclo de debates será exibida pela TV Assembléia nos seguintes dias e horários: dia 14/11/2005, segunda-feira, às 8 horas, reprise da parte da manhã; dia 15/11/2005, terça-feira, às 8 horas, reprise da parte da tarde. As apresentações dos palestrantes deste ciclo de debates estão disponíveis no "site" da Assembléia Legislativa, www.almg.gov.br/eventos.

Debates

A primeira consideração é do Sr. Cléber Figueiredo, Coordenador de Apoio aos Deficientes da Amparo às Pessoas com Deficiência de Matosinhos - Aplimat. Sua observação está dirigida a mim, coordenador, Deputado João Leite. Ele gostaria de saber o porquê de não termos neste ciclo de debates um intérprete de Libras, ou seja, da Língua Brasileira de Sinais. Eu, como coordenador, assumo nosso erro, pois falta-nos realmente um intérprete. Comunicaremos o fato à Assembléia Legislativa para que, nos próximos eventos, não tenhamos essa falta. Desculpe-nos.

Pergunta direcionada à Sra. Simone Elizabete: "Como buscar o equilíbrio entre os assistentes sociais e os nossos usuários, quando o referido assistente social nada faz para que os usuários sejam atendidos em suas necessidades básicas? Não se deveriam promover debates para os usuários dando-lhes condições mínimas no Cras?".

A Sra. Simone Elizabete Rocha Ribeiro - Essa pergunta nos leva a várias reflexões. Primeiro, devemos refletir sobre a postura do profissional. Já falei sobre o olhar que o profissional dessa área deve ter com relação aos seus usuários, enxergando-os como sujeitos de direito de políticas públicas bem elaboradas e qualificadas.

Outra reflexão - que, pelo que me parece, adveio de uma ONG - é a de que esses conceitos da política nacional do Suas passam a se internalizar realmente como ações que serão proporcionadas ao usuário por meio de um sistema. Sendo um sistema, essas ações se interligam.

Colocar a responsabilidade de poder ofertar serviços de qualidade, principalmente a proteção básica ao profissional, por meio de diversas ações. O profissional e as instituições fazem e farão parte desse sistema. E, mesmo sendo não governamental, deve haver o entendimento de que devem funcionar como se públicas fossem.

Essa interlocução entre o poder público e as organizações não governamentais, lugares e instituições de representação desse usuário, deve ser, permanentemente, um diálogo social. Busca-se o equilíbrio a partir do olhar desse profissional com relação ao usuário. Hoje há o entendimento de que a política pública de assistência social se faz através de um sistema de ações que se interligam. Não é o profissional, são os diversos serviços, entendendo o Cras como serviço de prevenção. Conforme a demanda do usuário, o serviço deve ser especializado. Hoje é esse o entendimento das ações da política de assistência social.

O Sr. Presidente - Temos duas perguntas para a Rosângela Pinheiro. Da Rita e da Ana: "Como explicar que, neste momento de construção do Suas e, conseqüentemente, da importância da assistência social na implementação desta política, ainda há vários Municípios mineiros que, além de não contarem com assistente social no quadro de profissionais, permitem que políticos ou afilhados exerçam o cargo de assistente social? Onde está o Cress, que não fiscaliza esses Municípios?".

A pergunta da Margareth Abranches é a seguinte: "Você disse que, dentro dos RHs do Suas, deve haver uma interdisciplinaridade em sua gestão. Sendo assim, qual o perfil dos profissionais e com que formação estariam capacitados para ocupar diversos cargos que trariam consigo, além da técnica, um conhecimento da realidade social?".

A Sra. Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso - No que se refere ao Cress, não como órgão fiscalizador da profissão, ele tem essa função precípua e a tem desenvolvido. Nosso Estado tem mais de 800 Municípios, então é preciso que cheguem também aos Cress denúncias dessa ordem, para que possamos exercer a fiscalização.

Existem pessoas que se auto-intitulam assistentes sociais e desenvolvem atividades dessa forma, mas não é exercício ilegal. Nessa gestão, o Cress tem criado estratégias para chegarmos mais próximos de tantos Municípios, como no Estado de Minas Gerais. Temos criado grupos organizados por assistentes sociais, que denominamos de Comago. Com esses grupos de assistentes sociais, pretendemos chegar com a fiscalização diretamente aos Municípios. Daremos orientação para a realização de um serviço qualificado pelo profissional.

Havendo irregularidades, como consta da questão, esperamos receber denúncias no Cress, para que façamos a fiscalização direta onde ocorrer erro.

Quanto à pergunta da Margareth sobre a ação interdisciplinar, sem dúvida alguma a política de assistência social exige uma convergência de conhecimentos específicos para que se crie um conhecimento direcionado à política de assistência social.

São várias áreas, estatísticas, planejamento psicossocial, e todas as áreas são importantes para que construamos esse conhecimento específico da política. A política de assistência social exige uma intervenção qualificada. Não é um profissional único que consegue fazer isso, mas uma equipe que ultrapasse as barreiras de uma única profissão, para que tenhamos um conhecimento mais amplo que possa identificar as questões decorrentes da realidade social e para que haja uma intervenção planejada.

O Sr. Presidente - Farei a leitura das perguntas dirigidas ao Sr. Wander Borges, a quem solicito, se possível, que responda à questão dirigida à Sra. Gisele de Cássia Tavares, que, infelizmente, não está presente.

Pergunta da Secretária Municipal de Assistência Social de Conselheiro Lafaiete, dirigida à Gisele de Cássia Tavares: "No Suas Web consta que, desde o dia 20/9, foi liberado o piso fixo de proteção básica e outros para o nosso Município. Não temos nenhuma pendência. Quando esse recurso será repassado ao fundo municipal, visto que, até hoje, não foi alocado nenhum recurso no Fundo de Assistência Social?".

"Solicito dicas sobre como implantar o Cras, levando-se em conta que a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Assistência Social de nossa cidade não demonstram vontade política nem interesse. O que o Conselho Municipal de Assistência Social pode fazer para chamar a Prefeitura à responsabilidade na implantação e consolidação do Suas?".

Pergunta de Maria Aparecida Penido, do Conselho Municipal de Assistência Social: "Fala-se muito na participação dos usuários no controle social, mas, na realidade, não há nenhum incentivo à capacitação dos mesmos. São carentes e não poderiam, por exemplo, participar deste evento.

Nós, Conselheiros, temos dificuldades em nos capacitar, devido a despesas como transporte, refeições, etc., pois somos voluntários representando usuários e, várias vezes, temos de nos deslocar com nossos próprios recursos.

Pergunta a quem possa interessar: por que não fornecem às pessoas de boa-vontade que deixam seus lares para trabalhar voluntariamente para o próximo, no mínimo, condições de participar sem diminuir ainda mais seu orçamento?".

Pergunta dirigida ao Sr. Wander Borges: "A Prefeitura do meu Município recebeu duas ligações da assistência social da rodoviária pedindo que comprássemos passagens para duas pessoas e dizendo que ela pagaria as passagens no guichê, ou seja, não é o Estado que está pagando essas passagens, e sim os Municípios. Isso ocorreu duas vezes em apenas 10 meses."

Não consta o nome da Prefeitura nem o nome da pessoa. Para que o Secretário Wander Borges possa apurar, deveriam constar o nome da pessoa e a cidade.

O Subsecretário Wander José Goddard Borges - Algumas cidades estão recebendo diretamente do Estado, por meio de convênios, recursos para essa finalidade. Não são todas as cidades, apenas algumas. Quando ocorre um caso como esse, precisamos saber o que realmente ocorreu, pois o que consta para nós é o pagamento constante de passagem. Isso é uma constância, um fato que desconhecemos. Pode ocorrer? Sim, mas precisamos saber ao certo, para fazermos uma avaliação.

Infelizmente, a Prefeitura e a Secretaria ainda não conseguiram entender a questão da assistência social. Temos de construir essa caminhada.

A Secretária Denise de Cássia Cunha - Tudo o que vem acontecendo em Itabirito hoje é por força político-técnica de uma comunidade que vem participando e causando sensibilização. Felizmente são recursos do Município, mas obviamente temos que receber, não, Dr. Wander?

Quanto à outra questão, o espaço ainda é alugado. Temos uma planta para a construção da casa, e já começamos a repensar no espaço que escolhemos no início do ano. Estamos numa fase de repensar com a equipe se aquele lugar é realmente o melhor, se não está muito centralizado. É bacana porque, tecendo o processo de construção do Cras, mudamos e adequamos nossas idéias. O espaço ainda é alugado e ainda não temos perspectiva de sua aquisição. Talvez venhamos a construir o espaço próprio.

O Município comporta outros Cras porque quem conhece a região de Ouro Preto sabe que somente a avenida principal, no centro da cidade, é plana; o resto é morro. É um Município muito difícil de se trabalhar geograficamente. Até 2007 precisamos abrir duas unidades de Cras em comunidades com alto risco social e completamente fora da área central da cidade, onde se situa o atual Cras. Isso já está, inclusive, no PPAG, pois já mandamos o nosso orçamento considerando a construção de mais dois Cras para Itabirito até 2007.

Sobre a relação entre o PSF e o Cras, queria falar da nossa experiência, que tem sido muito positiva, da integração da equipe do Cras com a do Programa de Agente Comunitário - PAC -, que nada mais é do que o processo de trabalho do PSF. É uma integração muito interessante porque, se o Cras é a referência física, geográfica e de trabalho daquela comunidade, nada mais próximo do que estabelecer essa articulação com o trabalho do PSF. Estamos no caminho. A estrutura da saúde, na qual nos baseamos para criar a nossa gestão da política de assistência social, é o caminho. Não há outro, e essa articulação é necessária.

Estamos dispostos a dividir a nossa experiência e gostaríamos que nos ajudassem a crescer. Não direi o "site" e o telefone, pois toda essa turma é da nossa Secretaria, e estamos com alguns cartões. Estamos à disposição para esses contatos.

Gostaria de pedir um aparte. Faço parte da Diretoria do Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social - Cogemas - e queria aproveitar a presença de alguns gestores para dizer que hoje protocolamos uma carta do Cogemas endereçada ao Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres, com cópia para a Deputada Elisa Costa e para o Deputado André Quintão. (- Lê:)

"Sr. Presidente, cumprimentando pela belíssima iniciativa desta Casa em realizar o Ciclo de Debates 'Implantação do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais', que contou com a inscrição de cerca de 1.100 pessoas e a presença de aproximadamente 400 Municípios mineiros, vimos solicitar-lhe o que segue: que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais possa reproduzir este ciclo de debates de maneira centralizada nas várias regionais do Estado devido não só à grande adesão ao evento, mas também à necessidade do debate junto aos Municípios.

Temos a certeza de que esta Casa, mais uma vez, ouvirá a solicitação dos gestores, Conselheiros, técnicos, Vereadores, dirigentes de ONGs e

usuários da assistência social presentes neste ciclo de debates. Certos de contar com o apoio de V. Sa., antecipadamente agradecemos. Atenciosamente, Rosilene Cristina Rocha, Presidente do Cogemas". Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Pergunta para a Secretária Anette Ceci Peixoto, de Maurício Peçanha, da Diretoria de Assistência à Pessoa Deficiente da Prefeitura de Contagem: "Quais os programas desenvolvidos para pessoas com deficiência?".

A Secretária Anette Ceci Peixoto - Proteção social especial. O desenvolvimento de programas para pessoas com deficiência foi um dos aspectos mais dramáticos que encontramos na gestão em janeiro de 2005. Um setor, totalmente inoperante, acolhia as demandas das pessoas com deficiência.

O nosso primeiro feito foi dotar essa estrutura do mínimo necessário, contando com três assistentes sociais e um coordenador, para que pudéssemos planejar.

Em que pese à proteção social e especial, locamos as casas do Cras pensando exatamente nesse público. Todas as casas possuem acesso para os portadores de deficiência. Que fique bem claro que isso será feito no Cras. Aliás, já começamos. Fiz uma apresentação sobre essa parceria com a saúde mental, porque não estamos tratando apenas de deficiência física. As ações a serem realizadas no Cras serão feitas em parceria com a saúde. Isso é muito importante.

Gostaria de fazer menção a uma fala da manhã - se não me engano, da União dos Conselhos -, que, falando sobre assistência, mostrou que devemos cuidar bem do nosso papel. É preciso trabalharmos em conjunto, sem que esqueçamos a definição do papel de cada um.

Infelizmente, existe um grande problema em Ribeirão das Neves. No entanto, com a gestão plena vamos gerir o BPC. Uma das exigências para a gestão plena é esse usuário, portador de deficiência, estar inserido nas políticas sociais.

O Sr. Presidente - O Sr. Hélio Emiliano Moreira, da Comissão de Igualdade Racial de Belo Horizonte, pergunta à Darci Vilaça: "O mapa de exclusão social de Belo Horizonte, 2004 e 2005, já está pronto? Como estão as questões intersetoriais, transversais e étnicas, quanto aos afrodescendentes?".

A Sra. Darci Maria de Souza Vilaça - Oi, Sr. Hélio, tudo bom? O Sr. Hélio é meu companheiro no Conselho Municipal de Assistência Social. Ele compõe o conselho na representação da sociedade.

O mapa da exclusão que estamos utilizando ainda é aquele que foi feito anteriormente, que deverá ser atualizado.

Realmente precisamos incorporar as questões levantadas pelo senhor sobre a etnia. E, para isso, a comissão do conselho, a qual o senhor coordena, deve ficar atenta a questões de gênero e de raça, para que a política de assistência social cumpra, de fato, o seu papel na universalização. A palavra "universalização" deve ser entendida como "para qualquer cidadão", independentemente da questão étnica, cultural ou de gênero.

A implantação dos NAFs, em Belo Horizonte, seguiu o mapa da exclusão, por meio das manchas. Os NAFs foram implantados, num primeiro momento, segundo as manchas de grau de vulnerabilidade maior, chamadas Grau I, que são as mais graves. Agora, existe uma previsão de expansão, seguindo a rota do BH-Cidadania, com o financiamento do Banco Mundial. A expansão dos centros do BH-Cidadania está prevista para médio e longo prazos. Os 17 NAFs serão implantados seguindo essa rota ao longo dos anos, ou seja, seguindo essas manchas do mapa da exclusão social de Belo Horizonte.

Temos duas perguntas para a Sra. Simone Rocha. A primeira é a seguinte: "Você falou que é importante sabermos o número de profissionais necessários para o desenvolvimento do trabalho. Gostaria de saber se há uma equipe mínima de profissionais para atuar no Cras? Onde posso buscar essas informações?".

A outra pergunta é: "O Município corre algum risco de perder o Paif se a verba de 2005 não for totalmente utilizada?".

A Sra. Simone Elizabeth Rocha Ribeiro - Isso já está estabelecido pelo governo federal. O Paif é um programa do governo federal que desenvolvemos nos Cras. Algumas colegas aqui são responsáveis pela gestão dos Cras, mas não tenho muita certeza quanto às Ceas. Uma equipe para compor o Cras precisa, no mínimo, de um coordenador, de um assistente social e de um psicólogo. Para até 300 famílias, temos dois assistentes sociais, dois psicólogos e um coordenador. Essa pergunta é muito pertinente. Lutamos para que os coordenadores dos Cras sejam profissionais efetivos, já que essa política será a referência da assistência social de base local. É necessário que a maioria dos profissionais seja efetiva. Esse será um compromisso importante dos Municípios com relação aos serviços de proteção básica.

Quanto à outra pergunta, não tenho muita certeza de como se está processando o gerenciamento, por parte da União, dos recursos que não são utilizados. Entendo que o Município tem que ser capaz de gerir. Muitas vezes, no País, eles possuem as condições financeiras, mas não possuem as de gestão por vários motivos: falta de profissionais, entendimento dos gestores e dos próprios Prefeitos, etc.

É importante que os Municípios gerem seus recursos financeiros e garantam a implantação e a implementação do Suas. Provavelmente, na hora de fazer o relatório anual de gestão - mecanismo de acompanhamento e fiscalização da União com relação aos recursos financeiros -, se não houver capacidade de gerenciamento, o Município correrá o risco de perder os recursos. Os gestores devem estar atentos a essa capacidade.

O Sr. Presidente - O Sr. Hélio Emiliano Moreira, da Comissão Igualdade Racial do Cras de Belo Horizonte, pergunta ao Vice-Prefeito José Benedito Nunes Neto: "Como também sou coordenador da Rede Evangélica do 3º Setor, pergunto, dentro de redes intersetoriais e transversais, como é o diálogo ecumênico com os evangélicos e os batistas. Como são as questões étnicas com índios, negros e mamelucos?".

O Vice-Prefeito José Benedito Nunes Neto - Sr. Hélio, é um prazer revê-lo. O diálogo tem sido o melhor possível. Janaúba tem 18 famílias no território quilombola do Gorutuba.

Quanto às intervenções dos governos, especialmente do federal - e aqui quero fazer justiça ao governo estadual nessa área, principalmente na parte de educação -, estamos com um trânsito excelente. Recentemente, o Presidente do quilombola, em uma reunião pública, agradeceu ao poder público tudo o que tem feito por eles. Ele mencionou a Secretaria de Promoção Social de Janaúba e fez um apelo interessante a todos os presentes, dizendo que o quilombola não quer esmola, mas sim trabalho, para isso, precisa de terras. Esse apelo dirigiu-se, sobretudo, às autoridades do governo federal.

Em relação aos evangélicos, o trânsito também é ótimo. O segmento tem-nos auxiliado muito na proteção social básica, porque, com a igreja, é criada uma associação com serviços de creche, escola e reforço escolar. Tem sido também um trânsito excelente.

A Igreja Católica tem uma tradição de serviços. O Asilo São Vicente de Paulo é ligado a essa Igreja. Há as pastorais. A Pastoral da Criança desenvolve um trabalho extraordinário. Todas essas organizações têm contribuído para o sucesso da implementação da Proteção Social Básica em nosso Município.

O Sr. Presidente - Registro a presença da Cida, Vereadora de Governador Valadares. Solicito que o Subsecretário Wander Borges responda à seguinte pergunta. "Como a CIB pactuou com a destinação dos recursos para a implementação de quatro Cras em um Município e nenhum para outro? É louvável que um Município tenha sido contemplado, mas a ausência de recursos para outros Municípios, que monitoram e avaliam as ações implementadas de acordo com todas as exigências legais, não seria injusta?" A pessoa que apresentou a pergunta não se identificou.

O Sr. Hélio Emiliano Moreira, da Rede Evangélica do 3º Setor e Conselho Municipal da Assistência Social de Belo Horizonte, pergunta ao Subsecretário Wander Borges: "O Suas é um desafio e uma esperança nas questões intersetoriais e redes transversais. Como implementar a inclusão social produtiva, ações afirmativas, cotas e reparações?"

O Subsecretário Wander José Goddard Borges - O exemplo de Itabirito mostrou, com muita propriedade, a questão da inserção produtiva. Os fatos vão acontecendo. O Suas terá de ser consolidado através dos anos. Temos de trabalhar para isso, fazendo com que as políticas intersetoriais se ajustem. A própria comunidade inserida nesse contexto fará com que os fatos ocorram. Quando se exerce o sistema de reunião e de participação, as pessoas são brilhantes para buscar essa produção.

Em relação à liberação dos recursos da CIB, fico muito à vontade para falar. A Presidente do Conselho Estadual está presente, e sou o seu Vice-Presidente. Não houve um sujeito que brigou mais na reunião do Conselho Estadual para redividir esse dinheiro, a fim de atingir-se o maior número de Municípios, mas, quando nos restringimos aos critérios, constatamos que quem recebeu o maior número, três, e não quatro, foi a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Naquele dia, fiz um aparte, porque, quando falamos em justiça, temos de repensar alguns princípios básicos que regem a Federação. A Secretária de Assistência Social de Ribeirão das Neves está presente. Esse Município tem 300 mil habitantes e, para este ano, uma receita de R\$80.000.000,00. Por outro lado, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, com 41 Vereadores, receberá mais de R\$60.000.000,00 para as suas atividades. Tudo é muito complexo.

No Conselho, defendi isso. A CIB já o havia aprovado, e ele já tinha ido para o Conselho, onde votamos e aprovamos uma nova metodologia, buscando-se um novo critério: IDH, famílias pobres, de acordo com a Pontifícia Universidade Católica, e o próprio índice do SUS. Realizamos uma conjugação com isso. Os critérios foram apresentados. Quando inserimos os critérios na planilha, aparecem as cidades "a", "b", "c" e "d". Agora, com os recursos que estão praticamente garantidos para o próximo ano, na faixa de R\$3.000.000,00 a R\$4.000.000,00, inseriremos novos Municípios. Com toda a certeza, aqueles já beneficiados não o serão no próximo ano. Assim, tentaremos atender à maioria dos Municípios mineiros. Trata-se de um desafio, que não é impossível.

O Sr. Presidente - Há uma pergunta do Sr. Elair José de Souza para mim: "O que o Suas tem feito para realizar parcerias com as entidades de serviço, como Rotary e Lions, na área da assistência social?"

Isso é possível, conforme acompanhamos as experiências dos Municípios. Essas entidades podem contribuir muito. Há espaço no Suas para essa parceria.

A Sra. Simone Elizabete Rocha Ribeiro - Uma das competências do Estado é o assessoramento técnico aos Municípios, incluindo no que se refere à gerência de recursos e capacitação. Ressalto a importância do papel da Sedese nesse assessoramento.

O Sr. Presidente - A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes e com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Deficiente, realizará, nos dias 12 e 13/12/2005, no Hotel Grandarrel, a I Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com o tema "Acessibilidade - Você Tem Compromisso". O ponto de discussão será "Acessibilidade e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio". A conferência tem os seguintes objetivos: propor diretrizes para a fundamentação dos planos estadual e nacional de políticas de atenção à pessoa com deficiência; eleger delegadas e delegados que representarão Minas Gerais na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; elaborar relatório sobre o tema, encaminhando-o à comissão organizadora da I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em cumprimento à etapa estadual.

Anúncio, ainda, a realização do IV Simpósio Internacional de Dança em Cadeira de Rodas, que será em Juiz de Fora, de 21 a 27/11/2005. Agradeço ao pessoal da GPI, à consultoria da Assembléia, ao incansável Juscelino, que fica o tempo todo em pé e nos trata com carinho e atenção, à Miriam, à Vanda, à Luíza, à Eliane e a todos que trabalham na Relações Públicas. Agradeço, ainda, ao Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia, e ao Dr. Eduardo Moreira, Secretário-Geral da Mesa.

A Deputada Elisa Costa - Registro a alegria da realização deste primeiro ciclo de debates na área da política de assistência social. A riqueza das experiências relatadas deve ser exemplificada nas cidades-pólos de Minas Gerais. Espero que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais possa contribuir para a viabilização da proposta apresentada por Contagem, posteriormente reforçada pela Presidente do Cogemas.

É preciso a contribuição da Assembléia, dos parlamentares, dos gestores e das lideranças para consolidar a política revolucionária da assistência social em Minas Gerais. Muito obrigada pela presença de todos. Que essa experiência bem-sucedida, participativa e descentralizada seja consolidada no Município!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 66ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/11/2005

Presidência do Deputado Antônio Andrade

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Palavras do Sr. Getúlio Malafaia - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Homenagens - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rêmolo Aloise - Antônio Andrade - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Carlos Gomes - Doutor Viana - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - Jésus Lima.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Andrade) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

A locutora - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo nesta Casa, representando o Governador do Estado, Aécio Neves; Getúlio Malafaia, Superintendente Corporativo de Rádio e Televisão do Grupo Associados Minas; Senador Hélio Costa, Ministro das Comunicações; Arlindo Porto, ex-Senador; Vereador Alberto Rodrigues, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Charles Lotfi, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, representando seu Presidente, Eduardo Bernis; e Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

A locutora - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Luiz Leal, Presidente da Associação Nacional Geradoras Educativas; Ten.-Cel. Alexandre Salles Cordeiro, Assessor de Comunicação Organizacional da PMMG, representando seu Comandante-Geral; Antônio Achilis Alves da Silva, Presidente da Rede Minas, representando a Secretária de Estado de Cultura; Marcos Montes, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes; Milton Lucas de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão; e a Exma. Sra. Maria Elvira, ex-Deputada Federal.

Destinação da Reunião

A locutora - Destina-se esta reunião à comemoração dos 50 anos de história da televisão em Minas Gerais, com homenagem especial à TV Itacolomi, pioneira na transmissão no Estado, e ao jornalista Assis Chateaubriand.

Execução do Hino Nacional

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra de Câmara da PMMG.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Ivair Nogueira

Exmo. Sr. Antônio Andrade, neste ato representando o Exmo. Sr. Presidente da Casa, Deputado Mauri Torres; meu caro amigo Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, aqui representando o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Sr. Superintendente Corporativo de Rádio e Televisão do Grupo Associado Minas, Getúlio Malafaia; meu amigo Ministro das Comunicações, Hélio Costa; Exmo. Sr. ex-Senador Arlindo Porto; Exmo. Sr. Vereador Alberto Rodrigues, aqui representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Dr. Charles Lotfi, representando o Presidente Eduardo Bernis.

A história da televisão em Minas Gerais se confunde com a história do advento desse meio de comunicação e entretenimento no Brasil. Ela foi construída pelas mesmas mãos que no dia 3/4/50 comandou a pré-estréia da televisão em nosso país e na América Latina: o Dr. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Foi através das ações do visionário Assis Chateaubriand, fundador dos "Diários Associados" e grande mentor das telecomunicações brasileiras, que, em 8/11/55, os mineiros - e os belo-horizontinos em particular - passaram a viver com um novo sonho da modernidade.

Naquela data, partículas de raios eletromagnéticos emanadas de uma grande caixa com tela faziam a transmutação de imagens de um ponto fixo para outros mais distantes. Cinquenta anos atrás surgia em Minas, através da Itacolomi, a magia da recepção de imagens de artistas, do teatro, de "shows" e notícias ao vivo, transmitidas pelo pioneiro Canal 4, a emissora do indiozinho.

A Itacolomi é um marco na história da televisão brasileira. Foi a terceira emissora instalada pelos Diários e Emissoras Associados, hoje Grupo Associados, e a mais moderna a funcionar no Brasil. Ela surgiu pela tenacidade de Chateaubriand, que contou com a inestimável colaboração de mineiros ilustres, como o Dr. Newton de Paiva Ferreira, que foi o coordenador da montagem da tevê, instalada inicialmente nos últimos andares do Edifício Acaiaça, e do banqueiro e mecenas das artes Gilberto Faria, Presidente do Banco da Lavoura, o qual financiou a implantação do projeto da TV Itacolomi.

A madrinha da Itacolomi foi a Sra. Anamélia Gonçalves Faria, e a inauguração da televisão no centro da Capital mineira movimentou os mundos cultural, empresarial e político de Minas e do País. Dela participaram o Presidente Juscelino Kubitschek, o Governador mineiro Clóvis Salgado, Assis Chateaubriand, grandes empresários, comerciantes, banqueiros e intelectuais.

Também em 1955 ocorreu a Novembrada. A TV Itacolomi foi inaugurada, e, quando o Presidente Juscelino foi eleito, tentaram dar um golpe para impedir sua posse. José Maria Alkmin, grande mineiro, permitiu que Juscelino tomasse posse como Presidente da República.

O sucesso da TV Itacolomi foi estrondoso, como demonstraria a sua vinheta, ainda hoje lembrada por muitos: "Sempre na Liderança". Tanto é que, nos meses seguintes à sua inauguração, já se podiam contar, em Belo Horizonte e cidades vizinhas, mais de 10 mil aparelhos de

televisão, importados diretamente da RCA Victor, nos Estados Unidos. Pasmem, na década de 50, a Itacolomi atingia mais de 1 milhão de mineiros.

Hoje, essa história pode parecer banal e corriqueira. Afinal, vivemos o período da ubiqüidade nas telecomunicações, quando, de qualquer parte da cidade, pela internet e por meio de nossos celulares, recebemos, em tempo real, notícias e imagens de todo canto do mundo. Mas, no ano em que a Itacolomi foi ao ar, a Europa não possuía televisão em caráter regular. Com essa simples informação pode-se constatar a dimensão do moderno e da ousadia levada a cabo pelos idealizadores da TV Itacolomi, nos anos 50.

Posteriormente, a Itacolomi foi transferida para o Palácio do Rádio, na Floresta, em espaços projetados exclusivamente para a televisão e onde se pretendia montar um magnífico núcleo nacional de telenovelas. Lamentavelmente, em mais um ato de violência da ditadura militar, no dia 18/7/80, o Dentel cassou a sua concessão e lacrou seus transmissores, interrompendo de forma abrupta esse sonho que perdurou por décadas e encantou várias gerações de mineiros.

Tenho certeza de que a grande maioria dos mineiros se lembra dos programas de auditório e dos "shows" infantis, como, por exemplo, o "Espetáculos Infantis Banlavoura", já conduzido com muito sucesso por Dulce Maria, que está presente, além das teledramaturgias transmitidas pelas montagens do Grande Teatro Lurdes.

Farei um parêntese para dizer que tenho muito orgulho de contar com a querida Tia Dulce em minha equipe. Ela apareceu na Prefeitura de Betim, quando eu era Vice-Prefeito. Ela foi lá para conversar com o Prefeito Oswaldo Frankling, que lhe havia prometido emprego. Com sua morte, ela me procurou e me perguntou quando poderia começar. Disse-lhe que poderia começar "amanhã".

Foi uma graça de Deus que trouxe Tia Dulce para minha caminhada, para minha jornada política, pois ela é simplesmente maravilhosa. Quem a conheceu sabe de sua trajetória e o quanto ela foi importante e continua sendo amada e querida não apenas por mim, mas por todos os mineiros que tiveram a oportunidade de voltar àquela época. Parabéns, Tia Dulce, é um orgulho tê-la em nossa equipe.

O teleteatro trouxe nomes consagrados do teatro nacional e da saudosa TV Tupi à Capital mineira.

Enquanto isso, os artistas da terra começavam a fazer sucesso. Foi o caso de Helvécio Guimarães, Wilma Henriques, Lea Delba, Antônio Nadeo, Rogério Falabella, Claucy Soares, Ana Lúcia Katar e muitos outros que se apresentavam nos teleteatros da Itacolomi.

Temos ainda o Dirceu Pereira, aqui presente, uma figura muito importante, no seu inesquecível "Brasa Quatro", que lançou Roberta Lombardi, Marilton Borges, Márcio Greick, Amir Francisco e Wagner Carone, além de vários e belos musicais com Clara Nunes, Milton Nascimento, Rosana Toledo e muitos outros cantores que chegaram ao sucesso através da TV Itacolomi. Parabéns, Dirceu, você tem uma marca registrada e inesquecível.

A emissora do indiozinho também projetou nacionalmente, através do Diretor Mário Lúcio Vaz, Lady Francisco, Chico Anysio, Zacarias e outros artistas que aqui mostravam suas "performances". Acredito que Mauro Gonçalves talvez não se transformasse no Trapalhão Zacarias se não fosse a TV Itacolomi, onde começou a sua carreira na televisão, pois já era um grande ator cômico da Rádio Inconfidência.

O Senador pelo PMDB e Ministro das Comunicações, meu amigo Hélio Costa, iniciou a sua vitoriosa carreira de jornalista e comunicador como locutor da TV Itacolomi. Ministro, você teve oportunidade não só de ser apresentador e locutor, mas, como me disse, passou por vários cargos na TV Itacolomi. E, quem diria?, o destino o transformou em Ministro, e você será o responsável pela implantação da TV digital. A TV começou em preto e branco, melhorou muito, e você a transformará em TV digital, a ser implantada no próximo ano. Que Deus o ilumine e lhe dê muita sabedoria, pois, competente como é, melhorará cada vez mais!

Gostaria também de registrar a importância da presença do Victor Purri Neto, responsável técnico pela montagem da TV, tendo Márcio Quintino dos Santos como Diretor Comercial.

É bom voltarmos ao passado, porque, se a TV brasileira hoje tem toda a sua tecnologia à disposição, e mesmo assim é difícil fazer TV, imaginem naquela época, com trambolhos como transmissores, equipamentos difíceis de ser manejados e de difícil manutenção. Como me contaram, de um intervalo ao outro demorava meia hora, e garotos-propagandas tinham de participar para dar seqüência à televisão. Portanto, vocês, que ajudaram a fazer televisão, estão de parabéns e merecem todos os nossos aplausos.

Sei que o Ministro Hélio Costa tem orgulho de ter iniciado a sua carreira profissional pela emissora mineira, que também projetou outros locutores como Ângelo Resende e o saudoso Roberto Márcio, que, anos mais tarde, seria o locutor oficial desta Assembléia.

Mesmo com o fim da emissora, a telinha mineira - agora, na década de 80, através da TV Alterosa, do Grupo Associados - continuou assistindo às estripulias de programas infanto-juvenis que fizeram e ainda fazem sucesso através de ícones da telecomunicação, como Angélica e Xuxa. É o caso do "Clubinho", programa infantil comandado por anos a fio por Dulce Maria, a Tia Dulce, juntamente com a boneca Pituchinha e o palhaço Rapadura.

Os dirigentes do Grupo Associados, com sabedoria, desenvolveram projetos consistentes de fortalecimento e reestruturação da TV Alterosa, possibilitando a ela transformar-se na televisão de todos os mineiros.

A Alterosa, criada em 1962, mas que até então funcionava com precariedade, torna-se, a partir de 1980, a herdeira televisiva da Itacolomi. Atualmente, funciona no mesmo lugar antes ocupado pela emissora do indiozinho, na Avenida Assis Chateaubriand, na Floresta.

A emissora é afiliada ao SBT e atinge 842 Municípios em Minas Gerais, promovendo, assim, uma verdadeira integração entre as mais diversas regiões do nosso Estado.

Toda essa história de luta e de dedicação é que nos motivou a propor à Mesa da Assembléia Legislativa de Minas Gerais esta reunião especial em que hoje homenageamos os 50 anos da televisão em Minas.

Propusemos esta reunião especial aqui no Plenário da Assembléia para homenagear os pioneiros das TVs Itacolomi e Alterosa e todas aquelas pessoas que dedicaram anos e anos de sua vida para a concretização do sonho de levar para cada casa mineira um pouco da cultura, da arte, de notícias e do conhecimento de Minas, do Brasil e do mundo. Penso que esse sonho ainda está vivo naqueles que, através do Grupo Associados, fazem a TV Alterosa. Acredito que esse sonho ainda perdurará por décadas.

Parabéns a todos os mineiros que tiveram e têm a felicidade de conviver com as TVs Itacolomi e Alterosa. Muito obrigado.

Exmos. Srs. 1º-Secretário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Antônio Andrade, representando o Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres; Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Ministro das Comunicações, Hélio Costa; ex-Senador Arlindo Porto; Vereador Alberto Rodrigues, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Charles Lotfi, representando o Presidente Eduardo Bernis; autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, Deputado Ivair Nogueira; é com muita satisfação que recebi a incumbência de representar o Grupo Associados Minas nesta reunião especial em comemoração dos 50 anos de história da televisão em Minas Gerais, com homenagem especial à TV Itacolomi e ao jornalista Assis Chateaubriand. Nossos dirigentes máximos, Edson Zenóbio, Presidente do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados e Diretor-Geral dos Associados Minas, e Álvaro Teixeira da Costa, Vice-Presidente do Condomínio Acionário das Emissoras e Diários Associados e Diretor Executivo dos Associados Minas, encontram-se na cidade de Recife, participando das comemorações dos 180 anos do "Diário de Pernambuco", jornal pertencente ao Grupo Associados.

Nós, integrantes do Grupo Associados de Minas, nos sentimos muito honrados com esta homenagem da Assembléia Legislativa requerida pelo Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira. Estamos orgulhosos e envaidecidos, porque pertencemos ao Grupo Associados, que, por meio de nosso saudoso Assis Chateaubriand, introduziu no País este poderoso meio de comunicação que é a televisão.

Com a aquisição do matutino carioca "O Jornal", em 2/10/24, Assis Chateaubriand começou a construir o maior império de comunicação da América Latina, os "Diários e Emissoras Associados".

Na década de 50, Assis Chateaubriand, grande empreendedor, com visão de futuro privilegiada, tomou a arrojada decisão de trazer para o Brasil a maior novidade do mundo do pós-guerra: a televisão.

Em 18/9/50, com a inauguração da TV Tupi de São Paulo, nascia a Rede Associada, que mais tarde veio a tornar-se a Rede Tupi de Televisão. A TV Tupi de São Paulo foi a primeira emissora de televisão da América Latina. No ano seguinte, em janeiro de 1951, era inaugurada a segunda emissora, a TV Tupi do Rio de Janeiro. Em 8/11/55 foi inaugurada a TV Itacolomi de Belo Horizonte. Foram convidadas várias personalidades da época. Destaco a Sra. Ana Amélia Faria, pessoalmente convidada por Assis Chateaubriand para ser a madrinha da TV Itacolomi e que aqui se encontra, honrando-nos com sua presença.

A TV Itacolomi, com forte identidade com a maneira de ser do mineiro, permaneceu na liderança de audiência por mais de 15 anos consecutivos. O seu "jingle" era muito conhecido do telespectador da época: "TV Itacolomi, sempre na liderança, Canal 4, Belo Horizonte, Minas Gerais". A imagem do indiozinho no "jingle" ainda está viva na memória de muitos presentes.

O crescimento da emissora superou todas as expectativas.

O que mais caracterizou a TV Itacolomi foi sua produção local. A emissora, em um determinado momento, chegou a reunir cerca de 360 profissionais entre artistas, apresentadores, jornalistas, operadores e técnicos.

Foi, sem dúvida, uma grande escola de formação de profissionais. Vários desses profissionais vieram a destacar-se ao longo de suas carreiras, fora de nossas fronteiras.

Um dado interessante e marcante é que, nos primórdios da televisão, ainda não contávamos com equipamento de videoteipe, que permite a gravação do que se está produzindo. Assim, se por um lado a inexistência do equipamento dificultava a operação e comprometia a qualidade da produção, por outro lado forçava a criatividade e o aprimoramento dos artistas que se apresentavam ao vivo.

Em virtude desse pormenor, o teleteatro foi marcante na história de nossa emissora. "Grande Teatro Lourdes", "Garrafa do Diabo", "Lente Oito", "Noites Mineiras" são exemplos da produção artística da TV Itacolomi.

A peça "Romeu e Julieta" foi encenada num estúdio de 72m², com a participação de 70 atores. O sucesso da TV Itacolomi, com certeza, serviu de incentivo ao aparecimento de outras emissoras de televisão em Belo Horizonte na década de 60. Assim, surgiram as TVs Vila Rica, Belo Horizonte, Alterosa e Globo. Sempre na vanguarda tecnológica, a TV Itacolomi implementava soluções inéditas para a época. Em 1961, a equipe técnica instalou um sofisticado "link" de microondas que interligava a emissora com sua co-irmã, a TV Tupi do Rio de Janeiro. Esse "link" trouxe para os mineiros as imagens dos acontecimentos que, até então, só eram acompanhados pelo rádio ou lidos nos jornais.

Poder assistir ao vivo, em Belo Horizonte, a uma partida de futebol que acontecia no Maracanã era algo inimaginável. Graças a esse sistema, os mineiros puderam assistir aos concursos de misses, à chegada do homem à Lua, ao Brasil ser campeão em 1970 e a muitos outros fatos marcantes de nossa história.

Em fevereiro de 1972, a emissora iniciou as transmissões em cores. Em 17/7/80, por razões políticas, num ato autoritário, o governo militar declarou perempta a concessão da TV Itacolomi e de outras seis emissoras da Rede Tupi. Apesar de lucrativa, sólida e rigorosamente em dia com seus encargos sociais e trabalhistas, a TV Itacolomi foi obrigada a encerrar suas atividades, e seu sinal foi retirado do ar. Mais de 200 funcionários foram demitidos, pela impossibilidade de aproveitamento de todos.

A partir daquele momento, estava desfeita a Rede Tupi de Televisão. Lamentável. Perdemos uma batalha, mas não perdemos a guerra. Com o fechamento da TV Itacolomi, a sua co-irmã, TV Alterosa, assumiu seu lugar no Grupo Associados Minas. A TV Alterosa já havia sido inaugurada em 13/3/62. Era a segunda emissora do grupo em Minas.

Após o encerramento das atividades da TV Itacolomi, a TV Alterosa passou a operar com os equipamentos e infra-estrutura da TV Itacolomi no Palácio do Rádio. Com a desativação da Rede Tupi de Televisão, surgiram duas novas redes: a Manchete e o SBT.

Na década de 80, o satélite passou a ser usado para transmissões de televisão ainda no sistema analógico. As grandes redes imediatamente passaram a ocupar-se desse artefato para transmitir a programação a suas emissoras afiliadas. O satélite viabilizou tecnologicamente a formação das redes de televisão e foi decisivo para a solidificação e a ampliação dessas redes em número de emissoras afiliadas.

A afiliação da TV Alterosa à rede do SBT foi oportuna e decisiva para sua consolidação. Paralelamente à programação nacional da nova rede, programas locais foram criados.

Programas como o "Clubinho", da nossa querida Tia Dulce, ou o "Povo na TV", com Dirceu Pereira, marcaram época.

No início da década de 90, a Embratel colocou à disposição das emissoras de televisão o satélite que tinha condições de operar com sinais digitais. A operação analógica do satélite até então disponível era de alto custo e somente acessível às grandes redes.

O novo sistema digital do satélite possibilitou o acesso a dezenas de novas emissoras. A disponibilidade de espaço no satélite e um custo-benefício adequado viabilizaram a sua utilização por parte das emissoras regionais.

A TV Alterosa foi a primeira emissora de televisão no Brasil a transmitir o sinal digital via satélite. Devido a esse avanço tecnológico, ela está presente nos 842 municípios mineiros.

No Estado de Minas existem mais Municípios, porém, no Triângulo, existe outra geradora que não pertence ao nosso grupo. Por isso não podemos transmitir para esses demais Municípios.

Três geradoras fazem parte da sua rede: TV Minas-Sul, em Varginha; TV Tiradentes, em Juiz de Fora; e TV Minas Centro-Oeste, em Divinópolis.

A TV Alterosa tem dado prosseguimento à missão da TV Itacolomi, cultivando a nossa mineiridade com programas que têm por objetivo valorizar a nossa cultura, o nosso jeito de ser.

Atualmente contamos com novos programas locais, tais como: "Alterosa Esporte", "Jornal da Alterosa", "Jornal Primeira Página", "Viação Cipó", "Auto Papo", "Grafite", "Estado de Minas Esportes". Esses programas gozam de uma considerável popularidade. Dia a dia a emissora se consolida como a emissora dos mineiros.

O sonho de Assis Chateaubriand se concretizou com a proliferação de milhares de emissoras de televisão por todo o País. Somente em Minas Gerais, operam 18 emissoras comerciais, 64 emissoras educativas, além de dezenas de operadoras de TV a cabo. Uma enorme contribuição para o mercado de trabalho.

Finalizando, agradeço em nome do Grupo Associados Minas ao Exmo. Sr. Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa, aqui na pessoa do Exmo. Deputado Antônio Andrade, pela homenagem ora prestada por esta Casa. A todos que nos honram com sua presença, nossos sinceros agradecimentos. Muito obrigado pela atenção.

Exibição de Vídeo

A locutora - Convidamos os presentes a assistirem ao vídeo institucional "Associados Minas".

- Procede-se à exibição de vídeo.

Entrega de Placa

A locutora - O Deputado Antônio Andrade, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mauri Torres, fará a entrega ao Sr. Getúlio Malafaia de uma placa alusiva a essa comemoração. Solicitamos a estes que se posicionem no local indicado pela equipe do cerimonial. A placa contém os seguintes dizeres: "Há 50 anos, iniciava-se a história da televisão em Minas, o que marcou uma época e ampliou os horizontes da comunicação no Estado. Nessa evolução, a TV Itacolomi exerceu extrema influência, não só por ter sido a primeira, mas pelo excepcional trabalho desenvolvido na Capital durante 25 anos. Merece destaque o esforço pioneiro do jornalista Assis Chateaubriand, fundador e Diretor do Grupo Associados. A homenagem da Assembléia Legislativa pelo sucesso da trajetória televisiva em Minas, especialmente à TV Itacolomi e ao Grupo Associados, que ainda hoje continuam merecendo todo o nosso reconhecimento."

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Ivair Nogueira para participar da entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Homenagens

A locutora - Neste instante, o Grupo Associados Minas prestará homenagem às pessoas que contribuíram para o êxito da TV Itacolomi.

Solicitamos que se posicionem no local indicado pela equipe do cerimonial o Sr. Victor Purri Neto, representante dos ex-funcionários da área administrativa e técnica da TV Itacolomi, e a Sra. Lea Delba, representante do elenco artístico e jornalístico da TV Itacolomi.

Convidamos o Sr. Mário Neves, Diretor de Comercialização e "Marketing" dos Associados Minas, que fará a entrega das placas.

- Procede-se à entrega das placas.

A locutora - Solicitamos também que se posicionem no local indicado pela equipe do cerimonial a Sra. Ana Amélia Faria, madrinha da TV Itacolomi, e a Sra. Dulce Maria, a Tia Dulce.

Convidamos o Sr. Benny Cohen, editor-geral de jornalismo da TV Alterosa, para prestar as homenagens.

- Procede-se à entrega de flores.

Apresentação Musical

A locutora - Convidamos os presentes a ouvir a Orquestra de Câmara da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que apresentará as músicas "Além do Arco Íris" e "Memory".

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, representando o Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas, Aécio Neves; Sr. Superintendente Corporativo de Rádio e Televisão do Grupo Associado Minas, Getúlio Malafaia; Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa; Exmo. Sr. ex-Senador Arlindo Porto, Exmo. Vereador Alberto Rodrigues, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Charles Lotfi, representando o Presidente Eduardo Bernis; Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Os 50 anos da televisão em Minas Gerais, comemorados nesta reunião, relembram, sobretudo, o pioneirismo da TV Itacolomi.

Com a primeira transmissão, ocorrida em 8/11/55, capitaneada pelo fundador dos Diários e Emissoras Associados, o inesquecível Assis Chateaubriand, na presença do Governador e Presidente eleito Juscelino Kubitschek, iniciava-se uma grande transformação nos hábitos da população de Minas Gerais.

Algumas das mais importantes páginas da história da televisão brasileira foram escritas pela TV Itacolomi, que já surgiu como a mais completa e bem equipada emissora da América do Sul.

Telejornalismo, programas de auditório, infantis e uma inesquecível dramaturgia fizeram história. O público mineiro pôde assistir a montagens memoráveis, como "Otelo", de Shakespeare, protagonizado por Otávio Cardoso, Elvécio Guimarães e Wilma Henriques.

Líder de audiência enquanto esteve no ar, a Itacolomi prosseguiu até 1980, quando o Dentel cassou a concessão de seus transmissores, num triste momento para tantos de nós.

A TV Alterosa, já no ar àquela época, tornou-se sua herdeira, assumindo seu compromisso de prestação de serviços à comunidade.

Desde o início, a diretoria da Itacolomi soube perceber o impacto da televisão e das novas tecnologias sobre a vida contemporânea. Desenvolveu, ao lado de uma excelente qualidade técnica, uma programação ao mesmo tempo séria e de vanguarda, que alcançava o gosto popular. Criou-se, assim, um marco indiscutível da cultura mineira.

A TV Itacolomi contribuiu enormemente para o processo de democratização da informação e do entretenimento no País e no Estado, veiculando nossos mais diversos aspectos culturais. Foi sobretudo o grande laboratório que construiu carreiras técnicas e artísticas, ao mesmo tempo que impulsionou o mercado publicitário regional.

Renomados talentos forjados em seus estúdios alimentaram e continuam alimentando a cena intelectual do País. Em sua busca de integrar Minas ao mundo contemporâneo, a Itacolomi deixou para todos uma exemplar lição. Ao respeitar o espectador, o povo mineiro, colocou em destaque nossa identidade. É essa identidade que não devemos deixar morrer. O espírito mineiro, com seus anseios e vicissitudes, é nossa marca comum.

Todos sabem como a gente mineira faz bem feito, do artesanato à arte erudita, do esporte e da culinária à política, do jornalismo à literatura. O saudoso Canal 4 foi uma lição de fazer bem feito, uma lição do melhor espírito mineiro.

Saudamos, na conclusão desta homenagem, cada remanescente dessa era tão presente no imaginário de cada telespectador.

Antigos Diretores, funcionários, artistas e jornalistas: o tempo passou, mas nunca é tarde para agradecer a cada um de vocês a bela aventura e o inesquecível sonho compartilhados conosco.

Muito obrigado por terem feito existir a TV Itacolomi.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta às autoridades e aos demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 8/11/2005.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 5/10/2005

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Mauri Torres, Presidente; Rêmoló Aloise, 1º-Vice-Presidente; Rogério Correia, 2º-Vice-Presidente; Fábio Avelar, 3º-Vice-Presidente; Antônio Andrade, 1º-Secretário; Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário e Elmiro Nascimento, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, em conformidade com o § 1º do art. 7º da Deliberação nº 2.334/2003, indica o 1º-Secretário, Deputado Antônio Andrade, para presidir a Diretoria Executiva do Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Fundhab. A seguir, a Mesa toma as seguintes decisões: 1) conceder prazo aos beneficiários do auxílio habitacional para apresentação de documentação que regularize a situação perante o Fundhab; 2) designar os Deputados Fábio Avelar e Luiz Fernando Faria para acompanhar, na qualidade de representantes dos Deputados, o processo de licitação para contratação de empresa mantenedora de plano de saúde, nos termos da Lei nº 14.646, de 2003, desde a elaboração do edital até o encerramento do certame. Isso posto, através da Deliberação nº 2.360/2005, a Mesa regulamenta o Processo de Apuração do Resultado Setorial na Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Antônio Andrade, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento para alteração do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMG, tendo como objeto a prestação de serviços de informática - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a empresa Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com recomposição de componentes defeituosos em aparelho "no-break" - parecer favorável à contratação, com base na Coleta de Preços nº 88/2005, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia Legislativa e a Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção do sistema eletrônico de votação - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 5.328/2005, do Deputado Rogério Correia, em que solicita à CEMIG informações referentes à campanha "Semana da Eficiência Energética" - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; ao Deputado Rêmoló Aloise, Projeto de Resolução

nº 2.606/2005, da Mesa da Assembléia, que cria, na estrutura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor - Procon Assembléia, e dá nova redação ao inciso IV do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências - parecer, para o 2º turno, pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.015/2005, da Comissão de Turismo, em que solicita ao Secretário de Obras Públicas informações sobre o asfaltamento e recuperação das estradas na Região Sul de Minas, aprovadas no Programa Pró-Acesso, em especial no município de Marmelópolis - parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; ao Deputado Rogério Correia, Requerimento nº 3.708/2004, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita ao Procurador-Geral de Justiça informações sobre o andamento dos 12 processos abertos contra o Delegado de Polícia de Teófilo Ottoni, Dr. Geraldo Magela - parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Fábio Avelar, Requerimento nº 5.006/2005, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita ao Comandante-Geral da PMMG informações sobre a apuração da denúncia de tratamento desrespeitoso e humilhante formalizada pela soldado Cíntia Cristina de Souza, do 14º Batalhão da Polícia Militar de Ipatinga - parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.016/2005, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita ao Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, cópia de todos os pareceres técnicos elaborados pela fundação sobre o aterro sanitário do município de Governador Valadares - parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.154, de 30/12/94, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.107, de 31/1/95, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Evamar José dos Santos do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria-Geral Adjunta, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 10/10/2005, a servidora Cláudia Sampaio Costa do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria Legislativa, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Leonardo Claudino Graça Boechat do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Luís Antônio Prazeres Lopes do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Procurador-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Maurício da Cunha Peixoto do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Procurador-Geral Adjunto, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 10/10/2005, a servidora Neusa Maria Pampolini do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Administração e Recursos Humanos, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Ramiro Batista de Abreu do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando o servidor Evamar José dos Santos para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria-Geral Adjunta, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando a servidora Cláudia Sampaio Costa para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria Legislativa, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando o servidor Leonardo Claudino Graça Boechat para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Planejamento e Finanças, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando o servidor Luís Antônio Prazeres Lopes para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Procurador-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando o servidor Maurício da Cunha Peixoto para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Procurador-Geral Adjunto, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando a servidora Neusa Maria Pampolini para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Diretor da Diretoria de Administração e Recursos Humanos, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; nomeando o servidor Ramiro Batista de Abreu para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Diretor da Diretoria de Comunicação Institucional, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Luiz Fernando de Souza Cruz do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Coordenador de Área, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Orientação e Segurança; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Marcelo Jacques Martins da Cunha Marinho do cargo em comissão de recrutamento limitado de Coordenador de Área, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Planejamento; nomeando o servidor Luiz Fernando de Souza Cruz para o cargo em comissão e de recrutamento limitado de Coordenador de Área, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Orientação e Segurança; nomeando o servidor Marcelo Jacques Martins da Cunha Marinho para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Coordenador de Área, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Planejamento; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Alao Messias Marques Júnior da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Escola do Legislativo; dispensando, a partir de 10/10/2005, a servidora Juliana Jeha Daura da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Juscelino Luiz Ribeiro da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais; dispensando, a partir de 10/10/2005, a servidora Leda Rozzeto da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Leonardo Bergson Sanches da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Lúcio Eustáquio Pérez de Carvalho da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Rodrigo Barreto de Lucena da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e TV; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Sabino José Fortes Fleury da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; dispensando, a partir de 10/10/2005, a servidora Sheyla Abreu de Brito Mello da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Valter Morato Barcelos da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade; designando o servidor Alaôr Messias Marques Júnior para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Escola do Legislativo; designando a servidora Juliana Jeha Daura para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação; designando o servidor Juscelino Luiz Ribeiro para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Projetos Institucionais; designando a servidora Leda Rozzeto para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões; designando o servidor Leonardo Bergson Sanches para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; designando o servidor Lúcio Eustáquio Pérez de Carvalho para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; designando o servidor Rodrigo Barreto de Lucena para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Rádio e TV; designando o servidor Sabino José Fortes Fleury para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; designando a servidora Sheyla Abreu de Brito Mello para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação; designando o servidor Valter Morato Barcelos para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade; dispensando, a partir de 10/10/2005, a servidora Ana Lúcia Neves Pimenta Melane da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Antônio Eustáquio Pimenta da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Élcio Antônio Leite da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; dispensando, a partir de 10/10/2005, a servidora Flávia Pessoa Santos da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Flávio Hannas Resende Guimarães da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Francisco José Bernardes Cardoso da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Geraldo Magela Magalhães Silva da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Hélio Ferreira dos Santos da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Hildemar Rodrigues Falcão Júnior da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Luiz Antônio Dias da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Marcelo Rodrigo Barbosa da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; dispensando, a partir de 10/10/2005, a servidora Maria Cecília Rubinger Queiroz da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício

na Gerência-Geral de Documentação e Informação; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Pedro Francisco Chagas Lucca da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Renan Pinto Domingos da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; dispensando, a partir de 10/10/2005, a servidora Rosineide Maria Mendes da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Theophilus Moreira Pinto Neto da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; dispensando, a partir de 10/10/2005, o servidor Washington Antônio José Barbosa da Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; designando a servidora Ana Lúcia Neves Pimenta Melane para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação; designando o servidor Antônio Eustáquio Pimenta para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio; designando o servidor Élcio Antônio Leite para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; designando a servidora Flávia Pessoa Santos para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; designando o servidor Flávio Hannas Resende Guimarães para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; designando o servidor Francisco José Bernardes Cardoso para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência; designando o servidor Geraldo Magela Magalhães Silva para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; designando o servidor Hélio Ferreira dos Santos para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; designando o servidor Hildemar Rodrigues Falcão Júnior para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; designando o servidor Luiz Antônio Dias para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; designando o servidor Marcelo Rodrigo Barbosa para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; designando a servidora Maria Cecília Rubinger Queiroz para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Documentação e Informação; designando o servidor Pedro Francisco Chagas Lucca para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; designando o servidor Renan Pinto Domingos para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; designando a servidora Rosineide Maria Mendes para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação; designando o servidor Theophilus Moreira Pinto Neto para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; designando o servidor Washington Antônio José Barbosa para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Pessoal; exonerando, a partir de 10/10/2005, a servidora Diana Ceres de Oliveira Freire do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria Legislativa; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Eduardo Costa Cruz Marques do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor José Arnaldo Soares Raposo do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; exonerando, a partir de 10/10/2005, a servidora Maria Beatriz Chagas Lucca do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Paulo César Nunes do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Comunicação Institucional; exonerando, a partir de 10/10/2005, o servidor Renato Dantés Macedo do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria-Geral; exonerando, a partir de 10/10/2005, a servidora Vera Lúcia Freitas do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Administração e Recursos Humanos; nomeando o servidor Cesar Plotz Frois para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; nomeando a servidora Diana Ceres de Oliveira Freire para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria Legislativa; nomeando o servidor Eduardo Costa Cruz Marques para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; nomeando o servidor José Arnaldo Soares Raposo para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; nomeando a servidora Maria Beatriz Chagas Lucca para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário; nomeando o servidor Paulo César Nunes para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Comunicação Institucional; nomeando o servidor Renato Dantés Macedo para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria-Geral; nomeando a servidora Vera Lúcia de Freitas para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria-Geral; nomeando o servidor Wamberto Dias da Silva para o cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Diretoria de Administração e Recursos Humanos; dispensando o servidor Marcelo Migueletto de Andrade da Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informações; designando o servidor Marcelo Migueletto de Andrade para a Função Gratificada de Gerente-Geral - FGG, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Sistemas de Informação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 17 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de outubro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

ATA DA 2ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Cultura NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/10/2005

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Gil Pereira e Biel Rocha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Biel Rocha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.955/2005, no 2º turno, e 2.425, 2.440, 2.522 e 2.655/2005, em turno único (Deputada Vanessa Lucas); 2.561/2005, em turno único (Deputado Sávio Souza Cruz); 2.471/2005, em turno único (Deputado Biel Rocha) e 2.593/2005, em turno único (Deputado Domingos Sávio). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.425, 2.440, 2.522 e 2.655/2005 (relatora: Deputada Vanessa Lucas); 2.471/2005 (relator: Deputado Biel Rocha) e 2.561/2005 (relator: Deputado Sávio Souza Cruz). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.277, 5.323, 5.341, 5.352, 5.389 e 5.405/2005. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2005.

Biel Rocha, Presidente - Carlos Gomes.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/10/2005

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Passos, Ivair Nogueira e Roberto Carvalho, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Passos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Roberto Carvalho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Kellen Anita, Gerente Operacional do Seminário, e Sr. Dorival Correia Bruni, Presidente do Ibrae, convidado para o Seminário Nacional sobre Parcerias Público-Privadas, que será realizado de 16 a 18/11/2005, no Rio de Janeiro; e e-mail do Sr. Tarsi Ferreira dos Santos, representante da Associação União do Carrascão, Zona Rural de Porteirinha, solicitando providência para melhoria da estrada que liga Carrascão a Riacho dos Macacos e transporte público para os alunos da escola pública da comunidade. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.491/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.515 e 5.516/2005. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.211, 2.339, 2.345, 2.392, 2.420 e 2.510/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja realizada reunião para debater a intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2005.

Márcio Passos, Presidente - Ivair Nogueira - Roberto Carvalho - Carlos Pimenta.

ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 26/10/2005

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Doutor Ronaldo, Fahim Sawan e Antônio Júlio (substituindo este ao Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Câmara Municipal de Ouro Branco, publicado no "Diário do Legislativo" de 4/10/2005; da Gerente Médica da divisão de vacinas do Grupo Sanofi-aventis, publicado no "Diário do Legislativo" de 6/10/2005; da Coordenadora do Pró-Hosp, publicado no "Diário do Legislativo" de 6/10/2005; da Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, publicado no "Diário do Legislativo" de 5/10/2005; do Secretário de Estado de Saúde, publicado no "Diário do Legislativo" de 20/10/2005, e da Diretoria Colegiada do Sind-Saúde-MG, contendo denúncia sobre o armazenamento de toneladas de medicamentos vencidos encontrados no almoxarifado da Secretaria de Estado de Saúde. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.600, em turno único e 1.429/2005, no 2º turno (Deputado Doutor Ronaldo); 2.644/2005, em turno único (Deputado Ivair Nogueira); 1.439/2005, em turno único (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 811/2003 (relator: Deputado Fahim Sawan) na forma do vencido no 1º turno; 2.238/2005 (relator: Deputado Fahim Sawan), na forma do vencido no 1º turno; e pela rejeição de emenda apresentada em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 2.140/2005 (relator: Deputado Carlos Pimenta); 2.515/2005 (relator: Deputado Fahim Sawan) na forma do Substitutivo nº 1 apresentado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.434/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira); 2.603/2005 (relator: Deputado Doutor Ronaldo); 2.644/2005 (relator: Deputado Ivair Nogueira). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.357, 5.384, 5.433 e 5.505/2005. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para discutir as implicações da transferência do Instituto Hilton Rocha para a Associação Educativa do Brasil (Soebrás); e seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão do Trabalho para discutir a situação dos autistas no Estado; do Deputado Carlos Pimenta (4), em que pede seja solicitado ao Secretário de Estado de Saúde o envio de informações a esta Comissão acerca da perda de medicamentos na Secretaria, em virtude de estarem vencidos, bem como sobre as providências adotadas pelo órgão para sanar o problema; seja enviado ofício ao Tribunal de Contas do Estado solicitando informações sobre certificação emitida por aquele órgão acerca de aplicação anual em ações e serviços públicos de saúde por parte de Municípios mineiros, em especial Bonito de Minas e São João do Paraíso, mediante a qual as referidas cidades ficaram bloqueadas junto ao Siafi e impedidas de celebrar convênios importantes; seja realizada audiência pública na cidade de Medina, com objetivo de verificar "in loco", a situação do hospital do Município da referida cidade; seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Saúde, solicitando a instalação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu -, no Município de Montes Claros; dos Deputados Doutor Ronaldo e Antônio Júlio (2), em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para debater as medidas preventivas a serem adotadas na proteção da avicultura mineira quanto à incidência da gripe aviária e a distribuição de pinto de postura pelo Governo do Estado e as medidas sanitárias a serem adotadas para prevenção da doença entre os seres humanos; do Deputado Edson Rezende, em que solicita seja encaminhado ofício ao Congresso Nacional solicitando a agilização do trâmite do projeto de lei que trata a inclusão do leite na merenda escolar, do Senador Hélio Costa; do Deputado Jesus Lima, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir os problemas da área de saúde da cidade de Betim, para esclarecimento da destinação das verbas, sobre o sucateamento dos equipamentos e a queda da qualidade do atendimento ao povo pelo Hospital Regional daquela cidade; do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir o Projeto de Lei nº 25/2002, conhecido como projeto de Ato Médico, atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, e rejeitado o requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita visita desta Comissão ao almoxarifado da Secretaria de Estado de Saúde, para averiguar "in loco" as condições de estocagem e armazenamento dos diversos medicamentos a serem distribuídos posteriormente às unidades e aos postos de saúde de todo o Estado e verificar ainda a existência de medicamentos vencidos, impróprios ao consumo, como recentemente noticiado pela mídia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Fahim Sawan - Doutor Ronaldo - Carlos Pimenta.

ATA DA 19ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Segurança Pública NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/11/2005

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, Sargento Rodrigues e Weliton Prado, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adalclever Lopes, Antônio Andrade e José Henrique. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir a desativação de destacamentos de menor

porte da PMMG nos Municípios mineiros. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião, para ouvir o Major PM Armando Leonardo dos Santos, representando o Cel. Sócrates Edgard dos Anjos, Comandante-Geral da PMMG, que é convidado a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Antônio Júlio e Antônio Andrade, representando a Bancada do PMDB, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra ao convidado, para que faça sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.573/2005 (relator: Deputado Sargento Rodrigues), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.518, 5.530, 5.531, 5.533, 5.534 e 5.535/2005. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (3) em que pede seja realizada visita à Cadeia Pública de Andradás; em que solicita a realização de reunião para tratar, em audiência pública, dos problemas enfrentados pelos Conseps em Belo Horizonte; e em que pede seja enviado ofício ao Comandante-Geral da PMMG solicitando-lhe que informe a esta Casa os motivos pelos quais a Lei nº 14.130, de 19/12/2001, e o Decreto 43.805, de 17/5/2004, não estão sendo cumpridos; Antônio Júlio e Antônio Andrade em que pedem seja reiterado convite ao Comandante-Geral da PMMG, para comparecer a reunião desta Comissão, a fim de tratar da desativação dos destacamentos de menor porte da PMMG e prestar esclarecimentos sobre o processo de terceirização da frota de viaturas dessa corporação em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2005.

Zé Maia, Presidente - Sargento Rodrigues.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 16/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 5.592/2005, do Deputado Olinto Godinho; 5.602/2005, do Deputado Antônio Andrade; e 5.603 a 5.607/2005, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 16/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.677/2005, do Deputado Carlos Gomes.

Finalidade: debater a Deliberação Normativa Copam nº 72, de 8/9/2004, que estabelece normas provisórias referentes à alteração do uso do solo da Mata Seca.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 16/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.459/2005, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.028, 2.196, 2.504 e 2.540/2005, do Governador do Estado; 2.047 e 2.152/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.266/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.515/2005, do Deputado Miguel Martini.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 5.599/2005, do Deputado Paulo Cesar.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 16/11/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão, Ermano Batista, George Hilton, Gustavo Corrêa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2005, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 72/2005, do Tribunal de Justiça, e dos Projetos de Lei nºs 2.061/2005, do Deputado Jésus Lima; 2.588/2005, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.591/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.605/2005, do Deputado Ivair Nogueira; 2.670/2005, do Deputado Biel Rocha; 2.684 e 2.685/2005, do Governador do Estado; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.200/2005, do Deputado Gustavo Corrêa; 2.622/2005, do Deputado Arlen Santiago; 2.645/2005, do Deputado Sebastião Costa; 2.650/2005, do Deputado Arlen Santiago, e 2.700/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2005.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2005, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a proposta de reconhecimento do queijo-de-minas artesanal do Sul do Estado; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.624 e 2.634/2005, do Deputado Carlos Gomes; e de apreciar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2005.

Padre João, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/11/2005, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, com a presença de convidados, as propostas da Central Nacional de Mobilização das Comunidades Negras do Brasil para a melhoria das condições do sistema prisional do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2005, às 9h30min, no auditório da Prefeitura Municipal de Itueta, com a finalidade de apurar se foram cumpridas todas as exigências e todos os procedimentos para a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2005.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 528/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 528/2005, da Central Nacional de Mobilização das Comunidades Negras do Brasil, sugere o desenvolvimento de trabalho, pela Secretaria de Estado de Defesa Social, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação, voltado para a comunidade jovem branca e negra das vilas, favelas e periferia, com vistas a criar uma lacuna entre o piso da faixa etária prisional atual e os jovens que ainda virão a completar a maioridade. Esse trabalho deve ser feito em horário integral, de tal modo que o jovem permaneça na unidade escolar das 7 às 18 horas, ou até o horário em que os responsáveis estejam disponíveis para dar prosseguimento ao trabalho iniciado pelo Estado. Pode ser realizado em parceria com clubes desportivos, que disponibilizarão os Centros de Treinamento - CTs - e farão o acompanhamento do jovem no horário extraclasse.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - (2004-2007), exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 3 - Segurança e Inclusão Social -, sugere o desenvolvimento de ação específica, a ser desenvolvida pelas Secretarias de Estado de Defesa Social e de Educação, em parceria com clubes desportivos, com vistas a atender adolescentes em situação de risco social, em horário integral, no âmbito do Projeto Estruturador "Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais" (Programa 0313).

A Ação 1787 - Fica Vivo - Controle de Homicídios de Minas Gerais - é um dos pilares do eixo de prevenção social da criminalidade, que, entre outros, estrutura o Projeto "Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais" (Programa 0313). Essa ação oferece suporte social aos jovens e oportunidades de profissionalização, bem como lazer, educação e cultura, em horário complementar ao dos estudos, e é operacionalizada por meio de parcerias com entidades da sociedade civil. A proposta em análise partilha das mesmas preocupações que orientam essa ação governamental, qual seja a de promover a integração social de adolescentes expostos a situações de risco.

Dessa forma, opinamos por acatar a proposta, com a apresentação de um requerimento que solicita o envio de ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social, sugerindo a incorporação de parcerias com clubes desportivos no âmbito da Ação 1787 - Fica Vivo - Controle de Homicídios de Minas Gerais -, com vistas à prática de esportes e ao acompanhamento de adolescentes em situação de risco social.

Conclusão

Diante do exposto, acatamos a Proposta de Ação Legislativa nº 528/2005, por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente e relatora - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 529/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 529/2005, da Central Nacional de Mobilização das Comunidades Negras do Brasil, sugere a criação do sistema de liberdade vigiada pelo processo de agente condicional comunitário: cada interno retorna a seu domicílio anterior, onde os moradores conhecem suas raízes, tendo uma nova oportunidade de reintegração social, observado o dispositivo de lei que dispõe sobre a liberdade condicional. Esse processo se desenvolverá por meio de parceria com cooperativas de agente condicional (Força-Tarefa de Agente Condicional de Comunidade - Fortac), sendo os cooperativados e agentes comunitários capacitados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes, pela Fundação João Pinheiro e por outras entidades que o governo considerar competentes para tal fim.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2004-2007, exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 3 - Segurança e Inclusão Social, propõe a criação de um sistema de liberdade vigiada, com a participação de agentes de condicional comunitários, especificamente capacitados para o exercício dessa função. A proposta

guarda alguma semelhança com a medida socioeducativa de liberdade assistida, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90) na qual o adolescente em cumprimento de medida é acompanhado por um orientador social voluntário, que media suas relações com a sociedade, seja na escola, na família ou nos locais de trabalho, de lazer e de cultura. De acordo com a evolução desse atendimento, os jovens são encaminhados para cursos profissionalizantes, emprego, estudos e atenção à saúde. Essa metodologia tem-se mostrado extremamente eficaz na inclusão social e na redução da reincidência de cometimento de atos infracionais por esses adolescentes.

A mesma metodologia de acompanhamento poderia trazer resultados também satisfatórios na reinserção social de adultos condenados, que tenham progredido em sua pena e a estejam cumprindo em condicional, conforme é a intenção da proposta em análise. No entanto, legislar sobre direito penal é competência privativa da União, conforme o disposto no art. 22, I, da Constituição da República.

Dessa forma, opinamos por se acatar a proposta com a apresentação de um requerimento solicitando seja sugerida ao Congresso Nacional a elaboração de um dispositivo, no âmbito do processo de revisão do Código Penal, que regulamente a liberdade condicional assistida, à semelhança da medida socioeducativa da liberdade assistida, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conclusão

Diante do exposto, acatamos a Proposta de Ação Legislativa nº 529/2005 por meio do requerimento anexo a este parecer.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente e relatora - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 530/2005

Comissão de Participação Popular

A Proposta de Ação Legislativa nº 530/2005, da Câmara Municipal de Itaobim, solicita a adoção de providências pela Secretaria de Estado de Defesa Social para combater a violência e reduzir a criminalidade violenta nesse Município.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2004-2007, exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhada à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 3 - Segurança e Inclusão Social, solicita a adoção de providências pela Secretaria de Estado de Defesa Social para combater a violência e reduzir a criminalidade violenta no Município de Itaobim.

O Projeto Estruturador Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais baseia-se em três eixos fundamentais - integração das organizações policiais, prevenção social da criminalidade e atendimento ao adolescente autor de ato infracional - e tem por finalidade assegurar o financiamento, a prioridade na execução e a coesão no gerenciamento das ações que o compõem.

O aumento dos índices de criminalidade tem alarmado muito a sociedade. Por essa razão, a demanda por ações mais eficazes do Estado, tanto na prevenção como na repressão aos atos delituosos, tem sido constante. O Estado vem respondendo a essa pressão com a formulação de políticas públicas afetas à área, fundamentalmente no que diz respeito à integração das Polícias Militar e Civil e à modernização da gestão do sistema de defesa social, que compõe o quadro de ações do Projeto Estruturador Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais.

A proposta em análise, apesar de compartilhar dessa preocupação com a segurança pública, tem a atenção direcionada especificamente ao Município de Itaobim. Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em pauta com a apresentação de requerimento pleiteando sejam solicitadas ao Comando-Geral da Polícia Militar providências urgentes para o combate à violência e a redução da criminalidade no Município de Itaobim.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 530/2005, por meio de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 531/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa n.º 531/2005, de autoria do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Betim, solicita a implantação de mais três unidades do Programa Fica Vivo no Município de Betim e a ampliação desse programa em cidades mais violentas.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2004-2007, exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 3 - Segurança e Inclusão Social -, pretende a implantação de mais três unidades do Programa Fica Vivo no Município de Betim e a ampliação desse programa em cidades mais violentas.

Importa salientar que o Projeto Estruturador "Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais" (Programa 0313) pretende a consecução de ações direcionadas a três eixos da área de segurança pública, quais sejam: a integração das organizações policiais do Estado, a prevenção social da criminalidade e o aumento de vagas e implantação de um novo modelo de gestão para o atendimento a adolescentes autores de ato infracional. A proposta desse projeto estruturador é a de dar coesão à gestão de suas ações e estabelecer prioridades em sua implantação, com vistas a inibir a tendência de crescimento das taxas de criminalidade violenta, resgatar a segurança da população e, por fim, construir novas relações entre os órgãos competentes do sistema de defesa social e destes com a sociedade. A Ação 1.787 - Fica Vivo - Controle de Homicídios de Minas Gerais - integra o eixo de prevenção social da criminalidade e sua execução, por meio da implantação dos núcleos de prevenção à criminalidade, tem-se mostrado extremamente eficaz na incorporação social de jovens em situação de risco, na redução das taxas de homicídio nos territórios em que é implantado e em maior integração dos agentes policiais com a sociedade local.

Em 2004, foram implantados seis núcleos de prevenção à criminalidade em áreas com alta taxa de homicídios, principalmente entre jovens. Neste ano, foram implantados quatro núcleos no interior, um núcleo em Belo Horizonte e cinco outros na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, entre eles, um no Município de Betim. Para 2006, o planejamento prevê a implantação de mais um núcleo na região do Barreiro, em Belo Horizonte, outro em Teófilo Ottoni e mais três na RMBH.

Entende-se, portanto, que a proposta em análise se encontra acolhida pelo planejamento governamental. Dessa forma, acatamos a proposta com a apresentação de requerimento para envio de ofício à Secretaria de Estado de Defesa Social, solicitando prioridade para a implantação no Município de Betim de um dos três núcleos de prevenção à criminalidade do Projeto Fica Vivo - Controle de Homicídios de Minas Gerais previstos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2006.

Conclusão

Diante do exposto, acatamos a Proposta de Ação Legislativa nº 531/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente e relatora - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 532/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 532/2005, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicita a ampliação da faixa etária determinada na Ação 4958 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio -, alterando -a de "18 a 21 anos" para "8 a 21 anos" .

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - (2004-2007), exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 3 – Segurança e Inclusão Social -, propõe a ampliação da faixa etária determinada na Ação 4958 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio - , alterando-a de "18 a 21 anos" para "8 a 21 anos".

Primeiramente, faz-se necessário corrigir o número da ação objeto da proposta de 4958 para 4955 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio. Essa ação dá cumprimento à Lei nº 15.473, de 28/1/2005, que autoriza a criação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado. A finalidade dessa ação, de acordo com o disposto na lei citada, é a de dar proteção a crianças, adolescentes e pessoas egressas do cumprimento de medida socioeducativa, com idade entre 18 e 21 anos, ameaçadas de morte ou em risco de serem vítimas de homicídio, em virtude de envolvimento, vitimação ou testemunho em algum ato delituoso, e delimita claramente a faixa etária das pessoas merecedoras dessa proteção. A referência a 18 a 21 anos de idade se refere, única e exclusivamente, a um grupo específico, beneficiário dessa proteção em caráter excepcional, qual seja os egressos do cumprimento de medida socioeducativa. No que diz respeito às crianças e adolescentes, observa-se o disposto no art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - (Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90), que considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade.

Entende-se, portanto, que a proposta em análise deva ser rejeitada, pois a finalidade da Ação 4955 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio - está prevista na Lei nº 15.473, que objetiva a proteção a todas as crianças e adolescentes, até 18 anos de idade ameaçadas de morte ou em risco de serem vítimas de homicídio, em virtude de envolvimento, vitimação ou testemunho de algum crime ou ato delituoso, além dos jovens egressos do cumprimento de medida socioeducativa, com idade entre 18 e 21 anos que se encontrem na mesma situação.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 532/2005.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 533/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 533/2005, do Sindecon-MG, solicita a implantação de bibliotecas e salas de aula nos presídios do Estado, com o objetivo de facilitar a reinserção social do detento após o cumprimento da pena, por meio de ação conjunta das Secretarias de Estado de Educação e de Defesa Social.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2004-2007, exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A sugestão apresentada, que revela preocupação com os altos índices de reincidência no crime dos egressos do sistema penitenciário, é meritória. A educação e a qualificação profissional constituem instrumentos reconhecidamente eficazes para a promoção da reinserção social dos que cumprem pena.

No Estado de Minas Gerais, a Lei nº 11.404, de 25/1/94, que contém normas de execução penal, disciplina, no Título II, Seção 1, as ações de instrução destinadas aos internos no sistema penitenciário. Nos termos do art. 26 dessa lei, o ensino fundamental é obrigatório para todos os que não o houverem concluído. O art. 36, a seguir transcrito, regulamenta a situação das bibliotecas nas penitenciárias:

"Art. 36 - As penitenciárias contarão com biblioteca organizada com livros de conteúdos informativo, educativo e recreativo, adequados às formações cultural, profissional e espiritual do sentenciado. Parágrafo único - Será livre a escolha da leitura, e serão proporcionadas condições para o estudo, a pesquisa e a recreação".

Pode-se perceber, portanto, que as solicitações apresentadas já encontram amparo no sistema legal em vigor. A sua efetiva implementação depende, no entanto, de ações administrativas da alçada do Poder Executivo. A apresentação de requerimento com esse fim constitui o instrumento adequado para a consecução dos objetivos pretendidos na proposta em exame.

Conclusão

Em face do exposto, acatamos a sugestão na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente e relatora - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 551/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 551/2005, da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicita a alteração do nome da Ação 4955, excluindo a expressão "em risco de", ficando com a seguinte redação: "Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte".

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - (2004-2007), exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 3 - Segurança e Inclusão Social -, propõe a alteração do nome da Ação 4955, excluindo a expressão "em risco de", ficando com a seguinte redação: "Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte".

A Ação 4955 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio - dá cumprimento à Lei nº 15.473, de 28/1/2005, que autoriza a criação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado. De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - (Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90), considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e

adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade. A Lei nº 15.473 determina a observância dos princípios do ECA em sua implementação e inclui, entre seus beneficiários, crianças, adolescentes e pessoas egressas do cumprimento de medida socioeducativa, com idade entre 18 e 21 anos, ameaçadas de morte ou em risco de serem vítimas de homicídio, em virtude de envolvimento, vitimação ou testemunho em algum ato delituoso.

Recentemente, foi publicado o relatório da pesquisa "Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil", promovida por uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco -, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Instituto Ayrton Senna, o qual traça um panorama da evolução da mortalidade na juventude brasileira derivada de situações violentas, como homicídios, acidentes de transporte, suicídios e uso de armas de fogo, abrangendo a década de 1992 a 2002.

Segundo essa pesquisa, os dados sobre a evolução dos homicídios entre jovens de 14 a 25 anos de idade, no País, é extremamente preocupante. Os avanços da violência homicida nas últimas décadas são explicados pelo aumento dos homicídios contra a juventude. Essa situação se agrava quando crianças e adolescentes se envolvem em algum ato infracional ou quando são vítimas ou testemunhas de alguma ação delituosa. São muitos os casos que, por omissão do próprio Estado, crianças e adolescentes ameaçados de morte acabam por engrossar as estatísticas das execuções sumárias, praticadas por grupos de extermínio, pelas organizações de narcotraficantes e por redes de exploração sexual. Também resultam em ameaças de morte e homicídios os conflitos entre grupos rivais, em liberdade ou no interior de unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação. Há ainda a grave situação daqueles que pretendem abandonar a prática de atividades ilícitas e se vêem constringidos a nelas permanecer em razão de ameaças de morte.

Essa é, portanto, uma ação de extrema relevância para a redução da criminalidade no Estado. Entende-se, no entanto, que o espírito da Lei nº 15.473 não foi de todo atingido ao se restringir no nome da Ação 4955 a proteção apenas àqueles em risco de serem vítimas de homicídio. Seria importante que toda a gama de situações que ensejam a proteção disciplinada pela lei estivessem anunciadas no nome dessa ação. Por esse motivo, optamos por acatar a proposta em análise, com a apresentação de emenda ao Projeto de Lei de revisão do PPAG, para o biênio 2006-2007.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 551/2005, na forma da emenda que apresentamos a seguir.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Emenda

Tipo de Emenda	Adequação de Nome da Ação
Órgão: Secretaria de Estado de Defesa Social	
Unidade Responsável: Secretaria de Estado de Defesa Social (1451)	
Programa:	
Código: 0313	Nome: Redução da Criminalidade Violenta em Minas Gerais
Mudança de: Nome de Ação	
De: 4955 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio.	
Para: 4955 - Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte ou em Risco de Serem Vítimas de Homicídio.	
Justificação: A Ação 4955 - Proteção de Crianças e Adolescentes em Risco de Serem Vítimas de Homicídio - dá cumprimento à Lei nº 15.473, de 28/1/2005, que autoriza a criação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado. A Lei nº 15.473 determina a observância dos princípios do ECA em sua implementação e inclui, entre seus beneficiários, crianças, adolescentes e pessoas egressas do cumprimento de medida socioeducativa, com idade entre 18 e 21 anos, ameaçadas de morte ou em risco de serem vítimas de homicídio, em	

virtude de envolvimento, vitimação ou testemunho em algum ato delituoso.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 573/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 573/2005, de autoria do Movimento Pró-Rio Todos os Santos - Codema -, de Teófilo Otôni, sugere o aumento da dotação do Igam para que possa atuar de maneira mais efetiva na implantação de comitês de bacias hidrográficas e nas diversas funções que lhe são inerentes.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

O documento em epígrafe, apresentado no Grupo de Trabalho 4, propõe a elevação da dotação orçamentária do Igam para que possa atuar de maneira mais eficiente na implantação de comitês de bacias hidrográficas e nas diversas atribuições que lhe são inerentes.

Na ação orçamentária P 164 - revitalização sustentada das bacias hidrográficas - unidade orçamentária 02241 -, há previsão de recursos para a criação e a implantação de comitês de bacias hidrográficas; todavia não há como saber se os recursos são suficientes para tanto.

Como a proposta do Movimento Pró-Rio Todos os Santos não quantifica valores, entendemos que a medida deve ser objeto de requerimento ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Presidente do Igam, para reexaminar os valores estabelecidos na legislação orçamentária destinados à criação e à implantação de comitês de bacias hidrográficas.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 573, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 576/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 576/2005, de autoria da Associação Mineira das Escolas Família Agrícola -Amefa - sugere a implementação de uma política que resulte no envolvimento de funcionários de Bancos, com vistas a oferecer orientações adequadas às famílias beneficiadas com recursos do governo.

Publicada no Diário do Legislativo de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG (2004-2007), exercício de 2006, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho 4, tem por objetivo implementar uma política de capacitação e envolvimento de bancários com vistas ao aprimoramento dos mecanismos de informação e orientação às famílias beneficiadas com recursos do governo. Em função da temática do Grupo 4 - Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente -, entendemos que a proposta da Amefa refere-se aos recursos financeiros da União aplicados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf -. Esse programa, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com entidades estaduais e municipais, tem o Banco do Brasil como principal agente financeiro.

Uma vez que os empréstimos do Pronaf são operacionalizados fundamentalmente pelo Banco do Brasil, empresa vinculada ao governo federal, não há como incluir a medida na revisão do PPAG para 2006/2007. Contudo, entendemos que a proposta é relevante para o aprimoramento do programa em apreço, razão pela qual sugerimos transformá-la em requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 576/2005, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 580/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 580/2005, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, sugere o fortalecimento da política ambiental.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 4, objetiva fortalecer a política ambiental do Estado por meio do aumento da autonomia e da melhoria da infra-estrutura dos órgãos integrantes do Sistema Estadual do Meio Ambiente - Sisema.

A sugestão da Amda é importante para o fortalecimento das instituições encarregadas do exercício de poder de polícia em matéria ambiental. Não obstante, observamos que ela já está parcialmente contemplada no Projeto de Lei nº 1.951/2005, do Governador do Estado, em exame nesta Casa. Tal projeto propõe a reestruturação do Copam, do IEF, do Igam e da Feam, e a criação de um quadro de fiscais ambientais, aos quais são conferidos garantias, direitos e prerrogativas para que possam melhor desempenhar suas atribuições. Propõe-se, também, desconcentração regionalizada no sistema de licenciamento ambiental para agilizar os processos e para permitir maior participação da comunidade local nas discussões.

Portanto, pensamos que a melhor forma de aproveitar a sugestão da Amda é encaminhar requerimento ao Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com vistas a aumentar o grau de autonomia dos órgãos do Sistema, por meio da melhoria de sua infra-estrutura. Como se sabe, a criação de novas despesas é mais conveniente em proposição de iniciativa do Executivo, pois depende de comprovação de receita, nos termos da Constituição do Estado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 580/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 582/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 582, de autoria da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, sugere a criação de agência de meio ambiente para unificar os órgãos encarregados da atuação ambiental.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG -, para o período de 2006-2007, e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 4, objetiva a criação de agência de meio ambiente como meio de promover a fusão do IEF, Igam e Feam, vale dizer, unificar os órgãos encarregados do exercício de controle ambiental do Estado.

Tendo em vista que medida dessa natureza depende de lei específica, no caso, de iniciativa privativa do Executivo, nos termos do art. 14, c/c o art. 66 da Constituição do Estado, propomos, na conclusão, o envio de ofício à Semad.

A título de esclarecimento, o Projeto de Lei nº 1.951/2005, em tramitação nesta Casa, está promovendo ampla reestruturação dos órgãos integrantes do Sisema, inclusive com a criação de quadro de fiscais ambientais.

A fusão de tais órgãos requer amplos estudos, para compatibilizar adequadamente as carreiras existentes. Para tanto, é fundamental a participação de todos os servidores nessa discussão com o Executivo, para construir um marco regulatório para essa nova instituição, que se busca eficiente em termos ambientais e no respeito aos direitos adquiridos.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 582/2005, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 583/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 583/2005, de autoria da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, sugere a criação de agências de desenvolvimento sustentável para gerir, implantar e estimular ações, políticas e projetos ambientalmente sustentáveis.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

O documento em epígrafe, apresentado no Grupo de Trabalho nº 4, propõe a criação de agências de desenvolvimento sustentável para gerir, implantar e estimular ações, políticas e projetos ambientalmente sustentáveis.

Como já observamos, ao examinarmos a proposta da Amda de criação de agência de meio ambiente para unificar os órgãos e ações do IEF, Igam e Feam, a sugestão em exame - meritória, diga-se de passagem -, necessita de estudos de viabilidade econômico-financeira e de expedição de lei específica, de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, nos termos dos arts. 14 e 66 da Constituição do Estado.

Assim, propomos na conclusão o envio de requerimento ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Governador do Estado, no qual solicitamos que promovam estudos nesse sentido.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 583/2005, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 584/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 584/2005, de autoria da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, sugere a revisão do licenciamento ambiental no Estado.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

O documento em epígrafe, apresentado no Grupo de Trabalho nº 4, propõe a revisão do licenciamento ambiental no Estado.

Em nossa avaliação, a revisão do modelo de licenciamento ambiental, para torná-lo mais eficiente e eficaz, deve ser objeto de discussão, inicialmente, no âmbito do Copam, órgão colegiado de que participam a sociedade, o setor produtivo e o poder público. O estabelecimento de normas e procedimentos para os empreendimentos potencialmente degradadores do meio ambiente é matéria autônoma, vale dizer, independe de previsão no PPAG. Ressalte-se, também, que, em princípio, a medida não apresenta impacto financeiro.

Assim sendo, propomos na conclusão o envio de requerimento ao Copam para que promova estudos com vistas à reformulação do modelo de licenciamento ambiental praticado no Estado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 584/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 588/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 588/2005, de autoria da Associação dos Amigos do Trevo - BH -, sugere a destinação de recursos da ordem de 1% as receitas correntes à Fapemig, para financiar pesquisa básica, em convênio com o Cetec, a Uemg, o Cefef, a Epamig e a UFMG, repassando-se os conhecimentos aos Municípios e aos empreendedores.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

O documento em epígrafe, apresentado no Grupo de Trabalho nº 4, propõe a destinação de um por cento das receitas correntes à Fapemig, para o financiamento de pesquisa básica em convênio com o Cetec, a Uemg, o Cefet, a Epamig e a UFMG.

Segundo o art. 212 da Constituição Estadual, no mínimo 1% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado deve ser destinada à entidade de amparo e fomento à pesquisa (Fapemig). Ainda segundo o mesmo artigo, tais recursos devem ser destinados prioritariamente a projetos que se ajustem às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - Conecit - definidos como essenciais ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado e à reestruturação da capacidade técnico-científica das instituições de pesquisa do Estado.

Isso posto, entendemos que a sugestão da Associação dos Amigos do Trevo - BH deve ser aprovada na forma de requerimento ao Governador do Estado e ao Conecit, solicitando especial atenção para os projetos de pesquisa básica sob a supervisão das instituições mencionadas na proposição em epígrafe.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 588/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 589/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 589/2005, de autoria da Associação dos Amigos do Trevo - BH -, sugere a adoção de procedimentos corretivos de resíduos domésticos e industriais e a pesquisa e desenvolvimento de procedimentos limpos para gerar menos resíduo industrial.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

O documento em epígrafe, apresentado no Grupo de Trabalho nº 4, propõe a adoção de procedimentos corretivos, como, por exemplo, o tratamento de resíduos domésticos e industriais e o desenvolvimento de tecnologia voltada para a geração de menos resíduos.

Trata-se de medida meritória; todavia, a Ação 4.157 - Minas Sem Lixões - do Programa Estruturador 134 - Gestão Ambiental MG Século XXI -,

sob a responsabilidade da Fundação do Meio Ambiente - Feam - submete a gestão de resíduos sólidos na conformidade de deliberações emanadas pelo Copam.

Com efeito, o estabelecimento de procedimentos corretivos e o desenvolvimento de tecnologia voltada para a geração de menor volume de resíduos são disciplinados, do ponto de vista técnico, por meio de tais deliberações. Nessa matéria, incumbe à Feam prestar assessoria ao Copam, na qualidade de órgão seccional de apoio. Assim sendo, entendemos que a sugestão deve ser aprovada na forma do requerimento apresentado na conclusão, no qual solicitamos à Feam providências com vistas à adoção de mecanismos corretivos e o desenvolvimento de tecnologia limpa para resíduos urbanos, industriais e outros.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 589/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 591/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 591/2005, de autoria da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -, sugere a revisão dos convênios celebrados pelo IEF que permitem às Prefeituras contratarem técnicos para, em nome do IEF, autorizarem supressão de vegetação nativa.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

O documento em epígrafe, apresentado no Grupo de Trabalho 4, propõe a revisão dos convênios celebrados entre o IEF e os Municípios, que permitem aos técnicos contratados por Prefeituras autorizarem a supressão de vegetação nativa. Supomos que a preocupação central da Amda se refere à lisura de técnicos locais na instrução de processos de autorização de desmatamentos, em vista de seu possível comprometimento hierárquico com os Executivos Municipais.

De plano, verifica-se que a proposta da Amda não necessita de ser incluída no PPAG. Trata-se de medida de natureza eminentemente administrativa, sem repercussão financeira, tendo em vista que a questão central se relaciona com a delegação do exercício do poder de polícia em matéria ambiental.

Dessa forma, acolhemos a pretensão na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 591, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 592/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 592/2005, da Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações - Unincor -, sugere o fornecimento de mourões, arame e materiais necessários para a proteção de nascentes e áreas de preservação permanente.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, XVI, "a", c/c o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2006 e 2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 4, propõe o fornecimento de mourões, arame e materiais necessários para a proteção de nascentes e áreas de preservação permanente.

Na Proposta Orçamentária de 2006 - Programa 360/Projeto 1944 -, consta que o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - Fhidro - dispõe de mais de R\$42.000.000,00 de reais para o financiamento de ações relacionadas à melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Portanto, em nosso ver, a proposta em epígrafe já está contemplada. Não obstante, propomos na conclusão o envio de requerimento à Emater, ao IEF e ao Igam, para disponibilizar os materiais necessários à demarcação de nascentes e áreas de preservação permanente.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 592/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente e relatora - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 616/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 616/2005, da Comissão Municipal de Emprego de Passos - CME -, sugere o desenvolvimento de Arranjo Produtivo no setor moveleiro no Município de Passos, com vistas à geração de empregos, ao aumento do valor agregado da produção e à desconcentração regional da economia mineira.

Publicada no Diário do Legislativo do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, inciso XVI, "a", c/c o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2005-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 5, propõe o desenvolvimento de Arranjo Produtivo no setor moveleiro no Município de Passos, com vistas à geração de empregos, ao aumento do valor agregado da produção e à desconcentração regional da economia mineira, por meio da inclusão de ação no PPAG.

É inquestionável o desenvolvimento que o Arranjo Produtivo no setor moveleiro traria para o Município de Passos, com o aquecimento da economia e a produção de novas riquezas, melhorando a vida da população da cidade e gerando novos empregos. Não obstante, vale registrar que, para que se instale um Arranjo Produtivo Local, é necessário que se faça um estudo pormenorizado de toda a região, verificando toda a sua infra-estrutura, os recursos naturais que poderão ser aproveitados, a existência de mão-de-obra qualificada, os recursos energéticos e de comunicação disponíveis, os meios de transporte apropriados, etc.

Com base nos argumentos apresentados, esta Comissão entende que a proposta em tela é importante e merece ser acatada. No entanto, em que pese a importância da proposta, esta carece dos pressupostos descritos anteriormente. Sendo assim, propomos o seu acatamento na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 616/2005, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente e relatora - Dalmo Ribeiro Silva - André Quintão.

Parecer sobre A Proposta de Ação Legislativa Nº 617/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 617/2005, de autoria da Comissão Municipal de Emprego de Passos - CME -, sugere a reativação, a modernização e a ampliação de incubadora de empresas de base tecnológica em Passos.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, inciso XVI, "a", c/c o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do PPAG para o período de 2005-2007 e dá outras providências.

Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 5, pretende a reativação, a modernização e a ampliação de incubadora de empresas de base tecnológica em Passos, por meio da inclusão de Ação no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Apesar de desativada desde 2001, a incubadora está estruturada administrativamente, há interesse da atual administração municipal em reativá-la e a comunidade possui sofisticação tecnológica e desenvolvimento compatíveis com o sucesso da medida.

É inquestionável o benefício que a reativação da incubadora de empresas de base tecnológica traria para o Município de Passos. Não obstante, cabe ressaltar que, para reativar a incubadora de Passos, é necessário que se faça um estudo pormenorizado da viabilidade de implantação desta ação nessa região específica, além da viabilidade econômica do referido projeto.

Sendo assim, esta Comissão entende que a proposta em tela é importante e merece ser acatada; no entanto, em que pese à importância da proposta, esta carece dos pressupostos descritos acima, razão pela qual propomos o seu acatamento na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 617/2005, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - André Quintão.

Parecer SOBRE A Proposta de Ação Legislativa Nº 621/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 621/2005, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, sugere o asfaltamento da estrada que liga Braz Pires a Catas Altas (cerca de 18km), o que encurtará em 70km a distância entre Ubá e Belo Horizonte. O autor da proposta ressalta que essa é uma expectativa da região há 50 anos.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, inciso XVI, "a", c/c o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2005 a 2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 5, pretende o asfaltamento da estrada que liga Braz Pires a Catas Altas (cerca de 18km), o que encurtará em 70km a distância entre Ubá e Belo Horizonte. O autor da proposta ressalta que essa é uma expectativa da região há 50 anos.

Porém, no projeto da Lei Orçamentária para 2006, consta a dotação, sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, de Pavimentação de Rodovias da Rede Estadual. Desse modo, a obra viária requerida deve ser englobada aí. Apesar de esse trecho não estar incluído no volume regionalizado de investimentos, há a possibilidade da sua inclusão, por via da suplementação orçamentária à referida dotação ou por via da priorização desse trecho, em detrimento de algum explicitado.

Com base nos argumentos apresentados, esta Comissão entende que a proposta em tela não configura objeto de emenda ao PPAG. No entanto, optamos por encaminhar requerimento ao Secretário de Transportes e Obras Públicas solicitando-lhe o acolhimento, na dotação de Pavimentação de Rodovias da Rede Estadual, do trecho que liga Braz Pires a Catas Altas.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 621/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 622/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 622/2005, de autoria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede -, sugere a realização da obra viária do entorno de Ubá, conforme projetos já existentes.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, inciso XVI, "a", c/c o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2005-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 5, pretende a realização da obra viária do entorno de Ubá, conforme projetos já existentes; porém, no projeto da Lei Orçamentária Anual para 2006, consta a dotação, sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -, de Pavimentação de Rodovias da Rede Estadual. Desse modo, a obra viária requerida deve ser englobada nesta dotação já existente. E, apesar de esse trecho não estar incluído no volume regionalizado de investimentos, há a possibilidade da sua inclusão, por via de suplementação orçamentária, à referida dotação ou da priorização deste trecho em detrimento de algum explicitado.

Com base nos argumentos apresentados acima, esta Comissão entende que a proposta em tela não configura objeto de emenda ao PPAG; no entanto, optamos por encaminhar um requerimento ao Secretário de Transportes e Obras Públicas, solicitando-lhe o acolhimento, na dotação de Pavimentação de Rodovias da Rede Estadual, da região do entorno de Ubá.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 622/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - André Quintão.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 625/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 625/2005, de autoria do Instituto de Terras de Minas Gerais - Iter-MG -, sugere a colaboração entre o Iter e a Cemig na implantação de energia elétrica nos assentamentos de reforma agrária do Noroeste e de outras regiões mineiras.

Publicada no "Diário do Legislativo" do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, inciso XVI, "a", c/c o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2005-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 5, propõe a colaboração entre o Iter e a Cemig na implantação de energia elétrica nos assentamentos de reforma agrária do Noroeste e de outras regiões mineiras.

Os programas 0268 - 100% Eletrificação Rural no Estado de Minas Gerais - e 0391 - Luz para Todos, e Energia Elétrica para o Noroeste Mineiro -, que constam do PPAG, tratam da implantação de energia elétrica nos assentamentos de reforma agrária nas regiões mineiras. Ambos os programas estão sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede - e têm a Cemig Distribuição S.A. como unidade executora. Desse modo, esta Comissão entende que tal proposta já está atendida no PPAG; porém propõe encaminhar requerimento à Sede, com vistas a priorizar as áreas de assentamento e viabilizar parceria com o Iter para tal ação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 625/2005 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 629/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 629/2005, da Nepal Agenda 21 - Venda Nova -, sugere Instalação de Fórum Permanente para examinar, acompanhar e definir ações relativas ao Aeroporto Industrial Tancredo Neves.

Publicada no Diário do Legislativo do dia 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, inciso XVI, "a", c/c o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2005-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 5, pretende instalação de fórum permanente para examinar, acompanhar e definir ações relativas ao Aeroporto Industrial Tancredo Neves.

O PPAG tem como um de seus programas estruturadores a promoção da plataforma logística de comércio exterior da região metropolitana de Belo Horizonte. A finalidade desse programa é planejar e promover a atração de empresas para o aeroporto industrial Tancredo Neves e em seu entorno. Entendemos ser positiva a proposta apresentada, mas fora do escopo do PPAG.

Com base nos argumentos apresentados, esta Comissão entende que a proposta em tela não configura objeto de emenda ao PPAG. Sendo assim, propomos o seu acatamento na forma de requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 629/2005, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente - André Quintão, relator - Dalmo Ribeiro Silva.

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 631/2005

Comissão de Participação Popular

Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 631/2005, de autoria da Economia Popular Solidária, sugere a otimização do acesso e popularização das ações do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG - junto ao pequeno empreendedor.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 5/11/2005, vem a proposta a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do disposto no art. 102, inciso XVI, "a", c/c o art. 289 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Comissão de Participação Popular realizou, nos dias 25 e 26/10/2005, audiências públicas com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.688/2005, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período de 2005-2007 e dá outras providências. Essas sugestões foram encaminhadas à Comissão de Participação Popular como propostas de ação legislativa, para apreciação.

A proposta em epígrafe, apresentada no Grupo de Trabalho nº 5, pretende a otimização do acesso e a popularização das ações do BDMG junto ao pequeno empreendedor.

Em que pese à iniciativa da entidade Economia Popular Solidária em conferir maior transparência à atuação do BDMG, permitindo um maior acesso de pequenos empresários aos créditos dessa instituição, entendemos que o tema não é objeto do PPAG. Para conseguir tal objetivo, a entidade deverá apresentar seus argumentos à diretoria do próprio BDMG, que, como uma autarquia, tem autonomia e linhas de créditos destinadas a atender a pequenas empresas.

Com base nos argumentos apresentados acima, esta Comissão entende que a proposta em tela não configura objeto de emenda ao PPAG.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 631/2005, na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Maria Tereza Lara, Presidente e relatora - André Quintão - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2005

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

De autoria do Deputado Roberto Carvalho, o Projeto de Lei Complementar nº 67/2005 dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço.

A proposição foi publicada no "Diário do Legislativo", de 28/4/2005, e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Municipais e Regionalização e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição com a Emenda nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a proposição a esta Comissão para receber parecer sobre o mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 192 e com a alínea "f" do inciso II do art. 102, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise versa sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA -, que foi instituída pela Lei Complementar nº 51, de 1998.

A Emenda à Constituição nº 65, de 2004, reformulou significativamente o capítulo que trata das regiões metropolitanas, das aglomerações urbanas e das microrregiões, tornando necessária a reformulação da legislação complementar que trata da matéria.

Assim, concomitantemente a esta proposição, tramitam nesta Casa Legislativa outros dois projetos de lei complementar de mesma autoria, versando sobre região metropolitana: os Projetos de Lei Complementar nºs 65/2005, que dispõe sobre a instituição e a gestão de regiões metropolitanas e sobre o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, e 66/2005, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. Essas proposições originarão leis distintas, mas coerentes nas regras que estabelecem, pois comporão um novo marco regulatório para a gestão das regiões metropolitanas no Estado.

O tema da gestão metropolitana tem assumido crescente importância, e o interesse que tem despertado em autoridades políticas e jurídicas foi revelado no debate público promovido pela Assembléia Legislativa, no dia 24 de outubro, para subsidiar a discussão dos referidos projetos de lei complementar. Tal debate, intitulado "Novo Marco Regulatório das Regiões Metropolitanas", reuniu especialistas sobre a matéria e resultou em contribuições que ora incorporamos à proposição sob análise.

Entre as inovações da Emenda à Constituição nº 65, destacamos a nova estrutura da região metropolitana, que ficou assim definida no art. 46 da Constituição do Estado:

"Art. 46 - Haverá em cada região metropolitana:

I - uma Assembléia Metropolitana;

II - um Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano;

III - uma Agência de Desenvolvimento, com caráter técnico e executivo;

IV - um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

V - um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.".

O autor das mencionadas proposições optou por apresentar um projeto de lei complementar com normas comuns a todas as regiões metropolitanas, e outros dois com normas específicas regulamentando a RMBH e a RMVA. Assim, o Projeto de Lei Complementar nº 65 estabelece as regras comuns, definindo a composição e a competência da Assembléia Metropolitana, as competências dos órgãos e da Agência de Desenvolvimento e a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento. Como objeto dos projetos específicos de cada região, restou a composição do Conselho Deliberativo e as matérias que são reconhecidas como de interesse comum.

Entretanto, considerando que esta proposição pretende reorganizar a RMVA, revogando, em seu art. 7º, a lei complementar que a instituiu, e tendo em vista a coerência da norma, propusemos a inserção do art. 4º e a alteração do 5º, os quais dispõem sobre os órgãos gestores daquela região, bem como sobre sua composição e competência, pois, antes de definir a composição do Conselho Deliberativo, deve a lei dispor sobre a gestão da região, da qual o referido Conselho participa. Nesse sentido, também incluímos um dispositivo definindo os requisitos necessários à candidatura a membro do Conselho Deliberativo.

A exigência de 2/3 de votos favoráveis para aprovar deliberações no Conselho Deliberativo decorre da compreensão de que as decisões devem ser fundamentadas em amplo consenso entre os representantes que compõem o mencionado órgão colegiado. Eis a razão da inserção do § 6º no art. 5º da proposição. Em decorrência desse quórum qualificado, incluímos também o § 7º, que estabelece que o membro do Conselho Deliberativo, em caso de faltas ou impedimentos, será substituído por um suplente.

Acrescentamos, ainda, a previsão de uma Conferência Metropolitana, na qual serão escolhidos os representantes da sociedade civil. Essa conferência proporcionará oportunidade para discussão e exposição das realizações e dos projetos da região metropolitana, ampliando-se a transparência da gestão e fomentando-se a consciência metropolitana.

Ademais, ressaltamos que as alterações que incorporamos ao projeto por meio do Substitutivo nº 1, que apresentamos, não decorrem apenas da convicção própria do relator que subscreve esta peça opinativa, mas de discussão com o autor e com técnicos e representantes de diversas instituições.

Conclusão

Pelas razões apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 67/2005 na forma do Substitutivo nº 1, que apresentamos.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA -, instituída pela Lei Complementar nº 51, de 30 de dezembro de 1998, passa a reger-se pelas normas estabelecidas nesta lei complementar.

Art. 2º - A RMVA é integrada pelos Municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo.

Art. 3º – O Colar Metropolitano da RMVA é composto pelos Municípios do entorno da Região Metropolitana atingidos pelo processo de metropolização.

§ 1º – Integram o Colar Metropolitano da RMVA os Municípios de Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Braúñas, Bugre, Córrego Novo, Dom Cavati, Dionísio, Entre-Folhas, Iapu, Ipaba, Jaguaráçu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Pingo d'Água, São José do Goiabal, São João do Oriente, Sobrália e Vargem Alegre.

§ 2º – A Assembléia Metropolitana, por meio de resolução, assegurará a participação, no planejamento, na organização e na execução das funções públicas de interesse comum, de Município integrante do Colar Metropolitano da RMVA diretamente envolvido no processo.

Art. 4º – A gestão da RMVA compete:

I – à Assembléia Metropolitana;

II – ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano;

III – à Agência de Desenvolvimento Metropolitano.

§ 1º – A competência e a composição da Assembléia Metropolitana do Vale do Aço serão definidas em lei complementar específica.

§ 2º – A Agência de Desenvolvimento Metropolitano tem caráter técnico e executivo, e suas atribuições serão definidas em lei complementar específica.

Art. 5º – O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, cujas competências serão definidas em lei complementar específica, será composto por:

I – quatro representantes do Poder Executivo estadual;

II – um representante do Poder Executivo de cada um dos Municípios que compõem a RMVA;

III – um representante da sociedade civil organizada.

§ 1º – O representante da sociedade civil organizada será eleito em Conferência Metropolitana para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º – Para a candidatura a membro do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, serão exigidos os seguintes requisitos:

I – ter reconhecida idoneidade moral;

II – ter idade superior a vinte e um anos;

III – ser cidadão metropolitano.

§ 3º – Para efeito deste artigo, considera-se cidadão metropolitano aquele residente na RMVA há pelo menos dois anos.

§ 4º – O representante do Conselho Deliberativo no Grupo Coordenador do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano previsto em lei complementar específica será eleito pelos seus pares.

§ 5º – A Conferência Metropolitana a que se refere o § 1º deste artigo será regulamentada pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e organizada pela Agência de Desenvolvimento Metropolitano.

§ 6º – As deliberações do conselho de que trata este artigo serão aprovadas pelo voto de dois terços de seus membros.

§ 7º – Cada representante terá um suplente para substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

Art. 6º – No planejamento, na organização e na execução das funções públicas de interesse comum, a ação dos órgãos de gestão da RMVA abrangerá serviços e instrumentos que repercutam além do âmbito municipal e provoquem impacto no ambiente metropolitano, notadamente:

I – no transporte intermunicipal, os serviços que, diretamente ou por meio de integração física ou tarifária, compreendam os deslocamentos dos usuários entre os Municípios da RMVA, as conexões intermodais da região metropolitana, os terminais e os estacionamentos;

II – no sistema viário de âmbito metropolitano, o controle de trânsito, tráfego e infra-estrutura da rede de vias arteriais e coletoras, compostas por eixos que exerçam a função de ligação entre os Municípios da RMVA;

III – as funções relacionadas com a defesa contra sinistro e a defesa civil;

IV – no saneamento básico:

a) a integração dos sistemas de abastecimento e esgoto sanitário do aglomerado metropolitano;

b) a racionalização dos custos dos serviços de limpeza pública e atendimento integrado a áreas intermunicipais;

c) a macrodrenagem de águas pluviais;

V – no uso do solo metropolitano, as ações que assegurem a utilização do espaço metropolitano sem conflitos e sem prejuízo à proteção do meio ambiente;

VI – no aproveitamento dos recursos hídricos, as ações voltadas para:

a) a garantia de sua preservação e de seu uso, em função das necessidades metropolitanas;

b) a compensação aos Municípios cujo desenvolvimento seja afetado por medidas de proteção dos aquíferos;

VII – na distribuição de gás canalizado, a produção e a comercialização por sistema direto de canalização;

VIII – na cartografia e informações básicas, o mapeamento da região metropolitana e o subsídio ao planejamento das funções públicas de interesse comum;

IX – na preservação e proteção do meio ambiente e no combate à poluição, as ações voltadas para:

a) o fornecimento de diretrizes ambientais para o planejamento;

b) o gerenciamento de recursos naturais e preservação ambiental;

X – na habitação, a definição de diretrizes para localização habitacional e programas de habitação;

XI – no sistema de saúde, a instituição de planejamento conjunto, de forma a garantir a integração e a complementação das ações das redes municipais, estaduais e federais;

XII – as funções públicas que façam parte do planejamento integrado do desenvolvimento socioeconômico estabelecidas nos planos, programas e projetos contidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

§ 1º – Os planos diretores dos Municípios integrantes da RMVA serão orientados pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado quanto às funções públicas de interesse comum.

§ 2º – Os planos específicos de uso do solo que envolvam área de mais de um Município serão coordenados em nível metropolitano, com a participação dos Municípios e órgãos setoriais envolvidos.

Art. 7º – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação

Art. 8º – Fica revogada a Lei Complementar nº 51, de 30 de dezembro de 1998.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2005.

Leonardo Quintão, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Edson Rezende - Sebastião Helvécio.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 10/11/2005, as seguintes comunicações:

Da Deputada Maria Olívia, notificando o falecimento da Sra. Maria Madalena Pinto de Freitas, ocorrido em 1º/11/2005, em Lagoa da Prata. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Gustavo Valadares, notificando o falecimento da Sra. Carmelita Vieira Nunes, ocorrido em 28/10/2005, em Peçanha. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Ibraim Moreira Mota, ocorrido em 5/11/2005, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Gustavo Corrêa, dando ciência da indicação de seu nome para Vice-Líder da Bancada do PFL. (- Ciente. Publique-se.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 8/11/2005

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, imprensa, amigos da TV Assembléia e caríssimos companheiros, a matéria que foi veiculada ontem no jornal "Estado de Minas" nos impõe uma reflexão e nos exige uma reação decidida, em razão do tratamento destinado pelo governo federal ao nosso Estado. Já não podemos ficar silentes diante da escassez de recursos que são colocados à disposição do nosso Estado para a execução de inúmeros programas de largo alcance social.

A notícia não é nada animadora. Dos 69 programas federais que deveriam ter recebido recursos em 2005, 51 não chegaram a gastar um centavo sequer até 15 de outubro último. Por outro lado, daqueles 17 programas que chegaram a ter recursos executados, apenas 3 conseguiram ultrapassar um percentual acima de 50%.

Em suma, do valor de R\$1.520.000.000,00 previstos no orçamento federal para investimentos em Minas Gerais neste ano, apenas pouco mais de R\$300.000.000,00 foram efetivamente executados. Isso representa somente 20% do montante assinalado. Sem dúvida, essa é uma restrição que significa graves prejuízos às ações do governo mineiro, que também reclama o ressarcimento das perdas decorrentes da Lei Kandir, cujo compromisso assumido pelo Presidente Lula não foi, até esta data, levado a efeito.

Caríssimos Deputados e Deputadas, faço esse preâmbulo para demonstrar que a falta de capacidade operacional do governo federal e a sua obsessão por obter superávit a todo o custo resulta em sérios prejuízos para a atividade produtiva, por conseguinte para toda a população. É o caso, por exemplo, da febre aftosa, que acarreta reflexos indesejáveis na balança comercial brasileira, com ameaça a empregos e à expansão da atividade econômica. Infelizmente não é diferente o tratamento dispensado à cafeicultura mineira.

No último dia 4, sexta-feira, participei, em Varginha, de um expressivo encontro de produtores de café, sindicatos, cooperativas e associações, que, ao final, produziram o Manifesto em Defesa da Cafeicultura Nacional - a chamada "Carta de Varginha". Nesse manifesto, os cafeicultores alertam para a grave situação por que passa o setor cafeeiro no Brasil.

É lamentável que o diagnóstico que apresentamos em nosso relatório da Comissão Especial da Cafeicultura, num árduo trabalho realizado nesta Casa, em companhia de diversos Deputados em 2003, não tenha recebido a adequada e urgente resposta reclamada pelo setor. Assim, o que prevalece ainda hoje é o descompasso entre o discurso oficial e a liberação de recursos do Funcafé, que padece a falta de regras e de procedimentos claros na sua gestão.

Com isso, o que se colhe é a perda de eficiência do setor, que fica debilitado, pois, a despeito dos grandes esforços dos cafeicultores mineiros e do Brasil, que trouxeram verdadeira revolução nos últimos anos e já deram toda a sua cota de sacrifícios, o governo federal demonstra total desinteresse na condução dos rumos da cafeicultura neste país e muito mais em Minas Gerais, maior detentor em toda a Federação. Precisamos urgentemente de um posicionamento mais ousado do governo federal na liberação de recursos para a cafeicultura.

Nesse ponto, volto a atenção para a minha região sul-mineira. O Sul de Minas é o maior produtor de café do Estado e, por sua vez, responde por mais de 50% da produção nacional.

Em nossa região encontram-se mais de 35 mil propriedades rurais, que colhem, anualmente, mais de 8 milhões de sacas de café.

Desde que chegamos a esta Casa, temos levantado a nossa voz para defender a aplicação de uma política adequada por parte do governo federal, que permita a recuperação da cafeicultura vitimada, especialmente na década de 90, por fortes reveses que comprometeram a nossa competitividade em face de outros países, como o Vietnã, a Indonésia e a Guatemala.

Inúmeras foram as audiências públicas promovidas por esta Casa, vários os encontros regionais, incontáveis as caminhadas até Brasília, porém sem solução.

Infelizmente, os sinais emitidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não reacenderam a esperança de que, finalmente, seria elaborada uma política para a cafeicultura nacional, que Minas Gerais seria contemplada com os recursos indispensáveis para o investimento no plantio, na colheita, no armazenamento e na pré-comercialização do café, que até hoje não se efetivou.

O nosso apelo é para que as liberações anunciadas não fiquem apenas na expectativa e nos embaraços da burocracia, pois o que muito se vê são os produtores batendo às portas do Banco do Brasil e sempre saindo de mãos vazias, diante das dificuldades com que se deparam na hora de obter o crédito.

É urgente que o governo federal atente para o alerta que o setor cafeeiro faz quanto à necessidade da elaboração de dados sobre custo de produção, de estimativas de safras consistentes e de qualidade, além da formação de estoques estratégicos e de outras iniciativas que reflitam a existência de um planejamento eficiente para o setor.

Portanto, ao reiterar o nosso incondicional apoio à bandeira da cafeicultura, queremos renovar a convicção que registramos no relatório da Comissão Especial da Cafeicultura, que funcionou nesta Casa em 2003, de que é inadiável a adoção de políticas públicas para o ordenamento, regulamentação e proteção dos interesses da cafeicultura mineira.

Se já reconhecemos que a valorização do café exige esforços conjugados do poder público, é hora de superarmos os obstáculos existentes e darmos ensejo a instrumentos eficientes em favor do fortalecimento da cafeicultura de Minas Gerais.

Da nossa parte, para encerrar, tenho certeza de que a Assembléia de Minas continuará firme nessa parceria com os nossos cafeicultores, que não podem ficar na expectativa de soluções por parte do governo federal, enquanto suas obrigações vão vencendo todos os dias. Com muito prazer, ouço o ilustre Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, uma bandeira desta Casa, quero aqui render minha homenagem a V. Exa. e dar o meu testemunho de sua luta em defesa da cafeicultura, dos cafeicultores, de toda Minas Gerais, em particular da sua região, o Sul de Minas, que V. Exa. tão bem representa nesta Casa. Acompanhei a luta dessa Comissão Especial da Cafeicultura. Também sou cafeicultor, também labuto com essa atividade, que às vezes nos enche de esperança, dá-nos o sentimento de realização como produtores rurais, porque é uma das atividades que mais emprega. Eu, que sou pequeno produtor rural, em determinadas épocas do ano, chego a ter mais de 50 funcionários na minha pequena propriedade rural, com sua carteira devidamente assinada, procurando fazer com que aquele fruto da terra distribua seu rendimento a partir do salário daqueles que ali lutam. Mas, muitas vezes, essa esperança se transforma em amargura, em desespero, porque, depois de um ano inteiro de peleja, de investimentos, lutando com a mão-de-obra cada vez mais difícil de ser mantida no cultivo dos cafezais, vemos o desprezo do governo federal com a cafeicultura, sem uma política séria que apóie o setor.

Quero registrar a minha decepção com a falta de seriedade nas ações de previsão de safra do governo. Este ano a Conab ainda não nos explicou, adequadamente, o fato de ter superestimado a safra brasileira - safra esta que não passou dos 30 milhões de sacas - e publicado que a mesma seria de 33 milhões, aumentando-a em 10% e contrariando o diagnóstico feito pelos técnicos do campo. Isso prejudicou o produtor rural. Será que é uma jogada para beneficiar os grandes especuladores?

Vejo aqui a presença do nosso querido companheiro, Vereador Fernando Figueiredo, Presidente da Câmara de Oliveira, uma cidade também produtora de café e que tenho a honra de representar nesta Casa.

Todos acabam sofrendo com a crise da cafeicultura. Uma crise que teria tudo para ser superada este ano, se não fosse o diagnóstico de safra equivocada, falando de uma safra que não existiu e jogando o preço para baixo. E o que me preocupa é o fato de dizerem que, agora em dezembro, já vão fazer a previsão da safra do ano que vem.

Há mais de cinco anos, venho cobrando do governo federal que faça um cadastramento, ou melhor, um censo. Não é uma pesquisa, é um censo da cafeicultura brasileira para dizer quantos milhões de pés de cafés, quantos mil hectares plantados, qual a idade e qual a qualidade desses cafezais, a fim de se fazer uma adequada previsão de safra. O que eles fazem, na maioria das vezes, é um "chutômetro", prejudicando o produtor rural. E, agora, vêm falar em previsão no início de dezembro, sendo que ainda nem acabou a florada dos cafezais. Além do mais, quase sempre superestimam a produção.

Parabéns, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Conte conosco, como admiradores e aliados, nesta Casa, na defesa da cafeicultura, uma das maiores empregadoras, particularmente em Minas Gerais, e uma das âncoras da nossa economia que mais exporta, trazendo divisas para o Brasil.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado. V. Exa. tem dado uma enorme contribuição a esta Casa, às nossas Comissões, particularmente à Comissão da Cafeicultura. São ações importantes como essa que farão com que busquemos, conjuntamente, do governo federal a responsabilidade para o cumprimento das suas ações perante a cafeicultura de Minas Gerais.

Encerrando, gostaria de agradecer ao ilustre Deputado Paulo Cesar a deferência de ceder o seu lugar ao nosso pronunciamento em defesa da cafeicultura de Minas Gerais. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Cesar - Caro Presidente, Deputado Rêmolô Aloise, Srs. Deputados, público presente nas galerias, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, venho a esta tribuna trazer boas novas aos meus pares e ao povo mineiro. Como toda boa notícia, esta também é resultado da perseverança, da luta e da fé na Justiça. Uma luta que se iniciou em 1989 e que obteve a sua primeira vitória somente agora. Essa luta contou com o apoio da Frente Parlamentar Mineira em Prol do Agronegócio da Cachaça, criada em agosto deste ano, nesta Casa, presidida por este que vos fala e que conta com o apoio de um grande número de parlamentares desta Casa e centenas de pequenos produtores espalhados por este Estado.

A primeira iniciativa da Frente Parlamentar foi a realização de uma audiência pública, por meio da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, que discutiu profundamente a situação da marca da cachaça Havana, retirada do mercado por ter sido registrada em nome da empresa estrangeira Havana Club Holding.

Produzida desde 1943 pela família Santiago em sua propriedade rural, no Município de Salinas, situado no Norte do Estado, a cachaça Havana conquistou milhares de apreciadores ao longo das últimas décadas e passou a ser referência nacional no segmento da cachaça artesanal.

Apesar de a cachaça Havana estar no mercado há mais de 50 anos, a empresa europeia Havana Club Holding S.A. registrou no Instituto Nacional de Propriedade Industrial - Inpi - a marca Havana em seu nome, no ano de 1994, passando a ser a proprietária da marca. Infelizmente, o Inpi ignorou o fato de a empresa mineira Indústria e Comércio de Aguardente Havana Ltda. já contar com a autorização do uso da marca por meio de patente de registro na Coletoria Federal em Salinas, datado de 12/1/46, além de outros procedimentos, como o pagamento de despesas para a promoção do registro da marca Havana, datado de 3/11/67, bem anterior ao registro da marca pela empresa estrangeira.

A verdade é que a cachaça Havana era produzida e comercializada em todo o território nacional, muito antes de a própria empresa Havana Club Holding S.A. registrar a marca no Inpi e que inúmeras reportagens de TV, jornais e revistas já foram realizadas em forma de reverência a essa cachaça, que, sem dúvida alguma, se tornou referência no setor. A cachaça Havana se tornou uma tradição, um patrimônio cultural de Minas. Além disso, não existia problema de coincidência entre as marcas, por tratarem de produtos distintos: um é cachaça; o outro é um rum cubano.

Também ficou evidenciada a prevalência em relação ao uso da marca da cachaça Havana em vista do princípio da anterioridade, assim como em relação ao renome da cachaça em todo o Brasil.

Essa disputa, que já se arrastava por mais de 16 anos, obteve, no dia 28/10/2005, sua primeira vitória, quiçá definitiva. O Exmo. Dr. Evandro Cangussu Melo, Juiz de Direito da Comarca de Salinas, concedeu à família Santiago a tutela antecipada para o registro da marca Cachaça Havana junto ao Inpi.

Essa vitória é da família Santiago e de seus competentes advogados; é também da Frente Parlamentar Mineira em Prol do Agronegócio da Cachaça, que abraçou a causa e apoiou incondicionalmente a luta; mas, sobretudo, é uma vitória da cultura mineira, que, por alguns anos, se viu privada de um de seus patrimônios.

O caso da cachaça Havana, relatado aqui de forma sucinta, é um exemplo claro, que retrata com fidelidade a situação precária em que se encontra o setor da cachaça em Minas, principalmente o da cachaça de alambique. Outros problemas de ordens econômica, social, cultural, financeira e administrativa nos convenceram a criar a Frente Parlamentar Mineira em Prol do Agronegócio da Cachaça. O objetivo da Frente é estabelecer um fórum permanente de debates a respeito da atividade, de modo a contribuir para a formulação de legislação e programas que visem a implementar ações em prol do desenvolvimento e do crescimento do setor da cachaça de alambique em Minas Gerais e, por que não dizer?, no País.

Entre seus princípios, destacamos: a criação de mecanismos de valoração da cachaça de alambique, por meio de divulgação promocional e de campanhas institucionais educativas, visando ao produtor e ao consumidor; a reformulação e a modernização da Lei Estadual da Cachaça; a criação de políticas objetivando a fomentação da economia familiar do segmento da cachaça; a adequação das alíquotas do IPI hoje praticadas pela Receita Federal; a quebra da normativa interna da Receita Federal, que não permite que o setor produtivo da cachaça se organize em cooperativas; a contribuição para o desenvolvimento das organizações de autogestão; o reconhecimento da cachaça como bebida nacional; reconhecimento da existência de direito da produção da cachaça em duas classes: a industrial - produzida em coluna - e a de alambique - artesanal e produção familiar; a ampliação do Seguro Rural para o setor da cachaça; realização de debates, seminários e fóruns; incentivar os produtores a registrarem a marca dos seus produtos, para que não aconteça o mesmo que ocorreu com a Cachaça Havana, ficando por muitos anos sem poder utilizar a sua marca.

Não temos dúvidas de que o setor da cachaça, notadamente a cachaça de alambique, produzida em Minas, tem vivenciado profundas transformações nos últimos anos. De certa forma, essas transformações são positivas. De fato, a cachaça tem paulatinamente penetrado em residências da classe média e alta, exposta e consumida em mesas de renomados restaurantes e bares, quebrando preconceitos de ser uma bebida popular e barata. Nos últimos anos, houve investimentos em qualidade, melhoria dos processos produtivos; muito se investiu em

tecnologia, embalagens e rótulos; os produtores se organizaram, e o governo começou a abrir os olhos para o setor. O produto genuinamente mineiro está conquistando, mesmo que timidamente, os paladares de vários países da Europa, das Américas e África do Sul.

Mas os entraves e as dificuldades ainda são imensos. E não é demais afirmar que nesse setor Minas Gerais está apenas engatinhando, em que pese ao fato de ser o maior produtor de cachaça de alambique do País e produzir as melhores cachaças.

Anualmente são fabricados 230 milhões de litros de cachaça de alambique em Minas Gerais, sendo que, destes, 100 milhões são produzidos por alambiques informais, que correspondem a 95% dos estabelecimentos mineiros. Estão em Minas 50% de toda a produção de cachaça de alambique do País, e, no entanto, as exportações de cachaça deste Estado, se comparadas a outros Estados exportadores, são insignificantes: cerca de 4% do total, em dólares. Em 2003, exportamos US\$320.000,00, ao passo que São Paulo chegou a exportar mais de US\$5.000.000,00. Em 2004, São Paulo exportou US\$6.000.000,00, ficando com 60% do mercado exportador, enquanto Minas continuava com 4% dos volumes de exportação.

Nosso Estado tem cerca de 8.500 produtores, sendo que 95% vivem na informalidade, e apenas 500 possuem registro no Ministério da Agricultura. Estima-se que o setor seja responsável por cerca de 460 mil empregos diretos e indiretos. O faturamento, no ano passado chegou à casa dos R\$1.500.000.000,00, e o setor recolheu R\$300.000.000,00 em impostos.

Entretanto, o maior entrave para o desenvolvimento desse setor, que tem levado os produtores de cachaça de alambique à clandestinidade, é exatamente a tributação. Para se ter uma idéia da situação, a cachaça artesanal é tributada em R\$2,23 cada garrafa, enquanto a cachaça industrializada é taxada em cerca de R\$0,38.

Outro entrave para o pleno desenvolvimento do setor, apontado no relatório do Plano Setorial da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo de Minas, com o subtítulo "Cachaça de Alambique em Minas Gerais", de julho de 2005, mostra que, em média, houve um aumento de cerca de 550% no valor do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - aplicado à cachaça. Alguns analistas afirmam que, em função do aumento do IPI e da concorrência desleal da cachaça industrializada, os produtores mineiros estão enfrentando sérios problemas de comercialização. O resultado disso, ainda de acordo com o relatório do Plano Setorial, é a descapitalização dos empresários, a manutenção de estoques elevados, os problemas de capacidade ociosa e, por conseqüência, a elevação de custos.

Outro aspecto apontado pelo relatório e que configura outro obstáculo para o setor diz respeito ao ato cooperativo. Apesar de terem sido criadas 20 cooperativas de produtores de cachaça em Minas Gerais, a Secretaria da Receita Federal não está permitindo que os produtores, como prevê a Lei nº 5.764, a Lei do Cooperativismo, recolham seus impostos na cooperativa. Para isso, teriam de ser pessoas jurídicas, que podem emitir nota fiscal para a transferência do produto do alambique para a cooperativa.

Estudiosos do setor são contundentes em afirmar que muitos produtores correm o risco de fechar, pois, mesmo sem receita, permanecem as despesas operacionais, como luz, água, telefone, contabilidade, etc.

O competente relatório elaborado pela Secretaria de Estado de Agricultura aponta outros problemas que, sem dúvida, terão de ser enfrentados por todos nós que gostaríamos de ver o setor desenvolver-se a pleno vapor. A falta de recursos das entidades de representação e a não-destinação de recursos específicos no Orçamento por parte do governo tem sido um entrave no desenvolvimento de políticas voltadas para a publicidade, verbas de representação e pesquisa. Problemas relacionados à aquisição de garrafas e tampas produzidas em outros Estados, já que não há fábricas em Minas Gerais; problemas relativos a armazenamento, à tecnologia incipiente, entre outros.

Senhoras e senhores, a criação da Frente Parlamentar Mineira em Prol do Agronegócio da Cachaça não tem a pretensão de solucionar todos os problemas que envolvem produção, estocagem e comercialização desse produto, que já é uma tradição em Minas. Mas temos a certeza de que, a partir de agora, o setor tem um importante aliado nesta Casa.

Para o próximo ano, estamos planejando uma série de encontros em diferentes regiões do Estado com o intuito de levantar subsídios para a melhor atuação da Frente. O caso da cachaça Havana é emblemático. Enfrentaremos outras lutas como essa, mas acreditamos que vale a pena. Ao final, vamos brindar a vitória, como todo bom mineiro, com a boa e legítima cachaça de alambique. Sr. Presidente, muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, imprensa, público que nos assiste pela TV Assembléia. Antes de iniciar meu pronunciamento, deixo claro que não venho a esta tribuna para fomentar disputas partidárias, especialmente entre o PT e o PSDB. É meu sentimento de dever de cidadão, de Deputado Estadual, fiscalizar e denunciar qualquer fato grave que envolva as questões públicas que me impulsionam.

Ressalto o trabalho pioneiro que tem sido desenvolvido pelo Governador Aécio Neves em Minas Gerais, em várias áreas do Estado, com destaque aos investimentos na saúde, rodovias que interligam os Municípios mineiros, na educação, na segurança pública, na recuperação do prestígio de Minas e na busca de novos investimentos, colocando Minas Gerais novamente em lugar de destaque no cenário político nacional.

Por todo esse empenho claramente percebido, sinto-me à vontade para integrar a base de governo, apoiando todos os projetos de iniciativa do governo que tenham por fim o crescimento de Minas. Mas, nesta tarde, quero tratar de uma denúncia especialmente grave que, infelizmente, não tem recebido a atenção que requer.

Várias matérias já foram publicadas, e, apesar da relevância do assunto, não vejo uma movimentação nesta Casa para investigar e esclarecer de forma séria e transparente as denúncias. Também não vejo, por parte das CPIs no Congresso Nacional, muita determinação, muito empenho nas apurações.

Falo aqui de documentos comprometedores, tornados públicos pela revista "ISTOÉ", edição nº 1.880, de 26/10/2005, que contêm informações relacionadas ao Senador Eduardo Brandão de Azeredo e seu ex-tesoureiro de campanha, o Sr. Cláudio Mourão.

Entre os referidos documentos, encontramos uma nota promissória no valor de R\$812.389,88, com protocolo datado de 2/9/2002, protestada pela Locadora Automóveis União Ltda., de propriedade da família do Sr. Cláudio Mourão, em face do Sr. Eduardo Azeredo, pelo não-pagamento de uma dívida.

A nota é referente a serviços prestados durante as campanhas do Sr. Eduardo Azeredo ao governo de Minas, em 1994 e 1998. A cobrança em juízo de tal dívida foi motivada pelo fato de o Senador Eduardo Azeredo se recusar a pagá-la, o que gerou o protesto e a execução da dívida.

Desde 2002, em ação com trâmite na 27ª Vara Cível da Capital, Eduardo Azeredo contestava a validade do título, negava sua autoria e ainda acusava a credora de tentar obter "vantagem indevida". Ocorre que, curiosamente, em 18/9/2002, Eduardo Azeredo e Cláudio Mourão entraram em acordo - homologado judicialmente -, em que houve o reconhecimento e a quitação da dívida. Importa então ressaltar que, não

obstante o termo de quitação não trazer explicitamente a forma de pagamento utilizada, veio a público a existência do Cheque nº 007683, emitido pelo Sr. Marcos Valério. É importante observarmos que Cláudio Mourão aguardou o momento propício para cobrar mais intensamente a quitação do débito, qual seja o momento em que Eduardo Azeredo estava em plena campanha pelo Senado por Minas Gerais, em 2002, e, conseqüentemente, não poderia ter seu nome envolvido em nenhum escândalo político, sob pena de isso lhe trazer sérios prejuízos e até a derrota na eleição.

Outro ponto da matéria publicada pela revista "ISTOÉ" merece destaque: "O detalhe é que a Cemig realizou um depósito de R\$1.673.981,90, no dia 21 de outubro de 1998, na conta de SMP&B, sob alegação de custear a produção de revistas, cartazes e folhetos. Um dia depois, a SMP&B distribuiu R\$1.100.000,00 para a campanha do Sr. Eduardo Azeredo". Esse depósito feito pela Cemig e o repasse feito pela empresa do Sr. Marcos Valério, a SMP&B, certamente foram usados como informação valiosa nas mãos do Sr. Cláudio Mourão, pois este era o tesoureiro da campanha e, portanto, detinha todas essas informações.

Com respaldo da nota promissória acima descrita e de uma ação judicial, mais o trunfo de ter sido tesoureiro da campanha de Eduardo Azeredo e, portanto, possuir informações sigilosas, Cláudio Mourão firmou com Azeredo o tal acordo, chamado de "composição amigável", conforme consta em documento também publicado pela revista "ISTOÉ", firmado na 27ª Vara Cível de Belo Horizonte em dezembro de 2002.

Apesar de o Sr. Eduardo Azeredo inicialmente negar ter emitido a nota promissória e ainda ter lançado dúvidas sobre a atitude de Cláudio Mourão, esse acordo foi concretizado, e só o foi em razão da proximidade que o Senador Eduardo Azeredo tem com o Sr. Marcos Valério (pivô da crise político-institucional ora em curso), conforme constatou a quebra do sigilo telefônico deste, obtida pela CPI dos Correios. O relatório das ligações mostra que ele falou com Azeredo 53 vezes de abril a outubro de 2002, exatamente o mês em que foi fechado o acordo com Cláudio Mourão. Essa grande amizade parece ter rendido ao Senador Eduardo Azeredo o pagamento da dívida que este tinha com Cláudio Mourão, por meio do cheque nº 007683 do Banco Rural, agência Belo Horizonte, no valor de R\$700.000,00, emitido por Marcos Valério e esposa, Renilda Santiago, em 18/9/2002.

Cito ainda mais dois trechos da matéria da revista "ISTOÉ": "Os papéis desmontam a versão do Senador de que o publicitário mineiro nunca operou com seu consentimento. 'A responsabilidade pelos aportes financeiros foi da coordenação da campanha', disse Azeredo à CPI dos Correios, em agosto".

Contudo, o art. 21 da Lei nº 9.504, de 1997, dispõe que "o candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha".

Como se vê, as denúncias trazidas a público são gravíssimas, pois apontam a possibilidade de uso do dinheiro público para financiamento de campanha e, ainda, a ligação do Senador Eduardo Azeredo com o Sr. Marcos Valério, que está no epicentro das investigações das CPIs em andamento no Congresso Nacional.

Ademais, quero ainda registrar que fui o autor da CPI do Instituto de Previdência dos Servidores Militares - IPSM -, em 2000, que investigou o governo de Minas Gerais, na gestão do Sr. Eduardo Azeredo. A conclusão dos trabalhos dessa CPI apontou, como provado em relatório final, o seguinte: "Assim sendo, a Comissão, com respaldo nas provas que instruem esse processo, acredita possuir elementos suficientes para sustentar a representação ao Ministério Público, a fim de que esse órgão, após acurada análise, ofereça respectiva denúncia contra o signatário do termo de acordo da dívida do Estado para com o IPSM, assinado em 18/12/1998, e demais assessores governamentais, todos inclusos no art. 315 do Código Penal: Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa daquela estabelecida em lei, c/c o art. 10, inciso XI, da Lei nº 8.429, de 1992. É ato de improbidade administrativa liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir, de qualquer forma, para a sua aplicação irregular. A medida se justifica porque, de fato, ocorreu retenção indevida das contribuições previdenciárias do IPSM, o que causou prejuízos a esse órgão".

Devo salientar que o IPSM vive, atualmente, situação de calamidade, já que, como descrito em sua Avaliação de Situação Financeira e Atuarial, constante no Anexo II.6.c da LDO, a dívida do Estado para com o Instituto, referente a retenções da contribuição patronal e do segurado, é de mais de R\$1.300.000.000,00.

Então, é necessário respondermos a algumas perguntas. Seria apenas coincidência o depósito feito pela Cemig na conta da SMP&B, de propriedade de Marcos Valério, e, logo após, outro depósito feito pela mesma SMP&B para a campanha do Sr. Eduardo Azeredo, em 1998? As 53 ligações feitas pelo Sr. Eduardo Azeredo ao Sr. Marcos Valério, conforme quebra de sigilo telefônico da CPI dos Correios, também seriam mera coincidência? Por qual motivo o Sr. Marcos Valério pagaria uma conta de R\$700.000,00 ao Sr. Eduardo Azeredo? Apenas por simpatia? Seria também apenas coincidência o Sr. Cláudio Mourão desistir, amigavelmente, da cobrança do título extrajudicial contra o Sr. Eduardo Azeredo?

Acredito que essas e outras perguntas só serão respondidas com uma investigação séria, com a convocação do Sr. Eduardo Azeredo, do Sr. Cláudio Mourão e do Sr. Marcos Valério. Tenho plena convicção de que a CPI dos Correios já possui elementos suficientes para pedir a cassação do mandato do Senador Eduardo Azeredo, e é isso que espero por parte dos membros daquela CPI.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, faço isso com o sentimento e o dever, não apenas de cidadão, mas de Deputado, que tem a obrigação de ocupar a tribuna desta Casa para trazer notícias de grande relevância. No meu entendimento, há vários Deputados no Congresso Nacional que serão julgados pelo Conselho de Ética, após apurações das CPIs em curso. Alguns já foram cassados; outros renunciaram ao mandato.

Mas, volto a afirmar, Sr. Presidente: os documentos constatados pela CPI dos Correios e os documentos publicados na "ISTOÉ", conforme declaração da edição da revista, são incontestáveis. Certamente, a CPI dos Correios, se convocar o Sr. Eduardo Azeredo, chegará à sua cassação.

Sr. Presidente, quero pedir a V. Exa. para encerrar, de plano, esta reunião.

O Deputado Gustavo Valadares - Permita-me um aparte, Deputado, faltam 3 minutos.

O Deputado Sargento Rodrigues - Até gostaria de conceder a V. Exa. um aparte, mas como se tratava de pronunciamento escrito, não o fiz.

O Deputado Gustavo Valadares - Mas ainda faltam 2 minutos e 48 segundos.

O Deputado Sargento Rodrigues - Encerro o meu pronunciamento desta tarde.

O Deputado Ermano Batista - Também gostaria de pedir-lhe um aparte.

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, Srs. Deputados presentes à reunião, senhores da galeria, senhoras, funcionários da Casa, imprensa; inicialmente, Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que determinasse a desgravação daquela parte de meu pronunciamento, uma vez que, por equívoco não sei de quem, pedi a palavra para usá-la conforme o art. 70, e não pela ordem. Mesmo porque, Sr. Presidente, quando o Deputado pede a palavra por questão de ordem, é regimental que deva iniciar dizendo qual preceito pretende elucidar, qual explicação pretende obter em relação à dúvida que está tendo relativamente a procedimentos regimentais.

Conhecendo o Regimento, jamais pediria a palavra para uma questão de ordem e utilizá-la-ia para outras questões, outras colocações. Por essa razão peço a V. Exa. que determine a desgravação e agora faço uso da palavra pelo art. 70, por concessão especial da Liderança do bloco a que pertença.

Iniciava, Sr. Presidente, meu discurso naquela ocasião, dizendo que felizmente podia alegrar-me, uma vez que tanto a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais quanto o Parlamento mineiro são considerados por meio de avaliações baseadas na regra, e não apenas na exceção.

Toda entidade tem suas ovelhas negras. Felizmente a PMMG e o Parlamento mineiro têm valores que merecem e devem ser considerados. Minas Gerais é exemplo nesses dois segmentos para o Brasil inteiro.

Sr. Presidente, naquele momento, não podia deixar de lamentar o episódio em que determinados parlamentares servem de instrumento para que se crie uma cortina de fumaça e empane a visão do povo brasileiro em relação a esse esquema de corrupção desenfreada e a esse movimento de enxugamento do dinheiro público locupletado que se instalou em Brasília.

Não se pode confundir uma eventual ajuda de campanha com esse tipo de comportamento. Assim, com o objetivo de desviar as atenções, buscam a campanha de 1998, em que o então Governador Eduardo Azeredo perdeu a eleição por excesso de escrúpulo. Isso é verdade. Ele não usou a máquina. Tendo tudo às mãos, não autorizou o seu uso. Tivesse usado a máquina, depois de ter exercido um excelente governo, com certeza teria obtido êxito na eleição.

Sr. Presidente, não vim à tribuna para discorrer sobre essas questões. Poderia dizer que ninguém deve justificar o erro apontando o erro do outro. Isso é o que o Presidente da República tenta expor para a opinião pública. Diz que usou o caixa dois, mas que isso é comum, porque todos usam. Ninguém pode inventar sujeira e apontá-la com o dedo sujo, como vem acontecendo. É preciso que haja um freio e reflexões maiores, que insiram essas questões em seu devido lugar.

O motivo da minha vinda a esta tribuna é um tema de real importância, porque diz respeito a um fato que ocorre com a agropecuária brasileira, causando um prejuízo enorme ao País, em razão do descaso continuado dos procedimentos da Presidência da República.

Por essa razão, o Brasil está passando por um momento de crise nas exportações do agronegócio. Os países de vários continentes, quase 50, opuseram embargo às importações de carne brasileira. O nosso prejuízo atinge, aproximadamente, R\$4.000.000.000,00.

Sr. Presidente, para dar prosseguimento ao meu discurso, abro um parêntese para ouvir o que tem a dizer, neste momento, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa (em aparte)* - Deputado Ermano Batista, prometo ser o mais elegante possível e estar à altura do seu pronunciamento.

Mandei redigir agora, em meu gabinete, já contando com algumas assinaturas, um pedido de CPI para investigar, no prazo de 120 dias, o uso do caixa dois nas eleições de 2002 e 2004, porque esse caixa pode ter sido usado desonestamente ou desavisadamente.

Faço questão de prestar conta, item por item, de gastos de campanha. Em minha campanha, V. Exa. achará, por exemplo, carro emprestado, mas consta o nome do dono do carro e o valor estimado, conforme exigido pela Lei nº 9.504. Se uma pessoa é voluntária, na prestação consta a doação de seu tempo e o valor estimado de seu trabalho. Há as placas determinadas para o combustível gasto e se os carros eram meus, emprestados ou alugados.

Tenho uma grande assessoria. Busquei alguns dados e o fiz baseado nesse pedido de CPI para investigar caixa dois. Verifiquei a declaração do Deputado Washington Fernando Rodrigues, do nosso querido Deputado Sargento Rodrigues, que vai me processar - já disse que nem vou dormir esta noite -, e do moço que pertence ao PT, sobre o qual já disse tudo. Curiosamente, eles gastam uma fábula de combustível, mas não consta em que carros usaram; gastam uma fábula com refeições, restaurantes, mas não consta com quem e não há a relação dos funcionários que trabalharam na campanha, comitês e tudo o mais. Não há um centavo doado por beltrano, o que é exigido pela Lei nº 9.504, sob pena de cassação do mandato por falsa declaração ao Tribunal Regional Eleitoral na prestação de contas. Nos dois casos, há falhas graves e gravíssimas. Não fiz uma análise atenta porque tinha que vir aqui fazer esta colocação, porém há, de cara, motivos suficientes para que ambos percam o mandato. O Sargento Rodrigues acabou de assinar; o outro, nem vou pedir para assinar.

Estou mostrando hábitos de caixa dois que podem até não configurar desonestidade, porém descumpriram a Lei nº 9.504, com falsa declaração eleitoral. Solicito aos Deputados desta Casa que façamos algo isento, que investiguem inclusive a mim. É preciso investigar as eleições de 2002 e 2004, pois ainda há tempo hábil para que haja processo no Tribunal Regional Eleitoral, pedido de anulação da prestação de contas e cassação do mandato dos que não cumpriram a lei.

Peço desculpas a V. Exa. por ter interrompido seu pronunciamento, o qual, tenho certeza, será brilhante. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Solicito aparte ao Deputado Ermano Batista, pois fui citado no pronunciamento de V. Exa.

O Deputado Ermano Batista* - Meu pronunciamento não tem relação com as questões levantadas. O discurso do Deputado Irani Barbosa destoou de meu pronunciamento. Isso é reflexo do que acontece nesta tarde, neste Parlamento. Ao lhe conceder a palavra, não tinha conhecimento do conteúdo de sua fala. Dei início ao meu discurso para que sentisse a linha de minha exposição e oferecesse oportunidade para se pronunciar. Quanto a V. Exa. e ao Deputado Rogério Correia, sei que pretendem revidar. No momento oportuno, os senhores poderão fazê-lo. Em meu pronunciamento, peço permissão para não conceder apartes, o que é regimental.

A catástrofe que levou a esse malsinado desfecho - o prejuízo que o Brasil está tomando de R\$4.000.000.000,00 - era previsível e poderia ser evitada. A febre aftosa já não tinha espaço no território brasileiro, que, em sua maior extensão, era considerado zona livre da doença. Mas isso não permitia acomodação. A Vigilância Sanitária deveria ter mantido a porta fechada e a chave na mão, pois qualquer descuido poderia ser fatal, e foi o que de fato aconteceu. Temeridade, fruto da imprudência do governo federal, que acabou por deixar os órgãos de vigilância desarmados, impotentes e sucateados. Faltou bom-senso ao Presidente Lula. A Presidência da República gastou mais com cartão de crédito do que com a defesa sanitária do rebanho bovino no Brasil.

A alienação do nosso Presidente da República é tamanha que preocupa. Mesmo depois do fato consumado, insiste na tentativa de passar a imagem de que nada incomum está acontecendo. Alienação ou descarada dissimulação?

Enquanto o Ministro da Agricultura dá a mão à palmatória e reconhece que chegamos ao fundo do poço, tal o descaso com que o setor é tratado, o Presidente Lula minimiza a questão, falseia a verdade, que é o que ele tem feito até agora, gritando para a Nação e o mundo que tudo está sob controle. Não está nem vai ficar, o universo inteiro sabe - as notícias hoje têm a velocidade da luz -, enquanto o governo federal permanecer nas palavras, porém longe das ações.

A agricultura, outro segmento do agronegócio brasileiro, que já contribuiu com 130 milhões de toneladas de grãos, na próxima safra amargará uma redução de 23 milhões de toneladas. É o que está a informar o IBGE.

Não é por acaso que esses fatos acontecem. O governo federal contingencia recursos orçamentários do setor para permitir agrados ao especulador externo. O capital alienígena impõe ao País, hoje, um novo modelo de servidão: a monetária. Previsível, portanto evitável, o quadro. Faltou vontade, sobrou desprezo. As ações do governo federal, inconsciente, incompetente ou por outras piores razões, foram no sentido da sua consumação. O Presidente Lula desencanta, decepciona e onera o povo brasileiro com viagens despropositadas para receber medalha agrícola na Itália, enquanto a agropecuária no Brasil é agredida, desconsiderada e desrespeitada pelo seu governo. Provavelmente, a insígnia que Roma lhe concedeu foi por serviços prestados ao setor na Europa, não no Brasil, na medida em que promove o sucateamento aqui, retirando a capacidade de competição dos produtores brasileiros.

O retorno da febre aftosa que acomete hoje o rebanho bovino no Centro-Oeste e no Sul do País foi objeto de vaticínio do Presidente do Instituto Mineiro de Agropecuária, Sr. Altino Rodrigues Neto, registrado pela revista "Encontro Rural", edição nº 12, de junho do corrente ano.

Começa o Sr. Altino por assim dizer: "O Brasil está sendo colocado em risco. Para se ter uma idéia, dos R\$113.000.000,00 do orçamento da União para 2003, o governo federal só gastou R\$9.000.000,00; dos R\$135.000.000,00 para 2004, disponibilizou apenas, mas não gastou, R\$36.000.000,00; dos R\$352.000.000,00 previstos para 2005, 80% foram contingenciados e, dos 20% restantes, menos de um terço foram efetivamente gastos." Acrescenta ainda que "não dá para entender por que o setor econômico do governo federal decidiu expor o País a esses riscos. Tenho a impressão de que querem sucatear os organismos de fiscalização sanitária". E continua: "O corte de verba de custeio do setor agropecuário, nos últimos três anos, beira o absurdo". Disse ainda mais o Presidente do IMA: "Considerando a panorâmica geral, o País sofre o risco natural de ter problemas sanitários, mas se as suas estruturas de fiscalização não funcionarem por falta de recursos, podemos ter a certeza de que os riscos de se ter vaca louca, gripe do frango e febre aftosa se potencializam". Disse isso em junho deste ano; portanto há quase cinco meses. "O comportamento do governo federal para o setor não é só retrocesso, é irresponsabilidade com o País", finaliza, desabafando, o Sr. Altino Rodrigues Neto.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o agronegócio no Brasil contribuiu até agora com 34% do PIB. Essa participação tende a diminuir se o governo federal continuar alheio ao que ocorre no setor. Os Estados e os Municípios sozinhos não detêm o poder de fomentar e fiscalizar, como necessário. A consequência lógica e trágica, mas latente, é que o País estava despontando como potência agrícola mundial. Sob o comando do PT e do Lula, perde fôlego e desfalece. Pior, quando o governo Lula, apático e omissivo, sentir, será como a febre aftosa: irremediável. Restará apenas a desventura de contemplar, chorando, o resultado.

Está na Constituição Federal que é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios o fomento à produção agropecuária. A participação tênue, quase ausente do governo federal, transmite ao produtor rural sensação de abandono. Seus inimigos já são muitos: pragas de toda espécie; apoio de outros países aos seus concorrentes; barreiras impostas lá fora à entrada de seus produtos; a ditadura, de vez em quando inclemente, da natureza; e, agora, o descaso, como é tratado pelo governo do Sr. Lula. É demais! Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não consegui aparte do nobre colega Deputado Ermano Batista, visto que, de acordo com seu entendimento, minha fala não dizia respeito ao seu pronunciamento. Diante disso, pedi a palavra para dizer que fiz questão de assinar o pedido de CPI que o Deputado Irani Barbosa solicitou, pois quero demonstrar meu comportamento contrário. Proponho uma CPI para apurar as denúncias contra o Senador Eduardo Azeredo, mas esse parece não ser o entendimento de alguns Deputados. Estou certo de que teremos enormes dificuldades para conseguir as 26 assinaturas.

Lembro ao Deputado Irani Barbosa que a CPI poderia estender-se a 1998, ou seja, à primeira eleição. Do que foi exposto por ele, certamente as contas estão prestadas no TRE. Tenho a grata satisfação de ser, eu diria, o único Deputado desta Casa que dispõe de cabos eleitorais em 853 Municípios. Trata-se de policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, Agentes Penitenciários, além de tantos outros cidadãos e cidadãs, que nem eu mesmo os conheço. Afinal de contas, em minha reeleição, obtive 78.183 votos. Afirmo ao nobre Deputado Irani Barbosa que o meu mandato é legítimo. Eu poderia ter gasto muito mais em minha campanha à reeleição, não fossem os milhares de cabos eleitorais que tenho espalhados por todo o Estado. Qualquer pessoa que acessar a página da Assembléia Legislativa, "linkar" o nome do Deputado Sargento Rodrigues e solicitar a votação por número de Municípios, verá que, na primeira eleição, fui votado em 801 Municípios e, na segunda, em 841.

Aproveito, Deputado Edson Rezende, para, mais uma vez, agradecer aos milhares de cabos eleitorais com os quais posso contar, de forma gratuita, espontânea e legítima. Essas pessoas colaboram para o meu mandato, ao que, obviamente, retribuo com trabalho. Afinal de contas, foram aprovadas, nesta Casa, 11 leis de minha autoria: duas leis complementares, duas propostas de emenda à Constituição e sete leis ordinárias.

Ademais, ressalto as muitas gestões políticas, as várias conquistas dos servidores da segurança pública. Deputados Edson Rezende e Sávio Souza Cruz, conto com milhares de cabos eleitorais; logo, não preciso fazer uma campanha mais cara que a de outros colegas parlamentares, visto que tenho o apoio espontâneo e gratuito desses cidadãos, em troca do trabalho que desenvolvo nesta Casa. Por isso, o nosso mandato é legítimo, fato que nos deixa à vontade. Aliás, sinto-me tão à vontade que, quando o Deputado falou na CPI, pedi para assinar o requerimento.

Gostaria que ele averiguasse não só o ano de 2002, mas também o ano de 1998. Assim, poderá verificar quanto gastei na primeira eleição, ou seja, na mesma em que o Governador Eduardo Azeredo haveria tido sérias complicações, tendo em vista envolvimento com a SMP&B e com a DNA, do Sr. Marcos Valério.

Tomara que ele acrescente ao requerimento de CPI o ano de 1998. Dessa forma, poderemos apurar, identificar os doadores e os destinatários de várias verbas durante a campanha de 1998.

* - Sem revisão do orador.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/11/2005, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dilzon Melo

exonerando, a partir de 14/11/2005, Grace Solange da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Ivone Lopes Machado Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

nomeando Renata Pires de Mendonça Dantas para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas.

Gabinete do Deputado Roberto Carvalho

exonerando, a partir de 14/11/2005, Cynthia Chagas Rocha do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 4 horas;

exonerando, a partir de 14/11/2005, José Domingos de Oliveira do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/11/2005, Moisés Ramos da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/11/2005, Palowa Maria de Assis Mendes e Faria do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 14/11/2005, Vitor Hugo de Paiva do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

nomeando Jeanne Carolina Corrêa da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando José Domingos de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Marina de Paiva Costa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Moisés Ramos da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 4 horas;

nomeando Palowa Maria de Assis Mendes e Faria para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

nomeando Vitor Hugo de Paiva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, observadas as disposições contidas na Resolução nº 5.100, de 29/6/91, e no art. 5º da Resolução nº 5.132, de 31/5/93, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.090, de 17/12/90, bem como na Lei nº 9.592, de 14/6/88, à vista do disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado de Minas Gerais, no § 2º do art. 3º da Emenda à Constituição Federal nº 20, de 15/12/98, recepcionado pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 11/4/2005, Hugo Eleutério da Silva, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Motorista, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo em comissão que ocupa, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, data de publicação da Emenda à Constituição Federal nº 20.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Leme do Prado. Objeto: instalação dos equipamentos de transmissão da TV Assembléia. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 44905200.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 11/11/2005, na pág. 74, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Arlen Santiago", onde se lê:

"Princia Mara Mendes Machado", leia-se:

"Príncia Mara Figueiredo Machado".